



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LARISSA JUCÁ DE MORAES SALES

**SACERDÓCIO, PROFISSÃO E SEUS DILEMAS MORAIS: ESTUDO SOCIOLÓGICO DE
SUBJETIVAÇÕES E OBJETIVAÇÕES NAS TRAJETÓRIAS DE POLICIAIS MILITARES
DO ESTADO DO CEARÁ**

FORTALEZA

2021

LARISSA JUCÁ DE MORAES SALES

SACERDÓCIO, PROFISSÃO E SEUS DILEMAS MORAIS: ESTUDO SOCIOLÓGICO DE
SUBJETIVAÇÕES E OBJETIVAÇÕES NAS TRAJETÓRIAS DE POLICIAIS MILITARES DO
ESTADO DO CEARÁ

Tese apresentada à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal do Ceará (PPGS-
UFC), como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno
de Sá

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S155s Sales, Larissa Jucá de Moraes.

Sacerdócio, profissão e seus dilemas morais: Estudo sociológico de subjetivações e objetivações nas trajetórias de Policiais Militares do Estado do Ceará / Larissa Jucá de Moraes Sales. – 2021.

2013 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

1. Polícia Militar. 2. Militarismo. 3. Trajetória profissional. 4. Narrativa. I. Título.

CDD 301

LARISSA JUCÁ DE MORAES SALES

SACERDÓCIO, PROFISSÃO E SEUS DILEMAS MORAIS: ESTUDO SOCIOLÓGICO DE
SUBJETIVAÇÕES E OBJETIVAÇÕES NAS TRAJETÓRIAS DE POLICIAIS MILITARES DO
ESTADO DO CEARÁ

Tese apresentada à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal do Ceará (PPGS-
UFC), como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno
de Sá

Aprovada em: 29 /07/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Cesar Barreira
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Jania Perla Diógenes de Aquino
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Carly Barboza Machado
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof. Dr. Wendell de Freitas Barbosa
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Ao meu filho,
Arthur Faye.

AGRADECIMENTOS

Esse é, sem dúvidas, o melhor momento de todo o processo de escrita. É quando você finalmente respira aliviado, tendo a certeza que o seu maior desafio intelectual até o momento está enfim superado. É aquele instante que você para então refletir sobre sua trajetória, sua escrita, seu esforço e tudo aquilo que você e outras pessoas abriram mão para tornar esse projeto possível, e é, também, o melhor momento para dizer àqueles que estão ao nosso lado o quanto seu apoio, presença e companheirismo foram as bases sólidas para se chegar até aqui.

Em primeiro lugar, sou grata à fonte criadora por me inspirar a cada dia, por alimentar os sonhos com a fé e a esperança que o amanhã será sempre melhor do que o hoje, e que cada desafio pode ser superado quando encaramos de frente as consequências de nossas escolhas.

Sou grata ao Arthur e ao Tom, meus companheiros de jornada, meu porto seguro, minha família. Aqueles que têm coragem de embarcar comigo nas minhas loucuras e acreditam comigo que o mundo pode ser bem melhor quando estamos dispostos a mudá-lo. Também são aqueles que me tiram do sério, me deixam de cabelos brancos, mas também os que me apoiam incondicionalmente.

Sou grata à minha família: Dione minha mãe, Raquel minha irmã, Caio meu irmão e Shirley (nossa fiel escudeira). Ao meu pai Espedito e a Linda Beatriz, minha irmã. Estes são meus incentivadores pessoais, aqueles que mais torcem por mim e que também mais me cobram a finalizar essa etapa para seguir para a próxima, sem a contribuição e apoio deles essa jornada seria muito mais difícil e complexa.

Sou grata ao meu orientador, Leonardo Sá, que ao longo desses anos foi mais que um professor, foi um amigo compreensivo. Além de me ensinar teorias, pensamentos filosóficos e como ser uma boa pesquisadora, ele entendeu meus momentos, meus processos particulares, minhas dúvidas, minhas angústias, meus desesperos e sempre me incentivou, me deu coragem e disse que daria certo, e deu!

Sou grata às minhas amigas, Graça Lessa, Lara Virgínia, Letícia Araújo, Camila Bernardini, Carla Beatriz, Emanoella Guimarães e Andrija Almeida. Mulheres incríveis que conheci na Universidade e que ganharam uma dimensão especial na minha vida e no meu coração. São mulheres fortes, decididas, guerreiras e

vencedoras. Essas vão seguir comigo até o fim da vida, independente de nossas escolhas profissionais.

Aos meus amigos de turma, os Vigilantes da Tese, um agradecimento especial por compartilharmos juntos todos os momentos do processo de produção da tese e por nos apoiarmos mutuamente. Em especial agradeço a Lara Denise, Eudenia Magalhães, Lucas Feitosa e Nahyara Marinho, pessoas muito especiais com que dividi angústias e muitas, muitas risadas. Agradeço também ao meu amigo Sabino Neto, que além de ser um parceiro de produções acadêmicas, é um amigo querido.

Agradeço às Ciências Sociais da UFC, a todos os professores, profissionais e amigos que fiz nesta casa. Mais de uma década andando por esses espaços, estudando, aprontando, me divertindo, rindo, chorando... Muitos ensinamentos, muito aprendizado e muita emoção. Obrigada aos meus professores queridos por tudo que aprendi, por contribuir com a minha formação intelectual e por me ajudar a olhar o mundo de forma diferente, muito mais humana e com um olhar mais justo.

Ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV), um agradecimento especial. Vocês foram muito, muito importantes para eu chegar até aqui e ser a profissional que sou. Com vocês não aprendi só ser uma pessoa estudiosa, aprendi sobre amizade, companheirismo e sobre fazer pesquisa séria, engajada, com um olhar reflexivo e sobretudo ético. Obrigada a todos! Agradeço a cada um e a todos na pessoa do Professor César Barreira.

Agradeço aos membros da banca pela disponibilidade em participar deste momento importante para em minha trajetória profissional. Professor César Barreira, Professoras Jania Perla e Carly Machado, com quem compartilhei muitos momentos de aprendizado e trocas de saberes. Ao meu colega Professor Wendell Barbosa, com quem pude compartilhar conhecimentos sobre a polícia militar e sobre a vida, um amigo. Por fim, agradeço ao Professor Aluísio Lima, pelas contribuições especiais que trouxe para o meu crescimento acadêmico, enquanto pesquisadora.

Sou grata especialmente a todos os meus interlocutores policiais militares com quem tive o privilégio de aprender sobre Segurança Pública. Uma década de pesquisa sobre a Instituição Policial Militar, local onde aprendi a fazer pesquisa e a ser profissional ética e dedicada. Também é um lugar de muito aprendizado, onde pude conhecer e reconhecer o valor da vida e da experiência!!! Fiz muitos bons amigos... Seria difícil citar todos os nomes das pessoas que gostaria de homenagear

sem esquecer alguém. Por esse motivo agradeço sem nomear, cada pessoa que contribuiu com sua história ao longo desses 10 anos.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa e à Universidade Federal do Ceará pelo apoio institucional.

RESUMO

O objetivo desta tese é descrever e analisar os processos de transformação da vida pessoal, familiar e profissional de policiais militares cearenses a partir de suas narrativas. A perspectiva analítica parte das subjetivações policiais sobre suas trajetórias profissionais. Não obstante, o estudo perpassa uma possível crise do militarismo, fato que impulsiona o deslocamento sobre as percepções de hierarquia e disciplina experimentadas pelos policiais militares em suas práticas. Conflitos cotidianos se explicitam em decorrência dessa crise simbólica e eventos de uma nova gramática sobre o reconhecimento social passam a fazer parte das narrativas. A subjetivação dos policiais em relação ao trabalho perpassa múltiplas realidades, tensionando e deslocando diferentes esquemas de percepção e avaliação em torno de demandas por um *ethos* próprio, sendo este uma das fontes de sofrimento social e de ansiedade existencial para os policiais militares em relação ao seu papel, status e cidadania. Através das narrativas sobre suas trajetórias profissionais, os policiais militares expõem uma série de ambivalências subjetiva e institucionais em torno do que é “*ser policial*”. Ao mesmo tempo em que acionam predicados como honra, prestígio, coragem, valentia e autoridade, elementos como desgaste mental, humilhação, desvalorização profissional e perda de status também aparecem com traços de força nas narrativas. As experiências vivenciadas, mediadas pelas relações de poder da instituição, alteram os sentidos morais da autoimagem policial militar e relativiza a suposta força identitária corporativa tão presente nos discursos oficiais da corporação. Nesse sentido, a tarefa deste empreendimento analítico é trazer para o debate as moralidades em fluxos, mas sem esquecer os marcos institucionalizados dessas interações, na medida em que o processo de reconhecimento e profissionalização se torna pauta de debate público, político e jurídico. A estratégia metodológica desta tese está baseada em trabalho de campo com policiais militares nos últimos dez anos, além de entrevistas em profundidade e muitas conversas informais com esses agentes sociais.

Palavras-Chave: polícia militar; militarismo; trajetória profissional; narrativa.

ABSTRACT

The object of this thesis is to describe and analyze the processes of transformation of the personal, family, and professional lives of military policemen from Ceará, based on their narratives. The analytical perspective starts from the police subjectivations about their professional trajectories. Nevertheless, the study goes through a possible crisis of militarism, a fact that drives the displacement on the perceptions of hierarchy and discipline experienced by military policemen in their practices. Daily conflicts become evident as a result of this symbolic deconstruction and a new grammar of social recognition becomes part of the narratives. The subjectivations of the policemen in relation to their work permeate multiple realities, intending and displacing different perception and evaluation schemes around demands for their own *ethos*, which is a reason for social suffering and existential anxiety in relation to their role, status and citizenship. Through the narratives about their professional trajectories, military policemen expose a series of ambivalences about what it is to "be a policeman". At the same time in which they activate predicates such as honor, prestige, courage, bravery and authority, elements such as mental wear, humiliation, unrealisation, professional devaluation and loss of status also appear with narrative force. The lived experiences alter the moral meanings of police self-image and the corporate identity strength becomes relativized. In this sense, the task of this analytical enterprise is to bring to the debate moralities in flux, as the process of recognition and professionalization becomes an agenda of debate. The methodological strategy of this enterprise is based on fieldwork with military police officers over the last ten years, in addition to in-depth interviews with these social agents.

Key-Words: military police; militarism; trajectories professional; narrative.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

Figura 1. Greve da PMCE de 1997	92
Figura 2. Passeata da PMCE 1	110
Figura 3 Passeata da PMCE 2	110
Figura 4. Passeata da PMCE 3	111
Figura 5. Greve da PMCE 2011	114
Figura 6. Greve da PMCE 2020 1	125
Figura 7. Greve da PMCE 2020 1	125
Figura 8. Conflito Cid Gomes e PMCE em Sobral 1	126
Figura 9. Conflito Cid Gomes e PMCE em Sobral 2.....	127

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACSMCE	Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará
AESP	Acadêmica Estadual de Segurança Pública
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BPCHOQUE	Batalhão do Policiamento de Choque
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BPRE	Batalhão de Polícia de Trânsito Urbano e Rodoviário Estadual
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CAT	Coordenadoria de Atividades Técnicas
CBS	Centro Biopsicossocial
CCDS	Conselhos Comunitários de Defesa Social
CDPM	Código Penal Militar
CDPMCE	Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.
CIA	Companhia de Polícia Militar
CIOPAER	Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas
COTAM	Comando Tático Motorizado
COVIO	Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência
CPI	Comando de Policiamento do Interior
DM	Distrito Modelo
FTA	Força Tática de Apoios
GATE	Grupo de Ações Táticas Especiais
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
ISSEC	Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará
LABVIDA	Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
NEV	Núcleo de Estudos da Violência
PM	Polícia Militar
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMMT	Polícia Militar do Mato Grosso
PMSP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
POG	Policiamento Ostensivo Geral
SSPDC	Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
TAF	Teste de Aptidão Física
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A POLÍCIA ENQUANTO PROBLEMA SOCIOLOGICO: UM CAMPO EMERGENTE	37
2. NARRATIVAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ	52
3. PROCESSOS REIVINDICATÓRIOS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS	69
3.1 “Ah! Eu tô com fome”: 1997, um marco para as reivindicações de Policiais Militares no Brasil	79
3.2 “Punhos de ferro e a caça às bruxas”: O Ceará e os efeitos do movimento de 1997.....	90
3.3 O pós 1997 e a constituição de um campo de Segurança Pública.....	97
3.4 O Governo Cid Gomes e o Programa Ronda do Quarteirão	105
3.5 Uma crise que persiste: Greve na PMCE, embates políticos, lideranças políticas e conquistas profissionais	108
3.6 Dias de medo: reflexos da maior paralisação da Polícia Militar do Ceará.....	117
4 MORALIDADES EM FLUXO: PERCEPÇÕES SOBRE SER POLICIAL MILITAR	130
4.1 Formação policial: moralidades sobre se tornar policial	133
4.2 “Antigões” e “Modernos”: Novas percepções sobre a carreira profissional do policial militar	156
5 HIERARQUIA E DISCIPLINA COMO BASES CONSTITUINTES DA CARREIRA POLICIAL NO BRASIL	160
5.1 Uma possível crise institucional ou crise do militarismo?	172
5.2 Humilhação, sofrimento e adoecimento psicológico e os efeitos da prática policial.....	177
5.3 A morte como uma válvula de escape: o risco de vida e as sequelas do trabalho.....	184
5.4 As mudanças institucionais e as novas percepções sobre a Polícia Militar	188

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS	197

INTRODUÇÃO

Era um dia chuvoso em Fortaleza, a entrevista com o Major Santos havia sido marcada há pouco mais de uma semana, um policial que já havia consentido uma entrevista intermediou nosso encontro. Após um contato telefônico, trocamos mensagens até que a entrevista se tornasse possível, apenas demoramos um pouco devido a conflitos de agenda. O Major preferiu conversar em seu local de trabalho. Nos encontramos em um batalhão da PMCE, logo após o seu horário de serviço. Ao chegar no batalhão, me dirigi à recepção, estava bastante movimentado, muitos policiais jovens faziam plantão ou aguardavam deslocamento para seus postos de serviço, era por volta das 12 horas da manhã.

Poucas mulheres transitavam enquanto muitos homens circulavam, essa situação me deixou um pouco desconfortável, era um ambiente predominantemente masculino, observei alguns olhares curiosos, tentando descobrir o que eu estava fazendo por ali. Alguns militares assistiam à televisão, outros lanchavam, militares também transitavam entre salas com documentos, uns chegavam para o serviço, outros saíam dele, todos pareciam à vontade com a dinâmica local.

Aguardei na recepção até que fosse direcionada para o local da entrevista, até esse momento, observava os cumprimentos formais entre os soldados e os militares mais graduados, somados às interações descontraídas e ao coleguismo, os momentos de informalidade eram mais recorrentes, o que gera um contraste com a ideia de ambiente marcial de militares. Na medida do possível, observava os tipos de demandas que circulavam, aquelas que eram possíveis de serem ouvidas, em geral questões administrativas, o que parecia fazer parte da rotina daquele espaço. O Major Santos me recebeu ainda na recepção. Enquanto caminhamos pelo corredor, o policial me apresentou aos demais militares com quem cruzamos, anunciando que estava concedendo uma entrevista para uma pesquisa, em resposta à curiosidade de alguns. Sua sala era pequena, o militar trabalhava com mais um colega que no momento estava ausente, era um ambiente amontado de papéis que pareciam demandas das burocracias internas, uma vez que o militar entrevistado atuava como ouvidor na companhia daquele batalhão.

O policial estava confortável para falar, não se opôs à gravação da entrevista, mesmo estando em ambiente de trabalho. Diante deste cenário de entrevista,

minhas expectativas eram bem reduzidas sobre o próprio andamento da conversa, em uma análise superficial todos os pontos estavam contra mim para o aprofundamento das questões, talvez recebesse respostas vagas ou superficiais quando questões sensíveis fossem postas em discussão, mas o trabalho de pesquisa de campo é sempre surpreendente e inesperado.

Ao contrário do que esperava, o policial não se restringiu ou se intimidou em relatar sua trajetória profissional, que era permeada por conflitos hierárquicos, institucionais e marcada por medidas administrativas, suas narrativas também não eram carregadas de glórias, ele sequer enaltecia seu trabalho, porém apresentava um certo saudosismo de quem está disposto a se aposentar. Após 30 anos de serviço, o modo como se apresentava, sua corporalidade, seus gestos, nos deixava adivinhá-lo, nos induzia a identificá-lo como profissional de segurança, somado à maneira como se expressava, usando regularmente códigos militares com os quais eu já tinha familiaridade devido às pesquisas anteriores que realizei com militares estaduais.

Iniciamos nossa conversa retomando a história de vida de Santos. O militar, então, me contou que veio de família pobre do interior do estado, de acordo com sua narrativa, se tornar policial seria a chance de ajudar no sustento da família e de melhorar sua condição social. Quando jovem, os seus desejos estavam direcionados às formas de conseguir uma mudança de status social pessoal e familiar, trabalhou desde os 12 anos na roça dedicando pouco tempo para os estudos, já que “ter o que comer era a prioridade”. Por esse motivo teria saído do interior aos 18 anos, para morar com seus familiares e tentar a sorte na capital cearense.

Seu ingresso na carreira militar foi através de concurso público, em suas falas considera que o processo foi penoso antes mesmo de obter o ingresso na corporação, uma vez que “a primeira luta que tinha que travar” era consigo mesmo, com pouco estudo, teria que fazer o supletivo para concluir o segundo grau e passar no concurso. Em sua avaliação, seu esforço teria valido a pena, uma vez que poderia garantir melhores condições para sua família ingressando em uma carreira pública. Relembrando aquele momento, o entrevistado contou-me que só tinha uma questão em mente: “ter um futuro”. Entretanto, ao ingressar na Corporação, no início dos anos 1990, não imaginava que “a luta só estava começando”.

Ao relatar sua trajetória profissional, considerava que sua vida não havia sido fácil, afinal, havia iniciado sua experiência na PM como soldado, antes de mudar para a carreira de oficial. O militar analisou que por não ter tido experiência servindo ao exército, tenha tido mais dificuldades para compreender a hierarquia e por isso enfrentou muitas detenções e ações disciplinares, ao contrário de seus colegas que já tinham passado pela experiência da caserna nas forças armadas brasileiras e não tiveram dificuldades para se adaptar.

Ainda nos primeiros anos de polícia, Santos teria pensando algumas vezes em desistir da carreira. Dizia que “não aguentava aquele povo querer mandar em mim e eu ter que ficar calado, aceitando tudo”. Esse trecho surgiu acompanhado de um sorriso, como quem já se acostumou com esse tipo de situação. Considerava que muitos dos conflitos pessoais que enfrentou era porque não estava acostumado com a vida militarizada, o policial conta que “passei por muita coisa, pensei até em desistir, ainda tinha muito o que aprender nesse tipo de trabalho”.

Ainda no curso de formação, o policial teria sido direcionado para atuar no Batalhão de Choque, o critério usado para fazer parte da companhia teria sido seu porte físico e sua altura. Sobre essa questão suas lembranças vagueiam entre questões como valentia e coragem, racionalizando que atuariam como fatores que teve que aprender na prática cotidiana, pois, no BPCHOQUE, o treinamento era mais intenso e as ações tinham um grau de tensão maior. A narrativa do Major Santos sobre sua trajetória profissional é marcada por inquéritos policiais e também por detenções por insubordinação, desavenças institucionais e lutas reivindicatórias. O fato de ter envolvimento com processos reivindicatórios e uma certa liderança em associações policiais parece deixar o policial à vontade para falar abertamente sobre sua experiência pessoal e também ressaltar um saudosismo de todas as experiências do passado, com a proximidade da aposentadoria por tempo de serviço.

Muitos dos processos e inquéritos respondidos pelo policial ao longo de sua trajetória estavam relacionados à sua prática policial nas ruas, ou “de rua”, como costumam categorizar. O PM contou-me que, no início de sua carreira, “era mais inconsequente, eu no afã de trazer resultado, de manter o nome que eu tinha como policial destaque e tal”. Nos corredores do quartel, Santos era reconhecido por sua atuação e por resolver os casos que assumia, para os quais era designado, muito

embora práticas ilegais fossem cometidas para tal fim, e é por esse motivo que teve que responder aos chamados judiciais recorrentemente. Santos avalia que no curso da ação policial às vezes era difícil medir as consequências dos atos e “arriscava muito e isso me trazia consequências, gastava dinheiro com advogado, eu fazia às vezes, tirava minha paz, acabava os meus finais de semana”. O PM contou-me que “respondia [a] esses processos que eu tinha, que era o meu estresse, dava o final de semana tinha um ofício pra eu ir depor na segunda-feira. Eu não sabia nem o que era muitas vezes, eu chegava lá e era confusão”.

Segundo ele, sua trajetória profissional com essas confusões impactou diretamente em sua saúde e na sua relação familiar. Terrores noturnos, falta de diálogo com a esposa e “cabeça quente” com o baixo salário foram fatores apontados por ele como influenciadores para o desgaste das relações com sua esposa e filhos, ocasionando uma separação e anos para reparar a relação com os filhos. Essa retomada da memória profissional o fez avaliar que a melhor opção seria a aposentadoria, muito embora ainda pudesse continuar alguns anos na carreira ou até pensar em cargo político, o que almejava no momento era uma aposentadoria seguida de uma última promoção. Um modo de finalizar sua trajetória na PM.

Diante das diferentes narrativas exploradas na entrevista, para mim, uma delas teve significativo destaque. Já tínhamos terminado a entrevista formal, o gravador já estava desligado, caminhávamos em direção ao estacionamento, local onde eu iria esperar o motorista do aplicativo para retornar para minha casa. Depois de quase duas horas de conversa, algumas narrativas e idealizações sobre como é ser policial continuavam a impulsioná-lo a falar. Foi então que ele me contou um caso que, em suas palavras, “ainda me atormenta”. O policial conta que não gostava de ouvir barulhos, “era uma sequela do serviço”, o barulho incomodava pois lembrava de um episódio marcante do trabalho de rua.

O militar relatou-me que tinha pouco tempo de polícia, quando foi chamado para uma ocorrência em um bairro da periferia de Fortaleza, era uma perseguição a um sujeito que teria estuprado e matado uma criança. Em um terreno abandonado, era possível ouvir um barulho constante, como se fosse uma martelada. Todos os policiais correram em perseguição, adentrando num terreno com mato alto, era noite e estava tudo escuro, deram tiros para o alto, o sujeito que perseguiam correu. Os policiais que estavam mais à frente o pegaram, enquanto que o soldado Santos

havia escorregado numa poça de sangue, viu uma enxada e o corpo de uma criança desfigurado estendido no chão. O som das marteladas retornaram em sua cabeça. Em choque, o policial disse que sua vontade era de acabar com “aquele cara”. Aquele momento trágico teria marcado sua carreira, foi o momento em que ele “entendeu o que era ser polícia”.

O relato acima prefigura o foco central desta tese, cujo objetivo é descrever e analisar os processos de transformação da vida pessoal, familiar e profissional de policiais militares cearenses. Interessa-me reconhecer a partir das narrativas desses sujeitos as subjetivações e as objetivações construídas a partir de um campo de práticas e que dão sentidos morais aos seus estilos de existência (BOURDIEU, 1972). Para tanto, foram realizadas entrevistas em profundidade com sujeitos de diferentes tempos de serviço na instituição e ocupantes de distintos níveis hierárquicos na escala de graduação corporativa, sendo uma estratégia possível para se perceber como se configuram essas modificações nos modos de perceber essa carreira profissional de Segurança Pública, abrangendo múltiplas realidades (SCHUTZ, 1945).

As condições de existência de policiais militares possuem uma relação simbiótica com suas trajetórias profissionais cuja a violência física e simbólica somada à criminalidade estão em suas bases de sustentação, como parte estruturante, provocando efeitos significativos nos universos simbólicos de quem exerce esse tipo de profissão. É o efeito daquilo que Goffman chama de instituição total (GOFFMAN, 1987). Os efeitos dessas condições estão atrelados a uma institucionalização da violência, expressas nas relações corporativas e na prática de rua. Assim, torna-se preciso adentrar no universo de dor e sofrimento social desses sujeitos para compreender como essas subjetivações sobre a PM são produzidas. Em determinadas circunstâncias os militares, não são percebidos como sujeitos, mas como meras “máquinas de guerra ou de repressão”¹, como agentes dessa

¹ Brasil de fato. “A formação pela qual passamos é uma lavagem cerebral”, revela ex-policia militar. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/07/a-formacao-pela-qual-passamos-e-uma-lavagem-cerebral-revela-ex-policia-militar>

Portal de Notícias G1. Militares relatam o rigor dos cursos para integrar as tropas de elite. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/militares-relatam-como-treinamentos-severos-testam-limites-do-corpo.html>

violência institucional impactando em suas percepções sobre suas trajetórias profissionais.

Para que se compreenda o arcabouço geral dessa institucionalidade, faz-se relevante lembrar que a Corporação Polícia Militar segue um modelo de organização institucional utilizado pelas Forças Armadas Brasileiras, em um padrão estrutural e simbólico aproximado ao do Exército. O escalonamento da hierarquia dentro desta instituição está dividido inicialmente nas categorias de Oficiais e Praças, essa divisão determina as formas de ingresso, formação, responsabilidades e qualificações profissionais. Em uma escala de posicionamento de comando, são consideradas prioritariamente as formas de ingresso (tomando como referência a colocação no curso de formação), o tempo de serviço e o merecimento como fatores que impulsionam a graduação na carreira de polícia.

Os Oficiais são destinados às funções estratégicas e de planejamento, organizacionalmente, estão em uma posição de comando. Aos Praças, cabem as execuções das tarefas no trabalho ostensivo e mais próximo da população. A pirâmide organizacional segue o seguinte fluxo de cargos: o primeiro grupo é subdividido em Coronel, Tenente-coronel, Major, Capitão, Primeiro-tenente, Segundo-tenente e Tenente, já o segundo é distribuído nos cargos de: Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado. Essa distinção entre Oficiais e Praças não acontece apenas do ponto de vista institucional. Nas entrevistas essa questão aparece carregada por simbolismos envolvendo poder e prestígio. A escala hierárquica implica diretamente nas relações entre os militares e às vezes transcende os espaços institucionais. É importante ressaltar não haver continuidade entre essas duas categorias. Foram concebidas para manter um fosso entre os dois universos.

Diante dos múltiplos esquemas de percepção e avaliação dessa realidade, as narrativas dos sujeitos exploram diferentes dimensões da vida policial militar e trazem para o debate questões que nos dão pistas para uma possível crise institucional (BARBOSA, 2017), na medida em que valores autoritários e arbitrários institucionalizados entram pauta de debate, são questionados, e uma nova forma de fazer Segurança Pública se torna recurso político reivindicado e/ou explorado por

diferentes setores da sociedade, seja em âmbito político, acadêmico, na mídia e na vida cotidiana das comunidades que experimentam rotineiramente a ação policial.

O plano de fundo das narrativas também está entrelaçado às mudanças institucionais, em seus jogos de relações, descontinuidades, oposições e deslocamentos, provocando diferentes efeitos no cotidiano da Corporação militar, reverberando em distintas proporções, sejam em medidas administrativas e políticas institucionais, como a criação de novos planos e projetos, ampliação de batalhões e extinção de outros, ou nas relações hierárquicas entre os profissionais. Suscitando diferentes situações como embates públicos entre representantes do governo e policiais militares com carreiras políticas, alterações administrativas explorando mudanças de comandos, fazendo substituições entre civis, militares e policiais federais (SÁ, SALES e SILVA NETO, 2018; SILVA NETO, 2016). Essas mudanças institucionais instigam e remodelam as práticas cotidianas da polícia, ao mesmo passo que abre espaço para movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho e uma certa “politização da polícia”² (CAVALCANTE, 2020).

Ademais, somam-se às intervenções públicas controversas sobre as políticas públicas de segurança, que oscilam entre discursos direcionados às políticas de direitos humanos e práticas que se mostram autoritárias, como observado em 2017 no Ceará, ano que registra recorde histórico no número de homicídios no estado³, somada a crescentes disputas entre facções provocando uma crise governamental, em que o governador Camilo Santana torna explícita uma guerra contra as facções, quando diz que “vai mostrar quem manda”, questão que será aprofundada adiante. Da mesma forma influenciadas pela atual política nacional com viés militarizado, *de guerra contra o crime*, como tem sido pautada desde de 2018, com a presidência de Jair Bolsonaro, Capitão reformado do Exército cujos discursos e formas de governo incitam “novas formas de socialidades

² Termo utilizado pelo governador Camilo Santana ao criticar os movimentos contestatórios da PMCE no ano de 2020. Sobre essa questão, ver: Politização, violência policial e impunidade. Disponível em: <https://escrivaninha.blog/2020/07/15/politizacao-violencia-policial-e-impunidade/> Acesso em 12 de julho de 2021.

³ O ano de 2017 registrou mais de 5 mil homicídios no Ceará. Sobre essa questão: Ceará registrou 38,7 mil homicídios na última década (2011-2020). Disponível em: <https://escrivaninha.blog/2021/01/25/ceara-registrou-387-mil-homicidios-na-ultima-decada-2011-2020/> Acesso em 12 de julho de 2021.

predatórias”⁴ (CAVALCANTE, 2021), impactando nas subjetivações e objetivações das práticas policiais, como observado no caso *Lázaro Barbosa*⁵, procurado pela polícia, que, quando morto em perseguição, gerou comemoração entre policiais e alguns parlamentares, fato reiterado na fala presidencial de “CPF cancelado”.

O processo de transição de uma política autoritária para uma política democrática é extremamente complexo e não linear. É tensionado por diferentes frentes agindo em conjunto, seja demandando questões ou criando leis, expondo situações, questionando atuações ou reivindicando (BARREIRA; ADORNO, 2010). Conjuntura que vem se desdobrando desde o fim do regime militar brasileiro (1964-1985) e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Esses desdobramentos perpassam diferentes campos da dinâmica social e em alguns casos tensionam as ações das instituições policiais.

Um deles acontece no campo político, com uma mudança de discurso que impulsiona a emergência de efetivação dos direitos, por meio da criação de leis, jurisdições, na administração pública por meio de secretarias e coordenadorias discutindo o tema, abrindo espaço para que essa pauta chegue nas políticas públicas e impulse entidades e ações de fiscalizações. Mas esse campo é controverso, e entre práticas discursivas e não discursivas (FOUCAULT, 2000) emergem falas e ações autoritárias em situações de crise. Como observado na reivindicação policial militar do Ceará de 2020, momento de confronto físico entre manifestantes e o ex-governador do estado, Cid Gomes, que dirige um trator escavadeira em direção aos manifestantes e é respondido e atingido por arma de fogo, episódio que será pormenorizado adiante.

O campo político é o que mais tensiona a Instituição policial, através da administração pública e a política (MOTA BRASIL, 2003 e 2011; BARREIRA, 2008),

⁴ Essa perspectiva parte do texto de Ricardo Moura publicado no blog Escrivantina, no texto intitulado: *Caso Lázaro: a lógica da caçada policial em uma sociedade punitiva*. Sobre o qual o autor faz uma reflexão sobre a “caçada policial em um contexto de normalidade democrática”, incitando e estimulando novas socialidades policiais, incentivadas pelo populismo em torno do caso Lázaro Barbosa. Matéria completa disponível em: <https://escrivantina.blog/blog/> Acesso em 12 de julho de 2021.

⁵ Lázaro Barbosa é acusado de matar uma família na cidade de Ceilândia no Distrito Federal. O suspeito ficou foragido da polícia por vinte dias, ao ser encontrado houve confronto armado com os policiais e Lázaro foi atingido e morto. O caso ganhou destaque midiático, e os discursos observados giravam em torno de uma “caçada ao criminoso”. Para entender melhor o caso, veja a notícia: *Caso Lázaro Barbosa: veja 16 pontos sobre buscas por fugitivo, que morreu após confronto com a polícia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/06/27/caso-lazaro-veja-o-que-se-sabe-sobre-as-buscas-e-a-investigacao.ghtml> Acesso em 12 de julho de 2021.

uma vez que, a Constituição de 1988 atribui o comando das polícias (civis e militares) aos governadores estaduais, questão que se tornou pauta política em 2021, onde vem sendo discutido entre parlamentares a redução dos poderes dos governadores sobre essas instituições⁶.

O campo midiático também traz para o debate diferentes percepções sobre o trabalho de polícia, ao mesmo tempo em que expõe casos emblemáticos que forçam a instituição olhar para sua ação efetiva⁷, e a cobra por isso. Como ocorreu após o caso Bruce, adolescente de 14 anos que foi atingido na nuca em uma abordagem policial, considerada pela própria instituição como desastrosa. Em uma notícia publicada pelo jornal O Povo em 24 de julho de 2010 (ano que ocorreu o incidente), um major entrevistado comentou: “o procedimento (do Ronda) foi totalmente desastrado[...]. O soldado irá responder por homicídio. Foi uma tragédia. A abordagem foi drástica”. O caso trouxe à tona para o debate público aspectos sobre a “fragilidade” da primeira formação do Ronda do Quarteirão, realizada em 2007 (ARAÚJO, 2013; BARREIRA; RUSSO, 2012).

Também é a partir desse campo que se reforçam estereótipos e também incitam os debates sobre os dilemas internos⁸ da instituição (MORALES, 2014). Uma notícia publicada pelo Diário do Nordeste em 31 de julho de 2010, ainda sobre o caso Bruce, apontou para a comoção pública, oportunidade em que destaca que o caso que rendeu 19.185 acessos e inúmeros comentários na notícia reportada. A própria matéria aponta comentários dos leitores, como: “Esse crime foi um grande absurdo, mostra o despreparo de pessoas inseridas na Polícia”. Outro comentário

⁶ Sobre essa questão, ver: Congresso avalia reduzir poder de governadores sobre PM e Polícia Civil. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/congresso-avalia-reduzir-poder-de-governadores-sobre-pm-e-policia-civil/> Acesso em: 13 de julho de 2021.

⁷ Como exemplo concreto da atuação da mídia sobre o trabalho da PM veja a *notícia Morte do adolescente Bruce teve repercussão*. Poderá ser acessada através do link: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/morte-do-adolescente-bruce-teve-repercussao-1.396862?page=2>

⁸ Veja também: *76 PMs demitidos e expulsos em dois anos* - <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/76-pms-demitidos-e-expulsos-em-dois-anos-1.846731>

PMs sofrem com suicídios e transtornos mentais sem apoio da corporação - <https://exame.com/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao/>

destacado foi: "Não podemos ficar de braços cruzados diante de tal aberração. Alguma ação tem que ser colocada em prática contra essa devastadora insegurança pública".

Outra frente de análise seria o campo das relações sociais entre a instituição e a sociedade, refletido na atuação efetiva da polícia, de quem sente na pele os efeitos da violência cotidiana e o impacto da atuação policial (muitas vezes extrapolada e brutal), esse campo obtém destaque na medida em que os casos são exibidos na mídia, entretanto, muitas vezes passam despercebidos na cegueira cotidiana de nossas rotinas pela sobrevivência (MATOS JÚNIOR, 2014; SÁ; SANTIAGO NETO, 2011).

Contudo, outra frente motiva este trabalho, relacionada à própria Instituição Militar, destacada através dos sujeitos que compõem essa Corporação, pessoas que carregam em suas corporalidades os esquemas simbólicos de percepção e avaliação do militarismo, de modo que suas categorizações simbólicas e suas práticas são reverberações desse conjunto de tensões. Há outras dimensões que merecem destaque, mas não serão exploradas nesse debate, pois tornaria esse esforço de análise muito mais complexo, como as particularidades que envolvem as relações de gênero na PM, os efeitos da institucionalização nas relações de parentesco e as influências religiosas em um campo militarizado.

Percorrendo através das narrativas dos sujeitos uma certa fragilidade institucional entra em questão, na medida em que uma possível crise do militarismo é explorada, percebida nos deslocamentos com relação ao que Barbosa (2018) chama de "valores domésticos do militarismo" em conflito com "valores públicos democráticos", somadas às novas demandas políticas policiais sobre liberdade de expressão, o que inclui a contestação de arbitrariedades hierárquicas e o sofrimento social evidenciados na sensação de "injustiça". Fatores que impulsionam formas de subjetivação sobre as relações de hierarquia e disciplina experimentadas e contestadas pelos policiais militares (BARBOSA, 2018), um dos motivos recorrentemente acionados quando se expõe a questão do desgaste profissional e sofrimento social, sendo causas efetivas de reivindicações por direitos (SALES; SÁ, 2016; SÁ; SILVA NETO; SALES, 2018).

A greve das Polícias Militares do Brasil, ocorrida no ano de 1997, expôs os conflitos internos experienciados pelos policiais, movimento que abriu espaço para a novas percepções sobre a ordem policial militar, em suas moralidades. Ademais, outros movimentos reivindicatórios ocorridos na PMCE (2011-2012 e em 2020), nos dão pistas para se pensar em uma nova gramática sobre o reconhecimento social, na medida em que as justificativas e motivações para as reivindicações, são mobilizadas nas narrativas de forma mais naturalizada e compartilhada entre os interlocutores (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

É por esse motivo que militarismo, hierarquia e disciplina, além de categorias que fazem parte do universo das corporações policiais, funcionam também como categorias analíticas, e não podem ser negligenciadas. Embora sejam temas debatidos constantemente nos estudos sociológicos e antropológicos sobre a instituição, são questões componentes do campo, aparecem nas narrativas como estrutura do campo, mas também como problema.

As subjetivações em relação à atividade profissional perpassam múltiplas realidades (SCHUTZ, 1945), em certa medida exploram aspectos que interagem e/ou misturam os campos citados acima, tensionando e deslocando diferentes percepções e idealizações sobre *o que é ser policial* (MUNIZ, 1999; SÁ, 2002). Sobre esse aspecto são observadas narrativas que deslocam a questão do *ethos*, como algo estável, permanente. Os relatos expõem uma série de ambivalências em torno do que os interlocutores consideram que é “*ser policial*”, trazendo para o debate algumas narrativas voltadas sacerdotício enquanto que outras se opõem em sentido e significado, abordam desejos de ruptura com o militarismo e exploram idealizações sobre “profissionalização”, ainda há relatos que costuram essas duas percepções.

Essas dimensões que contornam as subjetivações e objetivações percebidas pelos sujeitos estão balizadas em suas experiências vivenciadas, alternando os sentidos morais sobre a autoimagem policial (SÁ, 2002). As narrativas estão ancoradas em suas experiências concretas e em idealizações sobre a prática cotidiana. Os pressupostos implícitos (FOUCAULT, 1966) , ou melhor, aquilo que

não é explorado nas narrativas aparece quando confrontados com questões do trabalho, sobre o que é experimentado dentro e fora dos muros da caserna⁹.

As construções narrativas sobre as trajetórias profissionais apresentam moralidades em fluxo (SÁ, 2014), embaralhadas em idealizações e frustrações envolvendo o trabalho. Ora apresentam categorizações simbólicas em torno do prestígio, da autoridade e da honra, buscando um certo reconhecimento social da profissão, exaltando um estrelismo heroico, forjado pela abnegação e altruísmo, ora expõem aspectos de desumanização, perda de status e humilhação como adversidades experimentadas na prática policial (SALES, 2013; SALES; SÁ, 2015). Essas questões se embaralham no espaço das reivindicações militares, local onde são levantadas disputas morais em torno de uma luta por reconhecimento social (HONNETH, 2003), expressa no engajamento dos militares em movimentos para pleitear direitos, envolvendo principalmente melhores condições de trabalho, aumento de salário e de serem reconhecidos como sujeitos de direitos, fator latente nos relatos.

A vida militarizada é instrumentalizada por normas disciplinares, regulações, enquadramentos, práticas corretivas e punitivas. Esses instrumentos normativos em algumas situações são utilizados para impor uma *hierarquia* baseada no medo¹⁰, assim arbitrariedades veladas ocorrem respaldadas pelo cumprimento das regras do jogo corporativo. Em algumas entrevistas a *disciplina* foi apontada como sinônimo de obediência, e a insurgência muitas vezes respondida com insubordinação, perseguição e cadeia.

Entre as interações corporativas, há duas categorias usadas para explicar a relação institucional e simbólica conectadas à hierarquia: *antigos* e *modernos*. São categorias que compõem a linguagem nativa e que colocam os policiais em um jogo de posições, um policial em relação a outro. Por exemplo, em uma turma de recém ingressos na carreira, a colocação no concurso determina quem é mais antigo e quem é mais moderno, isso é espelhado nos tratamentos hierárquicos, da mesma

⁹ A expressão Caserna, que além de fazer parte da linguagem militar integra o universo simbólico dos militares, designa as estruturas físicas da Corporação, em outra expressão seria nos no interior dos muros do quartel.

¹⁰ Nessa reportagem o policial entrevistado relata que “policial é treinado para ter medo de oficial”. Sobre essa questão ver o artigo completo. Portal eletrônico Exame. Formação da PM é baseada em abusos, dizem policiais. Disponível em: <https://exame.com/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>

forma que os policiais que entraram em um grupo anterior são categorizados como antigos, em relação aos novos integrantes. Por mais simples que essas categorizações pareçam, elas alimentam as lógicas que estruturam as interações, como determinar quem comanda determinado grupamento, quem é promovido primeiro, quem senta nas fileiras da frente nos cursos de formação e quem faz a barba primeiro no banheiro do quartel (SÁ, 2002).

A partir do lançamento do Programa Ronda do Quarteirão, em 2007, essas categorizações ganharam uma ampliação semântica. Na época o novo grupamento da PMCE, tinha provocado uma certa agitação e desconforto entre os demais *praças*, para usar a expressão, os *antigões*. As inquietações estavam relacionadas às divisões internas que o Projeto Ronda estava ocasionando. Fardamento novo desenhado por um estilista, armamento e equipamentos de trabalho modernos, gratificação, somados a uma viatura de luxo, em contraposição às condições precárias aos quais os mais antigos haviam experimentado ao assumir a carreira (BARREIRA; RUSSO, 2012).

Na prática, na interação com a comunidade, os primeiros anos do Ronda também provocaram processos de distinção, era comum ouvir pessoas dizerem “Ah é o Ronda, não é a polícia não”. As formas de tratamento e de interação com a comunidade estimulavam esse efeito, já que se constituía como um grupamento de policiamento comunitário e a experiência interativa e as abordagens preventivas eram o cerne do trabalho. O Programa comunitário produziu um efeito positivo nos primeiros anos de atuação, com o tempo das chamadas e atendimentos reduzidos, garantindo ao Cid Gomes um novo pleito como governador (2011-2015). Já no segundo mandato, com os crescentes índices de homicídios e casos violentos, a popularidade do Ronda caiu, sendo considerado por parlamentares como um insucesso, como veremos adiante.

Esta distinção temporal que também constitui o universo das relações sociais desses sujeitos, aparece nos relatos na medida em que se compartilha a ideia de que os “antigões” são mais bravos (bravura), com uma visão mais aguerrida da profissão, enquanto que os “modernos”, estão apenas à procura de um emprego, cuja estabilidade e segurança financeira é o principal atrativo para o ingresso na carreira, este seria apenas um “trampolim” para tentativa de novos concursos. É evidente que não se pode generalizar essa questão, embora seja uma narrativa

recorrente, a questão da estabilidade financeira e mudança de status social permeia a maioria das narrativas dos entrevistados, independente do tempo de serviço.

Outra questão que surge nos relatos são as ordens interpretadas pelos policiais como absurdas. Nas categorizações nativas há dois tipos de ordens tidas como absurdas, aquelas que estão relacionadas a atos ilegais ou ordens impostas no calor das emoções sem levar em consideração as consequências da ação, como também a ordens que invadem a vida privada dos sujeitos extrapolando o lado profissional. Nas análises dos entrevistados, este último tipo de ordem absurda, não são tão frequentes como nas décadas de 1990 e 2000 (recorte temporal que situam as trajetórias dos entrevistados), ou impostas de forma explícita, muitas vezes são combinadas com punições exemplares para prevenir possíveis retaliações.

Essas disposições são rememoradas pelos interlocutores como parte das histórias que os *antigos* contam para os *modernos* sobre o que eles consideram que é *ser policial de verdade*. Nos relatos, há casos que são alocados como absurdos, entretanto estes ocorrem de forma encoberta, através de perseguições veladas, travestidas em transferências, remoções, mudanças de turnos e escalas para prejudicar estudos, desestruturar organizações familiares, cortando gratificações. As ordens consideradas absurdas são percebidas quando há processos de desrealização do sujeito, seguidas de situações humilhantes ou vexatórias ou em atividades com perda de status, cujas funções de polícia são ultrapassadas por interesses pessoais de comandantes, seria o que Roberto Cardoso de Oliveira (2008) apontaria como uma implicação de *insulto moral*, em situações em que há uma negação da identidade ou cidadania do outro em situações de desvalorização.

Nas narrativas há uma certa percepção de impotência dos sujeitos diante da lógica hierárquica, sobretudo nas companhias do interior, onde a interferência política na atuação da polícia é proeminente ou quando a autoridade policial se confunde com a força política e simbólica na localidade. Sem dúvida a lógica do poder não pode ser ignorada nesta análise, uma vez que, em alguns momentos ela é acionada para impor respeito e “mostrar quem manda”, fato que será explorado adiante a partir de casos concretos.

Essa questão abre espaço para os relatos que dão suporte aos processos reivindicatórios que marcam a história da PM. Uma das reclamações que motivou os primeiros protestos policiais pós ditadura é de que a Constituição Cidadã de 1988

abre espaço para que as cidadania chegue para outras categorias funcionais e que os policiais e bombeiros teriam ficado de fora, estando atados ao modelo do militarismo das forças armadas que é uma herança dos governos autoritários da ditadura militar brasileira.

A greve de 1997 inaugurou um novo momento na Corporação Militar no Ceará. Apesar de não ter tido o resultado esperado pelos PMs envolvidos, tempo marcado por perseguições, retaliações por parte do governo seguido de expulsões sumárias, o movimento abriu espaço para contestações coletivas e criou uma pauta de reivindicações por melhores condições de trabalho. As narrativas de quem participou desse evento, são subscritas em um momento institucional que ainda remetia ao governo autoritário, para eles o comportamento do comando refletia essa herança.

De 1997 até aqui, 2021, outros movimentos reivindicatórios ocorreram e trouxeram significativo impacto para as condições de trabalho dos PMs. Apesar dos eventos favorecerem uma tensão entre o governo estadual e a tropa militar, ambos tentando medir forças diante do embate público (SÁ; SILVA NETO; SALES, 2018), do ponto de vista dos sujeitos, apesar dos conflitos e das punições recebidas, os resultados dessa tensão trouxeram melhorias nos processos de reconhecimento, reparação salarial, treinamentos, equipamentos e tratamentos pessoais, e isso reverbera na construção das trajetórias dos interlocutores dessa pesquisa, remodelando suas percepções sobre a profissão, conforme o observado em seus relatos. Os eventos se configuram como plano de fundo das narrativas e por isso serão explorados nos capítulos dessa tese.

As trajetórias profissionais dos militares respondem às inquietações que estruturaram essa análise sociológica. Desde o início da pesquisa interessava compreender, a partir dos esquemas de percepção e processos de subjetivação e objetivação de policiais militares, como se efetiva as relações entre hierarquia e disciplina no cotidiano profissional? Em que medida essas relações geram processos de perda de status policial? Diante das situações de deslegitimação, humilhação e desconsideração abordadas nas narrativas, como estes sujeitos avaliam as resistências no fazer laboral? Em que medida a corporação vira palco de reivindicações e mobilização por direitos? Como o ambiente militarizado torna-se espaço de luta por reconhecimento? Como acontecem os processos de lutas por reconhecimento que extrapolam as fronteiras da corporação? Como os

interlocutores elaboram percepções sobre o reconhecimento em diferentes domínios de sua existência? E como os entrevistados percebem os processos de transformação institucional após os processos reivindicatórios?

Na estrutura analítica desta tese o reconhecimento social possui uma correlação com valores de respeito e autoestima compartilhados pelos sujeitos, na relação institucional ou entre pares. Assim os processos de lutas se iniciam quando esses valores são rompidos e os processos de desrespeito e desvalorização ganham a tônica das interações (HONNETH, 2003). Essa questão aparece nos relatos em experiências de subalternidade hierárquica, humilhação e perda de status. Assim, as lutas ganham sentido moral quando a integridade psíquica e física dos sujeitos é posta em xeque e confrontam sentimentos de dignidade, autoestima e honra.

Há uma reivindicação dos policiais em serem reconhecidos como pessoas e não como corpos preparados para guerra. Nas narrativas termos como robôs, máquinas ou animais aparecem em formas de comparações. Usadas para explicar as relações entre os militares, como nesse trecho de entrevista: “Eles pensam que a gente é um robô, uma máquina sem sentimento”, fragmento retirado de uma narrativa em que o policial remonta um momento em que recebia instruções para o serviço. Como também utilizadas para relatar aspectos do processo de formação: “Na minha formação eu fui tratado igual um animal, não tinha estrutura nenhuma, inventaram uma alimentação de qualquer jeito e fizeram a gente dormir de colchonete em um ginásio”.

A performatividade dos jogos de linguagem militarizados ao mesmo tempo que produzem no campo muitos corpos docilizados que aceitam as regras sem contestação, também produzem efeitos reversos de insubordinações. Essa ambiguidade traz força produtiva para o debate, as tensões internas tornam possíveis os avanços, ao mesmo passo que unem pessoas em uma força coletiva (BOURDIEU, 1982; FOUCAULT, 1975). Na discussão há espaço para o autorreconhecimento e percepções de si, enquanto sujeitos, que no ponto de vista dos policiais relacionam-se a concepções em torno da condição de humanos.

As teias narrativas construídas pelos interlocutores exploram suas trajetórias profissionais e por isso ganham força metodológica. Retratam histórias que exploram diferentes domínios da existência dos sujeitos e são entrelaçadas por desejos, agenciamentos, lutas, identificações, sonhos, realizações, conflitos,

fantasias, necessidades, oportunidades e renúncias. As multiplicidades das narrativas serão exploradas em suas particularidades e em suas generalidades, sendo elas um recurso rico que pode nos dar pistas para compreender o cotidiano da Instituição Policial Militar e a emergência dos estudos sobre Segurança Pública no Ceará.

Esta tese reflete um acúmulo de experiências de campo dos últimos 10 anos com policiais militares cearenses. Quando iniciei minhas incursões nesse campo, as minhas maneiras de pesquisar passavam pela questão do acompanhamento das representações midiáticas e jornalísticas sobre os grupamentos especializados da PM: BPCHOQUE e GATE. O acúmulo de notícias de jornais sobre o tema fazia parte de minhas atividades de iniciação científica no Laboratório de Estudos da Violência – LEV da Universidade Federal do Ceará¹¹, em 2009-2010.

Na época, diversos movimentos na Segurança Pública emergiram e minhas inclinações de pesquisa se voltaram para a tropa especializada da PMCE. Neste trabalho inicial, minha intenção era compreender como os policiais do Comando Tático Motorizado - COTAM se auto reconheciam e significavam o seu trabalho em contraponto ao desempenhado pelos colegas de farda que compunham o Policiamento Ostensivo Geral - POG¹². Essa distinção foi assinalada nas narrativas ao apontar a especialização técnica adquirida, as rotinas diárias de treinamento e o tipo de ações as quais são chamados a atuar, envolvendo maior complexidade e risco (SALES, 2010). Na ocasião, interessava conhecer como as subjetivações desses sujeitos reforçam idealizações em torno de uma tropa de elite, mais preparada tecnicamente e psicologicamente para o combate, dentro do universo da corporação militar. Entretanto, em campo, uma questão apareceu para confrontar minhas proposições: nos discursos dos militares foi observada de forma recorrente a categoria *medo* com expressivo impacto, sobretudo vinculado ao *medo de perder a vida*.

¹¹ Fui bolsista de iniciação científica no período de 2009 e 2010 pelo Laboratório de Estudos da Violência – LEV da Universidade Federal do Ceará, vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã.

¹² O Policiamento Ostensivo Geral – POG se refere ao pelotão policial que exerce principalmente o trabalho diário de rua, junto à população. Seja fazendo o patrulhamento ordinário, em veículos próprios ou a pé. Do ponto de vista institucional, sua atuação consiste na prevenção de crimes pela imposição de sua presença nas ruas, o que daria uma maior sensação de segurança.

Diante das reportagens, a questão do sofrimento social de policiais militares me inquietou, somadas as descobertas de campo em que a categoria medo despontava nas entrevistas, me impulsionando a dar continuidade nas pesquisas acadêmicas, agora no mestrado iniciado em 2011. Enquanto pesquisava sobre a instituição, diversas notícias veiculadas nos grandes jornais de circulação de Fortaleza tinham foco nas condições psicológicas do policial militar. Traziam à tona o *sofrimento* e a *humilhação*¹³ relacionados ao cotidiano da atividade laboral, além de focalizar o crescente número de licenças médicas consentidas, a maioria delas vinculadas ao afastamento por tratamento psicológico¹⁴.

Esse emaranhado de sentimentos destacado nas narrativas dos militares, somados ao aumento de licenças médicas, despertou meu interesse e esse passou a ser o meu novo foco de pesquisa. Busquei estabelecer meu trabalho de campo em um departamento de tratamento no Centro Biopsicossocial da PMCE¹⁵, o que exigiu vinculação formal dentro da instituição (SALES, 2013). Ao me engajar no CBS, pude realizar um trabalho de campo por 8 meses, estando presente semanalmente na corporação, lidando cotidianamente com as institucionalidades militares, observando rotinas, práticas, gestuais e linguagens próprias desse universo simbólico.

Diante das inúmeras histórias relatadas pelos militares em campo, busquei elencar fatos recorrentes que pudessem contribuir para compreensão geral da atividade laboral e sua relação com os fatores de adoecimento. No contexto das entrevistas e durante as conversas informais, fui confrontada com narrativas emocionadas, seguidas de choro e profunda tristeza. Para mim, estes foram momentos vulneráveis da pesquisa, pois ainda que esteja preparada, não é fácil

¹³ Ver notícia *O sofrimento dos PMs doentes*. Publicada por Marcus Peixoto em 07/09/2010 no Jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/o-sofrimento-dos-pms-doentes-1.493277>

¹⁴ Podemos acompanhar informações sobre as licenças consentidas aos policiais através da seguinte reportagem, publicada pelo Jornal O Povo em 2017: *Em 5 anos, PM teve 23 mil licenças para tratamento psicológico*. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/05/em-5-anos-pm-teve-23-mil-licencas-para-tratamento-psicologico.html> ou o artigo publicado pelo Diário do Nordeste em 2014, intitulado: *1,5 mil licenças concedidas a PMs por problemas psíquicos*. Disponível em: <http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/1-5-mil-licencas-concedidas-a-pms-por-problemas-psiquicos-1.973084>

¹⁵ O resultado desta investida em campo está descrito em minha dissertação: *Medo e Sofrimento Social: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico*, defendida em 2013, para obtenção do grau de mestre junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

ouvir os dramas emocionais de outras pessoas, suas fragilidades e suas fraquezas. Em algumas situações foi impossível não me emocionar, mesmo que não expressasse visualmente.

Nesse momento, intrigava-me a condição do policial militar e sua relação com a atividade laboral. As categorias *sofrimento*, *dor*, *adoecimento* e *humilhação* foram substanciais para compreender os processos de subjetivação e de individualização que envolvem o contexto de vida e de trabalho de policiais em situação de atendimento clínico psicológico, suas experiências sociais de adoecimento, o que resultou em minha dissertação de mestrado.

Ainda em 2011 aprofundei minhas interações com policiais militares, integrando outras atividades do LEV, em que pude participar de grupos focais com policiais militares do Ronda do Quarteirão e grupos focais com líderes do movimento grevista de 1997. No fim de 2011 e início de 2012, pude acompanhar de perto o movimento paredista, participando, como observadora, de passeatas, assistindo ao vivo embates públicos entre o Capitão Wagner e o então governador Cid Gomes, visitas in loco nos batalhões onde as atividades foram paralisadas. Neste mesmo ano pude acompanhar uma entrevista com o Capitão Wagner que logo após a paralisação, se tornou figura política, sendo eleito vereador de Fortaleza. Em 2012 pude participar como facilitadora do curso de formação de soldados¹⁶, foram 7 disciplinas ministradas em mais de 11 turmas, o que rendeu um contato pormenorizado com o processo de formação de pelo menos 300 policiais.

2014 e 2015 foram intervalos temporais, onde não realizei atividades acadêmicas propriamente ditas, mas pude manter contatos com policiais com quem estabeleci relações de proximidade e coleguismo, sempre os incentivando a ampliar suas atividades acadêmicas, impulsionando-os a tentar o mestrado em sociologia da Universidade Federal do Ceará. Neste período acompanhei as discussões em relação à atividade policial por meio das notícias jornalísticas, fato que se tornou parte da minha prática de pesquisa. O material empírico dessas experiências de campo resultou em um artigo e um capítulo de livro em parceria com Leonardo Sá e

¹⁶ Na ocasião, participei como facilitadora nos cursos de formação de soldados da PMCE. Fui instrutora de 7 turmas do curso que correspondia a uma das etapas do concurso. Ao final os candidatos faziam testes psicológicos, de conhecimento sobre os temas estudados e de aptidão física, para então se graduarem e entrarem na corporação militar.

Sabino Neto¹⁷. Em 2016 iniciei o doutorado, período em que busquei uma reaproximação com meus antigos interlocutores e com colegas policiais militares.

Em 2017 as atividades de campo foram retomadas, acionei minha rede de interlocutores para que eles pudessem abrir caminho para entrevistas com novos policiais. Neste ano realizei 12 entrevistas formais com policiais militares com os quais não tinha contato até então. Entrevistas abertas, cuja trajetória profissional era o fio narrativo. Essas conversações resultaram em material empírico para a qualificação do trabalho. Em 2019, senti a necessidade de retornar a campo e buscar novos interlocutores, para isso entrei em contato com mais 8 militares, buscando compreender novos aspectos dos processos de subjetivação e objetivação da prática policial.

Considero que para essa nova análise, o tempo de pausa entre o mestrado e o doutorado e o meu distanciamento e desvinculação com a instituição militar tenha sido necessária, pois pude perceber novos dispositivos discursivos com relação à atividade policial e sua relação com o modo como esses sujeitos elaboram narrativas sobre suas formas da experiência (SCOTT, 1998), ampliando a compreensão sobre o tema e enxergando objetivamente questões que permaneciam despercebidas. No processo empírico desta pesquisa, optei por uma imersão no cotidiano dos militares, em ambientes informais e sem vinculação institucional.

O fato de relacionar o resultado desta tese aos 10 anos de pesquisa, é que os desdobramentos aqui apresentados fazem parte da minha própria experiência como pesquisadora. Trazendo um esforço analítico de pensar novas questões, identificando problemáticas e potencialidades que emergiram do campo, deslocando percepções, atualizando informações, ampliando o esforço e amadurecendo a minha própria compreensão sobre esse tema que é repleto de questões.

O empreendimento de campo da tese contou com entrevistas concedidas por *oficiais* e *praças*, que estão na condição de ativos em suas demandas laborais. Além do material de campo que tenho arquivado como as notícias de jornais, as notas de pesquisa de meus diários de campo, a memória das investidas práticas, as

¹⁷ O artigo *A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional*. Escrito em parceria com o Leonardo Sá, publicado na revista Pós Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Também o capítulo de livro intitulado *Entre Frouxos e moleques: disputas morais, socialidade masculina e política de reputação entre políticos cearenses*, produzido por mim, Leonardo Sá e Sabino Silva Neto para o livro *Questões e Dimensões da Política do Núcleo de Antropologia Política do Museu Nacional – NUAP*.

conversas informais, os momentos de interação e as entrevistas consentidas, pois estes materiais fazem parte das minhas experiências e vivências com relação ao tema, permitindo novos olhares e deslocamentos na compreensão dessa teia de sentidos e significados (GEERTZ, 1978).

Esse material empírico não alimenta apenas um acúmulo de informações sobre a PMCE, reflete minhas pesquisas sobre Segurança Pública nos últimos anos. O foco estrutural está nas entrevistas realizadas em 2017 e 2019, porém a construção social da pesquisa se constituiu ao mesmo passo em que percorri os corredores da Universidade. Ademais, as experiências anteriores abriram caminho para que um novo acesso ao campo se efetivasse. Foi através das relações estabelecidas no mestrado que formulei uma nova rede de trabalho. Considero esse ponto de partida essencial, para contextualizar o leitor sobre minha posição nesse campo, refazendo pontos importantes da minha trajetória acadêmica, aspectos significativos para chegada ao tema, e que de certo modo conduzem meu olhar sobre esse fragmento da realidade social.

O tema da Segurança Pública, em minha trajetória, não despontou como parte de influência direta pessoal. Alguns de nós, pesquisadores iniciantes, temos nos integrado a temas oportunos, de grupos de estudos já consolidados cujo desafio que se coloca é encontrar um novo foco na discussão preexistente, entendendo que o empreendimento de pesquisa não acontece de modo isolado, é um trabalho coletivo. O exercício é buscar deslocamentos, novas questões e uma reconfiguração de temas para que alimente o debate em torno de um campo de pesquisa (SÁ, 2014). Comigo não foi diferente, devido ao meu engajamento como bolsista no LEV atividade policial provocou minhas inquietações.

Para a realização desse esforço analítico, entendo a entrevista como uma rica técnica de pesquisa, momento em que o interlocutor descreve suas experiências, dramas, encenações e apelos sociais, a partir dos pontos que considera mais relevantes sobre sua trajetória. O momento da interpelação se constitui como um instante fecundo para que o interlocutor manuseie o seu “estoque de conhecimento”, reelaborando suas histórias, elencando elementos-chave, acionando suas referências e seus sistemas de relevância nos processos e práticas. Ademais, o recurso da entrevista tem a característica de abordar fragmentos da história vivida no curso das ações cotidianas, dito de outro modo é uma “narrativa das práticas em situação” (BERTAUX, 2010, p.18). É por esse motivo que sentimentos, expressões

corporais, expressividades verbais e não verbais são percebidas pelo pesquisador quando o entrevistado remonta sua história.

Em um sentido mais amplo, ao trabalhar as narrativas de vida dos militares, não se espera necessariamente a reprodução fiel de determinado contexto, e sim um resgate da memória através da reconstrução da experiência vivida, por meio de palavras, discursos e imagens. Assim é possível entender como se operam as práticas e processos sociais no microcosmo que envolve a atividade policial aproveitando principalmente a informalidade para a apreensão das histórias.

Os primeiros contatos para as novas entrevistas partiram das trilhas deixadas pelos anos anteriores de pesquisa, acionei pessoas com quem mantive contato e eles me apontaram novos interlocutores. O processo de escolha dos PMs passou por apenas um critério fundamental, ser policial militar e estar atuando na profissão. Desse modo, o rol de entrevistados conta com policiais militares dos diferentes postos de comando, ou seja, *praças* e *oficiais*. Os locais de atuação dos policiais entrevistados não se constituíram como critérios restritivos para a observação, apesar de compreender que podem gerar particularidades discursivas, mas entendo que, em geral, essa distinção pode trazer elementos divergentes para dar mais profundidade à análise.

Os relatos são considerados a partir do seu contexto de produção, pelo modo como são constituídas e elencadas as tramas narrativas, compreendendo o entrelaçamento das categorias produzidas. As subjetivações abrangem uma realidade social e histórica produzida e enraizada a partir dos diferentes processos e práticas vivenciados e experimentados pelos sujeitos (SCOTT, 1998). Nesse sentido, a estrutura analítica deste estudo está ancorada na própria produção do sujeito sobre sua condição, seus interesses, recortes temporais, históricos e questões que consideram relevantes ao remontar sua trajetória profissional. A própria tessitura reflexiva será entremeada pelas histórias vividas pelos PMs.

As análises apresentadas a seguir dão pistas importantes para uma compreensão das estruturas e performatividades em torno da Segurança Pública no estado do Ceará. Para tanto, é preciso entender que a polícia é apenas um dos braços que compõem esse complexo sistema. A ideia aqui é trazer um ponto de vista localizado diante dos diferentes aspectos que compõem a atividade policial, conduzindo o debate em torno dos processos de luta por reconhecimento social pleiteados pelos sujeitos, que tem sido um impulsionador de diferentes percepções

sobre a Corporação. Por este motivo o foco parte do ponto de vista de quem experimenta o cotidiano de uma instituição militarizada, cujo propósito é o confronto direto com a violência.

1. A POLÍCIA ENQUANTO PROBLEMA SOCIOLÓGICO: UM CAMPO EMERGENTE

Neste capítulo, busco apresentar ao leitor, diferentes estudos que inscrevem a polícia enquanto objeto de pesquisa. Despontando como problemática sociológica que ganha terreno sólido no campo acadêmico. Diante da intensa produção elaborada em diferentes perspectivas sobre o tema, desdobradas em monografias, dissertações e teses, além de pesquisas fomentadas por grupos de pesquisas que se consolidaram ao longo das últimas três décadas, cabe destacar que o processo aqui elaborado não se constitui como uma tarefa exaustiva, dedicada em catalogar os trabalhos acadêmicos existentes, mas propõe uma revisão que ao mesmo tempo que percorre as leituras que fazem parte da minha trajetória acadêmica, também dialogam com a minha pesquisa, que está circunscrita a um tempo histórico situado entre os anos de 1964 e 2021.

Muitos pesquisadores trazem para o debate acadêmico a Polícia como “*uma problemática obrigatória a ser enfrentada pelas ciências sociais*” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, p.148, 2018), uma vez que esse tema tem ganhado potência nos últimos 40 anos, sobretudo a partir dos anos 1990. Neste percurso temporal, as polícias têm se reafirmado como relevante objeto de estudo diante da intensa produção científica. A revisão bibliográfica de Muniz, Caruso e Freitas (2018), destaca que os estudos sobre *Polícia* seguiram diferentes perspectivas, baseadas nas estruturas, institucionalidades, implicações políticas, percepções de mundo, práticas e suas funções sociais. Uma extensa produção acadêmica tem sido produzida, o que estimula o debate e desperta novas problemáticas e potencialidades, os autores destacam que:

Os estudos sobre polícia, do final dos anos 1990 para cá, ganharam em qualidade e quantidade. Hoje constituem rico sortimento tanto de alternativas diversas de temas e análise quanto do volume ampliado de distintos trabalhos desenvolvidos e publicados. Importa também ressaltar que, de algum modo, esta respeitável e vasta produção suscita, ainda, importantes questionamentos sobre suas possíveis implicações nas políticas públicas de segurança pública experimentadas no Brasil. (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, p.148, 2018)

Ademais, o efeito dessa produção estimula e tensiona os debates em torno das políticas públicas de segurança, reflexo da implicação desse potencial. Cabe

relacionar que a conjuntura política e as experiências sociais de pesquisadores envolvendo as instituições policiais e as intervenções no campo da segurança pública, no Brasil e no mundo, têm influenciado sobremaneira os estudos nessa área temática mais ampla. Sendo abordados sobre diferentes panoramas analíticos e influenciando em sua consolidação enquanto campo de discussão científica. Fato que pode ser amplamente revisitado nas diferentes revisões de literatura já produzidas, em tempos históricos circunscritos. Estes estudos foram realizados por pesquisadores que se constituíram como referências no tema em discussão. (ZALUAR, 1999; KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000; ADORNO, 2001; BARREIRA; ADORNO, 2010; MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018).

No que se refere às pesquisas sobre as polícias, Muniz, Caruso e Freitas (2018) propõem um balanço sobre importantes estudos envolvendo a temática, sugerindo para a discussão diversas investigações que se tornaram referência ao impulsionar e orientar pesquisadores ao longo das últimas duas décadas. Considero a revisão proposta pelos autores substancial para esta análise, uma vez que aponta a história de construção e consolidação da segurança pública enquanto objeto de pesquisa nas Ciências Sociais.

Nesta revisão, os autores situam o início das análises sobre polícia diante do panorama de produções científicas sobre *violência, criminalidade, justiça criminal e segurança pública*, em referência ao campo das ciências sociais no Brasil. A intenção do estudo é expor o modo como a polícia despontava no debate acadêmico e se configurava enquanto “problemática sociológica”, permeada por ambiguidades e potencialidades interpretativas. Ainda que esse cenário temático nas décadas de 1980 e 1990 tenha sido pouco explorado, nesse período iniciam-se as discussões em torno das instituições e práticas policiais, os estudos ainda eram pontuais e o campo permaneceu escasso por um longo período. Os estudos Paixão (1982), Oliveira (1985) e Kant de Lima (1989) despontaram nesta época.

O texto de Paixão (1982), apresentado no IVº encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), explora a imagem negativa da polícia e as representações envolvendo a instituição militar, vinculadas a experiências de violência e à repressão política. Este é um dos textos que inauguram os estudos sobre as organizações policiais, explorando sua estrutura formal e atividades cotidianas. Traz também representações e auto concepções compartilhadas entre os militares, envolvendo uma percepção sobre “guerra contra o

crime”, expressão que ainda permeia as narrativas de policiais militares, ora mais evidentes, ora subscrita nos relatos sobre a profissão, juntamente com as idealizações de uma imagem guerreira, também explicitada pelo autor.

Nesta mesma época, Oliveira (1985) abordava em seus estudos as práticas judiciárias em Recife, analisando de que forma o trabalho policial influenciava os inquéritos e os processos jurídicos. Kant de Lima (1989) segue uma linha de estudos parecida. O autor publica um artigo, resultado de suas pesquisas sobre o sistema judicial do Rio de Janeiro, ao qual confronta categorias políticas do campo jurídico com as práticas de controle social. Nesse sentido a ênfase do estudo era apresentar a ambiguidade existente entre os sistemas jurídicos e policiais, na medida em que a atuação policial operava sob a influência das representações “hierarquizadas e holistas da sociedade”, advindas da cultura jurídica e reverberando em práticas inquisitoriais. O autor destaca que:

Tomo aqui a instituição policial para exercer minha reflexão sobre a ambiguidade do sistema. Meu objetivo é demonstrar como as práticas da polícia, percebidas pela cultura jurídica e pela cultura policial como características da polícia, resultantes de sua *prática*, são informadas por representações hierarquizadas e holistas da sociedade, presentes na cultura jurídica e em nosso pensamento social sob a forma de processos inquisitoriais de produção e reprodução de certezas – e verdades - que levam à resolução de conflitos. Esta ambiguidade empresta à instituição policial caráter potencialmente contaminador e desorganizador da ordem estabelecida, sujeitando-a a acusações sistemáticas e tendo como consequência mais evidente a de tornar clandestina a identidade propriamente policial, o que impede a instituição de elaborar critérios explícitos que propiciem o controle *interno* efetivo da corporação policial e favoreçam um eficaz controle público de seu desempenho. Suas práticas, portanto, *propriamente* policiais, são "levadas de mão em mão", "transacionadas", constituindo-se em verdadeira tradição inquisitorial. (KANT DE LIMA, p.3,1989)

A partir da década de 1990, os estudos envolvendo o campo da segurança pública e a recente mudança para o período democrático ganham evidência. Entrava em pauta de discussão os direitos humanos em contraposição às violências cometidas pelo estado. Nesta época, Alba Zaluar (1999) organiza um importante estudo em que explora a interface da violência e da criminalidade como marcas da história política recentemente experimentada. A autora faz um levantamento sobre importantes pesquisas envolvendo estas áreas temáticas e destaca o número reduzido de estudos sobre as instituições policiais. As análises sobre a instituição militar começaram a aparecer a partir de grupos de pesquisa, ainda que a categoria

polícia não figurasse na “linguagem acadêmica autorizada” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018).

A perspectiva explorada por Zaluar (1999) segue parâmetros em que a categoria **polícia** ainda aparece de forma subjacente nas pesquisas. Por outro lado, no levantamento bibliográfico de Kant de Lima, Misse e Miranda (2000), considerando a linha temporal da década de 70 aos anos 2000, expõem uma perspectiva temática com maior amplitude, em termos de quantidade de referências catalogadas. Os autores elaboraram uma categorização dos estudos interessados no debate sobre a temática das políticas de segurança pública, e o trabalho policial em consonância aos estudos sobre sistema de justiça criminal, o que ampliou o debate.

Considerando essa abrangência temática proposta Kant de Lima, Misse e Miranda (2000). Destaco a produção acadêmica do Ceará, a partir de Glaucéria Mota Brasil com sua dissertação de mestrado, intitulada *Polícia: instrumento panóptico da sociedade moderna*, datada do ano de 1989. Esta pesquisa inaugura no âmbito do Programa de pós-graduação em sociologia do Ceará, os estudos em que a temática começa a ganhar corpo e visibilidade. De início, as investigações sobre as instituições policiais apareciam na “periferia dos interesses acadêmicos, a polícia surgia subalterna” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, p.151, 2018). Os trabalhos reduziam as análises sobre a instrumentalidade das ações policiais, sem evidenciar seu potencial de problematização em meio a uma realidade institucional e de atuação complexa. A partir da década de 1990 a instituição policial se constitui e se firma como categoria sociológica no campo das ciências sociais.

Em 1992 a produção de Guaracy Mingardi sobre a polícia civil de São Paulo tornou explícitas as dinâmicas relacionais que circundavam as delegacias de polícia daquele estado. Do ponto de vista de uma perspectiva privilegiada, enquanto nativo do próprio campo, sendo um policial civil pesquisando a própria instituição, o autor explora aspectos das relações que envolviam práticas corruptas e de tortura no âmbito da instituição, ponto que foi amplamente debatido e criticado na época.

Ainda nesta compreensão temporal, abordando a duplicidade que perfaz o ofício policial, José Vicente Tavares (1997) mobilizou em sua pesquisa o processo de constituição da organização policial, através de um debate que entremeia a formação de um Estado-Nação, aos processos de governabilidade. O autor estava interessado em estabelecer uma relação entre a formação desta organização como

“aparelho repressivo do Estado” e o processo de construção de um consenso em torno de sua “função social”. O autor questionava “a inserção da violência no cerne da organização policial, discutindo em que medida a violência produz um ofício no qual a norma social contém em si mesma a possibilidade, virtual ou real, do excesso de poder” (p. 155, 1997).

Datado da mesma época, o artigo *O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos* de Nancy Cardia (1997) traz para discussão uma perspectiva sincrônica com os estudos sobre segurança pública e o papel da polícia no contexto da transição do regime ditatorial e o período de democratização do país. A autora expõe, neste texto, a negativa imagem que a polícia representava. Para esta pesquisadora, a problemática girava em torno do baixo desempenho dos profissionais e a violência expressa em ações truculentas e no medo que impunham, este último usado como uma forma de controle social. Porém, Cardia explica que a categoria *medo*, empregada nas falas dos policiais, apareceu inúmeras vezes nas entrevistas de sua pesquisa, “Ela foi usada por esse grupo 20 vezes mais que nos demais grupos.” (p. 263, 1997), o que revelaria uma sensação de rejeição social e sensação de vulnerabilidade, dado importante para a discussão que se segue. Em determinado trecho do texto podemos encontrar:

O treinamento dado é reconhecido pelos profissionais como insuficiente, faltam equipamentos de proteção (colete à prova de bala, capacetes, etc.) e comunicação com outros grupos; falta também infraestrutura de apoio, como, por exemplo, mapas adequados para as áreas mais difíceis. Os usados são irrealistas: a escala não é adequada, eles não descrevem as áreas invadidas. Favelas são apresentadas como áreas vazias. Quando a polícia tem que entrar em uma dessas áreas, ela entra sem informações detalhadas sobre os acessos e as saídas. Sem instrumentos, há pouco planejamento e muita improvisação aumentando as chances de cair em verdadeiras armadilhas e pôr em risco suas próprias vidas e a dos demais moradores. Muitas das condições de trabalho de campo favorecem o mau desempenho. Além disso, há pouco apoio em geral para os policiais, isto por suas próprias corporações. (CARDIA, págs. 263 e 264, 1997)

Como podemos ver, o estudo de Cardia (1997) tinha como enredo uma questão pertinente ao ofício policial, as dificuldades e limites que entrelaçam o cotidiano dentro das Corporações. Tais dificuldades foram pautadas por estudos posteriores. Neste mesmo ano, Marcos Bretas (1997), ao estudar as instituições policiais do Rio de Janeiro, abre espaço para discussões em torno de uma cultura e uma mentalidade policial, atentando para a percepção de como esta questão era

reverberada no cotidiano de trabalho. Estudos como o de Bretas (1997) abriram espaço para novas perspectivas e possibilitaram uma compreensão sobre a dinâmica da prática policial, uma vez que por um longo período os temas pautados estiveram vinculados ao âmbito institucional, dinâmicas que envolviam a criminalidade, situações violentas e ao período ditatorial que o Brasil atravessou. E, portanto, não estavam circunscritas à atividade policial propriamente dita.

Em 1998, Jacqueline Muniz e Bárbara Soares organizaram uma pesquisa para a UNESCO, elaborando um mapeamento da vitimização de policiais no estado do Rio de Janeiro. O trabalho foi organizado com a intenção de subsidiar um planejamento sobre a segurança do trabalho e melhoria das condições profissionais para operadores de segurança. A investigação objetivou analisar a que condições laborais as quais os policiais estavam submetidos, elencando também o número de policiais mortos, seja em serviço ou durante a folga. Apontando em que condições essas mortes aconteceram, bem como o risco de vida envolvido no fazer cotidiano.

Um ano depois, Muniz (1999), em sua tese *Ser Policial é sobretudo uma razão de ser*, faz uma reflexão sobre o universo cultural que dá sentido às práticas institucionais e cotidianas da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A autora abordou, a partir das narrativas dos sujeitos, questões práticas sobre o trabalho ostensivo da polícia e o espaço existente entre o poder legítimo e ilegítimo nas diversas situações em que atua, dentro e fora da corporação. Destacou também o recurso discricionário do poder de polícia, que consiste em dar liberdade e autonomia para o policial discernir e aplicar sanções a infratores como for conveniente, no curso da ação. Jacqueline Muniz (1999) coloca em evidência os desafios do trabalho ostensivo que mescla a incerteza e o risco com a legalidade e a legitimidade da profissão.

A partir dos anos 2000, é possível identificar avanços significativos em relação aos estudos sobre as instituições policiais e sua “ênfase nas narrativas acadêmicas” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018). Surgem nos debates diversificadas perspectivas analíticas. Enquanto uns exploram os processos de mudanças políticas que impulsionam as reformas institucionais, o surgimento de instâncias de controle das ações policiais, aspectos relativos aos processos de formação dos operadores de segurança, outros enfatizam as dinâmicas de trabalho cotidianas, as condições de trabalho aos quais os policiais estavam submetidos. Importante considerar que as análises não se esgotam nessas perspectivas, muitas outras despontaram como interesse de pesquisa.

Muniz, Caruso e Freitas (2018), fizeram o exercício de compilar a produção acadêmica sobre as polícias entre os anos de 2000 e 2017, e verificaram a existência de pelo menos 400 publicações sobre as instituições policiais, sobre a qual 194 se configuraram como artigos publicados em revistas científicas indexadas. O que revela a consolidação de um campo temático, expresso não só através das pesquisas de mestrado e teses de doutorado. Mas também na divulgação desses conteúdos através de coletâneas temáticas e ênfases de algumas revistas da área¹⁸.

Nesse sentido, considerando o potencial temático e científico que se apresenta, parece oportuno elencar outros estudos que também me instigaram a pesquisar a instituição policial militar. Nesse sentido, trago para esta contextualização pesquisas que se destacaram por elaborarem uma análise sobre a corporação militar privilegiando o ponto de vista do policial. Percebendo em que medida os discursos produzidos pelos sujeitos, localizados em seus tempos históricos e condições de existência, impactam suas percepções sobre o que é ser policial, estruturam subjetivações sobre si e ao mesmo tempo balizam ações objetivas, foco que ganhava destaque no início do século XXI.

Neste mesmo período, surgiam com mais evidências trabalhos cujo foco central estava amparados nas relações de gênero no interior da corporação militar. As mulheres começavam a ganhar espaço nas fileiras da tropa e a terem um efetivo destaque nos estudos acadêmicos. Carlos Cerqueira (2001) explorando a realidade das policiais femininas do Rio de Janeiro, faz uma reflexão que entremeia as relações de gênero, o papel dos direitos humanos e aspectos oriundos da prática. Traz para o debate elementos da vitimização contra a mulher, crimes cometidos por mulheres, e destaca a partir da experiência de uma delegacia de mulheres, como se efetiva os seus trabalhos enquanto policiais. Outros estudos foram realizados no mesmo período, como o de Raymond Caire (2002) intitulado *A mulher Militar: das origens aos nossos dias* e o de Mirian Lima (2002) *A Major da PM que tirou a farda*. Já em 2005, Bárbara Soares e Leonarda Musumeci lançam o livro *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*.

¹⁸ Destaco as importantes publicações nas revistas *Sociologias* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Sociedade e Estado* da Universidade de Brasília, Caderno CRH da Universidade Federal da Bahia. Como também a coletânea sobre as instituições policiais organizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP).

Leonardo Sá (2002), numa perspectiva etnográfica, buscou analisar o processo de formação de civis para o ingresso na corporação militar. Para tanto, o autor utilizou os conceitos de *autoimagem*, de Norbert Elias, e *disciplina*, de Foucault, como ferramentas metodológicas, que contribuíram para dar sentido a análise de como se constitui as autopercepções de civis cujo objetivo era de se tornarem Oficiais da Polícia Militar do Ceará, reconhecidos como “filhos do Estado”. O autor, pautou seu estudo na tentativa de produzir uma reflexão sobre a produção social do *oficial*. Para tal fim, acompanhou durante três meses o Curso de Formação de Oficiais na antiga Academia de Polícia Militar General Edgard Facó, fundada em 1929 e extinta em 2008.

Outro estudo de Kant de Lima (2003), buscou apontar para uma nova compreensão sobre as instituições policiais. No texto, o autor critica o modelo que constitui a formação do policial brasileiro, em que o *ethos* militar estaria associado a punições e “princípios judiciais excludentes” (p. 73), o que em certa medida entrava em conflito com princípios e requisitos de um Estado democrático. Para iniciar o debate, Kant de Lima (2003) questiona a própria noção de desempenho, lançando o problema não só relacionado ao mau desempenho, mas interrogando sobre um comportamento vinculado à legitimação de ações que confrontam o Estado democrático. O autor argumenta que tal despreparo é transmitido através de valores e ideologias distintos ao que compreendemos socialmente. Esta análise, embora esteja circunscrita em um tempo histórico anterior, ainda se constitui como parte do debate em torno das formações policiais, posto que ainda suscita inquietações e alimenta discussões.

Um dos pontos que aparecem repetidamente nos trabalhos citados, põem em evidência o paradoxal trabalho policial, interpelado e pressionado por diferentes instâncias sociais, refletindo a diversidade de conflitos em que suas atuações estão pautadas. Kant de Lima argumenta que a maior parte de sua atuação representa uma mediação de conflitos interpessoais, resolvíveis através do diálogo amistoso ou pela imposição de sua presença. Por outro lado, está presente nas narrativas dos militares a ambiguidade em relação a cobrança social que ora exige abordagens agressivas e truculentas com sujeitos indicados como “criminosos”, ora exige moderação e controle, repudiando a violência e tomando como princípios norteadores os direitos humanos.

As pesquisas acima problematizam as percepções dos PMs ao fato de serem interpelados a ter habilidade de improvisação, proatividade, senso criativo e discernimento, o que entra em confronto ao observarmos casos de arbitrariedades, corrupção e ilegalidades. Ademais, trazem para o centro do debate a discricionariedade policial, momento em que apontam que está sob sua responsabilidade os efeitos produzidos no curso da ação, cabendo aos militares terem a sagacidade de lidar com os diferentes tipos de intervenções, sejam elas conflitos de pequena ordem, fáceis de serem resolvidos ou aqueles emergenciais que põem em risco a vida.

Dominique Monjardet (2003), por exemplo, em seu livro *O que faz a Polícia*, destacou que “o funcionamento policial cotidiano é a resultante de tensões perpétuas” entre ser um instrumento de poder, ser um servidor público ou compreender o papel policial como uma profissão, e estas seriam lógicas concorrentes. A proposta metodológica de Monjardet (2003) traz para o debate questões interessantes. A análise do seu material empírico aponta para uma instituição composta por um conjunto de situações e dimensões que viabilizem um “sistema policial”.

Para o pesquisador, somente a análise das práticas policiais não transparece a realidade do que é a polícia. Monjardet (2003) explora que esta realidade abrange três aspectos específicos que compõem dimensões estruturais de integração do aparelho policial, seriam eles: os *aspectos institucionais*, que caracterizam a polícia como um instrumento de controle, pautado em hierarquias, detentor de dominação legítima através do Estado. Apresenta ainda dimensões não institucionais, que ultrapassam os ditames regulatórios, uma vez que comporta informalidades e ilegalidades; Outro ponto seriam os *aspectos organizacionais*, ditames internos pautados e regidos por regras militares, procedimentos especializados, técnicas próprias, posse e manejo de equipamentos; Por último, e o que de fato aguçava minha curiosidade, estão os *aspectos profissionais*, que evidenciam uma identificação afetiva e simbólica com a prática policial, com valores sociais próprios.

Minayo, Souza e Constantino (2003) no livro *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial* e mais tarde, Minayo e Souza (2008) no livro *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro* descrevem as situações precárias a qual o trabalho de policiamento esteve submetido até aquela data. Os estudos realizados por meio de entrevistas,

grupos focais e aplicação de questionários, expuseram a realidade a qual a atividade laboral das polícias civil e militar do estado do Rio de Janeiro estavam inseridas. Os dados apresentados apontam para uma lida diária com aparelhos tecnológicos e instrumentos de trabalhos sucateados, ou até sem equipamentos para realizar funções específicas, além do número reduzido de funcionários nas corporações, provocando jornadas de trabalho extenuantes, semelhantes aos dados apresentados por Cardia (1997).

Os problemas ligados aos desvios de funções foram destacados, como também o risco de acidentes e o temor em perder a vida em uma ação de enfrentamento. Entre as questões apontadas na pesquisa como causadoras de desgastes físicos e psicológicos estão: a má remuneração, a pressão social da população e da institucional. Estas ainda se constituem como reclamações recorrentes nas falas dos sujeitos, fato que pude observar ao longo dos anos de pesquisa sobre o tema.

O estudo organizado pelas autoras não aponta apenas para os problemas que incidem diretamente no corpo físico dos sujeitos, trazem à tona o modo como essas questões incidem em pressões mentais, reverberando em doenças psicológicas, somatizações e dependência alcoólica, por exemplo. Além das categorias *risco*, *trabalho* e *segurança*, outras também se relacionaram com o contexto de pesquisa, como *saúde* e *qualidade de vida*. Indicado por Minayo, Souza e Constantino (2003), as corporações policiais se apresentam como um universo bastante reticente e arredo, cujo acesso é circunscrito aos interesses institucionais. Ainda assim, as autoras investiram em uma investigação interdisciplinar, englobando Sociologia, Antropologia e Saúde Coletiva para compreender as condições de vida, trabalho e saúde dos militares.

Esses temas envolvendo condições de trabalho, vitimização, índices de mortalidade policial e riscos da profissão, vêm sendo extensivamente discutidos entre esses policiais militares desde a década de 1990, provocando movimentos reivindicatórios de repercussão em âmbito nacional, dentro e fora dos muros da Caserna. Nesse contexto de mobilização, movimentos contestatórios marcaram significativamente a história das corporações brasileiras, sobretudo no Ceará. O primeiro deles aconteceu em 1997, ocasião em que esse grupo de trabalhadores organizou um protesto que reclamava melhores condições laborais. Este fenômeno aconteceu simultaneamente em 14 estados do país. Para explorar com mais

atenção este assunto, os trabalhos produzidos por Juniele Almeida (2010) e Juliana Alves (2013) são referência, uma vez que fazem um resgate histórico minucioso sobre a greve policial militar de 1997.

No Ceará o debate em torno das instituições militares obteve espaço e demarcou uma nova linha de pesquisa. O Laboratório de Estudos da Violência – LEV, o Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética – LABVIDA e o Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência – COVIO¹⁹ por intermédio de suas parcerias de pesquisa fortaleceram esse debate temático. Os professores das universidades elaboraram uma extensa bibliografia sobre o assunto e estimularam jovens estudantes a produzirem pesquisas relacionadas à Segurança Pública, ao mesmo passo que os debates políticos e conceituais sobre o tema se consolidaram no país.

As pesquisas de Glaucíria Mota Brasil (2002; 2003; 2004) apresentavam as impermanências políticas e a crise da segurança pública (enquanto campo de atuação dessa política), o que reverbera nas instituições e conseqüentemente nas práticas cotidianas. Cesar Barreira (2004a; 2004b) estendia o debate fazendo um paralelo entre as questões políticas e como elas mobilizam as estruturas de funcionamento institucionais das polícias. Fazendo um retrospecto histórico dessa influência política nas ações de segurança pública, Freitas, Mello e Almeida (2009) publicaram o livro *Organizações policiais em revista*. Considero essa perspectiva importante uma vez que esta influência está expressa de forma sublinhada nas narrativas dos sujeitos entrevistados.

Os estudos orientados por esses pesquisadores refletem um desdobramento das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Laboratórios, despontam no intuito de

¹⁹ O **Laboratório de Estudos da Violência (LEV)** é vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, UFC, foi criado em 1993. Comemorou em 2019 25 anos de pesquisas envolvendo os temas Violência, Cidadania, Conflitos Sociais e Direitos Humanos, possui um grupo de professores, estudantes de pós graduação e graduação engajados na produção científica sobre essas temáticas.

O **Laboratório de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA)** é vinculado ao Curso de Serviço Social do Centro de Estudo Sociais Aplicados (CESA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foi criado em 2000, e tem como temáticas basilares os Direitos Humanos, Cidadania e Ética. Este é um espaço transdisciplinar focado na investigação e análise dos conflitos sociais.

Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência – COVIO: Criado em 2003, o grupo une alunos e professores do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da UECE. Seu foco está em compreender a produção de sentidos e significados sobre conflitos sociais e a violência, bem como ações de enfrentamento à violência.

compreender novas dimensões sobre o trabalho de polícia, desde estudos que visavam discutir dimensões de um *ethos* próprio e seu impacto nas práticas efetivas (DIÓGENES, 2011), passando pela emergência de uma idealização de polícia comunitária que começava a despontar no campo acadêmico se estendendo para um debate interno dentro da corporação militar, bem como estudos que entrelaçam as novas demandas políticas pautadas nos direitos humanos em contraposição às ações efetivas das polícias (PINHEIRO; BARREIRA, 2010; BRASIL; SOUSA; MIRANDA, 2011).

Diante do intenso debate, os estudos passaram a focar em questões internas da corporação e os efeitos na prática cotidiana. No Ceará, o Programa de Polícia Comunitária passa a ser objeto de estudo. Interessava conhecer de que modo ocorria a implementação dessa nova concepção de policiamento, considerando uma perspectiva de mudança de mentalidade institucional, também amplamente divulgada para diferentes setores da sociedade. Nessa direção, os estudos de Barreira e Russo (2012), Sousa (2013), Barbosa (2014) apresentam múltiplas perspectivas sobre o Ronda do Quarteirão, o já referido programa de governo de Cid Gomes, vinculado ao Batalhão de polícia comunitária da PMCE.

Aspectos relativos às formações policiais, considerando essa perspectiva comunitária, começam a despontar como tema de interesse (MIRANDA, 2011; CRUZ; BRASIL, 2012). A vigilância institucional, os ilegalismos cometidos pelos policiais militares também passaram a configurar novos focos de análise (SOUSA, 2013). Além de pesquisas cujo interesse focava em compreender os motivos que direcionaram policiais a exercerem outras atividades em consonância com a polícia, sobretudo em serviços de segurança privada (SILVA, 2010).

No âmbito Nacional, seguindo a linha cronológica, retomando importantes referências sobre o assunto em pauta, aponto o trabalho substancial organizado pelos pesquisadores Lima, Ratton e Azevedo (2014), que elaboraram uma coletânea com artigos de importantes autores sobre a temática do *“crime, polícia e justiça no Brasil”*. Os autores constituíram um refinado estudo destacando o “estado da arte” destes temas, mapeando as principais abordagens, focos analíticos e incorporando avanços teórico-metodológicos produzidos no país ao longo dos últimos 40 anos. Alguns artigos exploram a Segurança Pública como um problema social, enquanto outros focam nas percepções e práticas do fazer policial. Enfim, trazem ricos

materiais teórico-práticos para se pensar o desenvolvimento das políticas públicas de segurança no Brasil.

De outro lado, interessada pelas representações sociais de diferentes segmentos da sociedade sobre o que é violência, Stela Grossi (2015) entende que seria impossível compreender o “fenômeno da violência” sem discutir com setores, cuja finalidade de existência está associada à sua repressão. Para tanto, pautou seus estudos sobre as instituições policiais (civil e militar), cujas reflexões trazem o entrelaçamento da legitimidade das funções policiais com a violência e a segurança pública. Discute os limites e restrições carregados nesse processo de legitimação, uma vez que inúmeros casos de abuso policial entram em cena. As inquietações da autora contemplam as correspondências entre a violência policial, a identidade profissional e sua relação com a sociedade. Suas pesquisas possuem os seguintes eixos temáticos: representações sobre sua identidade profissional e representações sobre as relações sociais advindas da prática cotidiana.

Em 2015, Haydée Caruso retoma uma pesquisa anterior, deslocando percepções sobre a “ordem” e “desordem” da Lapa, no Rio de Janeiro. A pesquisa parte de entrevistas com policiais militares sobre o processo de reestruturação daquele espaço da cidade que, no ponto de vista empresarial e a partir do discurso municipal, necessitava de “um choque de ordem” e por isso iniciava-se uma intervenção policial na área. Neste mesmo ano, Marcos Souza tem sua tese intitulada *“Sou policial, mas sou mulher”*: Gênero representações sociais na Polícia Militar de São Paulo premiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na área de sociologia.

Na mesma linha temporal, aponto para as pesquisas locais que pretenderam explorar as categorizações militares em torno de processos de adoecimento dentro da PMCE (SALES, 2013; MOURA, 2015; SALES; SÁ, 2016). A perspectiva desses estudos perscruta, a partir do ponto de vista dos sujeitos, como o cotidiano de trabalho produz efeitos nas relações pessoais, objetivando práticas e estimulam percepções de sofrimento social. As pesquisas foram realizadas com policiais militares em situação de atendimento clínico. Humilhações, falta de reconhecimento, escalas extenuantes, péssimas condições de trabalho e arbitrariedade institucional, faziam parte dos relatos policiais sobre condicionantes de seus adoecimentos.

Cabe ressaltar que os problemas listados pelos militares sobre as condições de trabalho, relações abusivas, baixos salários têm ganhado cada vez mais espaço

nos trabalhos acadêmicos sobre adoecimento e vitimização. Na mesma época despontavam estudos cujas abordagens incitavam novos olhares sobre a corporação, uns tinham como recorte empírico a atividade de inteligência institucional da PMCE (CAVALCANTE, 2016) enquanto que outros estudos envolviam o processo de adesão a uma perspectiva empresarial como dinâmica institucionalizada na política de segurança pública (BARBOZA, 2018).

As pesquisas de Araújo (2013) e Silva Neto (2016) contribuíram para a compreensão do segundo movimento reivindicatório ocorrido na polícia militar do Ceará, iniciado em 2011, ainda que esse tema não seja o foco central dos estudos. O movimento paredista alcançou uma expressiva adesão, provocando a paralisação das atividades policiais na capital e no interior do Ceará, fato que foi trazido pelos autores para explicar o acontecimento. Na ocasião foi compartilhada pela mídia e reforçada através de boatos espalhados nas redes sociais uma sensação de insegurança e medo. Esse momento propiciou o fortalecimento de figuras representativas do movimento reivindicatório e os impulsionou ao campo político, fato abordado no trabalho de Silva Neto (2016).

O suicídio policial também tem sido objeto de pesquisa, tema de pesquisa de Miranda e Guimarães (2016). Apesar de ser pouco discutido no interior das corporações, sendo considerado um tabu em virtude de expor fragilidades institucionais, aos poucos tem ganhado destaque em pesquisas e em atenção clínica institucional, como medida preventiva. A pesquisadora Dayse Miranda tem dedicado um esforço analítico e projetos interventivos sobre os casos de suicídio junto a Polícia Militar do Rio de Janeiro. No artigo *O suicídio policial: O que sabemos?* em coautoria com Tatiana Guimarães, as autoras revisitam uma literatura internacional que investiga a relação entre a atividade de polícia e o potencial de suicídio. Destacam que “pesquisas epidemiológicas sustentam que a taxa de suicídio entre policiais é superior à média da população.” (MIRANDA e GUIMARÃES, p. 01, 2016).

No prefácio do livro *Porque os policiais se matam?* Resultado de uma pesquisa organizada por Dayse Miranda (2016), o Coronel Ibis Silva Pereira levanta a provocação de que o policial tem a concepção de trabalho vinculada à concepção de *guerra*, em que o criminoso é figurado como inimigo. O Coronel aponta a questão da confusão que relaciona cidadania com o direito do consumidor, gerando uma lógica antidemocrática que também perpassa a instituição militar, repercutindo em

abusos legitimados socialmente, “transformando policiais, um pouco mais a cada dia, em máquinas de matar e de morrer, até o ponto no qual do humano não sobra nada além de ruínas” (p. 15, 2016). Para o oficial a atividade policial é confrontada com dilemas e antinomias sociais, onde policiais pobres e negros são colocados em confrontos com jovens também pobres e em sua maioria negros, o que em sua argumentação geraria sofrimento. Para este policial:

[Nós] Policiais militares, somos uma categoria profissional a viver perigosamente nessa beirada de abismo. Convivemos o tempo todo com ele, orbitando em suas margens, observando suas profundidades sombrias e impenetráveis. Não reparamos nas feridas provocadas na alma pela violência, a não ser quando rebentam. Elas crescem silenciosas e devagar, como certos pensamentos. Agem no fundo do Ser, ou antes na vontade de permanecer no Ser. Imaginando combater o Mal, como se costuma dizer, acabamos envolvidos em suas armadilhas. (MIRANDA, p. 15, 2016).

Como podemos perceber, diferentes são as abordagens analíticas cuja polícia se apresenta como objeto de pesquisa. Os diferentes estudos propõem um esforço de compreender os aspectos e o funcionamento da instituição corporativa: Polícia. Considerando essas diferentes propostas temáticas, esse campo tem se efetivado e se consolidado como campo de pesquisa fecundo, os diferentes focos complementam essa tarefa coletiva de pesquisa sobre o tema da Segurança Pública. O resgate bibliográfico realizado não segue apenas uma linha temporal com relação às produções acadêmicas, convergem para o entendimento da discussão aqui proposta, dando suporte às minhas análises desdobradas nos capítulos a seguir.

2. NARRATIVAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ

A proposta deste capítulo é problematizar os caminhos percorridos e os recursos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta tese. Questão que não se resume em explorar apenas as técnicas de pesquisas manejadas para a análise. Mas que reflete o contexto de produção empírica que foi traçado através dos desdobramentos de minha trajetória acadêmica, que focou na instituição policial como problemática estrutural. Reflete ainda as diferentes investidas nesse campo de pesquisa, bem como a construção das redes de interlocutores, aproximações e distanciamentos do campo e as técnicas e métodos utilizados, que geraram material fecundo de sentidos e significados para as construções analíticas que se seguem.

O trabalho de campo para este empreendimento analítico teve início após um período de dois anos de interrupção de minha trajetória acadêmica. Como base empírica foram realizadas 20 entrevistas com policiais militares do Ceará, bem como o acompanhamento midiático de reportagens junto aos portais eletrônicos jornalísticos. No entanto, considero importante reestruturar o caminho que me fez chegar a esse objeto de análise, pois faz parte do processo de incursão etnográfica e estrutura metodológica. Embora durante esse tempo de pausa eu mantivesse um relacionamento de coleguismo com os meus interlocutores de pesquisa e com policiais que foram meus alunos no curso de formação para soldados da PMCE em 2012, a relação agora era outra.

Em 2013, segui outros projetos profissionais o que influenciou meu afastamento da estrutura institucional da PM. A partir de então, meu contato com este campo era apenas através das notícias de jornal, redes sociais e encontros informais com amigos militares. Nesse sentido, o retorno ao campo para a pesquisa de doutoramento não foi uma tarefa simples. Para que eu tivesse uma melhor visualização do objeto de estudo, retomei elementos de pesquisa que tinha à disposição, incluindo o material etnográfico elaborado em pesquisas anteriores que havia arquivado.

Esse rico material contempla principalmente notícias de jornais de referência no estado do Ceará, que são: O Povo, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará²⁰ e do

²⁰ A utilização de notícias de jornais como fonte de análise é uma prática que fez parte de minha trajetória acadêmica, como técnica aprendida no período em que fui bolsista de iniciação científica no Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC). Os professores que compõem o laboratório estimulam e fomentam a utilização desse recurso material, devido sua importância histórica. Também é uma das atividades que compõem o trabalho continuado dos bolsistas do Laboratório. A intenção,

portal de notícias nacionais como Exame, Estadão e G1. Em geral, as reportagens arquivadas abrangem aspectos do trabalho policial, envolvendo as reformas na instituição, mudanças nos postos de comando, envolvimento de policiais em crimes, morte de policiais, condições de trabalho, desgaste físico e psíquico, aumento no número de licenças para tratamento de saúde e etc. A tarefa de arquivamento dessas notícias não foi um processo contínuo. Houve momentos mais produtivos e outros mais escassos, o que não permite que seja criada uma linha temporal de todas as notícias referente a polícia nos últimos anos. Porém, os recortes dos periódicos me deram subsídios históricos para nortear a cronologia deste estudo (CAVALCANTE, 2002).

Foi a partir desse subsídio metodológico que iniciei a retomada etnográfica, no sentido de me atualizar sobre as discussões e acontecimentos que atravessavam esse campo em análise. Através das matérias midiáticas foi possível perceber um novo contexto para a Segurança Pública no estado e para a corporação militar, tendo em vista que ocorriam mudanças políticas e institucionais na mesma época. A realidade dos projetos e programas da Polícia Militar era outra, em relação ao que eu tinha pesquisado a partir de 2011. Quando retomei as pesquisas, o programa Ronda do Quarteirão atravessava mudanças significativas²¹, já não sendo mais operado nos bairros, como antigamente, e despontando na mídia diante das críticas sobre sua ineficiência²². O dito “insucesso” do programa era exposto nas notícias dos jornais, associado principalmente pelo aumento de homicídios registrados no Ceará. Nessa época, em 2014, os casos de homicídios tiveram uma quantidade crescente, colocando Fortaleza no primeiro lugar em números absolutos de

com isso, é compor e manter a hemeroteca física e digital do LEV, subsidiada por notícias de jornais sobre a temática da violência e dos conflitos sociais. Esse trabalho foi iniciado ainda na década de 90, concomitantemente ao surgimento do próprio laboratório.

²¹ O Povo – O Raio é o novo Ronda. Disponível em:

<https://www20.opovo.com.br/app/colunas/segurancapublica/2014/09/01/noticiassegurancapublica,3307172/o-raio-e-o-novo-ronda.shtml> Acessado em: 10/08/2018

²² Tribuna do Ceará. Heitor Férrer denuncia “sumiço” de veículos do Ronda do Quarteirão e critica ineficiência do programa. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/heitor-ferrer-denuncia-sumico-de-veiculos-do-ronda-do-quarteirao-e-critica-ineficiencia-do-programa/> Acessado em 10/08/2018

homicídios no país²³, tendo sido registrados 1.989 homicídios na capital, uma média de 5,54 mortes por dia.

Esse período também foi atravessado por uma transição política. Em 2015, Camilo Santana assumiu o governo do estado. Sua proposta para a política de Segurança Pública prometia uma remodelagem do programa Ronda do Quarteirão²⁴, principal projeto político de seu antecessor, Cid Gomes. Importante considerar que durante a gestão anterior, houve um significativo investimento nas condições e estrutura de trabalho da Polícia Militar, através do aumento de efetivo, com novos concursos, e aquisição de equipamentos modernos, incluindo de monitoramento e novas viaturas (BARREIRA; RUSSO, 2012; ARAÚJO, 2013).

Na retomada do desenvolvimento da pesquisa, considero que esse foi um processo importante para que eu pudesse ter uma visão geral sobre o contexto de produção e percepção que contornavam as narrativas sobre o fazer cotidiano, uma vez que falar sobre as experiências do trabalho é também falar dos processos de mudanças políticas organizacionais dentro da corporação militar. Ademais, explorar as narrativas sobre a prática laboral dos policiais é adentrar também no universo simbólico que envolve as percepções sobre a violência urbana ou, como alguns interlocutores consideram na “guerra urbana”.

Entendo também que a compreensão exposta nos jornais abrangia apenas um ponto de análise possível diante da realidade social, e que as colocações expressas também são balizadas por jogos de poder, englobando interesses e aspectos políticos (FOUCAULT, 1999). Entretanto, os jornais se constituem como importante fonte de dados históricos (CAVALCANTE, 2002), uma vez que pontuam acontecimentos, eventos e fatos que marcam a história do campo, pois sua dimensão primeira é a difusão de informação, além de ser uma fonte de pesquisa rica e multidisciplinar (SILVA; FRANCO, 2010). É relevante considerar que a difusão de informações através dos jornais impressos, eletrônicos e dos noticiários

²³ Diário do Nordeste - Fortaleza tem o maior número de homicídios entre as capitais do País. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/fortaleza-tem-o-maior-numero-de-homicidios-entre-as-capitais-do-pais-1.1398839> Acessado em: 10/08/2018.

²⁴ O Povo. Governo lança "Novo Ronda" e tenta salvar programa. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/04/09/noticiasjornalcotidiano,3419926/governo-lanca-novo-ronda-e-tenta-salvar-programa.shtml>. Acessado em 10/08/2018.

televisivos também impactam no modo como os sujeitos constroem imagens sobre sua profissão e sobre suas vidas.

Prosseguindo numa tentativa de retomada sobre o tema, recorri à leitura do livro *Organizações policiais em revista*, publicado em 2009, citado no capítulo anterior. O estudo é resultado do projeto de pesquisa “Expressões Culturais da Política: conflitos, crenças e relações interpessoais”, perfaz um balanço histórico sobre a Segurança Pública no Ceará. Na leitura do texto, o que me despertou atenção foi a configuração de cenário em permanente crise, marcado por projetos políticos descontinuados, altos investimentos e o número crescente de crimes cometidos em todo estado até aquele momento. Fato que me impulsionou a retomar programas políticos no campo da segurança pública como parte do contexto do objeto, buscando encaixar as peças que constituem as subjetivações dos sujeitos, uma vez que tais programas políticos impactam diretamente na instituição polícia militar provocando um efeito em cadeia nas interações profissionais e no trabalho de rua.

Nessa perspectiva, as notícias relacionadas aos investimentos no campo da Segurança Pública do atual governo estadual do Ceará, de Camilo Santana (2015- até o momento), por exemplo, pauta propostas e ações políticas em torno do maior investimento em Segurança Pública desde 1990²⁵, fato que é abordado pela mídia como choque de realidade tendo como referência o número crescente de ações criminosas, envolvendo disputas entre facções, guerra contra a polícia, a ocorrência de várias chacinas e ataques a transportes públicos. No contexto das notícias, circunstanciadas entre 2015 e 2017, demarcam que 2017 teria alcançado o maior número de homicídios registrados historicamente no estado do Ceará, mais de 5 mil crimes dessa natureza foram computados, de acordo com o jornal O Povo, em reportagem datada do dia 30 de janeiro de 2018²⁶.

Seguindo retomada, recuperei as entrevistas que já possuía, as que realizei no trabalho de campo do mestrado e as que foram realizadas para as pesquisas do

²⁵ O Povo – Quem mais investiu em segurança no Ceará? Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/eliomardelima/2018/02/quem-mais-investiu-em-seguranca-no-ceara.html> Acessado em: 10/08/2018

²⁶ O Povo – Crise na segurança pública: é preciso admitir a realidade para retomar o controle. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/crise-na-seguranca-e-preciso-admitir-os-erros-para-retomar-o-controle.html>. Acessado em: 10/08/2018.

LEV. Com isso, o objetivo era tão somente organizar e estruturar o novo foco de análise e trazer para o debate questões que ainda merecem serem exploradas, claro que a partir de novas entrevistas. Ao analisar o material de campo, as narrativas dos militares em licença para tratamento de saúde e dos policiais que estiveram à frente dos eventos reivindicatórios de 1997 e 2011, despontou a questão da necessidade de reconhecimento profissional. Embora as narrativas estivessem focadas nas condições de trabalho insalubres e insatisfatórias, exploravam também a necessidade de recuperar e reafirmar suas condições de sujeitos de direitos, principalmente a condição de humanos.

As experiências cotidianas exploradas estavam apoiadas em processos de construção e desconstrução de moralidades em torno de ser policial. E esse é o ponto que chama atenção. Perceber através dos diferentes relatos sobre a trajetória policial, como o processo de reconhecimento social tem sido usado como um fator de mobilização coletiva, potencializando novas percepções e mudanças institucionais. Explorando através das narrativas de que modo acontecem as diferentes formas de resistências, como se estabeleciam as relações com os colegas de farda, relação com os superiores hierárquicos, aspectos da atividade laboral englobando a rotina de trabalho dentro e fora dos muros dos quartéis e os processos de lutas reivindicatórias da categoria profissional.

O elemento do reconhecimento estava expresso de duas formas nas narrativas policiais. A primeira através da oposição ao processo de identificação e empatia, presentes nos momentos em que os policiais relembram contextos de desumanização, perseguições veladas, abusos de autoridade disfarçados pela autoridade hierárquica, condições de trabalho que degradam o sujeito, sendo comparado a animais e/ou robôs destituindo seu potencial e agência. A outra forma estava exposta nos processos de resistência e luta, enquanto categoria profissional que reivindica direitos e reparações salariais.

Tendo como referências também os eventos de mobilização social organizados por policiais militares, achei útil rever os meus diários de campo cujo os temas se relacionam, pois, ainda que o processo de pesquisa etnográfica para o doutorado seja singular, foi importante revisitar esse material, uma vez que esse processo contribuiu para o mecanismo de construção do objeto de pesquisa e resgate da memória social do campo. Ademais, remontam situações que mereciam ser colocadas para debate e serem deslocadas com o intuito de evitar cristalizações

e essencializações. Favorecendo a própria desconstrução do campo através da observação atenta das transformações que o atravessam.

Manuseando esse material, percebi a potência desses eventos como produtores de novas subjetivações, moralidades e corporalidades dentro da PMCE, o que serviria de hipótese para se pensar a questão do reconhecimento social. Buscando compreender como esses eventos provocaram efeitos simbólicos e objetivos relacionados às experiências dos sujeitos. Também abrindo palco para inúmeras reivindicações e a emergência de atores políticos em nome da classe profissional. Desse modo, as mobilizações foram sinalizadas como contingências, fato que se confirmou a partir da recorrência nas entrevistas realizadas no doutorado. Os movimentos aos quais me refiro ocorreram na Polícia Militar do Ceará nos anos de 1997 e 2011-2012. O movimento de 2020 foi acompanhado como parte da construção histórica da pesquisa e para evidenciar que as lutas reivindicativas ainda provocam efeitos nesse campo em disputa.

O primeiro movimento obteve uma abrangência em nível nacional, foi desencadeado pela polícia militar de Minas Gerais e se estendeu por mais 14 estados brasileiros, os demais estão circunstanciados na experiência vivenciada na instituição cearense. O desencadeamento do movimento em Minas Gerais partiu da disparidade salarial entre *oficiais* e *praças*. Porém outras questões já afligiam as tropas militares em todo o país, sobretudo, as precárias condições de trabalho, os equipamentos sucateados, baixos salários e a desumanização da tropa, com casos de abuso de autoridade e recorrentes cenas de humilhação (ALMEIDA, 2010; ALVES, 2013).

A falta de reconhecimento e a desvalorização profissional figuravam, no ponto de vista dos entrevistados, como os principais argumentos da reivindicação²⁷. Um interlocutor conta que “por exemplo, até 1997 o policial militar, ele passava trinta anos na polícia, soldado”, ou seja, a perspectiva que o policial tinha da época era de que não havia crescimento profissional. Compartilhando que, apesar da estabilidade advinda de um concurso público, o sujeito estava “destinado” a ser soldado por

²⁷ Esse evento foi narrado pelos policiais que foram entrevistados por mim, Leonardo Sá e Sabino Neto, para as pesquisas do LEV. As informações compõem nosso banco de dados sobre a instituição militar e resultaram no *paper* intitulado "Luta por reconhecimento, consideração e direitos nos movimentos paredistas da Polícia Militar do Ceará (1997-2011): um estudo de tramas reivindicatórias no contexto brasileiro", apresentado no 39º Encontro Anual da ANPOCS, em 2015.

quase toda sua carreira profissional, o que desencadearia o sentimento de perda de status.

No caso do Ceará, o evento foi mobilizado pelos *praças* da PM. De acordo com os relatos, a pretensão inicial era organizar uma reunião para esclarecer o que estava ocorrendo nas polícias do Brasil. Porém, o evento ganhou significativa amplitude, sucedendo em uma passeata nas proximidades da Beira Mar da cidade de Fortaleza que contou com a presença de cerca de mil PMs. Na ocasião, o batalhão de choque da PM teria impedido o prosseguimento da caminhada, instigando confronto armado com o Grupo de Ações Táticas Especiais - GATE, batalhão que não aderiu ao movimento. Durante o confronto, o comandante da polícia, Coronel Mauro Benevides, teria sido baleado, o que provocou um efeito de retaliação ao movimento por parte do governo.

Mesmo com o confronto, houve votação e foi decidido pela adesão à greve. Essa mobilização abriu espaço para o que os entrevistados chamam de "caças às bruxas" institucional. Com isso, policiais militares que participaram do evento foram perseguidos e/ou transferidos compulsoriamente. Cerca de 70 militares foram punidos e encaminhados para a expulsão. Sobre este movimento, ao longo de minha trajetória acadêmica, tive a oportunidade de participar de grupos focais e de entrevistar policiais que foram responsabilizados e punidos por estarem a frente do processo de grevista. Além disso, as entrevistas realizadas também durante o desenvolvimento desta pesquisa retomam esse episódio como um fator que marcou as trajetórias dos militares com quem conversei, como será problematizado adiante.

Em 2011-2012 pude presenciar de perto o movimento, com experiência etnográfica. O fato de estar pleno trabalho de campo para a pesquisa do mestrado, ao qual estava inserida como voluntária no Centro Biopsicossocial da PMCE, abriu espaço para que eu pudesse observar muitas questões com proximidade, inclusive as articulações de corredor para adesão ao movimento. Incluída nesse meio, obtive informações sobre os acontecimentos coordenados pelos PMs, pude participar como observadora das passeatas e de algumas assembleias, tive a oportunidade de realizar pesquisa de campo nos quartéis cujas atividades foram bloqueadas. Experimentei momentos de trocas de informações e conversas informais que

ocorriam nos corredores da instituição. No 18º Batalhão²⁸, por exemplo, inúmeras viaturas com pneus esvaziados atravancavam o acesso às ruas em torno do quartel e impedia que os policiais saíssem para o serviço. Muitas pessoas circulavam nos arredores desse quartel, entre policiais, familiares de policiais, civis, pesquisadores e repórteres.

As pautas das reivindicações também estavam relacionadas às insatisfações internas, permaneceram voltadas para o atraso nas promoções e a questão salarial. Naquela época, o sentimento de desvalorização ganhava corpo nas conversas informais dentro e fora dos quartéis. O evento, conhecido como “sábado vermelho”, marcou o início do movimento. Do ponto de vista dos militares entrevistados, a passeata representou uma preparação para a assembleia geral dos policiais, que teve início com uma caminhada pelo centro da cidade, findando em uma praça localizada em frente ao 5º Batalhão da PMCE. O momento reuniu mais de mil pessoas, entre policiais e seus familiares, a maioria servidores prestavam serviço em Fortaleza.

Em dezembro de 2011 houve a mobilização de um grupo significativo de policiais militares para uma assembleia geral, a intenção era que fosse instaurado e organizado um movimento de reivindicação. Em maioria, os policiais decidiram paralisar as atividades. Muitos policiais estavam com os rostos cobertos com máscaras e blusas para que não fossem reconhecidos por seus superiores, pois temiam que enfrentariam grandes dificuldades no serviço cotidiano, sofrendo punições e até prisão por descumprimento da lei²⁹ que proíbe eventos com esse objetivo. Sobre esse momento, Silva Neto (2006) recupera a análise e comenta:

A Assembleia Geral da Polícia Militar caracterizou-se como um momento limiar na experiência profissional de vários operadores da segurança pública. Alguns com mais de vinte anos de corporação, participantes do movimento de 1997; outros, com poucos anos, apresentaram uma aparente unidade nas reivindicações da categoria. Esta pretensa “unidade” foi construída a partir das ações e das expressões corpóreas produzidas coletivamente pelos policiais. Como exemplos, 43 está o uso de blusas vermelhas, a cor característica do movimento; de capuzes, com o intuito de evitar uma possível identificação pelo Comando Geral da PM através de policiais que poderiam estar infiltrados; e, somado a isso, enquanto vários

²⁸ Este Batalhão está localizado no bairro Antônio Bezerra e por duas vezes foi palco de reivindicações, das greves de 2011 e de 2020.

²⁹ A Constituição Federal de 1988, no inciso do artigo 142 proíbe a participação em greves e sindicalização de agentes das Forças Armadas Brasileiras implicando no artigo 42 que estende o veto a policiais e bombeiros militares estaduais e do Distrito Federal.

representantes da classe discursavam, foram emitidas palavras de ordem, gritos e uivos pelos demais policiais, apresentando um cenário de partilha de sentimentos entre os presentes. (SILVA NETO, 2016, p. 47 e 48)

Foi organizado também um grupo representativo dos policiais a fim de iniciar as negociações com o governo, composto por pessoas que participaram da greve de 1997 e policiais mais novos, engajados com atividades políticas. O movimento obteve a ampla adesão dos policiais da capital, desencadeando atitudes semelhantes em outras localidades do interior do estado. O movimento foi marcado por vários conflitos públicos entre Capitão Wagner, o governador Cid Gomes e seus irmãos, incluindo ameaças públicas e xingamentos. Entretanto, diante da pressão policial e da sensação de medo instaurada nas ruas, o governo cedeu às solicitações policiais e determinou prazos para o cumprimento dos acordos.

A paralisação evidenciou ainda mais as discussões dos militares em torno da desmilitarização da polícia, questão que tem sido pauta de um amplo debate, também no campo político e acadêmico (NÓBREGA JÚNIOR, 2010). Ao fim do movimento paredista, os relatos dos militares exploravam que para que as mudanças fossem efetivadas alguns policiais tiveram de pagar um alto preço, semelhante ao ocorrido em 1997. Internamente, os opositores do movimento, seguiram com perseguições veladas, punições, transferência de trabalhadores da capital para o interior e mudanças de escalas de trabalho.

Por se colocar à frente dos processos de negociação e por ser considerado um dos líderes do movimento, a figura de capitão Wagner ganhou significativo capital político (BOURDIEU, 2011). O oficial já havia ingressado na política, era suplente do deputado estadual Fernando Pessoa, contudo, o evento o favoreceu em pleitos eleitorais seguintes, momento em que foi eleito como vereador mais votado da história de Fortaleza (2013-2014), depois, eleito como deputado estadual (2015-2018) e agora é deputado federal (2019 - até o presente ano, 2021). Sua figura despontou como principal oposição do governo desde a época da paralisação, gerando confrontos ofensivos e ameaças explícitas de ambas as partes em embates públicos. Confrontos que foram explorados em uma pesquisa conjunta entre mim, Leonardo Sá e Sabino Silva Neto (2017). Sobre um desses embates destacamos:

Deputado estadual qualificou a figura do governador do Ceará, Camilo Santana, como sendo a de um “frouxo”, pois “a verdade é que não dá para ter um secretário de segurança valente e um governo frouxo”.¹⁵ Depois do insulto moral (Cardoso de Oliveira, 2008) proferido por Capitão Wagner, através de palavras de deslegitimação, em audiência pública na Assembleia Legislativa, pela primeira vez, o governador respondeu publicamente às

provocações do principal adversário político, atribuindo ao capitão-deputado a alcunha de “moleque”. (SÁ; SILVA NETO; SALES, 2017, p.177)

No ano de 2015, o cenário político mudou um pouco de configuração. Camilo Santana tornou-se governador do estado, de acordo com as narrativas da imprensa recebeu de seu antecessor uma política de segurança pública fragmentada. Neste ano, Ciro Gomes (figura política), irmão de Cid Gomes ex-governador do estado, admitiu o insucesso do Programa Ronda do Quarteirão, diante dos crescentes índices de violência, com a incidência de roubo, furtos e homicídios³⁰. Uma das primeiras medidas do novo governador foi a reaproximação do governo com os representantes políticos da polícia, uma vez que na última gestão essa relação tinha ficado fragilizada pelas constantes ameaças e discussões.

Ainda nos primeiros dias de gestão, Camilo Santana convida o recém eleito deputado estadual Capitão Wagner, figura política que passou a representar os anseios dos militares. A imprensa estadual considerou importante a atitude, uma vez que a relação estremeçada poderia pôr em xeque a governabilidade de Camilo. Em notícia publicada no Jornal Tribuna do Ceará, encontramos:

simplesmente o mais inteligente a ser feito. Se de um lado realmente é preocupante a existência de movimentos que ameacem o sentido de hierarquia nas corporações militares, de outro é inegável que a relação da gestão Cid com os policiais se desgastou até se transformar numa crise de autoridade que degenerou para uma crise institucional, que por fim agravou ainda mais a insegurança no estado, já cambaleante, com índices obscenos de criminalidade, políticas públicas equivocadas e investimentos caros sem retorno. (TRIBUNA DO CEARÁ, 09 de janeiro de 2016)

Entretanto, no ano seguinte, em 2016, rompendo sua relação política com Camilo e sendo apoiado pela oposição política direta, Capitão Wagner decide se candidatar ao cargo de Prefeito de Fortaleza, tendo perdido a eleição no segundo turno. No momento em que toma essa decisão, passa a ser a principal “pedra de sapato” do governo em relação à política de Segurança Pública. Desde então, Camilo Santana e Capitão Wagner protagonizaram diferentes embates públicos, trocando alfinetadas em entrevistas para jornais locais. Tentando desfocar desses embates e partir para as estratégias governamentais, a gestão de Camilo Santana investiu numa tentativa de reformulação do sistema de Segurança Pública do Ceará.

³⁰ Violência no Ceará: Ciro admite fracasso do Ronda e chama Imprensa de “superficial”. Disponível em: <https://cn7.com.br/violencia-no-ceara-ciro-admite-fracasso-ronda-e-chama-imprensa-de-superficial/>

As principais ações observadas no primeiro mandato de Camilo estavam focadas na estruturação, ampliação e modernização da Corporação Militar, fato que divide as percepções dos interlocutores com relação às condições de trabalho. De acordo com as notícias, desde 2015, o governo focou na expansão do Batalhão de polícia do Raio, com novas unidades distribuídas na capital e no interior do estado³¹. Também teria aplicado recursos em equipamentos modernos de monitoramento e uma nova frota de viaturas³². Na contramão dos governos anteriores, Camilo impulsionou o movimento de regularização das promoções, promovendo a ascensão de categoria de quase 9 mil militares.

No evento público realizado para expor o feito, o governador assinou uma lei que autoriza a promoção automática dos policiais, baseada no critério de tempo de serviço³³. Na época suas pautas para a segurança previam a incorporação de 5 mil novos militares até o fim de 2018, e a regulamentação do trabalho policial em períodos de folga³⁴. Para os militares entrevistados as mudanças nas condições de trabalho foram significativas, entretanto as relações dentro da instituição “continuavam doentes”.

Em 2018, ao tempo que mesmo aconteciam mudanças internas na estrutura da PM, o Ceará atravessava uma guerra entre facções rivais que começou nos sistemas prisionais, mas que reverberou em ações nas ruas das diferentes cidades do estado³⁵. Desde o início do governo de Camilo Santana, foram registradas pelo menos 6 chacinas no Ceará, além de disparos de arma de fogo contra unidades de segurança pública e instituições financeiras, extermínio de pessoas de grupos

³¹ G1 – Governo anuncia ampliação do BPRaio para 13 cidades do Ceará. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/governo-anuncia-ampliacao-do-bpraio-para-13-cidades-do-ceara.ghtml> Acessado em 11/09/2018

³² O Povo – Cem novas viaturas reforçam a frota da Polícia Militar. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/03/cem-novas-viaturas-reforcam-frota-da-policia-militar.html> Acessado em 11/09/2018

³³ G1 – Governo assina lei que promove quase 9 mil militares no Ceará. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/governo-assina-lei-que-promove-quase-9-mil-militares-no-ceara.html> Acessado em: 11/09/2018.

³⁴ O Povo – Camilo quer regulamentar trabalho de policiais de folga no Ceará. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/04/05/noticiasjornalcotidiano,3598233/camilo-quer-regulamentar-trabalho-de-policiais-de-folga-no-ceara.shtml> Acessado em: 11/09/2018

³⁵ Diário do Nordeste - Série de rebeliões em penitenciárias cearenses já contabiliza 15 mortes - <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/serie-de-rebelioes-em-penitenciarias-cearenses-ja-contabiliza-15-mortes-1.1554556> Acessado em 10/09/2018

criminosos rivais, roubo de veículos, incêndio de veículos públicos e ameaças através de cartas deixadas nos locais de incidentes criminosos (PAIVA, 2018).

O ano de 2020 também marcou um novo tempo nos processos de reivindicações militares. Este evento, em específico, foi acompanhado através da mídia televisiva e os portais de notícias jornalísticas, pois eu já estava residindo em outro estado e os efeitos da pandemia global por coronavírus impediram a retomada em campo de forma presencial. Assim, o evento foi remontado a partir das informações que tinha à disposição nas mídias do Ceará e a partir da repercussão nacional, uma vez que esse evento obteve destaque no país pela durabilidade e complexidade. Essa foi a maior paralisação das atividades policiais militares já registrada, chegando à marca de 13 dias de protestos.

O evento foi significativo, envolveu confrontos públicos com episódios de violência, como o caso do episódio em que o ex-governador Cid Gomes dirige um veículo trator em direção aos manifestantes e em retaliação, durante o ocorrido fora atingido por um tiro, o que gerou um efeito reverso sobre o contexto da manifestação. Os políticos passaram a não apoiar o movimento e a caracterizá-lo de forma negativa. O fato de deslegitimar o movimento também proporcionou uma perda de status na medida em que falas do tipo “esse movimento não foi organizado por policiais de verdade” ou “eles são bandidos” são acionados de forma recorrente no campo político. É importante verificar que a retomada desse tipo de relação existente entre Polícia e Estado, expressa além das relações de poder, a influência efetiva do campo político.

A retomada desses materiais etnográficos foi importante para balizar o contexto de produção das narrativas militares na medida em que os referidos eventos são corriqueiramente acionados nos novos relatos, pois representam fatores propiciadores de alternâncias institucionais e dão margem para o fortalecimento de movimentos de resistência. É diante deste cenário que se subscrevem as narrativas dos interlocutores da pesquisa, policiais que percorreram pelo menos um desses eventos e que estão atuando no trabalho de rua na PM. Os entrevistados, à época, estavam em condição apta às atividades laborais, e se encontravam em exercício da função. Para acessar esses sujeitos contei com o apoio de familiares e amigos que me indicaram seus conhecidos, outros foram recomendados por meus antigos interlocutores, além dos meus ex-alunos do curso

de formação de soldados que se dispuseram a participar do estudo. Como explorado anteriormente, minha trajetória acadêmica e profissional tem uma relação direta com esse campo de estudo, o que favoreceu para que a abertura em campo ainda permanecesse.

Diferente das pesquisas anteriores, optei por um acesso informal, distante de uma ligação institucionalizada junto a PM. O planejado era entrevistar os militares em seu ambiente doméstico, no contexto de sua vida privada e observar os efeitos da vida militarizada em sua corporalidade, nas relações com os familiares no momento de folga. Há uma certa pré-noção que circunda o campo de que a vida militar imprime no sujeito jeitos de ser e estar no mundo, influenciados pela vivência militarizada, mas isso se confirma no ambiente privado? Que tipo de narrativas emergem em um contexto de entrevista em que o sujeito se sente em um lugar seguro para falar, sem censura? Entretanto, houve interlocutores que preferiram serem entrevistados em seus postos de trabalho, o que não se configurou como um impedimento.

Pensando nisso, os contatos com os policiais aconteceram por telefone, optei por estabelecer uma conexão inicial por ligação, em seguida entrei em contato via aplicativo de mensagem. Nas abordagens, expliquei as questões que me incentivaram a procurá-los fazendo uma breve apresentação pessoal como estudante. Informei que há algum tempo tenho pesquisado a instituição militar, pautando o período em que estive como voluntária na corporação, na tentativa de criar um elo de confiança com os sujeitos. Todos foram solícitos e as principais barreiras que apareceram no processo estavam relacionadas a conciliação de agendas para a concretização das entrevistas.

Embora os policiais tenham se predispostos a participar das entrevistas, assim como outros pesquisadores da área, considero esse um terreno ainda obscuro, uma vez que, em linhas gerais, o *universo militarizado* estimula a produção de corporalidades que se apresentem de forma mais silenciosa, reservadas, com expressões e falas curtas e sucintas, permeadas por interditos e muitas vezes reticentes em expor os dilemas institucionais. Assim como abordado por Minayo, Souza e Constantino (2008), sobre o universo de pesquisa da PMRJ, “muitos demonstravam medo de dizer o que pensavam sobre os temas sugeridos, o que nos sugere fechamento e censura interna na instituição” (p. 17).

Essa questão foi observada durante a prática de pesquisa. A maior parte dos interlocutores não impuseram barreiras para comentar sobre as temáticas sugeridas. Entretanto, alguns outros geraram entrevistas curtas e sucintas, oferecendo poucas possibilidades de desdobramentos das temáticas. Considerando estes casos, lembro de um momento, em uma entrevista, a qual a pergunta envolvia problemas institucionais e práticas ilegais, e o policial fez um gesto que indicava silêncio, apontando também para o gravador. Ao final da entrevista, já com o gravador desligado, o policial contou casos em que comemorava com os colegas de fardas operações bem sucedidas que envolviam a morte dos criminosos em confronto, fato que não queria deixar registrado.

Apesar dessas adversidades, tendo em conta o tempo ao qual tenho pesquisado a Instituição policial militar, tenho observado que nos últimos anos os policiais têm se sentido mais propensos a participarem desse tipo de ação. Em 2009 as negativas com relação às entrevistas eram mais comuns. Algumas questões ainda são sensíveis de serem abordadas, entretanto são possíveis de serem pesquisadas³⁶ (SILVA; 2010; SALES, 2013; ARAÚJO, 2013; BARBOSA, 2014; SILVA, 2015; CAVALCANTE, 2016). Considero que o contato informal e a não vinculação institucional favoreceram as entrevistas daqueles policiais mais silenciosos, de poucas palavras, na medida em que detalhes importantes foram explorados, abordando questões de queixas e denúncias sobre a prática policial, além de relatos cujas experiências expuseram situações contrárias aos ditames regulatórios, sobre o qual repousam os ilegalismos, as arbitrariedades, os julgamentos morais e as sujeições, que podem ser silenciadas caso não tenhamos esse ciclo amistoso e de confiança.

Como havia um elo de coleguismo que nos unia, advindo das indicações, foi descomplicada a sugestão de entrevistá-los em suas próprias residências, no ambiente ao qual supus que eles se sentiriam mais confortáveis em falar. Do total de entrevistados, três tiveram uma circunstância de pesquisa diferenciada. Dois deles, por terem um contato de amizade com alguns familiares meus e para que a entrevista acontecessem, os convidei para virem até o local onde residia (posto que

³⁶ Sobre temas sensíveis dentro da instituição policial militar do Ceará, consultar as pesquisas dos estudantes vinculados ao LEV, dentre as quais abordam questões de policiais em atendimento psicológico (minha pesquisa do mestrado), ilegalidades, trabalhos, percepções de militares presos e trabalho da polícia de inteligência. (SALES, 2013; ARAÚJO, 2013; SILVA, 2015; CAVALCANTE, ANO).

já tinham vindo algumas vezes em minha casa), outro policial foi entrevistado em seu ambiente de trabalho, único batalhão visitado em 2019. Cabe considerar que estes policiais moram em municípios distantes de Fortaleza, o que dificultaria nosso contato.

As entrevistas tiveram como foco a reconstrução das trajetórias profissionais dos militares dentro da corporação. Pressuponho que a perspectiva de abordar esses relatos de vida, explorando seus fios narrativos, tecidos pelos próprios autores da experiência, engloba modos de sentir, de existir, descreve personagens importantes, restabelece relações e recria desavenças. Ainda que os relatos não tenham uma linha histórica definida, trazem para o debate uma riqueza de informações pautadas nas próprias experimentações e interações simbólicas dos sujeitos, baseados em suas compreensões e na forma como avaliam suas relações.

Desse modo, as narrativas são ancoradas não só por esquemas de percepções, mas também mediadas por um jogo simbólico que recorre o acesso de memórias relevantes, que ficaram registradas e que merecem ser contadas. Ou seja, a narrativa se constitui como um processo em que o narrador se esforça para criar um percurso (BERTAUX, 2010; KOFES, 2015). Foram abordados aspectos considerados pelos interlocutores como relevantes, as situações abordadas não seguem uma historicidade linear, elas foram apresentadas como peças de um quebra cabeça as quais os próprios interlocutores manejaram a fim de contar uma trajetória.

Para fins de análise, a apresentação dos dados privilegia a ética da pesquisa de campo, onde os interlocutores não são identificados com seus nomes verdadeiros evitando possíveis perseguições ou sanções que possam ser imputadas em função dos conteúdos expostos nas narrativas. Nesse sentido, os nomes das personagens foram atribuídos ficticiamente, algumas narrativas foram remontadas, privilegiando relatos completos, porém articulados com outros dados obtidos em campo. Nessa perspectiva, também foi realizado o entrelaçamento entre as histórias dos diferentes entrevistados, respeitando a fidedignidade das informações, sem criar personagens absurdos, mas sim personagens possíveis dentro do universo de relatos vivenciados e descritos pelos sujeitos (KOFES, 2015).

Esta estratégia é senão um modo de ocultar as identidades pessoais dos sujeitos, respeitando o pacto que estabelecemos no início de cada entrevista, para que estes se sentissem livres para apresentarem os dados que julgassem como

relevantes. Minha proposta de pesquisa consistiu em entrevistá-los em seu contexto particular, em suas casas, ambientes informais, espaços que com condições propícias para as entrevistas.

As informações repassadas não estão circunstanciadas pelo local que ocupam no campo ou batalhão de atuação, são balizadas e influenciadas pelo tempo de serviço. Cabe destacar que os policiais entrevistados ingressaram na corporação em diferentes anos, portanto, passaram por diferentes processos formativos dentro da corporação. Trouxe para a análise policiais “antigos”, com mais experiências figuradas em suas linhas narrativas, como também relatos de policiais “modernos”, cujas narrativas trazem um novo olhar sobre a carreira.

Nesse sentido, foram entrevistados policiais militares de diferentes graduações e patentes³⁷, tanto *oficiais*, ou como se intitulam, “o corpo pensante e gerencial da instituição”, como também os policiais da linha operacional, categorizados como *praças*. Há que constar que os postos de atuação não foram determinantes para escolha dos interlocutores, uma vez que os policiais podem mudar a atuação em qualquer tempo, dependendo da companhia e do tipo de serviço exercido. Essas mudanças institucionais ocorrem tanto por influência das histórias de vidas pessoais, como através de definições de comando ou por questões políticas. Ademais, a maioria dos policiais não se fixam em um único posto de comando ao longo de sua carreira, passando por diferentes tipos de serviços.

Neste empreendimento optei pelo recurso da entrevista, com um conjunto de perguntas norteadoras, mas de características abertas, sobre as quais o sujeito pode passear livremente pelos assuntos. Considerei conveniente deixar o interlocutor livre para traçar o percurso pessoal de forma a elencar os pontos de relevância em sua trajetória (BERTAUX, 2010). O único ponto que considerei como fundamental é que cada sujeito, no momento da entrevista, tenha contemplado todos os temas propostos, mas esse desafio, que demanda certa objetividade, foi tarefa minha mediar.

Outro passo que considero importante foi a prática usual de manter um diário de campo, pois é nesse espaço em que costumo registrar os aspectos gestuais e

³⁷ Nas polícias militares, a exemplo das Forças Armadas, o termo patente é usado para designar a posição do *oficial*, enquanto que o termo graduação reflete a escala hierárquica dos *praças* diante da estrutura organizacional. Neste caso os cargos iniciam com o posto de soldado, finalizando com o posto mais alto que é de Coronel, como já mencionado no texto.

simbólicos dispostos no momento da interação e que estão para além do que foi dito no momento em que o gravador estava ligado, revelando fatos também interessantes. Essa prática se torna útil na medida em que é necessário não deixar escapar sentidos e significados expressos de outros modos e que extrapolam as narrativas, atentando que o silêncio e as hesitações também podem ser reveladores, além de registrar falas empolgadas e emocionadas. Ademais, sem pretensões de precisões históricas, os registros possuem uma dinâmica própria, baseadas em sistemas simbólicos com os quais cada indivíduo transitou ao longo de suas vidas e que carregam em si (BOSI, 2003).

É comum em relatos encontrar contradições, que também são produtoras de significações. Nesse sentido, no processo de pesquisa é importante estar atento para que sejam compreendidos os limites dos relatos, de modo que possam estabelecer coerência. Essas narrativas são aqui percebidas como episódios de uma experiência vivida, em geral são contadas em uma série contínua, onde estão justapostas por explicações que visam constituir um significado sobre suas vidas, e em articulações com seus diferentes domínios da existência, marcados por acontecimentos, situações, interações e ações.

Como veremos nos próximos capítulos, a análise sobre o campo institucional da polícia está amparada por falas que exploram o desejo e as lutas envolvendo o reconhecimento social. Ademais, esse reconhecimento alimenta processos de resistência, e essa resistência aparece quando as narrativas giram em torno do sentimento de invisibilidade expressos no contexto das interações, fatores que estão imputados nas narrativas como parte do jogo relacional da hierarquia corporativa. Os sujeitos sempre marcam em suas colocações a posição de “subalternos” em relação a outros, dentro desse universo social.

3. PROCESSOS REIVINDICATÓRIOS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

A discussão proposta neste capítulo visa traçar um panorama sobre os contextos políticos e institucionais experimentados pelos policiais militares e que desencadearam em processos reivindicatórios de lutas por reconhecimento social. Serão exploradas as disposições que impulsionaram os sujeitos a refletirem e contestarem melhores condições de trabalho e aumento salarial. Apontando para uma necessidade de serem percebidos como categoria trabalhista que merece atenção. Expondo processos de humilhação e abusos de autoridades aos quais eram e são submetidos durante a prática cotidiana. Também reflete os dilemas que movimentam e deslocam o trabalho da polícia, ao passo que indica as conquistas adquiridas em meio a punições e condenações.

Nesse sentido, o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) marcou o imaginário da população brasileira sobre o papel da polícia. Antes desse período, sua atuação estava voltada em reprimir casos de vandalismo, roubos, conter rebeliões e/ou tumultos públicos, era compartilhada entre uma parte da população, sobretudo aquela cujo cotidiano era contornado pela presença de policiais, uma certa imposição de autoridade advinda da posição profissional. Já no período em que os Militares estiveram no comando do Estado, a figura policial esteve vinculada ao Exército, havendo uma confusão sobre o trabalho a ser desempenhado por cada instituição. Almeida (2011) retoma os efeitos desse entrelaçamento de atividades e instituições militares, ao passo em que explica o contexto que propiciou tal situação:

A ação repressora das Polícias Militares atingiu seu grau máximo a partir do golpe de 1964 e do desencadeamento da guerrilha, fundamentando-se nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional 13, por iniciativa da Escola Superior de Guerra. A alta militarização subordinou as Polícias Militares, pelo Decreto-lei n. 667, de 1969, à Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Estado Maior do Exército. Antes, porém, pelo Decreto-lei n. 317, de 1967, as PMs se subordinavam ao comando das respectivas Regiões Militares. A IGPM, com o controle e a coordenação das Polícias Militares, criou uma doutrina bastante estruturada de organização e emprego dessas polícias em todo o território nacional, padronizando condutas, equipamentos, armamentos, legislação básica, regulamentos e manuais técnicos. (ALMEIDA, 2011, p. 107 - 108)

A historiografia da corporação revela a estreita relação entre PM e Exército, somadas às dificuldades de percepção de suas distinções resultantes do desdobramento institucional correlato, sobretudo com em referência aos atributos da

polícia em sua atuação urbana. Constitucionalmente a instituição policial se conecta às Forças Armadas como força auxiliar do Exército, cabia à polícia realizar os mandos e desmandos do poder, em geral o que Muniz (2001) chama de “trabalho sujo” que marcou esse período repressivo e turbulento da história do país. Ao mesmo tempo em que permitia o estímulo ao entendimento da polícia com uma “identidade híbrida” (MUNIZ; 1999).

Antes dos primeiros concursos para ingresso na corporação policial militar do Ceará, no final da década de 1980, era comum a instituição receber homens que em algum momento tinham servido nas forças armadas. Para estes sujeitos era mais fácil compreender os ditames militares e relações hierárquicas pois as experiências além de vivenciadas estavam marcadas em suas corporalidades. Homens de confiança eram convidados a compor o corpo institucional, na medida em que cumprissem as regras sem muito questionar.

Questão que apareceu nas entrevistas de policiais, cujos familiares (geralmente pai ou tio) já compuseram as fileiras da instituição. Um dos policiais conta que “meu pai foi convidado por um político influente da cidade que morava, para fazer as vezes de polícia na cidade, na primeira oportunidade conseguiram colocar ele na PM, isso lá pela década de 1970”. Corpos docilizados aptos para o cumprimento de ordens (FOUCAULT, 2002). Principalmente no final dos anos 1980 e durante a década de 1990, a imagem da polícia ficou conectada à opressão política e ação violenta, por imposição forçada respaldada por amparo legal estatal.

Os ilegalismos, a violência física e psicológica somada as situações de tortura eram práticas visíveis em ambas instituições. A mesma rigidez e violência simbólica expressa nas ruas das cidades eram estimuladas dentro dos quartéis, local onde o questionamento era quase inexistente. Essas práticas não se extinguiram da atividade nas décadas subsequentes, ainda são observadas intervenções nesse sentido, contudo elas não são mais aceitas com caráter normalizado e são socialmente e politicamente repudiadas.

No pós-ditadura, a partir de 1985, cenário pesquisado por Nancy Cardia (1997) o medo da polícia era compartilhado entre as pessoas, a autora revela que “não podemos, por exemplo, dizer em que momento paramos de temer a polícia. E esse medo fazia parte de nós [...] e contaminava o nosso cotidiano.” (p.250). Na reflexão de Cardia, esse medo regulava as experiências entre os cidadãos e a polícia, sobretudo porque “os critérios utilizados pelos policiais não eram

conhecidos, ou seja, pelo próprio arbítrio vivido” (p.250). O medo era usado como dispositivo de controle social, numa imposição de poder medido sob bases de violações corporais e mentais, demarcando campos e estruturas de poder (FOUCAULT, 2002). Nas comunidades e nas favelas havia um duplo medo, o de ser confrontado pela polícia e o medo da abordagem de pessoas envolvidas com o crime.

No âmbito trabalhista, o regime militar foi marcado por recuos e flexibilizações em garantias já adquiridas. Em 1966 a estabilidade empregatícia após 10 anos de serviço foi substituída pela implementação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a demissão sem justa causa tornou-se uma prática aceitável mediante ao pagamento de indenização. De acordo com as pesquisas de Lara e Silva (2015) sobre os impactos nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil no período da ditadura, esse tempo foi marcado pelo “arrocho salarial” e políticas antigreve, através de legislações criadas para impedir que empregados do serviço público, trabalhadores de empresas estatais e de serviços essenciais pudessem realizar movimentos grevistas, segundo os autores:

No campo trabalhista houve grande retrocesso, com o fim da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa. Ela foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei n. 5.107, de 1966, que estimulava a rotatividade da força de trabalho. Os recursos arrecadados foram aplicados no sistema habitacional, que seria financiado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). O trabalhador, ao ser demitido sem justa causa, passava a receber uma indenização sobre o saldo do fundo que é composto por depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8% do salário pago ao empregado, acrescido de correção monetária e juros. O FGTS foi uma das primeiras flexibilizações do direito do trabalho brasileiro que vinha se ampliando desde a década de 1940 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quanto à política de reajustes salariais, limitou-se à revisão anual com base na média do salário dos 24 meses anteriores, acrescido do “resíduo inflacionário” projetado para os próximos doze meses e da produtividade do ano anterior. O arrocho salarial foi a política efetivada pelo ciclo ditatorial. [...] Para manter a política do arrocho, o caminho legislativo encontrado foi a lei antigreve. A lei de greve de 1º de julho de 1964 (Lei n. 4.330) proibiu a greve no serviço público, nas empresas estatais e nos serviços essenciais. A greve só seria considerada legal quando os empregadores atrasassem o pagamento ou quando não pagassem salários conforme as decisões judiciais. (LARA; SILVA, 2015, p. 278 - 279)

Ainda em meio a esse período, em 1970 os movimentos sindicais em São Paulo despontam como resistências em contramão às políticas autoritárias, ganhando fôlego nos anos subsequentes, Lara e Silva (2015) apontam sobretudo até o ano de 1989, pós ditadura. O fim desse período (1985), marca um tempo histórico no país, o momento abriu espaço para processos de redemocratização e a

busca por legitimação dos direitos civis. As reivindicações começaram a ganhar destaque no palco público e as intervenções físicas menos toleradas (PERALVA, 2000). A Constituição Cidadã de 1988 favoreceu a expansão dos direitos civis ao passo dos movimentos reivindicatórios que aconteciam, dentre as conquistas adquiridas apontadas pelos autores estão:

o reconhecimento da liberdade de organização sindical que, no entanto, ainda ficou limitada pela unicidade sindical, diminuição da jornada de trabalho em turnos ininterruptos para seis horas diárias; redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas; elevação do adicional de horas extras para o mínimo de 50%; aumento em 1/3 da remuneração das férias; ampliação da licença-maternidade para 120 dias; criação da licença-paternidade de cinco dias; elevação da idade mínima para admissão no emprego para catorze anos; instituição da figura do representante dos trabalhadores nas empresas com mais de duzentos empregados. (LARA; SILVA, 2015, págs 280)

Considerando esse panorama, as percepções de uma parte dos policiais militares do Ceará, principalmente entre os *praças* era de que “cidadania” despontava para diferentes categorias trabalhistas, enquanto que as polícias e bombeiros militares ficaram de fora, sob a tutela das Forças Armadas, sobre as quais as reivindicações, sindicalizações e greves são proibidas. Mesmo diante do processo de redemocratização a imagem da polícia continuou por muito tempo vinculada a corrupção, a tortura, arbitrariedade, fato que ainda reverbera nos dias atuais, não só no imaginário de uma parte da população cuja contato e atuação da polícia é mais “próximo” e recorrente mas através do que é divulgado da mídia sobre casos de ilegalidade. Há situações complexas que intensificam essa imagem de corrupção e violência, sobretudo com relação a formação de grupos de grupos de extermínios, bem como a composição de milícias compostos por militares, comprometendo a imagem da instituição (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007; MISSE, 2011; CANO, DUARTE; 2012).

O medo da polícia não atravessa todas as camadas sociais, é notório percebê-lo mais circunstanciado àqueles que mantêm um contato permanente, voluntário e involuntário, com esses profissionais. Principalmente localizados em bairros com altos índices de violência. Também pode ser expresso em situações e narrativas em que as constantes estigmatizações estão presentes, experiências concretas vivenciadas nas comunidades do país, essas são algumas ocorrências que entrelaçam essa relação tensa entre polícia e civis. Essa parece uma generalização desmedida, entretanto é um processo percebido para quem pesquisa

tanto o trabalho policial como para quem pesquisa os efeitos dele. Sobre as representações em relação ao trabalho da polícia, a pesquisa de Cardia (1997) observou que a “imagem predominante é que os pobres e os negros são maltratados e que os mais ricos ou de maior escolaridade recebem melhor tratamento” (CARDIA, 1997, p.252 e 253).

Ainda referente ao início do período democrático, no final de 1980 e início da década de 1990, as demandas das novas políticas de direitos humanos discutiam que o principal desafio que a instituição policial teria que sobrepor, era o de criar mecanismos para mudar sua imagem e sobretudo reestruturar a atuação da polícia nas ruas, passando por mudanças de mentalidade institucional. Sua imagem estava desgastada pois compartilhava-se a noção de que o “atendimento da polícia era péssimo” (CARDIA, 1997, p. 253) as pessoas eram tratadas com ignorância e violência, o tratamento desigual ganhava destaque, na medida em que casos de discriminação com pessoas de baixa renda despontavam, além de propagar a ideia de ineficiência da instituição em que os casos policiais não ganhavam andamento, ao mesmo passo em que poucos eram resolvidos, gerando uma perda de credibilidade e status. Como alimentar a noção de que a polícia militar iria proteger a população se parte dela tinha medo de ser abordada pela PM?

O cenário histórico se apresentou como momento propício para desencadeamento de um processo de mudança organizacional nas instituições militares e esse foi o principal impulsionador das reformas políticas voltadas para a Segurança Pública. Os estudos sobre o trabalho policial militar começaram a ganhar corpo no debate acadêmico. Refletia-se sobre as subjetivações relacionadas à imagem da PM baseadas nas vivências do tempo de ditadura, sobre suas práticas pós ditadura, representações em torno da atividade, sobre sua ineficiência, além dos problemas institucionais. O efeito desse contexto político também foi sentido no interior dos quartéis, na medida em que as conversas informais sobre as condições de trabalho, baixos salários e arbitrariedades institucionais se avolumavam.

As discussões políticas avançavam a passos largos em comparação às mudanças dentro da instituição militar. Oposições semânticas em torno dos direitos humanos atravessavam as categorizações simbólicas dos policiais, por muito tempo polícia e direitos humanos pareciam fazer uma oposição notável. A ideia de que “direitos humanos é coisa para livrar bandido” passou a ser facilmente identificada

nas narrativas militares, e ainda hoje, mais de 30 anos depois, é uma ideia encontrada em campo.

O primeiro concurso para se tornar Polícia Militar no Ceará ocorreu no fim da década de 1980. Antes disso, o recrutamento para a PM acontecia de forma voluntária ou a convite, a exigência era que o candidato possuísse o primeiro grau concluído (o que hoje compreende ao ensino fundamental), ou melhor, que o sujeito tivesse a habilidade de ler e escrever. Nesse tempo não havia estabilidade na carreira, deslizes e insubordinações poderiam culminar em expulsões. Nessa época a distinção simbólica entre *praças* e *oficiais* eram latentes, esses últimos tinham um certo prestígio simbólico, pois eram nomeados por intermédio de gente da política ou grandes empresários com força pública nesse campo de poder. Recuperando a historicidade dessa questão Wendell Barbosa (2017), em sua tese, analisa:

As primeiras formas de recrutamento eram “forçadas”, o chamado “recrutamento no laço” [...]. Muitos dos que eram “capturados e forçados a servir” na força pública “eram considerados “criminosos” e “vadios” pelas autoridades.” [...]. Esses sujeitos eram incorporados à Praça. Com o passar do tempo, os processos de recrutamento passaram a ser voluntários. Um dos primeiros critérios a ser estabelecido era a obrigatoriedade em saber ler e escrever dos policiais. Ao ser aprovado, o agente recebia as armas e o fardamento, adentrando o mundo militar da força pública, de onde poderia vir a ser expulso por decisão dos superiores, sendo obrigado a devolver esses mesmos materiais à instituição, nesse caso. Os oficiais tinham uma origem social diferente e possuíam, usualmente, parentescos e afinidades com as facções políticas que habitavam o campo do poder. Eram nomeados por atos políticos e suas posições eram alcançadas desse modo. Vários clãs e famílias foram acomodados aos quadros do oficialato e ficaram registrados historicamente em cargos de comando da força pública do Ceará, geralmente atrelados ao jogo de interesses das facções políticas. (BARBOSA, 2017, P.32)

Com os primeiros concursos o perfil de pessoas interessadas na carreira policial se ampliou, uma vez que eram determinadas novas exigências para concorrer às vagas, se afastando do privilégio das indicações e dependendo muito mais das habilidades pessoais. Entre as entrevistas aparece a ideia de que nessa época, a carreira policial tinha um certo prestígio, medido em torno do simbolismo da farda, da representação legal do estado, além de ser um cargo público que prometia estabilidade e salário fixo. Concepções como essas faziam parte das categorizações simbólicas de quem desejava entrar para a carreira. No começo dos anos 1990 o critério foi modificado exigindo a conclusão do segundo grau (hoje referente ao ensino médio). Essa era uma carreira visada por pessoas que buscavam ascensão

pessoal e status. Ao longo de minhas pesquisas, pude ouvir relatos de pessoas que esperavam encontrar na polícia uma possibilidade de mudança na trajetória pessoal e de sua família, não somente para mudar a condição financeira, mas esperavam uma mudança de status como ponte de salvação familiar.

As narrativas dos entrevistados que ingressaram na corporação nesse período trazem para o debate um retrato de uma instituição com recursos limitados, sucateamento de material de trabalho, armamentos defasados, treinamentos práticos com munições escassas, pouca instrução com relação à formação intelectual e de direitos e uma valorização do conhecimento da vida militarizada, enaltecendo o espírito de corpo, valorizando atributos como o de valentia, honra, coragem. Algumas narrativas elaboram uma comparação com os dias atuais, momentos em que as trajetórias foram produzidas. Em suas percepções uma instituição bem diferente da que ingressaram, com mais recursos financeiros e técnicos. Contam também que naquela época (início da década de 1990), ainda no curso de formação, não imaginavam a complexidade do trabalho que exerceriam nas ruas e qual seria o impacto dessa falta de estrutura em suas atuações práticas.

Guardo em meus registros de campo, histórias experimentadas por policiais cujo processo de treinamento foi realizado neste mesmo período. Uns contam que alguns Sargentos, encarregados pelo treinamento teórico, faziam questão de ressaltar que os policiais eram sujeitos sem direitos. O relato que citei em trabalhos anteriores ainda serve de exemplo: o instrutor pedia para que os recém ingressos pegassem uma folha em branco e olhasse para ambos os lados, e dizia que aqueles seriam os seus direitos. Considero esse fato um ponto crítico na relação entre polícia *versus* civis. O que esperar de sujeitos sem direitos representando o estado? Essa é a pergunta que um dos entrevistados me fez.

Essa prática não foi comum a todas as narrativas, isso variou entre os períodos de formação de soldados, porém há semelhanças entre os relatos, na medida em que ressaltavam a disparidade de tratamento entre *praças* e *oficiais*. Tanto no que se refere à sobrecarga de trabalho, como na relação entre a qualidade de materiais a disposição para o trabalho. Para os policiais com mais tempo de serviço (entre 25 e 30 anos na carreira) o exemplo mais recorrente estava no rancho, local onde era expressa visualmente a distinção entre os dois grupos de policiais. Em uma parte do rancho sentavam os mais graduados e a eles era servida

uma comida de melhor qualidade, aos *praças* era servido o restante da refeição. Um dos interlocutores relembra “pode parecer uma coisa simples, mas isso tinha um peso enorme”. A discrepância de tratamento entre *oficiais* e *praças* até a primeira década dos anos 2000 era observada com ênfase narrativa (ARAÚJO, 2013; SALES; 2013; BARBOSA; 2017).

A questão das desigualdades e o sentimento de desvalorização observados nos rituais de comensalidades também perpassaram as narrativas dos policiais militares do Cariri³⁸, entrevistados por Wendell Barbosa (2017). O Rancho, se refere não só a estrutura física de refeitório a qual os PMs se reúnem para se alimentar, fazem parte de um ritual compartilhado no ato de comer junto, todos no mesmo espaço. Contudo, esse comer junto traz para o debate as práticas hierarquizantes no fazer cotidiano, na medida em está subscrito nos relatos como um local que demarcava as desigualdades entre *praças* e *oficiais*. Esse trecho da tese de Barbosa (2017) retrata essa questão:

O rancho é um termo nativo que descreve o momento da comensalidade na rotina do militar. Segundo o relato de Adriano, especialmente nessas situações, ele se sentia muito desvalorizado, uma vez que os refeitórios não ofereciam uma comida de qualidade para os policiais da praça e ocasionava uma desigual distribuição da qualidade alimentar. Os pratos servidos aos oficiais tinham melhor cardápio e higiene que os destinados aos praças. Muitos oficiais provocavam os subalternos diante dessa situação, conforme relatou Adriano. Ele citou como exemplo uma situação em que ele e outros colegas foram abordados por um superior, que desdenhavam do aspecto da comida dos subordinados, humilhando-os durante o ritual. Na retrospectiva feita por Adriano ele tentou repetir as palavras do oficial: “Veja, essa gente toda morta de fome, parecem pintinhos se alimentando dessa grande galinha que é a polícia militar” [Informação verbal do Cabo Adriano, Julho de 2015]. Essa é uma memória muito viva do aprendizado das relações de poder na caserna que se estendia das posições hierárquicas para o prato de comida, por meio das desigualdades alimentares. (BARBOSA, 2017, p.127 -128)

Ao ingressar na carreira policial militar, o sujeito passa a ser regulado por normas disciplinares, regimentos organizacionais e estatuto. Simbolicamente ele “abandona” a vida civil (MUNIZ, 1999; SÁ, 2002) uma vez que suas relações, o modo como se porta e experiência o mundo ganha novos significados. A formação

³⁸ A pesquisa de campo de Wendell Barbosa (2017) contou com entrevistas e trabalho etnográfico junto a policiais militares do Cariri. O Cariri é uma região localizada no centro-sul do estado do Ceará, sua macro-região abrange as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (locais mais populosos e com atividades econômicas significativas para região, também detém a maior quantidade de equipamentos públicos).

militar é o momento em que essa transição entre mundos e direitos ocorrem, períodos em que são incorporados novos *habitus* e são elaborados novos parâmetros sociais (BOURDIEU, 1989), moralidades em torno de ser policial militar passam a entrar em jogo. Para alguns sujeitos, lidar com as regulamentações e com tratamentos abusivos impactava em adoecimento mental. Um relato de um policial militar que vi em seu perfil pessoal na rede social Facebook dizia: “o fato de termos sobre nossos ombros um Regulamento Disciplinar [...] levou muitos ao suicídio, a desagregação familiar, a distúrbios psiquiátricos e ao alcoolismo, esse sentimento de revolta estava sedimentado, há anos, nas cabeças das praças.” (RODRIGUES, 2017)

Para os interlocutores mais antigos na carreira, a sociabilidade dentro da corporação era marcada por autoritarismo e pressão psicológica. Entre as décadas de 1980 e 2000, a imposição do respeito era cumprida a base de gritos e ordens absurdas, respaldadas pelo peso da hierarquia e as detenções por insubordinação. Cada marca de mau comportamento registrada na carreira implicava no afastamento de novas promoções. A humilhação era uma prática corriqueira. Tinham que aguentar a rotina laboral sem reclamar, eram o que faziam os “valentes”, isso englobava a falta de material para trabalho, escassos coletes a prova de bala e armamentos, escalas exaustivas, além de serem tratados como animais ou robôs. Aqueles que aguentavam esse tipo de situação eram vistos como audazes e aguerridos (SALES; 2013; SALES E SÁ, 2015).

Para alguns militares, a falta de condições de trabalho implicava numa insegurança na atuação prática, pois passavam a se sentir como alvos vulneráveis diante de situações de confronto com a criminalidade. Há medo de perder a vida em situações de enfrentamento, muito mais quando não se sentem preparados para embates armados. Devido o sucateamento das corporações militares no Brasil até os anos 2000, não era difícil encontrar policiais militares que passaram mais de 10 anos na corporação sem nunca ter usado a arma, seja no treinamento ou na prática de rua. Essas questões abrangiam toda a Corporação Militar Brasileira. O relato de Cardia (1997) sobre a PMSP reflete exatamente esse contexto:

As condições de trabalho dos policiais nas áreas pobres da cidade reforçam essa vulnerabilidade. O treinamento dado é reconhecido pelos profissionais como insuficiente, faltam equipamentos de proteção (colete à prova de bala, capacetes, etc.) e comunicação com outros grupos; falta também infraestrutura de apoio, como, por exemplo, mapas adequados

para a áreas mais difíceis. Os usados são irrealis: a escala não é adequada, eles não descrevem as áreas invadidas. Favelas são apresentadas como áreas vazias descrevem as áreas invadidas. Favelas são apresentadas como áreas vazias. Quando a polícia tem que entrar em uma dessas áreas, ela entra sem informações detalhadas sobre os acessos e as saídas. Sem instrumentos, há pouco planejamento e muita improvisação aumentando as chances de cair em verdadeiras armadilhas e pôr em risco suas próprias vidas e a dos demais moradores. Muitas das condições de trabalho de campo favorecem o mau desempenho. Além disso, há pouco apoio em geral para os policiais, isto por suas próprias corporações (CARDIA, 1997, p. 263 - 264).

Havia uma tensão iminente dentro das corporações militares, motivada pelos baixos salários, péssimas condições de trabalho e as arbitrariedades e humilhações corriqueiras experimentadas no cotidiano do quartel. Refletia muito mais a problemas internos, institucionais, do que a relação entre polícia e comunidade. Embora a comunidade recebesse como efeito parte da violência simbólica vivenciada na caserna. Fato que era experimentado em diferentes corporações policiais no país. A disparidade entre os salários dos *oficiais* e dos *praças* e a promessa de aumento que foi concedida somente aos superiores foi o estopim da crise interna na PMMG, culminando no primeiro movimento reivindicatório da PM no Brasil, iniciado nesta corporação.

O ano de 1997 marca um passo importante na história da polícia, como o momento que abriu espaço para que os militares começassem a reivindicar com voz ativa na corporação. Desde então diferentes eventos despontaram provocando efeitos consideráveis na carreira policial, muito embora alguns policiais pagassem um alto preço por representarem os movimentos. Expulsões, perseguições, transferências dentre outras retaliações foram experimentadas como forma de “punição exemplar”, ou seja, mostrar para os demais companheiros as consequências de agir em oposição à regulamentação institucional. A pesquisa de Almeida (2011) foca em trazer um resgate histórico sobre o movimento reivindicatório de 1997 para o debate acadêmico, a autora destaca que:

A crise policial militar brasileira evidenciou caráter inovador: é possível encontrar, nos protestos aludidos, a emergência de um conflito aberto com armas. As manifestações dos praças indicaram um novo meio de ação, um novo repertório da ação coletiva dos PMs (Policiais Militares), alcançado, antes desse evento, na ideia de negociação dentro da arena administrativa: diálogo com o Alto Comando e com o governo. O movimento dos policiais mineiros tornou-se um estandarte tático para a ação coletiva dos PMs brasileiros. Gerou um ciclo de protestos que alcançou diversas localidades do território nacional, (ALMEIDA, 2011 pág. 105)

Quando o surgimento de concursos para entrada na corporação ganharam volume, uma série de pessoas que não faziam parte do universo militar começaram a ingressar na carreira, tendo que se adaptar ao novo estilo de vida que era acompanhado por normas e diretrizes as quais não estavam acostumados, principalmente sem margem para negociações, em que a obediência era o comando.

No que concerne à PMCE, os eventos reivindicatórios ocorridos em 1997 e 2011-2012 são avaliados de forma positiva entre os entrevistados. Para estes sujeitos, as paralisações trouxeram significativas mudanças institucionais, políticas e simbólicas. Estes eventos possuem destaque nas narrativas e serão detalhados nos próximos tópicos. Em 2020 também houve um movimento reivindicatório, entretanto ocorreu em um momento posterior às entrevistas, desta feita, será analisado sobre a ótica jornalística, a partir das notícias veiculadas na mídia.

3.1. “Ah! Eu tô com fome”: 1997, um marco para as reivindicações de Policiais Militares no Brasil

A crise interna das polícias militares já rondava as conversas nos quartéis. O descontentamento era partilhado a baixo tom entre os *praças*, afinal, ninguém gostaria de “pegar cadeia” por indisciplina. Embora se pensasse em criar momentos oportunos para diálogo entre a instituição, o Governo e a polícia, regulamentações e barreiras simbólicas impediam conversas reivindicatórias, assim como mostrar vulnerabilidade sob as ordens dos superiores cunhava uma marca negativa em quem pensasse em reclamar. A reclamação tinha dois destinos vexatórios: o PM enfrentava a detenção ou era tido como “frouxo”.

Somada a proibição constitucional de greve das PMs, o código penal militar prevê responsabilização de ações dessa natureza, classificando esse tipo de movimento como “motim” ou “insubordinação”. Do ponto de partida institucional não tem escapatória, qualquer um que descumpra ou desacate esse regulamento, no mínimo será alvo de inquérito policial militar (IPM), fato que marcará seu histórico

profissional e afetará diretamente a próxima promoção³⁹. Por isso, no rol das questões pleiteadas no âmbito das paralisações está a anistia, numa tentativa de resistir aos destinos judiciais.

Irrompendo com a questão jurídica, o seguimento grevista surgiu como um efeito dominó que se originou na Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG. Antes mesmo do movimento grevista eclodir, o comando militar daquele estado já estava ciente dos problemas institucionais e a insatisfação de uma parte da tropa. Faixas haviam sido espalhadas pela capital mineira, contendo reclamações sobre as péssimas condições de trabalho e os baixos salários. A exposição de uma possível crise interna da PM foi alvo da imprensa e logo se tornou Inquérito Militar em busca de responsabilizar os autores da mobilização (ALVES, 2013).

Em julho de 1997 a crise institucional ganhava corpo, principalmente após o Governador de MG, Eduardo Azeredo, conceder um aumento salarial para *oficiais*, alargando ainda mais a disparidade financeira e simbólica dentro da PM, o que acabava por alimentar as divisões que já eram experimentadas. Organizado pelos *praças*, o primeiro protesto efetivo começou com uma queima de colchões no 22º Batalhão e no Batalhão de Choque, o episódio tinha como intuito chamar atenção do comando militar e do governo sobre a insatisfação da tropa, como consequência esperavam abrir espaço para negociações, porém o efeito foi o oposto. O Comando Geral não abriu margem para diálogo interno, refutando a ideia de crise institucional.

As pesquisas de Juniele Almeida (2010) e Juliana Alves (2013) refizeram os processos históricos e o desenrolar pormenorizado desse evento, sob o ponto de vista de quem participou ativamente do movimento. A pesquisa de Juniele Almeida faz uma reconstrução histórica de como se processou o movimento grevista em todo o país, esse estudo se apresenta como uma das principais fontes sobre o momento vivenciado pelos PMs do Brasil em 1997, trazendo para a discussão acadêmica o encadeamento de ações ocorridas nas corporações do país.

Sobre a dinâmica experimentada na PMMG, Alves aponta que “o comandante garantiu ao governo que não haveria problema o aumento exclusivo para os oficiais, pois ele tinha o controle sobre a tropa” (2013, p.23) o que gerou mais instabilidade e revolta. Nos registros das autoras a data que marca o ponto de mudança na

³⁹ A promoção neste caso é compreendida não só como bonificação financeira, mas a mudança na graduação na escala hierárquica ou mudança de patente.

corporação é o dia 12 de junho de 1997, neste dia os policiais do Batalhão de Choque se apresentaram ao serviço, porém não saíram para trabalhar, iniciando o ciclo de protestos. Dia 13 de junho, cerca de dois mil policiais se reuniram pelas ruas de Belo Horizonte em passeata, estavam fardados e armados, cantando gritos de guerra, enquanto alguns seguravam ou queimavam seus contracheques.

Na ocasião, o comandante geral deu voz de prisão aos participantes da ocorrência, porém teria sido ignorado e vaiado, juntamente com outros membros do alto escalão do comando. De acordo com as notícias de jornais, o movimento ganhou apoio da população que aplaudia enquanto os PMs caminhavam. Ademais, o evento contou com a adesão de Policiais Civis e Bombeiros Militares, o que deu força ao protesto. No dia seguinte, foi organizada uma assembleia que definiu um prazo de 10 dias para negociações com o governo sobre seus pleitos reivindicativos. Ao contrário do esperado, no dia 15 de julho de 1997, o governador viajou para a Europa e repassou a responsabilidade da decisão para a Assembleia Legislativa que não autorizou a concessão de aumento requerido pela tropa. A adesão ao movimento foi ampliada e em pouco tempo as demais companhias espalhadas pelo estado de Minas Gerais também entraram em greve.

Durante os dias de paralisação, ocorreu uma intensa perseguição dentro da instituição. Em meio às negociações, avanços e retrocessos aconteceram. Para os protestantes, garantias de revisões nos regulamentos institucionais que davam margem para arbitrariedades psicológicas e humilhantes foram consentidas, ao mesmo tempo em que policiais foram punidos, presos e ameaçados. Entretanto, ao invés da caçada às bruxas cessar o movimento, ele ganhou força e se espalhou por todo o país. O ponto crítico do movimento em MG aconteceu dia 24 de junho, em uma passeata com cerca de 5 mil policiais. Os grevistas articulavam a ocupação do prédio do Comando Geral da PM, na ocasião o Cabo Valério dos Santos teria sido atingido por um tiro na cabeça, chegando a óbito e tornando-se mártir do evento. O relato comemorativo do Sargento Rodrigues da PMMG⁴⁰ (também Deputado Estadual), em uma das suas redes sociais, rememora o evento:

⁴⁰ Trecho do relato retirado de sua conta pública na rede social Facebook, possível de ser acessada através do link: <https://www.facebook.com/depsargentorodrigues/posts/1553139991425767> Acesado em 11.01.21 19:37

No dia 14 de junho voltamos a nos reunir na sede do Clube de Cabos e Soldados. Nas reuniões, traçamos algumas estratégias e, naquele mesmo dia, guardo em minha memória, o clube estava lotado, havia mais de cinco mil policiais e bombeiros militares quando, quase no final da reunião, ao fundo da multidão, vi um bombeiro fardado com a gandola de manga comprida gritar: “É Minas na vanguarda do Brasil!”. Nos bastidores, logicamente, iniciavam as perseguições, a guerra de informações e contrainformações, que prisões poderiam acontecer a qualquer momento e todos estavam apreensivos. O Comando da PMMG já havia dado ordens para os agentes do Serviço de Inteligência, e todos nós passamos a ser monitorados. Aqueles que se revezavam no palanque ou carro de som, foram tratados como líderes e, nestes, a pressão passou a ser maior ainda. Entre uma passeata e a outra se passaram 11 dias. Neste período, sofremos muita pressão psicológica, ameaças de expulsão, prisões, transferências para locais bem distantes e um monitoramento permanente por parte do Serviço de Inteligência. No dia 24 de junho de 1997, após reunirmos no Clube de Cabos e Soldados, ganhamos as ruas pela segunda vez, saindo em passeata do bairro Nova Gameleira até a Praça da Liberdade. Ao chegarmos na Praça Sete de Setembro, nossa passeata ganha a adesão dos investigadores, escrivães, inspetores, carcereiros e também dos agentes penitenciários. O caminho a ser percorrido era somente um, a Praça da Liberdade, onde marchamos de forma destemida, todos, com um único sentimento: cobrar do Governo o respeito, o tratamento digno, o reconhecimento pelos serviços prestados, a valorização profissional e melhores condições de trabalho. Nossa passeata foi aplaudida por onde passava. Até chuva de papel picado recebemos da população, que naquela altura, já conhecia as causas do nosso movimento. Chegamos à Praça da Liberdade e lá havia um cordão de isolamento feito pela chamada FORLEG (Força Legalista), uma tropa formada por alunos da Academia da Polícia Militar e de companheiros que foram trazidos do interior do Estado, que sequer sabiam porque estavam ali. No momento em que chegávamos com o carro de som, o cordão de isolamento foi rompido e nós caminhamos em direção ao prédio do Comando-Geral da PMMG, onde mais tarde, devido à intransigência do Governo e do Alto Comando, um trágico tiro é disparado vitimando nosso companheiro Cabo Valério. Mais uma vez, as palavras do então Major Domingos Sávio de Mendonça esclarecem: “QUE as ações do governo deteriorando as condições internas na PM e omissão do Comando que não cumpriu as suas políticas inseridas no programa de comando elaborado no início da gestão do atual governo se constituíram em condições “sine qua non” para a crise na PM, pois se tais políticas tivessem sido concretizadas, certamente a Corporação não teria vivenciado lamentáveis episódios e que o Cb Valério também não teria morrido [...] Com o término do movimento grevista, o governo e o comando pôs em prática toda sua ira e passou a perseguir todos aqueles que foram identificados em jornais, revistas, imagens de TV e pelos agentes do serviço de inteligência. Várias fotos que conseguimos localizar estavam marcadas indicando os nomes dos policiais e bombeiros militares que participaram da greve. Mesmo com todos os erros cometidos pelo alto-comando da PMMG e do próprio governo, estes não foram capazes de reconhecer suas falhas e passaram a perseguir as praças. Os atos de perseguições e retaliações resultaram em 186 praças expulsos da corporação, 1.759 indiciados em IPMs, mais de 5.000 praças foram punidos com prisões administrativas e nosso companheiro Cabo Valério Santos Oliveira morto em decorrência das ações e omissões do Comando e do Governo. (Texto de Sargento Rodrigues da PMMG divulgado em seu Facebook em 2017)

O relato do Sargento Rodrigues, exposto em 2017 em sua rede social, foi produzido em referência à comemoração de 20 anos do movimento. Além de

remontar aos detalhes do evento, produz um efeito simbólico e político, retomando o acontecimento com um tom saudoso, ressaltando o ato heroico realizado pelos policiais, fato que marca também o tom dos relatos de policiais que participaram desses tipos de eventos em outros estados, observados no estudo de Almeida (2010). Pelo que se sabe até o momento, foi a primeira vez que um movimento de policiais militares com essa amplitude ocorreu no país, tornando evidente a necessidade das reformas internas e a emergência de novas políticas de Segurança Pública, também englobando aspectos institucionais das polícias como tópicos que precisavam de atenção, uma vez que os ditames arbitrários nas relações corporativas estavam sendo questionados. O evento colaborou para pôr em questão a governabilidade nos estados. Nesse sentido, o desdobramento da morte do Cabo Valério foi intenso⁴¹, provocando um efeito em cadeia nos ciclos de protestos dentro da Corporação Militar no Brasil, sendo alvo de destaque na imprensa em todo o país.

O descontentamento não era uma particularidade da PMMG, o evento funcionou como principal impulsionador do efeito dominó nas demais Polícias do país. Em Alagoas o desagrado partiu dos salários atrasados, deixando os policiais em condições precárias de subsistência, nos relatos trazidos por Almeida (2010) e Alves (2013) alguns PMs faziam bicos para viver, enquanto o salário não era ajustado, atividade compartilhada entre os militares, prática usada para minimizar os efeitos advindos das dificuldades financeiras (SILVA, 2010), em campo ouvi relatos de policiais que na época estavam atravessando situações difíceis como a “fome”. Nesse estado, o movimento contou com uma passeata com cerca de 10 mil pessoas, somando o apoio da polícia civil, servidores públicos de outras categorias e civis insatisfeitos com o governo. As contestações irradiaram por todo o estado. Em Alagoas houve confronto armado com o exército em frente à Assembleia Legislativa, policiais e civis foram baleados durante o embate armado.

O movimento reivindicatório provocou uma acentuada instabilidade política, levando a destituição do governo e intervenção presidencial para a regularização

⁴¹ Há uma polêmica em relação à morte do Cabo Valério. O tiro havia partido de dentro do movimento, houve uma tentativa de forjar uma desordem, o Soldado Wedson Gomes foi condenado pela justiça militar por ser o autor do disparo. Contudo, com relatos de pessoas que estiveram presentes na ocasião indicaram que o Coronel Edgar Eleutério Cardoso, na época comandante de Policiamento da Capital. Após as comprovações periciais foi verificado que o Soldado Wedson não foi o autor do disparo, sendo inocentado.

dos salários em atraso. Nesse evento em específico, *oficiais* e *praças* estavam juntos na causa. Meses após a regularização da remuneração, houve reajuste salarial de 16% para toda a tropa. Na Bahia, fora diferente, antes mesmo das paralisações iniciarem, o governo havia prometido uma revisão salarial para a carreira, porém como o movimento nacional de reivindicações ganhava corpo, a associação dos Cabos e Soldados anunciou adesão ao processo grevista.

Para conter o *motim* que se avizinhava, foi entregue à Assembleia Legislativa um projeto de lei que previa aumento salarial. Sob pressão do movimento que despontava em Salvador, o governo do estado abriu espaço para uma reestruturação das polícias da Bahia, contemplando a reforma estrutural dos prédios da corporação, bem como a formulação de um agrupamento aéreo. Na ocasião apresentava a incorporação de 200 novas viaturas e o lançamento de um novo concurso com mais de 3 mil vagas. Mesmo com as mudanças prometidas, os militares mantiveram a assembleia sobre a adesão ao movimento nacional. Com o apoio da imprensa divulgando possível greve, e dos deputados que tornaram essa questão prioritária, os líderes do movimento conseguiram uma negociação com o governo antes mesmo que a greve se efetivasse.

Em Recife, os movimentos articulados de associações de *oficiais* e *praças* haviam começado em 1996, já havia um diálogo com o comando sobre melhorias estruturais e de trabalho na PM, porém com o efeito da crise nacional, as reivindicações ganharam destaque para além dos muros dos quartéis. As questões pautadas por estes militares giravam em torno da regulamentação da carga horária de trabalho, cumprimento das promoções por tempo de serviço, revisão e mudanças no regulamento disciplinar e aumento salarial.

Quando os movimentos iniciaram, obtiveram proporções elevadas, mais de 3 mil policiais partiram em passeata pelas ruas de Recife. O Comando Geral havia emitido ordens para manterem os *praças* do interior dos batalhões, aquartelados, numa tentativa de impedir que o movimento ganhasse força, entretanto um dos bloqueios foi furado para evitar o “derramamento de sangue”, uma vez que os ânimos dos homens armados estavam exaltados (MIRANDA, 2006).

Outra tentativa de conter a situação, foi a ameaça de prisões e expulsões. Os líderes da paralisação foram detidos na manhã da passeata, sinais de tortura psicológica marcaram os relatos do movimento em Recife, como aconteceram prisões em locais desconhecidos, o fato foi considerado como sequestro (ALMEIDA,

2010). A informação da tortura e do sequestro se espalhou pelos quartéis e os policiais voltaram as ruas para reivindicar contra a “caça às bruxas”. Após a soltura dos militares, estes foram reconhecidos como heróis do movimento, pois efetivamente deram destaque ao problema e abriram espaço para negociações concretas. Como resultado, os PMs conseguiram 100% de acréscimo nas gratificações e um aumento robusto no salário em comparação com outros estados.

Os policiais Paraibanos, por sua vez, marcaram os primeiros dias de protesto com apitaços e entrega de rosas, as reivindicações em João Pessoa encontraram como principal obstáculo o Exército. Os policiais fizeram acampamento em frente à sede do governo (Palácio da Redenção). Houve uma primeira negociação, entre representantes estatais, Comando Geral e lideranças da greve que de pronto aceitou o aumento salarial de R\$130 em forma de diárias e gratificações. O restante da tropa que aguardava o resultado da negociação ficou inconformada e resolveu continuar o acampamento e a paralisação. Tal fato deixou exposta a fragilidade do movimento e a “queda de braços” se intensificou.

Mais de 5 mil policiais aderiram à greve no Piauí. Nessa mobilização não houve conflitos armados e com o apoio da imprensa o movimento ganhou forças, incluindo os familiares dos militares que se reuniram para um panelaço nas ruas de Teresina. Foram seis dias de paralisação, as ruas da capital piauiense ficaram sem patrulhamento por dias consecutivos, o que abriu portas para as negociações com o governo, motivado pelo receio da intensificação de casos criminosos. As negociações agitadas com o governo renderam aumento salarial e a promessa de construção de casas para militares com renda inferior a R\$250. Ao final da greve mais de 700 policiais foram indiciados e foram presos disciplinarmente (ARAÚJO; LIMA, 2012).

Em Belém o movimento obteve adesão expressiva, 90% da tropa participou de algum dos eventos contestatórios. Os policiais estavam encapuzados e armados, a narrativa da imprensa intensificava esse fato, o que desencadeou em uma sensação de medo por parte da população e alerta por parte dos governantes. O episódio obteve atenção irrestrita da presidência que deixou o exército em prontidão para agir. Entre as conquistas resultantes das negociações, a mais significativa foi o abono salarial de R\$130, mais do que o dobro do salário base.

No Mato Grosso a PMMT reivindicava, além das melhorias salariais, o pagamento de uma dívida trabalhista que ampliaria a remuneração dos policiais.

Havia um impasse político em Cuiabá, a oposição, com o intuito de desgastar o governo apoiou as contestações, que também somou forças ao movimento dos sem-terra. Ao contrário de outros estados, nessa reivindicação, em específico, houve uma disputa pelo reconhecimento e legitimação da liderança. As negociações com o governo foram intensas, diversas propostas foram rejeitadas até o fim da greve. Não houve conflito armado e expulsões nessa corporação.

Em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, os policiais além da revisão salarial, requeriam o pagamento dos honorários atrasados e uma remodelação das escalas de serviço. As negociações com o governo giravam em torno da capacidade administrativa em conceder o reajuste. Duas necessidades eram emergentes: aumentar o efetivo e a revisão salarial: as duas foram postas na balança. A tropa estava insatisfeita e sem resultado optou pela paralisação. Como efeito, começou a despontar rebeliões no Instituto Penal da cidade que foram contidas a partir da intervenção do Exército. Por fim à greve findou com um aumento salarial progressivo e um reajuste do auxílio alimentação.

As reivindicações em Goiânia foram marcadas por revoltas, confrontos e divisão de grupos dentro do próprio movimento. Militares do 10º Batalhão iniciaram o protesto com o aquartelamento deixando municípios do entorno do Distrito Federal sem patrulhamento ostensivo. Em acordo com o governo, os representantes da associação de cabos e soldados concordaram com o abono de R\$100. O Comando Geral com o apoio do governo determinou o fim da greve. Os policiais em desacordo com o resultado das negociações continuaram as reivindicações, em uma tentativa de destituir os representantes do movimento.

O presidente da Associação rotulou os militares que não concordaram com sua negociação como *rebeldes*, uma vez que não estavam seguindo o que havia sido programado enquanto o movimento esteve sob seu controle, entretanto essa tentativa de deslegitimar a continuação do movimento foi fracassada. Houve confronto direto com jornalistas. Ao fim da paralisação, o governo concedeu aumento para policiais na ativa, inativos e pensionistas, além de se comprometer com a reforma do Estatuto da PM e uma revisão dos vencimentos dos militares.

O caso de São Paulo foi específico. Embora as questões salariais e as condições laborais fossem parte dos debates dentro dos quartéis, sobretudo motivados pelo movimento que despontara no país, os PMs não fizeram mobilização coletiva. O representante da Associação dos Cabos e Soldados, Cabo Wilson,

procurou o governo de Mário Covas a fim de negociar aumento salarial sem que fosse preciso o recurso à greve. O governo federal acompanhou a negociação de perto temendo que a greve em São Paulo pudesse inflamar o restante do país, pois era um dos maiores efetivos de policiais militares.

Para acompanhar o movimento dos policiais civis, as esposas dos militares seguiram em passeata pela capital paulista, entretanto o evento não ganhou forças e foi atrapalhado pela chuva. As negociações acabaram com um aumento salarial de 8% para sargentos e subtenentes e 34% para cabos e soldados. No Rio de Janeiro, movimentos isolados em apoio aos policiais de Minas Gerais despontaram, mas não obtiveram força política por conta da baixa adesão. Contudo, as reivindicações impulsionaram outras categorias de servidores públicos a questionarem melhores condições salariais.

No Rio Grande do Sul, a estratégia usada foi de articular os meios de comunicação para intimidar o governo. Foram enviadas mensagens para alguns jornais sobre a adesão da tropa de todos os municípios, o que provocou um efeito efetivo e inimaginável pelos representantes do movimento. Cerca de 12 mil pessoas se reuniram em passeata pelas ruas de Porto Alegre. Os relatos dos militares contam que a greve foi marcada pela traição de um representante do movimento que não concordava com a paralisação. Em negociação com o governo decidiu finalizar a greve, que mesmo assim continuou por dias seguidos. Houve aumento salarial por meio de abono, mas que não atendeu as expectativas dos representantes. Com o fim da greve as perseguições e expulsões iniciaram.

As narrativas sobre as condições de vida dos PMs retrataram situações de escassez, muitos deles moravam em barracões e alguns até enfrentaram períodos de fome (fato explícito no texto de Almeida (2010) e percebido a partir das narrativas de policiais de diferentes estados). Esse trecho da pesquisa da autora destaca esse momento:

Inúmeras vezes o Soldado Lucas afirmou: “o ano de 1997 foi um marco, nós paramos de pensar com o coturno e começamos a pensar com a cabeça”. Naquele ano, membros da Brigada Militar, encapuzados, concederam entrevistas denunciando a “situação de miserabilidade dos PMs”. O Soldado Giovanni rememorou tais episódios: “apareceu até no Fantástico, mostrando que os PMs moravam em volta dos morros e favelas, que éramos favelados”. (2010, p. 137)

Ao fazer a reconstrução histórica desses movimentos uma questão me chamou atenção, estava vinculada ao reforço da narrativa de que os policiais passavam fome e que as condições de trabalho eram exaustivas. Nas passeatas gritos de guerras com frases do tipo “Ah! Eu tô com fome”, queima de contracheques e relatos que explicitam as condições de moradia dos PMs tornaram-se públicas, fato que não era alvo de debate político até aquele momento. Em algumas cidades a mídia expôs tais condições, o que mobilizou o apoio da população. Em outros estados, a mídia favorecia o ponto de vista dos governos explorando narrativas violentas e desclassificações dos eventos, o que nos faz refletir como se processa a imparcialidade das transmissões midiáticas em torno das disputas de narrativas e seus processos de legitimações populares.

O ponto de destaque do processo ocorrido em 1997 é o descontentamento dos *praças* das Corporações Militares com relação às suas disposições laborais e às exigências arbitrárias respaldadas por códigos militares e à imposição hierárquica, questões que contornavam narrativas sobre os movimentos e que foram expostas de diferentes maneiras nas paralisações. Nas pautas, a revisão dos regulamentos se fazia urgente, pois, no ponto de vista dos manifestantes, os atuais regulamentos destituíram os direitos básicos dos sujeitos, não sobre a realização de greves em si, mas pelo fato de não poderem ser vistos como cidadãos reivindicativos, com voz ativa e com necessidade de reconhecimento social.

Tomando o caso de Pernambuco como referência para suas análises, Ewerton Miranda (2006) retoma o processo ocorrido no estado. O autor relativiza as proporções jurídicas do movimento, na medida em que obtendo reconhecimento civil, o evento passa a ser legitimado como necessidade de atenção e reforma:

Mormente sendo ilegal, a greve dos militares estaduais foi legitimada, tornando-se até admissível como novo fenômeno social, que precisa ser entendido sobre o ponto de vista da moralidade jurídica. Deixou de ser impossível para se tornar provável e já faz parte das principais preocupações do Governo do Estado. O Governo Federal, por sua vez, apanhado de surpresa em 1997, baixou um pacote de medidas extraordinárias, caracterizando os policiais e bombeiros militares como militares dos estados e do Distrito Federal (vide emenda constitucional nº18, de 05/02/98), mas não reverteu a mudança no comportamento daqueles agentes públicos. O conceito de greve de militares estaduais consolidou-se. (2006, p. 36)

O trabalho da PM é considerado como essencial, a sensação compartilhada socialmente sobre sua paralisação é que o efeito produzido seria o aumento de casos violentos e desestabilização de governos e figuras políticas, tendo em vista a diminuição de patrulhamento diário. Em alguns casos pode ser observada uma disputa de forças entre o governo e os grevistas, estes últimos, estão em desvantagem política nesse campo de poder. Os governos estão respaldados pelos regulamentos e pela constituição que impedem esse tipo de atuação contestatória, classificando os movimentos como “motins” e os atuantes como “desertores”, por este motivo, por isso a inclusão da anistia nas pautas negociadas.

É nesse contexto que 1997 aparece nas narrativas dos policiais mais antigos (principalmente para aqueles com mais de 25 anos de serviço) como um marco histórico para os militares. Para alguns entrevistados, foi a partir desse momento que os militares foram enxergados como categoria profissional, que também questiona suas condições laborais e de dignidade. Havia entre eles a necessidade de serem reconhecidos como sujeitos de direitos, assim como os movimentos que despontavam democraticamente nos anos 1980 e 1990. Apesar dos conflitos públicos, os desgastes físicos e os confrontos armados, para os interlocutores que vivenciaram esse contexto, o saldo foi positivo, desencadeando melhorias salariais ocorridas na maioria das Corporações. Entre avanços e recuos, abriu-se espaço para as revisões das relações internas institucionais e melhorias estruturais em termos de equipamentos e treinamentos.

Numa tentativa de conter eventos semelhantes, em alguns estados, apoiados pelos comandos e pelo governo, houve a expulsão de muitos militares, bem como diversas prisões exemplares. Entretanto, os movimentos mobilizaram representações midiáticas e políticas, abrindo espaço para que muitos policiais despontassem em carreiras na administração pública. Assim, figuras de destaque se elegeram após 1997, com votações expressivas, policiais foram eleitos como vereadores e deputados, ampliando as discussões em torno do trabalho de polícia dentro dos governos. Não obstante, as expulsões apesar de serem temidas pelos militares não serviram como barreira para que novos movimentos surgissem nas corporações do país. As paralisações tornaram os ciclos de protestos “possíveis”, fato remontado no tópico seguinte, ao explorar o caso do estado do Ceará.

As reivindicações marcam um tempo em que as noções de disciplina e hierarquia tão caras às instituições militares, como pilares estruturantes de suas

práticas e simbolismos, passam a ser questionadas e relativizadas. Abre espaço para que se discuta as dinâmicas institucionais sobre a qual se é exigida a reformulação dos códigos e regulamentos que em termos práticos abrem margem para a destituição da condição de sujeitos com direitos e favorecem práticas arbitrárias. Ao mesmo passo que pauta discussões internas, políticas e acadêmicas sobre possibilidades de desmilitarização das polícias, tópico que despertava atenção no debate internacional sobre os trabalhos desses agentes públicos (BAYLEY, 2006; MONET, 2006; MONJARDET, 2003).

3.2. “Punhos de ferro e a caça às bruxas”: Os efeitos do movimento de 1997

Com base nos protestos que emergiram nas corporações policiais do país, os militares do Ceará também aderiram ao movimento. Suas reivindicações giravam principalmente em torno do aumento salarial, já que representava uma das menores remunerações para policiais militares no Brasil. O salário base da PMCE era de R\$48, menos da metade de um salário mínimo, que em 1997 era de R\$120. Além disso, fazia parte da pauta de reivindicações melhores condições de trabalho, revisão das escalas extras de serviços para que fossem remuneradas.

Nesta época as promoções não aconteciam de forma organizada, tornando a melhoria salarial cada vez mais distante, o que segundo os policiais gerava perda de status e baixa autoestima. As ascensões profissionais não seguiam um fluxo coerente de promoções, baseadas no tempo de serviço e status no histórico policial. Sofria intervenção direta de interesses políticos e de comando. Enquanto alguns policiais passavam mais de 10 anos ainda como soldados, outros que faziam favores a militares e eram presenteados com cursos e mudanças de graduações e patentes, fato relatado entre diferentes narrativas. Um dos entrevistados contou que o “descaso com as promoções” era evidente. Relembrando seu histórico profissional, o PM relata que pensou em deixar a instituição por se sentir desprestigiado. Mesmo estando apto e qualificado para mudar de posto, uma de suas promoções passou anos para se efetivar, em sua análise, ele havia sentido o “peso da desvalorização”. Entristecido, quando alcançou a nova graduação não teria comparecido à solenidade de promoção:

As promoções da polícia todas eram atrasadas. Eu fiz um curso de habilitação para subtenente em 2006, eu vim ser promovido a subtenente, eu já habilitado, em 2010. Por aí você tira a distância, a dificuldade de ser promovido, né. Eu estava muito desmotivado quando eu fui promovido a subtenente, eu pensando na época, eu tinha atividade paralela já, dificuldade financeira e tal, comércio, eu tinha pensado em sair da PM e abandonar o serviço apesar de eu gostar muito do serviço, pela falta de reconhecimento. Bateu uma tristeza e eu não queria mais ficar. Por pouco eu não saí. Tanto que quando eu fui promovido a subtenente eu não fui pra solenidade, eu não achava que deveria ir, que era uma promoção atrasada. A minha própria turma, uma parte já tinha sido promovida e eu não, então eu fiquei muito chateado então eu não fui, só no outro dia que eu apareci no quartel com o dever e acabou-se. (Relato de um Tenente da PMCE. Entrevista realizada em 13 agosto de 2019)

Outro ponto destacado entre as narrativas dos PMs que vivenciaram essa época, estava relacionado às escalas de trabalho extenuantes, uma vez que a demanda de serviço maior do que a capacidade de resposta, o que fazia com que muitos policiais passassem anos consecutivos impossibilitados por tirar férias, em determinação dos comandantes das companhias. Além de reclamações envolvendo as condições estruturais de trabalho como armamentos defasados, falta de munição, coletes à prova de bala vencidos e com poucas unidades, falta de treinamento e viaturas sucateadas. Esse trecho da história de um dos entrevistados que participou da greve de 1997 explora esta questão:

Pra você ter uma ideia, eu como exemplo, trabalhei dez anos na instituição e, em dez anos, tirei apenas quatro férias. Pra você tirar umas férias, era coisa difícil. Muitos policiais adoeciam pra poder ter suas férias. Quer dizer, não era um descanso, era pra recuperar sua saúde. E muitas vezes não dava tempo de se recuperar. Então, juntando as más condições de trabalho, escalas estressantes, falta de motivação, falta de promoção, aí, juntando com isso, se eclodiu o primeiro movimento. (Registro de diário de campo. Entrevista consentida em agosto de 2011)

Os abusos de autoridade também ganham destaque nas trajetórias daqueles que experienciaram as décadas de 1990 e 2000. Para os entrevistados havia uma ambiguidade que envolvia a questão da disciplina e da hierarquia. Do ponto de vista desses, naquela época era comum os policiais suportarem as arbitrariedades calados, com receio de sofrerem retaliações por parte dos superiores através de punições, prisões e transferências, o que impactava principalmente em sofrimento psicológico. Humilhações e desumanização também faziam parte de suas rotinas: “tinha oficial que quando passava a instrução fazia questão de chamar a gente de ladrão, outros chamavam nossas esposas de vagabundas”. Essas intervenções

eram consideradas normais para uns e humilhantes para outros (SALES, 2013; SALES, SÁ, 2015).

Essas eram algumas das questões que permeavam as reclamações dos praças da PMCE em 97. O processo reivindicatório começou a partir de uma convocação do Cabo Anselmo, na época presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará, a proposta inicial era agendar uma reunião na sede da Associação para organizar a adesão à paralisação. O chamado ganhou proporções maiores do que o esperado. Um grupo de militares organizou os policiais que se aglomeravam em frente ao local combinado, juntos decidiram partir em passeata ao 5º Batalhão da PMCE, em seguida em direção à Beira Mar, local de destaque pois acontecia no mesmo dia o evento Fortal⁴² (que reuniria inúmeros espectadores e a mídia local). A foto abaixo traz uma imagem do momento:



Figura 1. Greve da PMCE de 1997 - Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/quebra-de-autoridade-militar-iniciou-com-motim-de-97-diz-sociologa-1.2215342>

Sabendo da manifestação, o governo solicitou ao GATE – Grupo de Ações Táticas Especiais que contivesse a tropa. No encontro com o GATE houve confronto armado, bombas de gás lacrimogêneo e tiros tomaram conta do local. Cinco pessoas foram atingidas por tiros, dentre elas o Coronel Francisco Mauro Benevides, Comandante Geral da PMCE que foi baleado no ombro. De acordo com

⁴² Fortal é uma festa de rua, onde pessoas desfilam em blocos seguidos de trios elétricos em um circuito organizado. Desde 1992 o evento acontecia na orla marítima de Fortaleza, recebendo bandas de destaque no país.

os relatos o estopim para o confronto teria sido ocasionado por um oficial que havia furado os pneus da kombi que servia de apoio de som, de forma a impedir que a passeata concluísse seu percurso. Uma parte dos manifestantes estava encapuzada com o intuito de evitar retaliações.

Eram cerca de 500 PMs naquela caminhada. Em votação, decidiram deflagrar a greve. A passeata ainda prosseguiu até a Praça do Ferreira, no Centro da cidade. O movimento se dissipou com a chegada das Forças Armadas e com o agendamento de uma assembleia, que ocorreria no dia seguinte. Em assembleia foi definida a continuação da Greve. A paralisação durou três dias, nesse período não houve negociação amigável com o governo que repreendeu a manifestação a “punhos de ferro”. O Governo do Estado ameaçou a expulsão dos policiais envolvidos no movimento e em contrapartida abriu concurso imediato com 500 vagas para soldados da PM, destinado a pessoas que já haviam servido às Forças Armadas. Alguns entrevistados consideraram que o objetivo era intimidar o movimento. Essa foi a oportunidade que o Cabo Pereira obteve para ingressar na PM, ele relembra o momento nesse trecho da entrevista:

Sei que o bicho tava pegando, tava bastante forte [...]. Quando foi dia e eu cheguei com todo o material pra entregar, eu e o pessoal da minha turma e aí tava bombando a notícia. Bem logo cedo a TV juntamente eu acredito que tenha sido uma jogada do Comando Central, da Secretaria pra tentar cessar a greve. O que eles fizeram? O anunciado dizia “Convocação imediata para reservistas primeira categoria”, porque primeira categoria são quem serviu, aquele que foi dispensado, o certificado militar dele vai como de segunda categoria, então aqueles que serviram são chamados de primeira categoria. Convocação imediata de reservistas de primeira categoria nas fileiras da polícia militar e tal, interessados dirigir-se o mais rápido possível ao comando-geral localizado no endereço tal. Isso aquela notícia de emergência. Urgência e emergência. Aquela tela azul e as letras bem grandes. E aí essa notícia passava de meia em meia hora. Então eu vi ali como uma jogada pros grevistas. Sim, e lá na mensagem também dizia que era 500 vagas e que os primeiros que chegassem é que iam ocupar essas vagas. Aquilo ali talvez soou como um perigo pra quem estava fazendo a greve, isso minha opinião, meu ponto de vista, né. E aí só sei que foi um período que chegaram até a atirar no comandante-geral, foi uma pedrada, foi alguma coisa. Sei que houve lesão, lembro que houve lesão. (Entrevista com Cabo Pereira realizada em 11.06.2017)

Pereira relata que no dia da inscrição para o concurso, realizada na sede do Comando Geral, quase 2200 pessoas estavam presentes, mas que somente 1800 pessoas efetivaram a inscrição, por conta da taxa de R\$15. Essa taxa teria eliminado 400 candidatos. O PM lembra que “tinha colegas que deixaram fazer

porque não tinha esse dinheiro lá na hora, não tinha no dia, enfim. Até emprestei o dinheiro para dois deles”. A prova seria realizada em três dias, o nível de conhecimento para o teste era o antigo o segundo grau (hoje ensino médio).

Concomitante a seleção, o governo iniciou o processo de culpabilização do movimento, através das reportagens midiáticas e das atividades das equipes de inteligência, foram identificados e afastados 70 policiais militares, os quais foram presos disciplinares e mais 13 foram efetivamente expulsos, 98 policiais civis responderam processos administrativos, por ordem do Secretário de Segurança Pública⁴³. Houve uma intensa caça às bruxas dentro da Corporação, seguida de intimidação e transferências de postos de trabalho com intenção de prejudicar os envolvidos. De acordo com o registro de Almeida (2010), Tasso Jereissati, governador do estado, foi apoiado pelo Presidente Fernando Henrique que considerou o tiroteio como uma atitude de “deserção” o que deu força política à expulsão dos envolvidos.

Um dos entrevistados relatou que mesmo sem ter participado do movimento ele foi punido. Sargento Ribeiro conta que acompanhou o movimento que estava ocorrendo dentro dos quartéis, mas não se envolveu. No dia da greve ele estaria escalado para trabalhar, entretanto aproveitou a ocasião para faltar, relatando que o posto ao qual prestava serviço estava “complicado” de trabalhar. Como ele havia prendido pessoas na região há pouco tempo, o militar estava com receio de denúncias ou retaliações locais, ele conta que:

Eu trabalhava ali naquela região no pé do Morro Santa Terezinha, mas pro lado de cá, né? Aí pela, é... pela Alberto Sá, pelo lado da Alberto Sá, aí a gente ficou muito tempo trabalhando lá, já teve problemas, prendemos gente, aí lá vai denunciar a gente aí ficou aquela coisa, aquela complicação, aí eu realmente tava perturbadozinho, chateadozinho com a rua, eu digo “eu não vou mais trabalhar aqui não”, aí veio a greve em 97, uma greve da polícia, aí eu faltei o serviço o qual eu estava escalado no dia da greve. Não, eu não fui pra greve, nunca fui pra greve, mas também não fui trabalhar, nisso eles me puniram. Calcularam que eu estava na greve, aí me puniram. Fui punido, fui detido uns 15 dias eu acho, fiquei detido nesse período. (Sargento Ribeiro, entrevista realizada em 25 de agosto de 2019)

⁴³Os dados citados foram obtidos através da notícia: Dez policiais expulsos em 1997 retornaram à PM. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2012/01/08/noticiaspoliticas,2469583/dez-policiais-expulsos-em-1997-retornaram-a-pm.shtml> Acessada em: 06.02.2021

A greve foi finalizada com uma passeata com entrega de rosas, durante o movimento não houve diálogo entre governo e representantes do protesto. Alguns policiais questionam o início do confronto entre os policiais, sugerindo que podem ter sido planejados para prejudicar o processo de reivindicação, contudo nenhuma dessas suposições tem informações substanciais para serem levadas adiante por eles mesmos. Em agosto de 1997 o governo estabeleceu uma complementação salarial de R\$100 para os policiais militares, civis e bombeiros militares. Os processos judiciais foram desdobrados até o ano de 2012, momento em que foi concedida anistia para 10 militares, amparados pela Lei Federal nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010 que autorizava absolvição dos envolvidos nas greves. A lei também previa anistia para policiais e bombeiros militares do Rio Grande do Norte, Tocantins, Bahia, Pernambuco, Roraima, Mato Grosso, Distrito Federal e Santa Catarina que foram punidos por participar de processos reivindicatórios.

As perseguições percorreram as instalações da caserna. Alguns policiais sofreram sanções diretas por medida corretiva. Nas entrevistas os interlocutores contam que como naquela época os policiais não tinham direito a defesa, as ordens eram dadas e necessariamente deveriam ser cumpridas. Nessa oportunidade, até mesmo policiais que não participaram do movimento sofreram as consequências, como observado no relato de Domingos:

Em 97, eu costumo dizer que eu participei da transição da Polícia Militar, do momento crítico onde você não tinha direito de ampla defesa, né, eu vivi esses momentos, eu sofri as consequências deles, eu tinha punições na minha ficha que eu não devia nada, porque alguém entendeu que eu tava errado e eu fui punido e foi pra minha ficha. Inclusive essa punição lá do XXXX, que era na época o meu inimigo, né, que eu chamava, por conta disso aí eu fui punido, a minha primeira vez que eu passei 8 dias detido dentro do CEFAP, pagando por algo que eu não cometi porque esse cara na época ele adulterou a data dos fatos, dizendo que eu já era aluno e ele já era sargento quando o fato aconteceu, e não era verdade. E o comandante da companhia me puniu mesmo sabendo que era um fato fictício, não tinha existido. E essa punição de forma arbitrária ela constava na minha ficha, me atrapalhava promoção, outras coisas que tava lá, que eu tinha cometido uma transgressão. Entendeu? [...] Quando você ainda não tinha direito de ampla defesa contraditório, que é um direito constitucional (Domingos, Subtenente da PMCE. Entrevista realizada em 19 de agosto de 2019)

Outro interlocutor conta que mesmo sem participar do evento, mas por ter recebido um dos líderes da greve, tentando amenizar o constrangimento que o sujeito estava passando ao ser detido com violência e ser humilhado em direção ao

xadrez, sofreu consequências e também teria sido punido. O fato descrito pelo entrevistado revela as formas de tratamento expressas com os manifestantes da época, sem espaço para defesa. Quem tentasse intervir na situação em descumprimento das ordens poderia também sofrer sanções, como foi o caso do interlocutor, que foi transferido dias após prestar ajuda ao colega de farda, seu companheiro de trabalho cotidiano, uma vez que ele tinha sido reconhecido como um dos líderes do movimento que provocará um incidente violento com o chefe do comando geral. Sobre essa questão o entrevistado conta que:

O pessoal não queria participar do movimento por que? Porque era um local confortável de se trabalhar, mas um policial que tinha sido motorista meu na viatura era um dos líderes do movimento, e no dia que ele chegou preso, no quente da greve, que houve o disparo que acertou o comandante geral da PM e tal, no dia que ele chegou preso lá no quartel eu era terceiro sargento, chegou um tenente com ele, torcendo o braço dele pra trás, né, tirando da viatura, aí eu disse assim “tenente”, a multidão em cima, né, por ocasião da greve eu não fui pra Avenida Beira-Mar, mas eu fiquei aquartelado na expectativa do que iria acontecer, se eu ia ou não, balançando aí se eu ia participar ou não. Chegaram com um policial nosso preso, aí eu disse assim “tenente, não faça isso com ele não, não torça o braço dele não, porque ele é amigo da gente, ele trabalha com a gente aqui, ninguém gosta de ver isso aí não”. Aí ele disse assim “não se meta não, não vá se queimar de graça não”. Eu disse assim “não, o senhor solte ele”, aí ele mandou eu sair de perto dele, eu fui lá tomei o policial da mão do tenente, tirei o braço dele aqui assim. “Solte ele, se é pra levar ele preso eu levo, vá andando, na frente” e o soldado chorando [...]eu levei ele até o xadrez que tinha onde é o Batalhão de Choque hoje, o antigo, né, ali na Antônio Pompeu. Aí ele entrou no xadrez, eu tranquei, ele chorando, eu botei a mão no ombro dele e disse “cara, tem calma, isso aí é momento que tá todo mundo de cabeça quente, vamo esperar passar, acalmar, não adianta chorar agora que não vai resolver não, tenha paciência”. E o tenente lá fora “Saia daí agora!” e tal, gritando comigo, vou não, vou conversar com ele. Todo mundo correu quando o tenente gritou e eu fiquei aqui. (Palmeira, Major da PMCE. Entrevista realizada em 10 de julho de 2019)

As consequências punitivas tiveram desdobramentos inscritos na ficha do policial que prestou solidariedade ao colega de farda. Dois dias após ter descumprido a ordem do superior, o policial foi transferido para uma unidade do interior, mais precisamente em Jaguaribe. Inconformado com o ocorrido, o policial foi para a cidade com uma postura pouco tolerante, o que desencadeou atitudes violentas, desmedidas e diversos processos administrativos por confusões com moradores locais:

Eu não me rebelei contra ele, eu não mandei o soldado ir embora, eu levei o soldado pro xadrez, ele tá lá trancado, conversei com o soldado, acalmei ele, e tô aqui”. “Foi só isso?” “Foi.” “Vamos fazer o seguinte, não comente isso aí com ninguém, vá pro alojamento, fique lá. Morreu aqui o assunto”, e eu “tá certo”. Dois dias depois que terminou a greve me transferiram para

Jaguaribe. Passei dois meses em Jaguaribe e voltei através das amizades que a gente tem, mas eu fui trabalhar num local que eu nunca tinha trabalhado. Cheguei lá, tolerância zero, respondi algumas sindicâncias lá, umas três, aquelas épocas era pêia em vagabundo mesmo. Foi o que a gente aprendeu naquela época, né. Lá tinha muito o que resolver e eu me envolvi em algumas polêmicas lá e respondi três sindicâncias aí voltei. (Palmeira, Major da PMCE. Entrevista realizada em 10 de julho de 2019)

Para o policial o problema não estava relacionado somente a transferência indevida, mas a falta de diálogo, falta de compreensão com um colega de farda com o qual estavam trabalhando juntos, sendo tratado como um bandido, humilhado pelos demais colegas de farda. O que o afligia era a redução em sua renda familiar que diminuiu mais de 60% do salário, por conta da queda da gratificação por trabalhar em um batalhão especializado. Na época o efeito da transferência se desdobrou em inúmeros problemas pessoais, sobretudo de ordem financeira, o policial era recém casado, o que impactou diretamente em suas relações privadas. Ademais desencadeou uma onda de stress e sucessão de atos violentos pois considerava que estava em seu limite mental e emocional.

3.3 O pós 1997 e a constituição de novas políticas de Segurança Pública

Até o fim da década de 1990, no Ceará, predomina a percepção segundo a qual a arena pública era disputada a partir de modelo político de viés clientelista, questão experimentada de forma mais explicitamente no nordeste do Brasil como “coronelismo”⁴⁴. Em 1996, Tasso Jereissati havia vencido a eleição ao governo do Estado do Ceará com a promessa política de modernização governamental, racionalização administrativa e planejamento estratégico. De acordo com os estudos de Freitas, Mello e Almeida (2009), até aquele momento a Segurança Pública não se figurava como uma das questões centrais nos debates políticos, não era realçada como uma estratégia política e muito menos reconhecida como um direito dos cidadãos. “Sem divergir do restante do país, segurança pública era ação repressiva

⁴⁴ “Eram os chamados “chefes políticos”, comandantes de grupos e de famílias inteiras que, numa “rede de solidariedade”, se constituíam e demarcavam terreno mediante a personificação, o caráter protetor e firme, a capacidade de mando e de articulação para acordos fiéis e se manterem *ad infinitum* na direção das campanhas e vitórias nas eleições, enfim, no estabelecimento do poder” (FREITAS; MELLO; ALMEIDA, págs 27 e 28, 2009)

da polícia contra quem se portava fora das regras da ordem estabelecida e dos padrões da política tradicional” (2009, p. 30).

Com os processos democráticos que ganhavam espaço no palco político, havia uma necessidade urgente de uma reestruturação da política de segurança pública, que outrora se firmava na base militarizada do estado, onde o papel da polícia era confundido com operações de guerra e se valorizava o confronto direto com os inimigos. Não havia investimento em treinamentos específicos de como lidar com os cidadãos, os ensinamentos eram pautados fortemente no conflito. Nesse mesmo estudo, os autores abordam o trecho da exposição e um delegado de polícia que evidencia as condições estruturais da formação policial da época. Trago para o nosso debate um trecho desse relato:

A polícia tinha uma cultura diferente da de hoje, era uma cultura diferente, uma polícia violenta, uma polícia que não tinha técnica, uma polícia que não tinha policial preparado, uma polícia que não tinha policial especializado, uma polícia que não tinha um policial universitário, era policial sem estudo, acostumado a trabalhar no grito, na marra, e que dava conta do serviço dele a maneira da época, a cultura da polícia era aquela. (2009, p. 31)

Antes da greve, no imaginário popular sobre a polícia militar do Ceará pairavam sobre idealizações em torno de práticas de tortura, corrupção, extorsão, envolvimento com tráfico de influências e de drogas, entre outras (BARREIRA, 2004). A pressão de militantes dos direitos humanos impulsionou as mudanças institucionais com relação a criação de uma política voltada especificamente para o campo da segurança pública, tornando essa pauta um destaque central no debate público.

Neste mesmo caminho, o movimento reivindicatório de 1997 abriu espaço no cenário público para um campo de discussão em torno de uma concretização de uma agenda pública específica para a Segurança Pública. Essa modernização institucional não era apenas uma campanha de governo, mas se mostrava como uma necessidade latente de reestruturação que percorria todas as corporações do país e seus governos. Nessa direção, houve incentivo governamental e medidas estruturais na tentativa de remodelar a imagem institucional da PM, como vimos anteriormente, essa imagem estava desgastada pela conexão direta com os tempos de ditadura.

A primeira medida do “governo das mudanças” foi a criação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania – SSPDC. Houve uma reestruturação organizacional com a integração das atividades das polícias civil e militar, bem como o corpo de bombeiros militar. Outro ponto de reorganização foi a criação dos Distritos Modelo e uma corregedoria unificada. Foram concedidos também os Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDS. Mas como base desse processo de remodelação política havia um incentivo à necessidade de “mudança de mentalidade”.

Brasil (2003), em sua pesquisa sobre a Formação da Inteligência Policial diante desse contexto de reconfiguração do Governo das Mudanças explora o desenvolvimento desse processo de transformação de mentalidade. A autora elenca, a partir das narrativas de policiais, os pontos significativos que passaram a fazer parte de suas novas rotinas institucionais, dentre os quais aponto: obrigatoriedade do ensino de Direitos Humanos como parte da grade curricular, metodologia de trabalho integrado entre as polícias, mudança de tratamento policial com os civis, proximidade com a comunidade, punições administrativas advindas de denúncias com relação a abuso de autoridade e violência por parte de policiais e unificação no comando.

Partindo para estratégias que impulsionassem essas mudanças, o governo do estado contratou uma consultoria do ex-chefe de polícia de Nova York William Bratton, reconhecido pela estratégia de Tolerância Zero⁴⁵ que baixou os índices de criminalidade na cidade. Diferentes críticas surgiram diante dessa tentativa governamental, principalmente pelo fato de a administração pública contratar um profissional de outro país, mesmo tendo especialistas na área no Brasil. Ademais, as realidades culturais experimentadas por Bratton e vivenciadas no Brasil bem diferentes em forma e expressão, o que em alguma medida também foi alvo de críticas com relação a operacionalidade cotidiana. Em sua pesquisa, Brasil (2003) destaca que as denúncias em relação ao descumprimento às novas políticas de direitos humanos, como uma das principais barreiras encontradas no decorrer desse processo:

⁴⁵ A Política de Tolerância Zero fazia parte da política institucional da polícia nos EUA, está relacionada a medidas duras com relação ao combate à criminalidade. São ações que estão prescritas e não baseadas no poder discricionário de autoridades policiais, são orientadas a agir sob padrões de policiamento

Embora, muitas vezes, a propalada mudança tenha sido apenas de forma e não de conteúdo, considerando as denúncias de desrespeito aos direitos humanos, envolvendo policiais, que invadem a imprensa cotidianamente e são notícias através dos documentos-denúncias de entidades de humanos nacionais e internacionais. Não precisa dizer que a impunidade nesses casos é o mais comum, apesar dos esforços do governo federal e do muito que se tem feito na legislação brasileira para se coibir essa prática de crime pelos agentes do Estado. (2003, p. 144)

As tentativas de renovações institucionais muito embora tenham fracassado em algumas áreas e se fortalecido em outras, abriu espaço na política de Segurança Pública para uma discussão em torno de uma polícia mais conectada a comunidade, uma polícia de proximidade, questões que vinham sendo discutidas e implementadas internacionalmente e nacionalmente (BAYLEY; SKOLNICK, 2006; BITTNER, 2003 BAYLEY, 2001). Foi também neste período que se intensificou a discussão sobre a desmilitarização das polícias no Brasil, fato de intensa controvérsia entre especialistas em segurança pública e policiais militares até hoje.

A ideia era estabelecer uma aproximação de uma “polícia cidadã” em parceria com líderes comunitários, com o intento de estimular o bom convívio dentro das comunidades, mudando o modo como as pessoas enxergavam a atividade da polícia. Ocorre que havia uma necessidade de desconstrução institucional por parte da própria PM sobre o seu papel e também em sua relação com a comunidade que não ocorreu de acordo com a expectativa. As práticas violentas faziam e fazem parte das rotinas de trabalho da PM e sempre despontam com destaque na mídia, como Brasil (2003) analisou em sua pesquisa, mas que também pode ser observado ao assistir os jornais de TV. A exemplo, essa mudança de paradigma foi a principal barreira policial dentro dos próprios CCDS devido a imagem desgastada da instituição. Rodrigues e Tavares (2010), ao analisar as relações de poderes existentes dentro dos CCDS, trazem à tona esse obstáculo:

O problema está relacionado à falta de credibilidade das instituições, principalmente nas áreas da justiça civil, criminal e da segurança pública. Faltam recursos básicos para o bom desempenho no trabalho policial, especialmente nos bairros de periferia, o que leva lideranças comunitárias a abdicarem dessa parceria alegando que não há vontade política para fazer funcionar os CCDS. (2010, p. 130)

Nos núcleos de Distrito Modelo – DM, tentava-se implantar uma sistemática de trabalho com ações conjuntas da polícia militar, polícia civil e corpo de bombeiros

militares, numa tentativa de racionalizar os serviços de combate ao crime. Junto com o processo de racionalização, houve melhoria das estruturas físicas de operação, aquisição de novos equipamentos, aumento no número do efetivo policial bem como a formulação de um centro que agrupasse estatísticas para consulta, em um sistema integrado. O primeiro DM implantado ocorreu em 1998, localizado na 4ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar que abrangia as regiões do Conjunto Ceará e Bom Jardim. Na época, essas eram consideradas áreas difíceis, devido à incidência corrente de casos violentos e homicídios. Em seis meses de atuação os casos diminuíram em torno de 34,5% (BRASIL; ABREU, 2002).

Nessa época, havia um déficit de policiais civis e a unificação dos serviços fez com que militares estaduais fossem cedidos para preencher as lacunas dentro das delegacias. Em certa medida houve muito desgaste por parte dos policiais civis e militares em consideração aos seus espaços de legitimação. Para alguns delegados, o trabalho conjunto era um avanço, mas também trouxe uma problemática para o debate, tendo em vista o modo como se reestruturaram as relações internas entre os PMs, baseados em hierarquia e disciplina, que faziam com que esses agentes recebessem ordens sem questionar, ao passo que as ordens eram relativizadas e, às vezes, não cumpridas pelos policiais civis. Brasil e Abreu (2002), relembram as dificuldades do trabalho conjunto das polícias e expuseram essa iniciativa de unificação como uma forma de experimentação para novos rumos com relação às políticas da Segurança Pública no Ceará:

No entanto, outro elemento que não pode ser esquecido é que os quadros superiores da PM e da PC estão aceitando o que foi imposto pelo comando da SSPDC e, de certa maneira, "pagando para ver" no que vai dar esta experiência de colocar PMs sob a hierarquia e a disciplina dos comandos civis (os delegados de polícia civil). Não só, eles estão observando como se comportam os PMs em contato com os policiais civis e vice-versa (civis que os militares à moda antiga classificam de forma desclassificante como "frouxura"). Seria uma espécie de laboratório, susceptível de trazer elementos de resposta para uma unificação futura das duas polícias e, neste caso, pode-se até dizer que a PM entraria com certa vantagem, uma vez que o seu espaço de ação parece mais amplo ao se inteirar das atividades da polícia judiciária no cotidiano de sua prática, ou melhor, *aprendendo a fazer fazendo*. Enfim, podemos até levantar a hipótese de que a PM, mais do que a PC, está preparando-se para uma possível mudança de rumo no cenário das políticas de segurança pública e nas suas estruturas de poder no País. (BRASIL; ABREU, 2002 p. 324).

Os comandos das polícias, sob ordens políticas advindas da nova estrutura da Secretaria Unificada, estavam experimentando até que ponto o trabalho conjunto

conseguiria chegar, lembrando ainda as intensas disputas de autoridade, legitimação e poder entre as instituições. Entre os policiais era compartilhada a ideia de que o Secretário de Segurança dava as ordens, mas em pouco estava preocupado em saber se a efetivação do trabalho conjunto estava se desenrolando conforme o esperado, estava se desdobrando no governo uma nova forma de fazer política de segurança pública.

O governo das mudanças ganhava destaque e notoriedade com o discurso de ruptura com padrões políticos e ações policiais vinculadas ao regime militar (BARREIRA, 2004). Alimentado pelas proposições democráticas e pelo anseio da população de participação social na vida pública, o que em certa medida popularizou as atividades iniciais dos CCDS. Muito embora as práticas coronelistas tenham perdurado por bastante tempo no campo da percepção social e política desse problema.

A controvérsia que se coloca diante do governo foi a postura de Tasso Jereissati diante da greve policial militar de 1997, pois ao mesmo tempo que havia ganhado as eleições com o discurso democrático, no ponto de vista dos militares, o modo como ele tratou o movimento, sem abrir espaço para diálogo, alimentando perseguições e expulsões sumárias, havia revelado uma política baseada no autoritarismo e arbitrariedade já conhecida. Assim, ao mesmo tempo que se exigia uma mudança de mentalidade dentro da instituição pública, em virtude dos novos conceitos de proximidade com a comunidade que se idealizava praticar, os policiais continuavam a experimentar práticas autoritárias e sem diálogo no seu cotidiano.

Entretanto, há que se considerar que as transformações trouxeram para o cotidiano uma nova linguagem que aos poucos passa a ser incorporada nas práticas policiais. Os militares foram obrigados a incorporar em suas formações conhecimentos sobre as políticas de Direitos Humanos, embora o conceito de “Direitos Humanos é para bandido” ainda acompanhe as narrativas policiais, tanto em tom de resistência, como em tom crítica. Os policiais de um modo geral também passaram a absorver ideias de legitimação de direitos para fortalecer essa categoria profissional e alimentar processos de resistência aos abusos experimentados no cotidiano, bem como estimular reivindicações e lutas por reconhecimento.

Avaliando o contexto da Segurança Pública durante o “Governo das Mudanças”, Barreira (2004) explora os avanços e retrocessos marcados pelas demandas e conjunturas políticas da época, como a instabilidades e substituições de

pessoas no comando da SSPDC, acompanhado pelo crescente aumento de casos criminosos. Ainda em estruturação as políticas de segurança se tornam o “Calcanhar de Aquiles” do governo, Barreira explica:

Ocorreram diversas alterações na estrutura administrativa da área de segurança, acompanhadas pelas substituições de seus comandos, visando a melhorar a credibilidade dos aparelhos policiais e a capacidade destes em oferecer maior segurança para a população. O aumento da violência no cotidiano do Estado, entretanto, deixa transparecer fissuras e fragilidades deste setor. O estudo das transformações internas e externas da política de segurança pública ocupa uma dimensão essencial [...]. A política de segurança pública, ao lado da educacional e da política de saúde, passa a ser o ponto nevrálgico ou considerado o ‘calcanhar de Aquiles’ destes governos. Estes tentam com discursos e práticas amenizar esta situação no âmbito da segurança pública, contratando, inclusive, no último período Tasso, uma consultoria externa – a First Security Consulting [...] o ex-chefe de polícia da cidade de Nova York, William Bratton. (BARREIRA, 2004, págs. 9 e 10).

Apesar do intenso investimento na tentativa de reconfigurar a imagem da instituição policial militar, inserindo novos conteúdos formativos jurídicos e em relação com os direitos humanos, somada a uma nova dinâmica de proximidade com a comunidade, a mudança de mentalidade dentro da corporação e as práticas cotidianas não seguiram a rapidez esperada pelo governo. Sobretudo porque as práticas e relações estavam embaladas pelas contraposições políticas. Sobre esse contexto, Brasil (2000) aponta que havia uma problemática real dentro da instituição vinculada às práticas ilegais, violentas e até criminosas⁴⁶, fato em destaque nos noticiários e capas de jornais. Apesar dos novos financiamentos na estrutura organizacional, não houve mudanças nos “dispositivos de segurança”, ou seja, as bases estruturais das polícias se mantiveram pouco flexíveis e violentas por um bom tempo, alicerçadas pelos regimes ditatoriais (BRASIL, 2000; BARREIRA, 2004).

Diante de diferentes críticas com relação aos investimentos e as poucas mudanças práticas, o governo de Jereissati tentou moralizar as corporações integradas, criou uma corregedoria e uma ouvidoria para apurar os casos de

⁴⁶ Sobre essa questão, cabe referenciar a tese do pesquisador Antonio Marcos de Sousa Silva (2015), intitulada: A inversão da ordem na vida policial: sociabilidade prisional e práticas ilegais. No estudo, o autor busca problematizar as novas formas de sociabilidade no contexto prisional da PMCE. Para tanto, busca compreender a percepção da inversão da ordem de condição a qual estão submetidos os detentos militares que praticaram atos de ilegalidade. Tese defendida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFC, cujo orientador foi o professor Cesar Barreira.

denúncias, bem como abriu espaço para formulação do Conselho Estadual de Segurança Pública e Conselho Estadual de Direitos Humanos. Porém, ao mesmo passo que se cobrava uma mudança de paradigma amparada por reformas institucionais, pouco foi investido nos próprios agentes profissionais, ainda que reivindicações tivessem ocorrido em todo o país mostrando a necessidade de investir nos trabalhadores, pouco foi realizado com relação às políticas de valorização profissional, ascensão nas promoções, planos de carreiras mais eficientes, melhoramento no que tangia as formações e capacitações, isso ainda aparecia como uma lacuna (XAVIER; 2008).

O Governo de Tasso Jereissati também foi marcado por denúncias de extorsão, corrupção, tráfico de drogas e práticas delituosas envolvendo policiais militares e civis pertencentes do alto escalão da Segurança Pública, o que continuou a desgastar a imagem das corporações, o fato foi amplamente divulgado na mídia através do emblemático “Caso França”⁴⁷, que expôs as práticas de tortura nas ações da PM. No governo posterior, de Lúcio Alcântara (2003-2006) os problemas continuaram, houve uma intensa crise institucional das corporações policiais, sobretudo com a formação de grupos de extermínio composto por policiais militares, aumento no número de mortes de policiais, além da pistolagem, sequestros e fugas nos presídios. Ocorreram também incidentes ilícitos envolvendo o alto escalão da PM, com a prisão de oficiais e do alto comando.

Lúcio Alcântara deu continuidade às intervenções dos CCDS e dos Distritos Modelo, tendo como pauta política a participação popular, muito embora a participação estivesse mais voltada a denunciarmos do que impacto nas sugestões e formulações de novas práticas. Houve a implantação de um programa de capacitação continuada por intermédio da Universidade Estadual do Ceará, para agentes de segurança, além da construção de presídios, casas de detenções e delegacias, novos postos de polícia militar, investimento em equipamentos e armamentos.

Apesar das divulgações dos investimentos voltados à política de segurança pública, a realidade era que havia uma diminuição de recursos em comparação aos governos anteriores, assim as críticas ao governo permaneciam. Na mesma medida,

⁴⁷ Sobre essa questão ver: PMs expulsos voltam à corporação. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/pms-expulsos-voltam-a-corporacao-1.154951> Acessado em 20.10.2015

os casos violentos ganhavam destaque nos telejornais, bem como casos de arbitrariedades policiais. Não houve continuidade do governo de Lúcio Alcântara, que não se configurou como foco temático nas narrativas. No pleito seguinte, o candidato de oposição Cid Gomes, em 2006 assumiu o cargo. Venceu a eleição com a promessa de uma inovação na política da segurança pública, com a criação do Programa Ronda do Quarteirão e o patrulhamento constante nos bairros, promovendo a diminuição de incidentes violentos, a modernização efetiva da polícia e o monitoramento das ações da polícia.

3.4. O Governo Cid Gomes e o Programa Ronda do Quarteirão

Usado como instrumento de campanha política, o Programa Ronda do Quarteirão foi o carro chefe da campanha Cid Gomes, que focou seu principal esforço político na reestruturação da política de Segurança Pública que ainda estava em descrédito por conta das ilegalidades que ganhavam as tônicas narrativas dos jornais. Os grupos de extermínio policiais disputavam espaço midiático com os recorrentes casos de criminalidade no estado (PINHEIRO, 2013). A proposta inicial era a formação de um pelotão específico voltado para o policiamento ostensivo com patrulhamento permanente nos bairros da capital cearense (em primeira instância e depois por todo o estado). O projeto propunha uma polícia de proximidade, com princípios comunitários que intencionava a interatividade a fim de romper com estereótipo de polícia truculenta (BARREIRA; RUSSO, 2012; ARAÚJO, 2013).

Para colocar o programa Ronda do Quarteirão em prática, o Governo realizou um concurso público, por meio da Universidade Estadual do Ceará, com o preenchimento de 1000 vagas para o cargo de soldado da PMCE. Equipou o Batalhão de Polícia Comunitária com novas viaturas do tipo Hilux, também financiou equipamentos de monitoramento de abordagem, aparelhou os policiais com novos armamentos, coletes de uso individual e fardamentos novos. A pretensão era fazer parte das rotinas das comunidades. No início até distribuíram panfletos com o contato telefônico direto da viatura, como uma estratégia de marketing para que se tornassem conhecidos pela comunidade a qual patrulhavam, também intencionava propor maior agilidade no atendimento.

Sobre as críticas com relação a lógica de policiamento dito comunitário, Araújo (2013) analisa como que o projeto tem sido empregado como parte de uma

política de proximidade, porém em distanciamento do que vinha sendo discutido em termos de polícia comunitária em meio acadêmico, estar na comunidade sem que esta participe efetivamente do contexto da segurança pública, em demanda e responsabilização conjunta sobre as medidas de prevenção a crimes e sensação e segurança. Apesar de em primeira instância ter provocado um efeito positivo, as críticas não demoraram a fazer parte das rotinas policiais.

A formação da primeira turma do Ronda do Quarteirão foi alvo de intenso debate, foram 3 meses de instrução, metade do tempo experimentado por turmas anteriores, o que já refletia demasiadas críticas desde o processo de reivindicação de 1997. A formação relâmpago foi intensamente questionada após o caso “Bruce”, citado anteriormente, em que uma viatura do Ronda perseguiu uma moto com dois homens e de modo abrupto um policial teria disparado o tiro em uma ação ilegal e desastrosa, ocasionando a morte do adolescente que era passageiro na moto.

Também surgiram críticas dentro e fora da instituição com relação ao fardamento dos policiais. Araújo (2013) explora que ideia do novo fardamento era “de despertar no imaginário da população uma legitimação desta “nova polícia” (p.29), uma vez que a nova “farda considerada ‘menos agressiva’, com um tom de cor mais claro para romper com o “peso” da farda cor de caqui, mais escura, típico de uma instituição militarizada” produziria esse efeito. A ideia era romper com o imaginário sobre desgaste institucional e trazer um novo conceito para as ruas. Ocorre que, como consequência, muitas pessoas deslocaram a imagem do Ronda em relação à Polícia, entendendo como instituições distintas. Essa confusão persistiu sobretudo durante os dois primeiros anos do Programa.

Internamente, em um primeiro momento, houve resistência dos mais antigos em aceitarem o programa Ronda do Quarteirão, pois além do fardamento diferenciado, o Ronda contava com viaturas modernas e sofisticadas, melhores condições salariais devido às gratificações, o que gerou tensões dentro da corporação. Nas narrativas dos policiais mais antigos fica evidente a separação entre os grupos nas rotinas de trabalho, os policiais mais novos eram categorizados como “os meninos do Ronda”, eram em suas análises os preferidos do Governador. As diferenças entre os agrupamentos ficavam evidentes ao observar as condições de trabalho entre as equipes, inicialmente os antigos continuavam com condições de trabalho precárias.

Embora em um primeiro momento o policiamento comunitário tenha provocado um efeito positivo (BARREIRA; RUSSO, 2012), principalmente balizado pela campanha da “polícia da boa vizinhança”, com a diminuição de índices de roubos e furtos, também com o tempo de espera para ocorrências reduzidos, as críticas e descrenças começaram a despontar em palco público. incidentes de trânsito, prejuízos com as viaturas importadas, “rachas” entre viaturas, “ronda da paquera” e “ronda do lanche” foram questões que ganharam destaque na mídia e o programa passou a perder popularidade (ARAÚJO, 2013).

Em tom de avaliação, ao lembrar o período do governo de Cid Gomes, os entrevistados consideram que houve uma mudança significativa em termos de estrutura, melhoria nos equipamentos de trabalho, proporcionando mais segurança para o agente, pois cada profissional teria seu próprio colete para uso em serviço, novos armamentos e melhores viaturas, equipamentos mais sofisticados em termos de conforto e durabilidade, o que foi se estendendo para toda a polícia e não só para o Ronda. Sobre essa questão, um interlocutor comenta:

Antes do governador Cid Gomes, a nossa melhor arma que a gente usava, que eu trabalhei em viatura, era um revólver 7 tiros. A melhor arma que a gente tinha, e a maioria era revólver 6 tiros mesmo. A gente trabalha com 6 munições dentro de um revólver e ia combater com bandidos naquela época já existia bandido com fuzil no meio do mundo aí, né. Aí chegou o governador Cid Gomes e ele trouxe armamento adequado, dentro de uma viatura muitas vezes não tinha um colete, e quando tinha era 3 policiais e um colete só pros três. A gente ia pra uma ocorrência, troca de tiro aqui, era um com o colete na frente e os outros dois atrás aqui, porque não tinha colete pra todo mundo. E o governador Cid Gomes chegou foi colete pra todo mundo, colete individual, armamento, pistola, colete, passou a usar pistola no serviço, viaturas de qualidade, que a gente usava aquelas Paraty, se acabando, destruindo no meio do mundo, e ele começou a trazer. Hilux, né, uma viatura que quase não quebra. Aqui mesmo tem viatura de 2008 rodando. Quantos anos já, né? 11 anos. Aquela época, uma viatura durava no máximo 2 anos, três anos. (Ribeiro Sargento da PMCE, entrevista realizada em 20.07.2019)

Ainda que com as divergências institucionais internas e o robusto investimento governamental em melhorias estruturais dentro da PMCE, velhos comportamentos faziam parte das rotinas de trabalho. As arbitrariedades de comandos, a hierarquia baseada no mando e o assédio moral ainda permaneciam como parte do convívio militar. Uma crise do militarismo ainda se acentuava, na medida em que havia um aparelhamento da instituição, mas as interações institucionais bem como suas reverberações nas ruas permaneciam atropeladas. A

ideia de mudança de mentalidade, explorada nos trabalhos de Brasil (2003) parecia uma questão distante de ser alcançada. Corria entre os corredores o descontentamento nas relações arbitrárias, o que deu base para o movimento reivindicatório que se iniciou em 2011.

3.5 Uma crise que persiste: Greve na PMCE, embates políticos, novas lideranças e conquistas profissionais

No ano de 2011, estive em trabalho de campo para a pesquisa do mestrado, a PMCE fazia parte do meu cotidiano. Pelo menos 3 vezes na semana frequentava o Centro Biopsicossocial da Polícia Militar. Acompanhava não só as rotinas dos policiais que estavam em atendimento clínico psicológico, mas também o trabalho de militares em suas rotinas administrativas. Como estive em um centro de tratamento, as reclamações com relação às condições de trabalho faziam parte das nossas experiências. As conversas nos corredores expunham as escalas de serviços extenuantes que ultrapassavam 40 horas semanais, devido à intensa demanda de serviço e o fim dos encaminhamentos dos casos que ocorriam em seus turnos de trabalho, o que prolongava o tempo de trabalho demasiadamente. O sentimento de desvalorização profissional com perda de status era comentado devido as promoções que há anos estavam atrasadas.

Mesmo com as inovações em aparatos técnicos, o que pude observar daquela experiência era que as relações continuavam “doentes”. Essa questão era percebida a partir dos relatos das pessoas com as quais eu me relacionava, falta de diálogo, humilhações e relações abusivas eras destacadas. O estresse da dinâmica laboral refletia em transtornos de ansiedade, depressão, envolvimento com álcool e drogas numa tentativa de escapar dos problemas. Entretanto essa questão não afetava todos os policiais da mesma maneira, alguns apresentavam sintomas de adoecimentos e por isso buscavam acompanhamento psicológico. A regularidade era maior entre policiais que tinham entre 15 e 25 anos de serviço.

Essas questões produziam um sentimento de sofrimento social que reverberava em efeitos psicológicos em uma parte tropa (SALES,2013). Os policiais recém ingressos nas turmas do Programa Ronda, a partir de 2007, entraram na instituição em um novo contexto político, “em plena democracia”, a mudanças de valores para um “universo militarizado” produziu repercussões pessoais e coletivas.

Os investimentos em equipamentos e formações haviam avançado, mas os ditames militares, cujos usos nas relações hierárquicas refletiam abusos passaram a incomodar também os novatos. Essas questões faziam parte das conversas informais entre os PMs, fato que desencadeou as novas articulações reivindicativas.

17 de dezembro de 2011 marca o início do novo ciclo de reivindicações na PMCE. Foi organizada uma passeata pelas ruas do centro de Fortaleza, partindo da Praça do Ferreira em direção ao 5º Batalhão da PMCE, eram mais de 1000 pessoas, entre policiais militares e seus familiares, quase todos vestidos com blusas vermelhas confeccionadas para o evento, nelas continham dizeres em apoio a PEC 300, proposta de lei que cria um piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares. Experiência que pude acompanhar de perto.

O “sábado vermelho” foi organizado pela Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará – APROSPEC e tinha como principal questão a condição de submissão e desrespeito dos policiais dentro da PM. As fotos abaixo demonstram a ampla adesão de PMs e o engajamento de familiares no processo de reivindicação dos militares. Outro objetivo da caminhada era alcançar visibilidade para a votação para a PEC 300⁴⁸ em assembleia nacional.

⁴⁸ A PEC 300 visa estabelecer um piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares por meio de lei federal. A proposta beneficiaria mais de 700 mil pessoas em todo o Brasil. A mesma lei intenciona criar um fundo com o intuito de ajudar os estados a pagar o novo piso. A proposta permanece em aberto até o momento, em 2021. Houve declarações públicas do presidente Jair Bolsonaro em 2018, que diz que é difícil que se cumpra pois o pagamento dos PMs e Bombeiros é competência dos estados.



Figura 2. Passeata da PMCE 1 Disponível em:
<http://pec300uniaopolicial.blogspot.com/2011/12/camocim-policia24hs-sabado-vermelho.html>



Figura 3. Passeata da PMCE 2 Disponível em:
<http://pec300uniaopolicial.blogspot.com/2011/12/camocim-policia24hs-sabado-vermelho.html>

Entre os policiais já circulava a insatisfação financeira, um evento que tinha o intuito de chamar a atenção do governador estava sendo organizado. No mesmo dia da caminhada, o governo visitou uma estação do Metrô de Fortaleza que seria inaugurada, no centro da cidade. Na ocasião, policiais e bombeiros militares e seus familiares estavam em plena reivindicação. Os manifestantes pararam o carro do governador em meio a pedradas e garrafadas. Cid Gomes saiu do veículo em uma tentativa de impor respeito, confrontando a multidão sem medo das consequências.

Houve um bate-boca explícito entre o governador Cid Gomes e capitão Wagner, entre ameaças e palavrões os ânimos se alteraram e aquele foi o estopim para alimentar um movimento massivo de reivindicação. Nesse dia pude estar presente e acompanhar de perto toda a cena. Ademais, esse encontro foi um termômetro para as contestações que se avizinhavam, a foto abaixo retrata cenas no confronto entre PM e governo.



Figura 4. Passeata da PMCE 3 Disponível em: <http://pec300uniaopolicial.blogspot.com/2011/12/camocim-policia24hs-sabado-vermelho.html>

Após o embate em palco público, o governador iniciou um processo percebido pela maior parte de meus interlocutores como de retaliação transferindo 100 policiais da capital para o interior. Assim, corriam nos quartéis as insatisfações e as intransigências do governo, que semelhante às ações de Tasso Jereissati, nas avaliações dos militares, tinha supostamente uma característica de governar a punhos de ferro, com pouco espaço para negociação, se levarmos o tom das queixas dos militares entrevistados. O fato provocou ainda mais os ânimos dos militares. As transferências sempre foram usadas como forma de punição pois impactam diretamente na estrutura financeira e familiar dos militares. Os casados, por exemplo, muitas vezes têm que sustentar os custos de duas residências, ou mudar sua estrutura de vida para nova localidade. Geralmente as transferências são realizadas para locais bem distantes com significativo impacto nas rotinas e nos modos de vida.

No dia 29 de dezembro de 2011, foi organizada uma assembleia geral da PM no Ginásio Poliesportivo da Parangaba. Na ocasião foi decidida a paralisação das atividades dos PMs. O que caracteriza esse movimento foi o engajamento de um grande número de militares, de diferentes batalhões, a maioria *praças*. Como ponto diferencial houve o engajamento do grupamento especializado como o Raio e de policiais do comando, *oficiais*. As avaliações dos interlocutores sobre a paralisação de 2011, destacam a condução organizada do movimento, que ganhou apelo político. A figura do Capitão Wagner ganhou destaque por ser o porta-voz de negociações e representação da tropa. Ademais, trouxe um momento diferente para a história da PMCE, em que *oficiais* e *praças* se uniram em processo de reivindicação por melhorias salariais na carreira. Esse fato aproximou minimamente as relações que eram tão desiguais até o momento.

Para que o movimento ganhasse força política, foi necessário um intenso debate interno para que os militares concordassem com a reivindicação, devido às retaliações e punições que sofreriam adiante. Nas discussões, era apontado que o único espaço para diálogo com o comando e o governo seria através da manifestação. Uma vez que já havia tensões compartilhadas entre manifestantes e Cid Gomes, que parecia pouco aberto para negociações. Com a paralisação, os líderes do movimento esperavam fazer sentir a necessidade e importância do trabalho da PM, através de sua ausência nas ruas.

Durante os dias de reivindicações diferentes ações foram observadas dentro e fora dos muros da caserna, ao mesmo passo que alguns policiais não aderiram ao movimento, outros fizeram “greve branca”, ou seja, iam para os quartéis mas agiam de forma insubordinada de acordo com as regras do código de disciplinas, e/ou não executavam as ordens dos comandantes nem prestavam os cumprimentos diante dos oficiais (SILVA NETO; 2016). Por parte do governo foi solicitado o reforço do exército tendo em vista a sensação de insegurança que se espalhava pela cidade. O sentimento de medo que tomava conta da cidade foi uma questão explorada por Araújo (2013) que aponta:

Durante esse período, apontava-se um suposto caos que se instalara inicialmente em Fortaleza e que se espalhou para o interior do estado por conta da ausência das atividades de patrulhamento da Polícia Militar. O Governo do Estado chegou a decretar estado de emergência pela paralisação sendo acionados, inclusive, o Exército e a Força Nacional de Segurança Pública para garantir a segurança do estado durante a greve.

[...]Esse clímax de “terror” foi criado, sobretudo, entre os dias 2 e 3 de janeiro de 2012, quando inúmeros setores começaram a ser afetados pelas greve, alguns suspendendo suas atividades: comércios foram fechados, transporte coletivo ameaçava parar, escolas com aulas suspensas, hospitais recebendo mais pacientes vítimas de arma de fogo e turistas assustados foram alguns exemplos. (2013, p. 44 - 45)

Com a paralisação das atividades, a comoção em relação a sensação de insegurança foi compartilhada por diferentes grupos de moradores de Fortaleza, sobretudo pelos comerciantes que tiveram que fechar seus negócios por se sentirem ameaçados de sofrerem incidentes de roubos⁴⁹. Algumas áreas das cidades ficaram sem patrulhamento, favorecendo os acontecimentos de casos criminosos. Com isso, empresários pressionaram o governo para que pudesse abrir negociação com os manifestantes. Esse foi um movimento que obteve significativo destaque na mídia, ao mesmo passo que ganhou apoio de entidades religiosas.

Os familiares dos manifestantes também fizeram parte do movimento, aumentando o número de envolvidos nos quartéis onde as atividades haviam parado por completo. O ponto base da reivindicação era o quartel da 6ª Companhia do 5º Batalhão, no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza. Inúmeras viaturas ficaram estacionadas no entorno da companhia, os pneus foram esvaziados impedindo que as mesmas fossem recolhidas para uso, muitas motos ocupavam o espaço. Este quartel foi escolhido por estar em uma área residencial, com intenso fluxo de pessoas e veículos criando um obstáculo difícil para um possível enfrentamento contra o Batalhão de Choque. Essa imagem é emblemática, mostra os arredores da companhia que serviu de base para o movimento:

⁴⁹ G1: Em um dia de greve da PM no Ceará, 300 ocorrências não foram atendidas. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/01/em-um-dia-de-greve-da-pm-no-ceara-300-ocorrencias-nao-foram-atendidas.html> Acessado em 10.01.2021

Ultimo segundo: Com greve de policiais, Fortaleza entra em pânico e lojas fecham. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/com-greve-de-policiais-fortaleza-entra-em-panico-e-lojas-fecham/n1597509577516.html> Acessado em 10.01.2021



Figura 5. Greve da PMCE 2011 FONTE: Jornal O Povo – Notícia sobre os seis anos da Greve da PM no Ceará. Disponível em <https://especiais.opovo.com.br/6anosdagrevedapm/>

Os políticos e irmãos Cid Gomes e Ciro Gomes travaram diferentes confrontos públicos com Capitão Wagner, pautados por insultos morais e ameaças públicas. Esse foi um dos fatos que expôs o desgaste do governo frente ao campo de Segurança Pública:

Os representantes políticos do Governo do Estado do Ceará e o próprio governador, Cid Gomes, bem como seu irmão, Ciro Gomes, travaram duras lutas discursivas de mútua desqualificação moral com o Capitão. De parte a parte, Ciro Gomes e Capitão Wagner se acusaram mutuamente de bandidos, vagabundos, entre outras desqualificações morais que tiveram forte teor de hipermasculinidade nas trocas, ambos assumindo discursos de “macho”, de “homem” que não tem medo de ninguém, enfim, toda uma retórica da masculinidade guerreira foi acionada pelas falas dos dois. (SILVA NETO; SÁ, 2014 p.13)

O governo não cedia espaços para as negociações, havia uma deslegitimação do movimento por parte da liderança política. Silva Neto e Sá (2014) expuseram a questão de forma detalhada, trouxeram para o debate o sentimento compartilhado pela população em oposição a pressão dos manifestantes expondo as consequências da paralisação de suas atividades, gerando medo em meio a verdades e boatos compartilhados:

A população aparentava estar atônita, não sabia como proceder. Os militares ameaçavam parar todas as unidades policiais. O corpo de bombeiros pretendia sair do aeroporto e os policiais que trabalhavam nos presídios estavam prestes a lançar mão de suas atividades. Temiam-se fugas e rebeliões. Anunciava-se que a situação do estado estava insustentável e que mais um dia de paralisação estaria caminhando para a falência da segurança pública cearense. Boatos ou não, o que é possível afirmar é que desde o início da greve, as negociações com o governo do estado punham-se em um impasse e que quase todas as ações de atores

políticos resvalavam no agravamento do sentimento de ressentimento da tropa. (SILVA NETO; SÁ, 2014 p.13)

O medo foi legitimado quando empresas e até órgãos públicos começaram a fechar as portas por temor de arrastões. Feriado informal foi instituído. Na Internet, imagens falsas mostrando ações de criminosos na Cidade se multiplicavam. Avenidas ficaram desertas em pleno segundo dia útil do ano. Supermercados, hospitais, colégios, restaurantes, academias, lotéricas, consultórios médicos, bancas de revista e padarias, cada minuto um novo estabelecimento supostamente era vítima dos criminosos. O que antes era uma queda de braço entre Governo e manifestantes passou a ter impactos econômicos e sociais. No fim da tarde, poucos estabelecimentos se mantiveram abertos. Nos shoppings, apesar do funcionamento normalizado, a segurança foi reforçada. A insatisfação com o impasse tomou conta da população e foi determinante para que o governador Cid Gomes cedesse e aceitasse as reivindicações impostas pelo comando de greve. (Jornal O Povo. Notícia sobre os seis anos da greve da PM no Ceará)

Os confrontos eram intensos. Quando as primeiras negociações aconteceram de fato, principalmente por conta das intervenções políticas de vereadores e deputados, reuniões ocorreram por horas consecutivas, muitas sem resultado para ambos os lados envolvidos. Havia uma briga de forças sobre quem estava no controle da negociação. Ao mesmo passo que o governo demonstrava não ceder à pressão, mais policiais aderiam ao movimento que tomava força em demais localidades do estado do Ceará. Houve a tentativa de intermediação do Tribunal de Justiça do Ceará, que em meio ao impasse ameaçou multar a Associação dos policiais caso não retornassem imediatamente às funções. Do ponto de vista de um dos militares que participou ativamente do movimento, ele acreditava que como os policiais tinham apoio da população e dos empresários, a categoria “havia tomado fôlego e para poder enfrentar a justiça e suas consequências”.

Em 2 de janeiro, a desembargadora Sérgia Miranda, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), determinou o retorno imediato dos militares ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$500 por policial parado e R\$15 mil por associação envolvida na organização do movimento grevista. Os manifestantes decidiram enfrentar a Justiça e manter a paralisação. (Jornal O Povo. Notícia sobre os seis anos da greve da PM no Ceará)

Havia uma pressão sobre o governo para cessar a paralisação. Então, em negociação com o grupo representante do movimento, algumas das reivindicações foram atendidas, dentre elas a incorporação das gratificações ao salário, redução da carga horária e anistia aos policiais e bombeiros militares que participaram ativamente do processo. Para os policiais a conquista já representava um ganho

substancial, uma vez que o policial fora de serviço deixava de receber os honorários extras e sua renda caía em torno de 1/3 dos valores recebidos. Esse é o motivo pelo qual muitos policiais, mesmo em condição de adoecimento, não buscavam licenças para tratamento de saúde, pois a renda familiar era subtraída, aumentando ainda mais os problemas de recursos. Moura (2016) relembra as conquistas do movimento:

Tudo isso a que nos referimos teve como marco principal a greve de 2011, porque uma das conquistas foi a incorporação ao salário de uma gratificação de 819,03 reais para os policiais do turno da noite e 533,80 para quem desempenha a função como folguista (além do vale alimentação de 220 reais) que antes só era concedida ao policial em serviço, ou seja, quando e se o policial entrasse de Licença para Tratamento de Saúde, esse valor não era repassado ao salário que, bruto, correspondia a 1500 reais, na época. Dessa forma, o desfalque na renda familiar relativa à gratificação fazia com que o policial suportasse ao extremo as situações de sofrimento, agravando seu quadro, dificultando o acesso a tratamentos e medicamentos, devido à redução salarial. [...] Outra conquista da greve foi a inclusão dos policiais militares ao ISSEC (MOURA, 2016, p 85).

Outras pautas foram discutidas em momento posterior a greve, dentre as quais estão: o pagamento das horas extra trabalhadas, reajuste no vale alimentação de R\$6 para R\$10, regularização das promoções, bem como a revisão do regulamento disciplinar da Polícia Militar e dos Bombeiros, incluindo a necessidade de implementação de um código de ética, reavaliando a necessidade das prisões administrativas por indisciplina e insubordinação. Como efeito do movimento houve um enfraquecimento da popularidade de Cid Gomes, que foi confrontado não somente pelo desgaste da instituição policial como pelo aumento substancial dos casos de homicídios no Ceará, que ampliou em 37,5% em 2012⁵⁰.

Ao contrário do governador, o capital político de Wagner, que em anos anteriores pleiteava cargo político e não obteve sucesso esperado, aumentou exponencialmente. Com sua imagem fortalecida e amplo apoio da categoria de profissionais da segurança pública, o policial aproveitou o momento para se lançar como candidato a vereador de Fortaleza. No pleito o candidato se tornou um dos

⁵⁰ Em meio à instabilidade da segurança pública e ao tensionamento criado na relação entre o Governo do Estado e a tropa, o ano de 2012 foi cenário de um dos maiores crescimento no número de homicídios no Ceará. De acordo com dados do Fórum Brasileiro da Segurança Pública, entre 2011, quando foram registrados 2.762 assassinatos, e 2012, com 3.734, houve aumento de 35,19% desse tipo de crime, que é o mais usado mundialmente como parâmetro para medir o grau de violência de uma sociedade. <https://especiais.opovo.com.br/6anosdagrevedapm/>

vereador mais votados da história política com mais de 40 mil votos para o cargo, no ano seguinte foi candidato a deputado estadual obtendo vitória expressiva, impulsionados outros candidatos militares também a se engajaram na política com Cabo Sabino (PR) que foi eleito deputado federal em 2015 e, em 2016, Soldado Noélio (PR) se elegeu vereador na Capital.

Apesar das negociações garantirem anistia aos policiais envolvidos no processo de reivindicação, após manifestação promoveram uma intensa perseguição institucional. Oficialmente 53 policiais foram indiciados pelo Comando Geral da Polícia Militar do Ceará pela liderança dos movimentos e por terem cometido crimes militares e mais 350 foram processados. A anistia de fato só ocorreu em agosto de 2013 por intervenção da presidente na época, Dilma Rousseff. Na corporação mais de 1000 nomes circulavam como participantes do movimento. Transferências, mudanças de escalas e tratamentos abusivos (mas amparados por regulamentos institucionais) marcaram o retorno às atividades.

3.6. Dias de medo: reflexos da maior paralisação da Polícia Militar do Ceará

No ano de 2015, Camilo Santana assumiu a gestão pública, no posto de governador do estado, e recebeu de seu antecessor, Cid Gomes, uma política de segurança pública desgastada, tanto em referência à relação com as instituições policiais como pelos elevados casos de criminalidade. Na mídia notícias que abordavam o fracasso do Programa Ronda do Quarteirão vem à tona, diante dos crescentes índices de violência, com a incidência de roubos, furtos e homicídios. Como campanha de governo, Camilo investiu numa nova política de segurança, através do programa “Ceará Pacífico”. Na época, o novo encarregado do campo da segurança pública era Delci Teixeira, delegado de polícia federal. Uma de suas primeiras medidas governamentais foi a reaproximação do governo com os representantes políticos da polícia, uma vez que na última gestão essa relação tinha ficado fragilizada pelas constantes ameaças e discussões (SÁ; NETO; SALES 2017).

Ainda nos primeiros dias de gestão, Camilo Santana convida o recém eleito deputado estadual Capitão Wagner, que no governo anterior era o principal representante da categoria policial. Numa atitude totalmente oposta às

experimentadas anteriormente, com a qual os diálogos se processavam a partir dos movimentos contestatórios. A imprensa estadual considerou importante a atitude, uma vez que a relação estremeçada poderia pôr em xeque a governabilidade de Camilo. Em notícia publicada no Jornal Tribuna do Ceará, encontramos a narrativa:

Simplesmente o mais inteligente a ser feito. Se de um lado realmente é preocupante a existência de movimentos que ameacem o sentido de hierarquia nas corporações militares, de outro é inegável que a relação da gestão Cid com os policiais se desgastou até se transformar numa crise de autoridade que degenerou para uma crise institucional, que por fim agravou ainda mais a insegurança no estado, já cambaleante, com índices obscenos de criminalidade, políticas públicas equivocadas e investimentos caros sem retorno. (TRIBUNA DO CEARÁ, 09 de janeiro de 2016)

O começo do governo de Camilo pareceu amigável, entretanto os interesses políticos do Capitão Wagner se ampliaram. No mesmo ano, rompendo sua relação política com o governo, Capitão Wagner decide se candidatar ao cargo de Prefeito de Fortaleza, apoiado pela oposição direta ao governo e tendo ao seu lado Tasso Jereissati (PSDB) e Eunício Oliveira (PMDB). O policial concentrou seu foco principal em sua estratégia política na questão da segurança pública, ao qual acreditava que o governo municipal atual estava preocupado apenas com a segurança nos bairros ricos, enquanto que os periféricos estavam “descobertos”. No ano seguinte Camilo Santana e Capitão Wagner estabeleceram embates públicos através das mídias locais. Na eleição municipal de 2016 Capitão Wagner recebeu 400 802 votos, (31,15%), o que o direcionou para o segundo turno com Roberto Cláudio (PDT), que era o atual prefeito da cidade. No pleito obteve derrota de 588 451 votos contra 678 847 votos do candidato oponente.

As estratégias governamentais da gestão de Camilo Santana, seguiu na mesma direção de seus antecessores, focaram em uma reformulação da política de Segurança Pública. Suas intervenções iniciais estavam pautadas em ações intersetoriais, tentando fomentar uma prática integrada, em contramão a estrutura encontrada que focalizava suas ações somente em resposta às ações criminosas. Foi criado o comitê de Governança do Pacto por um Ceará Pacífico com representantes dos diferentes setores da esfera pública, envolvendo os poderes executivo, legislativo e judiciário, além de entidades não governamentais. Também foi investido em estudos e diagnósticos, para propor novas medidas para esse campo. O resultado foi dividido em três publicações, a primeira delas explora casos

exitosos de enfrentamento a criminalidade e a violência no Brasil e no mundo, no segundo é retratado o cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará e o último estabelece uma matriz de acompanhamento que dá diretrizes e estabelece estratégias de ação estabelecidas no novo plano de governo⁵¹. Dessa maneira, suas principais ações estariam localizadas na prevenção social da violência e na repressão da criminalidade.

Observou-se no primeiro governo de Camilo Santana que ações de melhoramento institucional e de estrutura foram tomadas, dentre as quais estão: a aquisição de equipamentos e munições, modernos armamentos letais e não letais, equipamentos de segurança para unidades prisionais e demais polícias, somado a reformas e recuperação do sistema penitenciário.

Também houve a expansão do Raio em novas unidades distribuídas na capital e no interior do estado, equiparação salarial entre policiais e bombeiros militares, reformas e construção de novos prédios destinados a polícia civil, aquisição de novas viaturas, com um custo mais barato em comparação às viaturas do governo anterior, tanto em compra como em manutenção, concursos para incorporação de mais 4200 novos militares até o fim de 2018, expansão do CIOPAER para o interior do estado. Implantação de um serviço de videomonitoramento, tecnologia e inteligência policial na capital e no interior, além da promoção de gratificações de atividades especiais e risco.

Em dados coletados a partir do jornal O Povo, relacionados aos investimentos em segurança pública, expõe que esse governo foi o que mais investiu nesse setor. Financiando uma melhoria em termos de condições materiais para o trabalho, bem como o ingresso de novos militares na corporação. A notícia faz uma análise comparativa dos investimentos dos governos desde o primeiro pleito de Tasso Jereissati. Reiterando essa narrativa, a notícia expõe que mais de 9 mil operadores de segurança foram admitidos nesse governo, como podemos ver:

Camilo Santana vive destacando, em seus discursos, que sua gestão tem sido a que mais investiu em segurança pública na história do Ceará, mesmo nessa época de crise. Em pouco mais de três anos, está chegando a mais de nove mil agentes de segurança contratados, sendo mais de 6 mil PMs e quase 1.500 policiais civis, que já tiveram novo concurso anunciado ainda

⁵¹ Os três arquivos podem ser baixados no site oficial do governo estadual sobre o link: <http://www.gabgov.ce.gov.br/2017/12/20/conheca-os-estudos-do-pacto-por-um-ceara-pacifico/>

para este ano. A coluna foi investigar os dados desde os anos 1990, quando estavam no poder Ciro Gomes, Tasso Jereissati duas vezes, Lúcio Alcântara e Cid Gomes duas vezes. Eis os dados: De 1991 a 1994, Ciro Gomes contratou 3.722 policiais, sendo 367 da Polícia Civil. De 1995 a 2002 - portanto em 8 anos -Tasso contratou 3.646 policiais, sendo 429 PCs. De 2003 a 2006, Lúcio Alcântara contratou 1.529 policiais, sendo 483 PCs. De 2007 a 2014, durante dois mandatos, Cid Gomes contratou 8.805 policiais, sendo 1.582 PCs. Pelo levantamento, antes mesmo de terminar seu mandato, Camilo já contratou mais policiais que todos os antecessores, sendo dois deles detentores de dois mandatos. Bem, se com esse número todo de policiais contratados a violência alcançou patamares tão altos, imagine como estaria o Estado sem esse investimento. (Jornal O Povo, 26 de fevereiro de 2018)

Observando esse massivo investimento é preciso relativizar esse beneficiamento financeiro. As experiências anteriores já revelavam que investir somente em estrutura e equipamentos não era suficiente para impactar na diminuição dos índices de criminalidade, muito menos na satisfação e sentimento de valorização das polícias. Nesse sentido, em 2016, o número de crimes violentos registrados chegou a uma marca significativa de 3407 casos, segundo os dados apresentados pelo pesquisador Luiz Paiva (2018) em artigo publicado na revista Carta Capital.⁵²

Paiva (2018), retoma os dados de homicídios contabilizados nos anos de 2013, 2014 e 2015 e revela números expressivos, sendo estes 4.395, 4.439 e 4.439 respectivamente, configurando a capital cearense entre os lugares mais violentos do mundo. Em 2016, ainda que tenha apresentado um número de crimes menores que os anos anteriores, ainda apresenta taxas bastante elevadas. No artigo divulgado pela revista Carta Capital, o pesquisador questiona o governo dizendo que a redução dos crimes não tem relação com os investimentos nas políticas de segurança apontando para uma problemática muito mais contundente, de que “o problema é que essa redução não ocorreu função de políticas públicas de segurança e justiça, mas por um acordo entre facções criminosas articuladas desde os presídios até as comunidades.”.

O autor relata o processo que instaurou a guerra entre facções nos sistemas prisionais reverberando em ações nas ruas do estado. Nesse período, a secretaria de segurança pública muda de gestão e quem assume o posto do governo é André

⁵² Para ter acesso ao artigo completo, veja: PAIVA, L. F. A Miséria da Segurança Pública no estado do Ceará. Carta Capital, 2018. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/30/miseria-da-seguranca-publica-no-estado-do-ceara/> Acessado em 28 de janeiro de 2021.

Santos Costa, cearense, delegado de polícia federal em exercício. O ano de 2017 marca as disputas entre as facções, obtendo o registro de pelo menos 6 chacinas no estado. Um dos fatos de destaque foi a incursão de “cerca de vinte homens armados que invadiram o Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, no bairro Sapiranga, e mataram 4 internos” (PAIVA, 2018).

Diferentes ações criminosas marcaram este ano, incluindo os tiros às unidades de segurança pública e bancos, extermínio de pessoas de grupos rivais, roubo de veículos, incêndio de veículos públicos e ameaças. Uma das ameaças apareceu através de carta deixada no interior de um dos ônibus incendiados, o jornal Tribuna do Ceará apresentou o conteúdo desta carta, assinada em nome de uma das facções envolvidas na guerra, em que anunciava explosões de prédios públicos caso o governo continuasse com as mudanças de presos entre instituições carcerárias, vejamos:

Na carta, assinada pela facção Guardiões do Estado, o grupo afirma que, se o governo “mexer com as unidades prisionais igual estão fazendo, iremos parar o estado do Ceará e explodir a Secretaria de Segurança. E aquele aviso na Assembleia Legislativa do carro-bomba vamos fazer valer dessa vez”, afirmam. O grupo avisa que o estado viverá um mês de terror, com atentados e explosões de prédios públicos. “Todos os inocentes mortos. Iremos atacar os órgãos públicos e parar o estado. Aqueles funcionários do governo que não saiam de suas casas, pois poderão sofrer nessa guerra”, diz a mensagem. (TRIBUNA DO CEARÁ, 19 de abril de 2017)

Vários ataques a ônibus foram efetivados. No dia com maiores incidentes violentos ocorridos, foram registrados 21 incêndios, provocando pânico na cidade, com a paralisação do serviço de transporte público e a sensação de medo. Neste ano, o número de homicídios na cidade obteve um dos maiores picos históricos do Ceará: foram registrados 5134 assassinatos, 50,7% a mais do que no ano anterior. A reportagem veiculada pelo G1, afirma que, a partir de dados retirados do monitoramento da violência do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017, o Ceará foi líder em mortes violentas no país.⁵³

⁵³ Para aprofundar o entendimento do contexto das guerras entre facções ocorridas no Ceará, veja: Guerra de facções, ataque com data marcada e onda de violência: o que se sabe sobre a maior chacina da história do Ceará. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/guerra-de-faccoes-ataque-com-data-marcada-e-onda-de-violencia-o-que-se-sabe-sobre-a-maior-chacina-da-historia-do-ceara.ghtml> Acessado em 28 de fevereiro de 2021.

A gestão de André Costa foi categorizada pela mídia com altos e baixos. No início, o secretário utilizou as redes sociais para divulgar ações policiais na cidade e no interior que aproximavam a gestão da sociedade, ganhando vários seguidores em seu perfil particular e tendo aceitação de muitas pessoas⁵⁴. Entretanto, em momentos posteriores o secretário publicou afirmações polêmicas e postagens depreciativas. Com relação a guerra das facções, o secretário teria informado que a chacinas das Cajazeiras teria sido um evento planejado e que a situação da segurança pública estava sob controle, o que gerou críticas contundentes ao governo e a criação de imagens satirizando a postura do secretário em meio à crise pública⁵⁵. Outras críticas colocaram em xeque a postura do secretário, afirmando que suas declarações incitam práticas abusivas e reações desviadas por parte de policiais militares, além do recrudescimento das práticas, esta questão se refere a seguinte informação:

Depois de causar polêmica ao apontar dois caminhos para quem comete crimes contra policiais: a Justiça ou o cemitério, o secretário André Costa, da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), voltou a fazer declarações semelhantes nessa quinta-feira, 4. Ao comentar a morte de três homens que, segundo ele, estavam praticando homicídios e roubos em Icó, Acopiara, Lavras e Iguatu, ele afirmou que os "três bandidos escolheram o caminho do cemitério" (O povo 01 de janeiro de 2018)

Ademais, aponto para outras duas situações que marcam esse período crítico no campo. A primeira delas são as ações em que policiais apagam pichações de facções em diferentes bairros da cidade, pintando os muros marcados pelas facções com tinta preta e deixando registrado no lugar a marca do projeto Ceará Pacífico⁵⁶, símbolo do programa do governo do estado, acirrando ainda mais a guerra nas ruas, numa tentativa de reafirmar “quem manda”. O outro fato polêmico registrado pelo

⁵⁴ Sobre as polêmicas relativas às publicações do Secretário de Segurança Pública em suas redes sociais, veja: 10 vezes em que o Secretário da Segurança Pública do Ceará abalou a internet. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/10-vezes-em-que-o-secretario-da-seguranca-do-ceara-abalou-a-internet/> Acessado em 28 de fevereiro de 2021.

⁵⁵ Sobre essa questão veja a seguinte notícia: Fala do secretário de Segurança sobre massacre em Cajazeiras rende memes nas redes sociais. O Povo, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/fala-do-secretario-de-seguranca-sobre-massacre-em-cajazeiras-rende-mem.html> Acessado em 20 de janeiro de 2021.

⁵⁶ Para ter acesso às imagens e ver a reportagem citada, veja: Policiais apagam pichações de facções e secretário diz que guerra de territórios ajudou inteligência. O Povo, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/04/secretaria-apaga-pichacoes-de-faccoes-e-secretario-diz-que-guerra-de-t.html> Acessado em 20 de janeiro de 2021.

jornal O Povo é sobre uma postagem do perfil pessoal do Secretário em uma de suas redes sociais em que apresenta policiais ao lado de dois suspeitos visivelmente machucados, no texto o secretário diz:

Outro post, da primeira semana de dezembro, André lançava a questão hipotética: “Há um bandido gravemente ferido precisando de socorro e ao lado um policial precisando de um cafezinho. Você levaria o café com açúcar ou adoçante?”. André respondeu na legenda, com ironia: “5 gotas de adoçante, por favor!”. A postagem foi apagada ainda na tarde desta quinta-feira da conta do novo secretário. (O povo 06 de janeiro de 2017)

O governo de Camilo Santana é marcado por situações críticas no campo da Segurança pública. A crítica a governabilidade política de Camilo coloca na balança de um lado o consistente investimento nesse setor da administração pública, e no outro, as situações graves de nos casos de criminalidade registrados, os conflitos institucionais e ilegalidades envolvendo a PM. De modo geral, até o período que antecedeu a greve de 2020 os interlocutores desta pesquisa avaliaram de modo positivo o governo, considerando o investimento robusto em equipamentos de qualidade, treinamentos contínuos e a regularização das promoções que há anos estavam atrasadas.

Esse último ponto gerou um impacto positivo para os policiais entrevistados em 2016 e 2019. Apesar dos embates públicos com o Capitão Wagner, para estes sujeitos, o governo sinalizava um novo tempo na PM, onde o policial começava a se sentir ouvido e valorizado. O relato de Cabo Moraes, em entrevista realizada em 2019 expressa essa avaliação:

Equipamentos o governador investiu muito, muito. Então o governador Camilo Santana também ele entra como um dos melhores, dependendo da questão salarial. A gente tem uma perspectiva de antes dele sair ele faça uma correção na questão do salário, se ele fizer, se ele fizer, pode ter certeza que ele vai ser o melhor governador de todos os tempos no Estado do Ceará. Porque pra gente, como pro funcionalismo público, porque a questão de obras e trabalhos fora ele fez muito, muito o governador. Não sou petista, não sou, mas a gente tem que dar a César o que é de César, trabalhou demais o governador. E a gente vive outros tempos de polícia hoje, né. Tem algumas questões ainda pra se ver. Questão da Controladoria Geral de Disciplina, eu como um representante de classe, eu vejo que tem algumas coisas pra se rever lá. Eu concordo que o policial, inclusive a minha função aqui, ela é inerente a isso, né, o policial que cometeu um desvio de conduta, ele tem sim que sofrer alguma consequência, punição, seja o que for, dependendo do grau da transgressão, mas tem que ter um certo zelo pra que o policial não seja punido injustamente. Todo mundo tem o direito de ampla defesa ao contraditório. O policial não pode sofrer consequências se

ainda existe uma presunção de inocência. (Entrevista com Cabo Moraes, realizada em 20.07.2019)

Vale destacar que as entrevistas refletem um momento anterior ao movimento grevista de 2020, que provocou novas percepções sobre o governo, com as quais não tive oportunidade de aprofundar, devido às restrições com relação a pandemia mundial de Coronavírus⁵⁷, que impossibilitou o retorno a campo. Ainda que ao longo dos anos as mudanças estruturais dentro da polícia tenham sido evidentes, sobretudo com relação às condições de trabalho, equipamentos e treinamentos, as relações também tem sido amenizadas dentro dos quartéis, ao falar com policiais com até 5 anos de serviços, as ordens absurdas são narradas como casos isolados ou quando se referem a polícia de antigamente, tempo apontado em relação a um período anterior a 2011. Porém esse é um campo que permanece em constante crise, foi o que deu margem para uma nova paralisação em 2020, o período de maior interrupção das atividades na corporação militar do Ceará, ao todo foram 13 dias de protestos. Considero que devemos ponderar sobre a avaliação do governo, uma vez que pode ter sido alterada por conta do modo como Camilo Santana e o campo político trataram o processo reivindicatório de 2020, o que dividiu as percepções dos próprios policiais com relação à reivindicação.

Em 2020 eu já residia no estado do Paraná e já tinha realizado minha pesquisa de campo, entrevistando os militares entre os anos de 2016 e 2019, desta feita o acompanhamento do processo reivindicatório deste ano ocorreu através da mídia televisiva, como também por meio de reportagens via portais de notícias. Os motivos que incentivaram os policiais a iniciarem um novo ciclo de protestos estão relacionados ao descumprimento das promessas do governador em reestruturar as carreiras no campo da Segurança Pública.

O processo de contestação teve início em 18 de fevereiro, no dia seguinte esposas de policiais militares interditaram a entrada do 18º Batalhão de Polícia, localizado no Antônio Bezerra, assim como fizeram em 2011, as viaturas do local tiveram os pneus esvaziados e os policiais com os rostos cobertos davam gritos de ordem. Logo o movimento se espalhou pela região metropolitana e demais

⁵⁷ Para que se entenda o contexto que impediu o retorno ao campo, veja: AZEVEDO. F. Retrospectiva: 2020, o ano alterado pela pandemia de Covid-19. CBN Curitiba, 2020. Disponível em: <https://cbncuritiba.com/retrospectiva-2020-o-ano-alterado-pela-pandemia-de-covid-19/> Acessado em 15 de julho de 2021.

companhias do interior. As imagens abaixo mostram cenas da adesão dos militares no protesto, com uso de balaclavas⁵⁸ em virtude das retaliações e punições que pudessem sofrer caso fossem identificados, mostra também a participação das famílias no movimento.



Figura 6. Greve da PMCE 2020 FONTE: Jornal O povo Online. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/03/01/pms-aceitam-nova-proposta-do-governo-e-motim-termina.html>



Figura 7. Greve da PMCE 2020 Fonte: Jornal O povo Online. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/03/01/o-que-aconteceu-no-ceara-entre-inicio-do-motim-e-3---proposta-de-acordo.html>

⁵⁸ Balaclava é um equipamento de uso militar que cobre a cabeça, o pescoço e os ombros, usados em serviço.

As reivindicações em Sobral ganharam significativo destaque por conta do confronto direto que envolveu manifestantes e o ex-governador Cid Gomes. Na ocasião, o político havia convocado a população, por meio de suas redes sociais, para protestar contra a paralisação da PM. Irritado com as contestações dos militares e culpabilizando-os de espalhar o terror social, Cid usou um trator escavador e dirigiu o veículo em direção aos manifestantes que, em represália, dispararam tiros contra o senador, que acabou baleado durante o confronto. A primeira imagem demonstra o resultado da ação. A segunda imagem mostra CID Gomes baleado sendo encaminhado ao hospital.



Figura 8. Conflito Cid Gomes e PMCE em Sobral 1 FONTE: ESTADÃO Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-selfies-trator-de-cid-gomes-volta-para-obra-em-sobral,70003206660>



Figura 9. Conflito Cid Gomes e PMCE 2 em Sobral FONTE: UOL Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/josias-de-souza/2020/02/20/pressao-salarial-de-policias-se-propaga-pelo-pais.htm>

Após o incidente, o governador Camilo Santana pediu apoio federal com a convocação da Guarda Nacional para conter os protestos e ameaçou os policiais com punições severas previstas em lei. Ainda que o episódio ocorrido em Sobral tivesse consequências legais para os manifestantes, estes decidiram por manter os protestos até que as reivindicações fossem consentidas. Foram instaurados mais de 300 inquéritos. Com o aumento de incidentes criminosos, chegando à marca de 34 homicídios por dia, uma comissão de membros do governo e da justiça se dirigiram ao batalhão a fim de abrir espaço para as negociações. Sob ameaças o governo declarou:

o Governo do Ceará comunicou que todos os envolvidos nos atos de reivindicação salarial pelo Ceará serão alvos de Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado de imediato pelos comandos, Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública (CGD). Ainda teriam os salários cortados no mês seguinte. (O Povo Online. 01.03.2020)

As reivindicações dos policiais pretendiam reajuste salarial que chegasse a R\$4,923 mil para soldados e anistia aos envolvidos no movimento. Entretanto, o governo não aceitou conceder anistia total aos manifestantes. Devido ao episódio ocorrido com Cid Gomes, os políticos passaram a interpretar o movimento de modo

negativo, concordando com o governo sobre o veto da anistia. Entre propostas e contrapropostas, após 7 horas em reunião com a comissão de negociação seguida de assembleia geral os policiais aceitaram o fim do movimento. A greve foi encerrada em 1 de março de 2020⁵⁹. Como resultado, foi negociado o reajuste salarial a ser pago em três parcelas, com a última programada para março de 2022, somadas a incorporação das gratificações, dessa forma o salário do soldado seria R\$4500 e do Coronel (posto mais alto da carreira) de R\$20 mil.

Como não foi consentida a anistia, os participantes da paralisação foram processados legalmente, recebendo sanções rigorosas a depender do caso e do envolvimento. Essa foi a maior manifestação dos policiais militares do Ceará, em número de adeptos e em tempo de paralisação de atividades. Durante o período de contestação mais de 100 policiais não se apresentaram ao serviço (sobretudo no período do carnaval) colocando-os em uma posição de deserção segundo critérios regulamentares e, portanto, foram punidos por este motivo.

Ademais, ao contrário do movimento de 2012, esse processo foi marcado por narrativas de influência política. O episódio que envolveu um senador da república baleado abriu espaço para uma deslegitimação da paralisação, vinculando a figura dos manifestantes à condição de criminosos. Nas notícias que pude pesquisar, as narrativas midiáticas sempre elencam a negação de anistia com força política e a vinculação dos reivindicadores categorizados como marginais, numa tentativa de deslocamento e desvinculação institucional, sobretudo quando a narrativa do governo explora questões do tipo: “para mim esses não são policiais, são criminosos”.

Avaliando as questões políticas que antecederam o movimento de 2020, as ações em relação aos manifestantes, refletiam o modo como o governo encarava a situação da guerra das facções, com um viés combativo. O direcionamento impactou diretamente no modo como o governo entendeu a questão pública da violência e da criminalidade. Os movimentos reivindicatórios marcam momentos disruptivos dentro da instituição, que ao mesmo passo revela um campo permeado por crises, devido essa influência das questões que o atravessam e impactam. Nos três eventos as

⁵⁹ Sobre o fim da greve ocorrida em 2020 e os acordos negociados com o governo, veja: PMS aceitam nova proposta da comissão e motim termina. O Povo, 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/03/01/pms-aceitam-nova-proposta-do-governo-e-motim-termina.html> Acessado em 16.03.2021

pautas giram em torno da reavaliação de códigos disciplinares e no reconhecimento profissional, expressam não só nos processos de desvalorização alocados nas narrativas, mas demonstra a potência e a capacidade reivindicativa nas lutas simbólicas localizadas nos processos de resistência .

4. MORALIDADES EM FLUXO: PERCEPÇÕES SOBRE SER POLICIAL MILITAR

As narrativas dos sujeitos entrevistados exploram diferentes perspectivas sobre os desejos e idealizações em torno da profissão policial. Apresentam em forma de resgate biográficos os motivos que os conduziram à carreira militar. Enquanto alguns enfatizam as vontades e pretensões em se tornarem policiais, outros destacam a necessidade de um emprego que garantisse segurança financeira para o sustento de casa. Em geral, a maioria dos interlocutores desta pesquisa tiveram uma vida permeada por dificuldades financeiras e muito trabalho duro, esse fato está expresso nas histórias contadas em forma de experiências vividas (SCOTT, 1998).

Regimes morais em torno da *honra, autoridade e respeito* são mobilizados pelos sujeitos de diferentes modos, em certa medida no esforço de tornar legítima a escolha dessa carreira, ao mesmo passo do interesse em construir uma imagem de importância em torno da função social da profissão. Porém, os relatos de auto reconhecimento são cruzados por narrativas que impulsionam a mobilização de uma auto imagem que está pautada por experiências militarizadas que conduzem a novos jeitos de ser e se portar no mundo (MUNIZ, 1999; KANT DE LIMA, 2003). O que provocaria efeitos substanciais em suas corporalidades, impactando em diferentes domínios de suas existências, estimulando percepções que se desdobram no que Barbosa (2018) chama de crise do militarismo, e essa perspectiva coaduna com as minhas análises. O autor explora que:

O que está se chamando de “crise do militarismo” envolve tanto questões de ordem externa, como as percepções sociais sobre a instituição, quanto de ordem interna, como as percepções dos policiais militares sobre si mesmos e sobre a corporação da qual são parte. Por um lado, está contextualizada na crise da legitimidade e de confiança da instituição policial no Ceará e no contexto nacional mais amplo - o que está diretamente relacionado ao desprestígio da instituição diante de suas clientelas, panorama observado em pesquisas recentes sobre a confiança da população brasileira nas instituições de segurança pública. Por outro lado, se revela no descontentamento com a profissão experimentado por policiais ao longo da carreira na PMCE. Essas situações envolvem a sensação, por parte dos policiais militares, de falta de reconhecimento de seus superiores hierárquicos e da “sociedade”. Em alguns casos, esses elementos da situação crítica da profissão, do ponto de vista dos policiais, estão associados à perda da identificação com a atividade policial e com a cosmologia militar da profissão. (BARBOSA, 2018, p. 123)

A percepção sobre o reconhecimento da profissão não é concordante, há aqueles que balizam a construção de uma auto imagem policial vinculada a percepção de herói social, idealizando um senso de abnegação, expressando em suas narrativas a imagem de sujeito que se doa em função do outro e do “bem coletivo”, por esse motivo faz questão de se afirmar e ser reconhecido socialmente como policial. Estes sujeitos costumam sair de casa fardados, exibem suas armas e demarcam o território onde moram, de modo que todos saibam que um policial reside no local. Também é comum exibirem em suas páginas pessoais, nas redes sociais, fotos com armas e dirigindo viaturas da PM, além de produzirem discursos cuja perspectiva militar é enfatizada.

Porém há outra parcela considerável de interlocutores que busca o oposto, o anonimato. Costumam esconder a suas identidades profissionais, muito menos saem de casa fardados. Tanto por motivo estratégico, pois fazem parte de um batalhão de polícia especializada, e por isso guardam sigilo de suas identidades, como com o objetivo de “preservar a família do perigo”. Pois circula entre os policiais a ideia de que uma possível identificação com a vida militar, em casos de assaltos e sequestros por exemplo, esse fato já se tornaria indicativo de morte. Nesse sentido, procuram manter sigilo sobre suas atividades profissionais, seja na academia, espaços de lazer, na universidade ou no bairro onde moram. Alguns frisam que o trabalho de polícia é um trampolim para outros concursos, sobre o qual não há desejo efetivo de permanecer na carreira. Há ainda aqueles que oscilam entre essas perspectivas e que seguem a vida circulando entre desejos e reclamações em torno da profissão.

As diferentes perspectivas serão aqui exploradas, na medida em que as trajetórias dos sujeitos são apresentadas. Como dito em outro momento, os interlocutores foram descaracterizados e suas identidades foram preservadas. Seus nomes foram criados ficticiamente, assim como os nomes de suas cidades de origem foram suprimidos. A estratégia foi pactuada no momento da entrevista, o objetivo é deixá-los confortáveis e seguros para expressarem os dilemas que envolvem sua profissão, sem correrem o risco de serem identificados e sofrerem alguma penalidade a partir da exposição das informações. Ainda é compartilhado pelos policiais o medo de serem punidos ou presos por “falarem mais do que deviam”.

Nesta perspectiva, busco abranger aspectos subjetivos e objetivos que despontam do universo simbólico dos interlocutores desta pesquisa. As tramas narrativas entrecruzam aspectos de suas trajetórias laborais, perpassando as temáticas centrais que lancei no decorrer de nossas conversas informais. Esses pontos de discussão foram os mesmos utilizados em todas as entrevistas, no sentido de elaborar um instrumento de análise das narrativas comum e que favorecesse o cruzamento das informações obtidas em campo (BERTAUX, 2010).

Considero importante situar as narrativas no tempo e espaço em que foram produzidas, trazendo a carga da rememoração e das diferentes formas da experiência vivida por estes sujeitos. Assim, compreendendo que os relatos são inscritos através de interações dispostas no jogo relacional entre a singularidade dos sujeitos, os efeitos da instituição corporativa militar em suas categorizações simbólicas em referência ao modo como experimentam suas vidas. Nesse sentido, há em torno da figura policial um jogo figurativo e performativo descrito na própria dinâmica cotidiana, que é compartilhado dentro e fora dos muros dos quartéis e expressado nos relatos dos sujeitos.

Aqui, tais relatos perpassam por caminhos e descaminhos, produzem efeitos significativos nas trajetórias profissionais dos policiais, a ponto de marcarem suas memórias como parte de sua biografia pessoal, mas, que de certa maneira também alimentam uma memória coletiva sobre o campo. No contexto da interação organizado por nós, pesquisadora e interlocutor, foi importante estabelecer uma relação de informalidade e confiança para que o entrevistado se sentisse livre para elencar fatos que considerasse relevantes, também estabelecesse o encadeamento de ideias a fim de produzir um fio narrativo. Assim, os relatos privilegiaram experiências contadas no fluxo das lembranças (BOSI, 2003).

Importante considerar que o ato de traçar a história pessoal se constitui como um lembrar de acontecimentos, e que nesse processo há uma aproximação entre o sujeito que narra a história e o pesquisador que se dispõem a escutá-la, colocando-os em um jogo simbólico onde os significados parecem ser compartilhados, mesmo que isso só se efetive no momento da interação simbólica, em uma verdadeira troca e cumplicidade (BOSI, 2003).

Nesse horizonte de sentidos, entendo que os relatos dos sujeitos são dotados de expressividade simbólica. São descrições que combinam motivações, jogos, interesses, julgamentos morais, razões de agir e modos de sentir, engendrados por

determinado contexto de produção histórica, determinados por uma trajetória circunscrita no espaço social. Também, em certa medida, trazem a dinâmica da vida no texto escrito. Conectando o leitor a experiência vivida, trazendo elementos de identificação e empatia (KOFES, 2001).

4.1. Formação policial: moralidades sobre se tornar policial

Muitos são os desejos, agenciamentos e sentimentos envolvidos nesse processo de escolha da profissão militar. Há sujeitos que declaram abertamente o interesse financeiro e a estabilidade como potenciais para mudança de vida. Então a escolha pela carreira militar está relacionada à possibilidade de transformação das condições de existência. Nesse sentido, as disposições materiais exploradas e as experiências inscritas pelos interlocutores que compartilharam esse entendimento, partiram de uma vida marcada pela escassez, trabalho incerto e algumas vezes classificado como “duro”, por envolver esforço físico cotidiano, como também uma infância grifada pela fome. Assim, a carreira surgiria com possibilidade de uma garantia de vida, envolvendo sobretudo a segurança de recursos.

Porém, a dinâmica da profissão policial também desponta como potencial interesse em algumas narrativas. Idealizações sobre atributos de valentia e coragem aparecem circunscritos em torno da figura policial militar. São apontados como características que se entrelaçam ao reconhecimento e ao prestígio, entendidas como marcadores que os colocam em uma posição social melhor do que estavam, e por este motivo, teriam influenciado as escolhas profissionais. Em menor destaque, em termos de recorrência, há aqueles que constroem uma percepção de heroísmo e responsabilidade em nome da uma justiça social, o que despertaria certo fascínio na figura militar, ainda que nos relatos exponham que as idealizações são diferentes em relação à prática diária.

Partindo dessas diferentes percepções sobre se tornar policial, trouxe para o debate as trajetórias profissionais de Souza, Lopes e Oliveira. As narrativas expõem as subjetivações em torno da carreira de forma avaliativa, considerando aspectos importantes sobre o processo de formação, momento em que são incorporadas novas práticas e jeitos de se portar e perceber as relações e o mundo, além de suas primeiras incursões no cotidiano da atividade laboral. Os contextos de ingresso na corporação são diferentes o que demarcam distintas percepções sobre as

formações, relações entre pares e disposições materiais para o início do trabalho de rua, ademais, suas percepções são influenciadas pelo contexto político ao qual estavam inseridos a época, fato que ficará evidente diante dos relatos.

Nesse sentido, trago a trajetória de Souza. Na época da entrevista em 2016, o Cabo Sousa tinha 41 anos, dentre os quais contabilizava quase 20 anos de profissão. Foi convocado para fazer parte da PM durante o movimento reivindicatório de 1997. Anúncios na televisão incentivavam os ex-soldados das Forças Armadas a prestarem concurso e ingressarem na carreira de polícia. O cenário institucional apresentava uma crise interna sobre a qual reivindicações com relação a melhores condições de trabalho, baixos salários e desgastes focados nos abusos de autoridade começavam a despontar no interior dos quartéis. Para Sousa isso não era percebido como impeditivo para entrar na polícia. Em poucos dias teria que dar baixa no exército pois seu tempo de serviço já seria expirado, em suas considerações avalia que seu trabalho teria sido cumprido com êxito, porém não conseguiu ser incorporado no exército pois não tinha indicações políticas para isso.

Sousa já havia feito testes para trabalhar como motorista em empresas de ônibus, estava aguardando ser chamado para assumir o emprego, quando a oportunidade surgiu. No início não acreditou, parecia atônito com o golpe sorte, para ele, o fato se configurou como uma oportunidade única a qual não poderia perder, uma vez que suas idealizações de futuro estavam pautadas na carreira militar, ademais, não queria mais passar dificuldades como na infância e adolescência. Nesse sentido, a polícia aparecia com uma salvaguarda financeira. Sousa relembra que já vivia em condições adversas, então ingressar na carreira, mesmo em meio à crise, parecia a melhor opção.

Em suas categorizações, Sousa compreende que a chamada para a incorporação de ex-militares das forças armadas, em meio aquele cenário caótico enfrentado pelas corporações policiais do Brasil, tinha o intuito de provocar intimidação aos manifestantes. Sobre o que ele imputou de perigo aos grevistas. Sousa conta que no dia em que foi ao quartel de polícia, mais de 2 mil homens aguardavam a inscrição, enormes filas traçavam o contorno do prédio do Comando Geral, porém pretendiam contratar apenas 500 novos policiais. Diante da demanda e da necessidade de realização de concurso público, todos fizeram o teste para ingresso na Instituição. O policial relata que:

Quando foi dia e eu cheguei com todo o material pra entregar, eu e o pessoal da minha turma e aí tava bombando a notícia[...]. Convocação imediata de reservistas de primeira categoria nas fileiras da polícia militar e tal, interessados dirigir-se o mais rápido possível ao comando-geral localizado no endereço tal. Isso aquela notícia de emergência. Urgência e emergência. Aquela tela azul e as letras bem grandes. E aí essa notícia passava de meia em meia hora. Então eu vi ali como uma jogada pros grevistas. Sim, e lá na mensagem também dizia que era 500 vagas e que os primeiros que chegassem é que iam ocupar essas vagas. Aquilo ali talvez soou como um perigo pra quem estava fazendo a greve, isso minha opinião, meu ponto de vista, né. E aí só sei que foi um período que chegaram até a atirar no comandante-geral, foi uma pedrada, foi alguma coisa. Sei que houve lesão, lembro que houve lesão e aí quando foi... e aí o que acontece, nosso comandante da companhia na época, Major XXXX, tinha recém-chegado, ele soube da notícia e com o intuito de ajudar nós que estávamos dando baixa no exército naquele período, que muitos não tinham profissão nenhuma, eu tinha feito, ele quando chegou, o Major XXXX, o que ele fez? É de praxe, nós só cumprimos meio expediente. Um mês antes de acabar o tempo que é pra você procurar um trabalho e eu fui para a empresa Vitória lá na Caucaia, fiz todos os testes, tava só esperando ser chamado pra ser motorista. Tava faltando só ser chamado e já tinha certeza que estava aprovado porque eu sempre dirigi os caminhões lá do exército, ônibus. Aí surgiu essa oportunidade da polícia e o comandante-geral, o que ele fez, ele entrou em contato com o comandante-geral e disse “olha, eu tenho 18 militares dando baixa aqui agora” e ele disse assim “e aí”, “não, vou ver quem é voluntário ou não e aí mando pra você, você pode dar uma prioridade pra eles?”, “posso sim, quem está na ativa tem prioridade”. (Entrevista com Cabo Sousa da PMCE, realizada em 02 de janeiro de 2016)

O entrevistado contou que sentiu uma certa insegurança com relação a prova do concurso, não se sentia preparado, pois não estava estudando há anos e contava apenas com três dias para rever o material. O fato que tinha lhe dado mais esperanças era de que a concorrência havia diminuído uma vez que muitos pretendentes ao cargo de soldado não possuíam dinheiro para pagar a inscrição, que era de R\$15. Somado a isso, veio a lembrança de que a prova era de conhecimentos básicos e como já tinha terminado o segundo grau, passou a se tranquilizar. Sousa obteve uma boa nota no exame. Os aprovados no concurso foram rapidamente habilitados e incorporados à instituição, momento em que a greve já havia terminado. Todo o processo desde a inscrição até a habilitação ao ingresso na corporação foi de 5 dias.

A formação desse grupo foi de três meses, Sousa considerou tempo suficiente para aprender o ofício de PM, uma vez que, como o grupo era composto por pessoas que já passaram pelo exército, eles já “sabiam praticamente tudo” que compreende aos ditames e regulamentos militarizados. Durante o período de instrução, a aprendizagem que competia à atividade de polícia, abrangeu noções de patrulhamento e abordagem, bem como como iniciações básicas de direito. O interlocutor explica que a convocação “era pra reservista de primeira categoria, só

quem tinha servido às forças armadas, exército, aeronáutica. [...] [Foram] 3 meses de recrutamento, a gente aprendeu só a parte pertinente à polícia mesmo, a parte de Direito”.

Em sua avaliação, Sousa destaca que foi fácil aprender o ofício de polícia, pois já sabia o que era ser militar, já entendia e já fazia parte de suas rotinas e relações a dinâmica da hierarquia, pois sua experiência no exército era balizada pelo mesmo preceito. Com relação a disciplina, conta que esse era um hábito de infância, aprendido quando fora escoteiro, já fazia parte de sua corporalidade. No que se refere ao período de instrução, Sousa lembra que aprendeu apenas o que diferenciava o exército e a polícia, e que não era muita coisa. Como diferença básica, o policial indicou a questão das técnicas de abordagens e as noções de direito, as demais questões eram parecidas com as que experimentou nos anos de exército. O treinamento foi organizado pela própria instituição, os instrutores eram policiais mais antigos e com afinidade às temáticas propostas.

Ao ingressar na corporação, foi encaminhado para uma grande companhia da capital, com o intuito de “pegar experiência de rua”, mas brevemente foi transferido para o serviço de mecânica, já que tinha experiência com o serviço, como parte da qualificação que obteve no exército. Anos mais tarde foi convocado para trabalhar com um comandante específico, para o qual foi motorista por longos anos, esse era o serviço que também cumpria quando no exército, ficou nesse posto por quase 10 anos. Ainda não tinha tido experiência concreta de rua, não se considerava um efetivo policial, pois não tinha experimentado muitas vivências de combate. Conta que: “Eu sabia que eu não estava preparado, então eu tinha que procurar um curso e na verdade”. Foi quando se inscreveu em um curso de operações especiais, “ao estilo BOPE”, que o credenciou a trabalhar no batalhão de choque, Sousa conta que:

por incrível que pareça, eu não vi com nenhuma vaidade, nem com intenção de vir pro batalhão de choque [...] Eu vim simplesmente puramente com o interesse de aprender a ser polícia! Tática e técnica, né... propriamente dita. De trabalhar, aprender o que é que eu vou fazer na rua pra proteger a minha vida e a vida da sociedade. Eu sabia que eu não estava preparado, então eu tinha que procurar um curso e na verdade. (Entrevista com Cabo Sousa da PMCE, realizada em 02 de janeiro de 2016)

Nas idealizações compartilhadas entre policiais, esse tipo de curso é considerado um verdadeiro teste de resistência, sobre o qual o corpo e o psicológico são postos à prova. As dificuldades experimentadas no curso são divididas entre pares a ponto de gerar desesperança em finalizar o curso. Nas percepções de Sousa, esse seria um instrumento de separação do “joio e do trigo” entre os que almejam entrar em um grupamento especializado e aqueles que não tem estrutura corporal e psíquica para tal. As categorias como coragem e valentia são acionadas como representações em torno daqueles que conseguem chegar ao fim do curso. A narrativa de Sousa subscreve o seguinte diálogo com os colegas de farda:

Quando eu peguei a grade curricular, que eu vi adaptação à caatinga, técnicas e táticas rurais, eu disse “é isso aqui que eu quero, meu amigo! É isso aqui que eu preciso, muito bom!”, eu disse, “é isso aqui que eu quero”, “mas olha, tu sabe que lá tu vai apanhar pra caramba? É tapa na cara e não sei o que”, aí eu disse “não tem problema cara, deve ter algum motivo pra isso e eu tenho certeza que me matar eles não vão não, eu não disse que ia? Eu vou! Tô precisando!”. (Entrevista com Cabo Sousa da PMCE, realizada em 02 de janeiro de 2016)

O PM conta que aquele curso teve um peso significativo em sua percepção sobre o que é ser policial, uma vez que passou por 45 dias de efetivo desgaste físicos, e principalmente, provação psicológica, com intensa pressão emocional, para a qual não é todo mundo que está preparado. Depois do curso, se sentia pronto para enfrentar qualquer adversidade advinda do trabalho cotidiano, uma vez que tinha testado seus limites. Em sua avaliação, aquele tempo de provações se constituiu de fato em realização profissional.

Aí eu vim, fiz a inscrição, fiz o TAF, quando passei no TAF, já passei na cara deles, “aqui, olha! Fui fazer o TAF e o TAF não é o de vocês não, é um TAF diferenciado!”, foi aquela brincadeira, aí eu vim fazer o CAT. realmente eu não me assombrei com nada, sofri bastante, é um curso que requer bastante preparo físico e psicológico, mas graças a deus, deus me ajudou bastante e eu suportei as provações que tem lá, os testes de coragem, toda a carga física e psicológica que existe pra você. [...] O curso ali é o curso de caveira, ele é bem mais extenso, ele é 4 meses, alguns até 6. O CAT é só 45 dias, então o tempo do CAT é bem mais curto, mas o ritmo é aquele exatamente aquele ali, entendeu? É muita pressão psicológica, carga física, tem um motivo, tem motivo, é para separar aquelas pessoas que estão preparadas para uma situação bastante tensa e aqueles que passam por aquele curso, eles a princípio, estão preparados. São realmente homens bons, pode confiar que sabe o que tá fazendo, foi isso que eu aprendi lá no CAT, muita coisa boa e me preparar para uma situação extrema física e psicológica. Graças a Deus obtive êxito, fui aprovado. (Entrevista com Cabo Sousa da PMCE, realizada em 02 de janeiro de 2016)

Essa perspectiva em torno da realização estava baseada na conclusão do curso, sobre o qual se destina uma carga simbólica que o coloca em uma posição de respeito dentro da instituição, chegando a despertar relações de diferenciação. Na percepção deste militar, concluir um curso como este, significa estar preparado para a guerra, é ser diferenciado. Há também uma idealização nesta narrativa ao qual vincula a seleção dos sujeitos mais preparados em contraposição aqueles que não “aguentam o rojão” e diante da peneira, sob a ótica de Sousa, restam apenas policiais bons. O curso já garantia sua habilitação para trabalhar no batalhão de choque, porém, após a finalização do CAT, Sousa queria apenas descansar e compreender tudo que tinha experienciado. Dessa maneira, resolveu voltar para o seu antigo trabalho. Entretanto, diante do que tinha vivido, Sousa não conseguiu se adaptar novamente ao trabalho de motorista, queria ser polícia.

Entre outras experiências, sua vida militar também foi marcada por conflitos com seus superiores. O policial conta que um dos episódios ocorreu enquanto esteve destacado para serviço em uma cidade do interior do estado. Na época, passava por problemas de ordem familiar, e por esse motivo teria solicitado retornar a capital do estado, mas o coronel ao estava vinculado não autorizou, ameaçando-o de detenção caso seus pedidos de transferência continuassem. Esse relato traz para a discussão de que modo as escalas hierárquicas influenciam a trajetórias profissionais e histórias de vidas dos sujeitos. Casos como esse imprimem diferentes reverberações nas experiências dos PMs, enquanto alguns acatam a ordem e seguem calados, outros enfrentam e arcam com consequências as “insubordinações”, “pegando cadeia” como forma de micro resistência, sendo transferidos para localidades as quais não querem ir (SALES, 2013). Sousa destaca que:

providenciei minha transferência, o comandante estava lá altamente estúpido, [...] Disse não, ele simplesmente dizia que não. Eu falei “coronel, eu quero que o sargento faça um ofício pra eu me apresentar aqui no CTI”, ele simplesmente disse não, indeferido. Eu disse, “pô sargento, eu não disse que ele ia dar indeferido?”, era o que eu queria meu filho, um documento do comandante dizendo indeferido, não tô pedindo nada, tô dizendo que não quero mais trabalhar aqui e por causa dele, era por outros motivos também, mas ele foi a gota d’água. Aí, quando foi embora, passou dois serviços, quando foi na outra semana, “sargento, faça mais um ofício, por favor, dizendo que eu solicito que seja apresentado na CPI”, que no interior a gente tinha que se apresentar aqui no CPI. O CPI é o comando-geral, aí eles, “rapaz, ele vai me chamar atenção”, “sargento, é função do

senhor fazer o documento, eu que estou solicitando, se ele chamar atenção, vai ser a mim". "De novo!!!", aí eu só fiz olhar pra ele, "de novo! Eu não já dei indeferido?", "Mas esse é outro documento, coronel", aí ele "indeferido", "faça uma cópia, por favor", aí eu fui anexando. A gente vai aprendendo a viver, né? Aí eu disse assim, na outra semana, 15 dias depois, sargento mais um, por favor... Entrei como soldado. Todo mundo entrou como soldado e aí a terceira vez, ele pronto, quase me engole. Eu disse, "coronel, eu só quero que o senhor faça uma coisa, não dê na minha cara, mas o senhor pode gritar, que é só o que o senhor sabe fazer, é só o que eu vejo você fazer aqui. Mas uma coisa que eu não tenho medo é de grito, o senhor pode gritar quanto o senhor quiser, mas não toque em mim não, certo? Só quero que o senhor dê mais um indeferido. É o suficiente, mais nada. Porque vou juntar com os outros 2 e vou me apresentar lá no CPI", "Vá! Se você for você vai levar uma cadeia, tem que levar ofício!", "eu tô tentando um ofício, você tá dizendo não, eu tô tentando, tá aqui! Tenho 3 vias indeferidas! Só quero que o senhor assinie", "vou assinar não!", "sim, senhor! Coronel se recusou a assinar, que o sargento XXXX é testemunha". (Entrevista com Cabo Sousa da PMCE, realizada em 02 de janeiro de 2016)

Sousa comenta que quando foi apresentar seus documentos no comando de Fortaleza, não aguentou e começou a relatar o ocorrido em meio a recepção, para que outros policiais pudessem ouvir os casos de arbitrariedade cometidos no interior, foi quando um superior passou e o chamou para entrar em uma sala reservada. Na ocasião recebeu a seguinte chamada: "olha, eu lhe chamei aqui porque você estava desabafando e ia acabar falando besteira e eu ia ter que lhe enquadrar, você tá tratando de um superior hierárquico seu". Com muita insistência e jogo político, com pactos e acordos de confiança, Sousa conseguiu ser transferido.

O Cabo conta que durante sua trajetória, passou por diferentes postos dentro da instituição militar: foi motorista, trabalhou no serviço burocrático, mas também esteve no trabalho ostensivo de rua. Entretanto, em determinado ponto de sua vida, o policial necessitou ganhar um pouco mais e pensou na possibilidade de compor algum grupo da PM em que ele pudesse obter uma gratificação. Em 2011, pensou em fazer parte do Ronda do Quarteirão, e em outras companhias que participavam do trabalho ostensivo de rua. Sobre a escala de trabalho *versus* gratificação, o policial ponderava, lembra que "quem trabalhava a noite que era um crime, todo dia 7x1, turno D que era de 22 às 6 recebia um valor de 700 reais. E essa gratificação foi estendida, mas só pra quem trabalhava na rua".

Sousa entrou na corporação como Soldado e assim permaneceu por 17 anos de serviço. Somente em 2015, com a aprovação de uma lei, durante o governo de Camilo Santana, que sua graduação mudou para o posto de Cabo. Reflexo de um dos pontos requeridos na greve de 2011, mas que só foi efetivado no primeiro governo de Camilo Santana, como discutido no capítulo anterior. O policial conta

que a lei “não nos deu nada, a não ser resgatar nosso tempo perdido e atrasado em relação às promoções, o que foi suficiente para que ele assumisse o posto de Cabo da PM.”

Sousa, relata que sempre morou em bairros periféricos, por conta de suas condições financeiras, que eram limitadas, ao mesmo passo que tentou preservar um sigilo em torno de sua profissão, sentia receio de que pudesse trazer riscos de vida a sua família. Disse que nunca saiu e chegou em sua residência fardado. No curso universitário de educação física que fazia, poucos colegas sabiam de sua profissão. O policial conta que há 11 anos reside no mesmo condomínio e que somente há seis sabem que ele é PM, sua profissão veio à tona quando precisou de ajuda:

Não sabiam nem a companhia porque eu nunca saía fardado. Dava bom dia e boa noite, conversava muito pouco e não tinha muito o que conversar com eles e assim... em um determinado momento eu adoeci e a viatura teve que ir me buscar porque era no apartamento e eu... não sei o que foi exatamente, sei que eu tava muito mal e não tinha condições de dirigir na verdade. E aí eu liguei pro meu comandante e ele autorizou uma viatura que foi me buscar pra levar pro... quando eu entrei na viatura, aí as pessoas que viram depois, “tu é policial?”. Não tinha como dizer que não. Aí foi espalhando (Entrevista com Cabo Sousa da PMCE, realizada em 02 de janeiro de 2016)

Depois desse episódio, conta que já foi interpelado por inúmeros vizinhos pedindo para que ele intervisse em ocorrências, prática que o aborrecia. Questões como essa aparecem com regularidade nas narrativas policiais, sobre os quais destacam a ideia que é compartilhada de que eles devem estar prontos para qualquer tipo de serviço 24h do dia. Entretanto, o fato que se coloca como destaque, traz à tona uma nova perspectiva, com o qual os policiais buscam romper com essa prática. Sousa conta que não costuma “levar para casa” problemas que envolvem o seu trabalho. Sobretudo, em se tratando do grupamento ao qual faz parte hoje, onde a pressão psicológica e física é intensa. Em uma das situações relatadas, o policial conta que foi chamado a intervir no bar de um amigo, onde acontecia uma briga de dois sujeitos embriagados, Sousa expõe como decidiu agir:

eu agi como eu acho que todo policial deve reagir. Embaixo do meu condomínio é uma churrascaria e na churrascaria, eu passei lá, tomei duas cervejas e eu conversei com todo mundo e subi. Quando eu subi, deu meia hora só ouvi a quebradeira de garrafa lá, eu moro no último andar, no quarto. Aí a quebradeira de garrafa, aí batem na minha porta, é o dono da churrascaria, o Roberto. “Ribeiro, fulano de tal tá querendo matar o Valter

ali!", "mas o que foi que houve?", "não, eles começaram a discutir, estão ali brigando os dois, ele quebrou uma garrafa e já cortou o braço do Valter", eu disse "Roberto, não me leve a mal não, meu irmão, mas eu tô de folga", aí peguei o celular, "o máximo que eu posso fazer pra você é o seguinte, se houver um crime lá, já houve a lesão, mas eles ainda estão brigando, eu não vou separar briga deles, tá todos dois embriagados, os dois vão querer partir pra cima de mim e eu talvez não tenha condição de dominá-los, se eles vierem com arma ou coisa parecida o que eu vou fazer? Vou sacar minha arma e vou dar um tiro nesse cara e comprar uma briga que não é minha? Existe uma viatura aqui da área de serviço 24 horas só pra isso, me leva a mal não, meu irmão, o que eu posso fazer você também pode fazer, qualquer um que tá lá pode fazer, não é minha arma que... eu não vou sacar minha arma e mandar eles parar a briga não, entendeu? Eu vou ligar aqui 190 e usar meu nome como policial pra ver se agiliza", aí ele fechou a cara pra mim, ficou 2 anos sem falar comigo. Dois anos, eu não vou separar briga de bêbado, cara, eu não vou. Eu não vou tá aqui no meu quartirão e toda briga que tiver aqui o pessoal vir bater na minha porta pra mim resolver, agora se você soubesse... fulano de tal matou o Valter ali embaixo, aí ele tá lá, aí eu vou. Eu vou e dou voz de prisão, "você tá preso, de costas pra mim, de joelhos e tal", chamo uma viatura e levo ele preso, aí sim, mas a briga ali de fato eu vou entrar "ei, que é isso? Faz isso não!", negativo, cara! Policial que se preze, ele tem que saber... agora se eu estou lá o cara vier brigar com um amigo meu eu posso até entrar mas não como policial, como amigo do cara que tá apanhando ou que tá sendo agredido, injustiçado, sei lá. Entendeu? Mas não como policial. E eu não usaria a minha arma se visse o cara armado ou coisa parecida, mas eu "não, sou policial, acaba a briga!", não existe mais isso, principalmente hoje em dia. Isso foi coisa de 15, 20 anos atrás, onde o policial da rua era o delegado, ele resolvia, as pessoas respeitavam, as pessoas, os bandidos, né, porque cidadão sempre respeitou a polícia, mas os bandidos respeitavam a polícia. A presença da polícia, pelo menos. Não só a arma. E aí alguns policiais ainda hoje querem estar se metendo em tudo quanto é briga. Você tem que ser maduro o suficiente que você não deve tá querendo dar uma de super herói, de delegado, entendeu? Deixa acontecer, se houver o crime você vai lá e dá voz de prisão a quem de direito (Entrevista com Sargento Sousa da PMCE, realizada em 02 de janeiro de 2016)

A partir desse relato, muitas questões emergem para discussão. A primeira já destacada acima, trabalha a ideia de que todo policial pode ser demandado ao serviço de polícia e a resolução dos conflitos a qualquer hora. Ele mesmo reflete que esse é um pensamento antigo dentro da corporação, que era prática comum há 20 anos atrás (MUNIZ, 1999). O rompimento com a idealização do policial herói é uma ideia que tem se tornado comum em diferentes entrevistas. Ademais, Sousa destaca que há um acordo entre ele e sua esposa em questão de segurança da família, então, preservar sua atividade profissional é um dos pontos negociados .

O PM menciona que sua relação com sua esposa, em relação ao seu trabalho, é amistosa, muito embora ele reconheça que não é fácil. Disse que muitas vezes ela teve que suportar seu mau humor, sem perguntar nada, numa tentativa de não levar para casa os problemas enfrentados no trabalho. Cita que se sua

companheira soubesse metade das coisas que ele vivencia no tempo de serviço, ela ficaria sem dormir dias. Não há tranquilidade em casa até que ele retorne do trabalho, pois a máxima compartilhada por Sousa é de que o policial vive um dia de cada vez, com um futuro incerto.

A história de Lopes retrata outra perspectiva, trazendo elementos diferentes em relação às experiências vivenciadas por Sousa. O policial conta que experienciou um curso de formação mais longo do que o habitual, ao todo foram 11 meses, 5 meses a mais do que nos últimos concursos. A informação que tinham era que o curso havia sido estendido, pois estavam reorganizando as contas do estado para receber os novos servidores, uma vez que o salário do policial era três vezes a mais do que a bolsa do aluno recém ingresso ao curso de formação. “Eram mil homens, então ele ficou postergando, né? Ficou empurrando e a gente ia para operação férias, aquelas operações que tinha na Beira Mar na alta estação”.

Relembrando o período de ingresso na corporação, conta que o curso aconteceu no antigo “Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças que havia lá na Bezerra de Menezes que hoje é o colégio da polícia militar”, como a demanda por concursos havia aumentado nos últimos anos, os cursos foram ampliados para outros batalhões, inclusive do Interior. O interlocutor destaca que mesmo com a Academia Estadual de Segurança Pública - AESP, muitos batalhões ainda recebem turmas para o curso de formação. Fato que pude experimentar em minhas vivências em campo. Durante minha experiência como instrutora do curso de formação para soldados de 2012, pude ministrar disciplinas na AESP, como também nos batalhões situados nos bairros Pirambu, João XXIII, Messejana e Aerolândia.

Para Lopes, as lembranças com relação à formação giram em torno da desorganização, em parte promovida pelo estado, arrastando as turmas de formandos e alargando o tempo de curso, como também, por recrutar uma turma de alunos para fazer o trabalho de rua, sem o apoio dos policiais mais experientes. Grupos de alunos teriam sido formados para realizar o patrulhamento do carnaval fora de época, que acontecia na Beira Mar de Fortaleza. Essa teria sido sua primeira experiência de patrulha, que aconteceu em parceria com outro aluno, sem a supervisão de outros policiais. Em sua avaliação, a situação se configurava como

um absurdo, pelo fato de ambos serem inexperientes, o que gerou diferentes problemas para os iniciantes e para a instituição, em relato o polícia conta que:

O CEFAP colocava a gente na rua ainda como aluno. Ainda como aluno, houve muitos problemas, o aluno ainda não tem muita experiência, né, que geralmente é pra colocar um aluno com um policial mais antigo, mas às vezes não tinha como fazer e colocava 2 alunos e houve problemas. Aí a gente ia pra essa operação férias aí quando terminava um mês, dois meses devolvia, a gente voltava pro recrutamento, já tinha acabado a carga horária toda, a gente ficava lá só... (Entrevista com Sargento Lopes da PMCE, realizada em 18 de janeiro de 2016)

Na época, o curso era ministrado por oficiais e por alguns Sargentos, aqueles que se identificavam com as temáticas propostas. Dentre os conteúdos abordados, Lopes lembra de ter estudado noções de direito e treinamento técnico, como armamento e tiro. Relembra que sua carga horária de serviço e estudo exigia preparo físico e mental, uma vez que passavam horas sem dormir. Seu relato relembra um fato que tinha ficado gravado em sua memória, avaliado como um ponto desgastante com relação ao período de formação, destaque que havia “uma escala pesada, você tirar de 2h às 4h, aí você não dorme mais depois das 4h, 5 horas já tá em pé, toca a alvorada e você já tem que estar de pé pra começar o curso que daqui a pouco já tá tomando café e 6 horas já tava no outro posto”.

Os conteúdos eram pautados prioritariamente por noções de direito. Na perspectiva de Lopes, as apostilas recebidas possuíam “um conteúdo já de formação superior” o que entrava em choque com a realidade de exigência de ingresso na corporação. O PM avalia que os conteúdos nem sempre eram assimilados pelos formandos, pois o tempo de apreensão era curto e a linguagem não fazia parte das vivências dos alunos, o que dificultava a compreensão e assimilação. Nessa época, início da década de 1990, a formação abrangia alojamento, era do tipo semi-internato, os alunos residentes em Fortaleza passavam o dia no curso e no período da noite eram liberados para voltarem para suas residências, com exceção dos dias em que cumpriam serviço na madrugada. O alojamento do tipo internato era destinado àqueles alunos que vinham do interior. Lopes explica:

Era semi interno, a gente passava o dia todo, almoçava e jantava lá e a noite liberava porque não tinha condição de dormir lá porque eram muitos alunos porque também tem os laranjeira, laranjeira é quem vem do interior pra cá pra fazer o curso e tem que ficar alojado porque é do interior. Quer dizer, aí já consumia as vagas todas do alojamento. Só quem estava de

serviço que fica 24 horas, o serviço é de 24 horas e ficava alojado no quartel. O serviço de 24 horas, a guarda do quartel, que é a segurança do quartel que é distribuído no corpo da guarda e algumas áreas mais específicas no quartel, que seja, 10:21, aí você tira essa escala de você trabalhava 2 horas e folga 4, trabalha 2 e folga 4 até formar as 24 horas. Quando termina você tem uma folga de 24 horas. O aluno já fica no curso, né, fica pra continuar. Tem uma escala pesada, você tirar de 2 às 4, aí você não dorme mais depois da 4, 5 horas já tá em pé, toca a alvorada e você já tem que estar de pé pra começar o curso que daqui a pouco já tá tomando café e 6 horas já tava no... Prejudica, né? Eles tentam, hoje em dia eles tentam que o aluno não tire isso, né, se tirar vai folgar no outro dia, mas na época da gente, não. 25 anos atrás era pra terminar a escala e continuava na escola. (Entrevista com Sargento Lopes da PMCE, realizada em 18 de janeiro de 2016)

Ainda que reflita sobre toda a empolgação que o impulsionou a entrar nessa carreira profissional, envolvendo a inspiração em parentes (tios) que desempenhavam o papel e que exibiam prestígio social advindos da carreira. Lopes relembra com certo pesar muitos dos momentos que viveu dentro da corporação. Nesses 25 anos de serviços, muitos de seus conhecidos morreram durante a atividade laboral e outros tiveram muitos problemas psicológicos chegando ao ponto de dois deles cometerem suicídio. Sobre essa questão o policial relata que:

a minha turma que eu digo, o meu pelotão que são 50 homens teve 2 suicídios no meu pelotão. Teve suicídios, teve outros que se envolveram com o crime, foram assassinados, outros foram expulsos da corporação, cumpriram pena, se perde muito, né? Às vezes a gente recebe uma orientação dos oficiais que diz que você... a polícia não vai lhe formar um vagabundo não, se você for vagabundo, você vem de casa vagabundo. Foi o peso que ele trouxe... você é que já veio com essa índole. Mas teve muitos, muitos. Tinha um que eu achava até que era boa pessoa, ele já era militar, tinha vindo da Aeronáutica, entrou na polícia e quando deu fé tava envolvido com as coisas, sabe? Tava rico, tava cheio de coisa, aí ele foi assassinado no José Walter. (Entrevista com Sargento Lopes da PMCE, realizada em 18 de janeiro de 2016)

Ao relatar um dos casos emblemáticos que tinham ficado registrado em sua trajetória, ainda em sua vida de recruta, Lopes conta que estava em serviço na Av. Beira Mar. Ocasão em que o dono de uma churrascaria havia pedido para que ele e os demais integrantes da patrulha retirassem um sujeito fantasiado de palhaço que havia entrado em seu estabelecimento, e estava "importunando" os clientes oferecendo produtos. Quando chegaram ao local, o palhaço já estava brigando com outros policiais, lutando capoeira. Foi então que se viu obrigado a entrar na briga, juntamente com seu parceiro de serviço, batendo no rapaz e o prendendo. Ainda que parecesse uma ação rotineira, aquele momento ficou registrado em sua

memória, pois no dia seguinte encontrou com o mesmo sujeito, passando pelo local onde havia sido preso, o que gerou insegurança na expectativa de uma represália ou vingança. Mas ao mesmo tempo seu relato trazia um tom de remorso contando que “depois você fica com aquilo na cabeça, um cidadão, trabalhador que você bateu, teve que conter, algemar, né?”.

Ao retomar seus primeiros anos de polícia, Lopes conta que trabalhou sob escalas de serviço extenuantes, em que passava 12 horas em pé, e relembra esse fato com certa revolta. Diz que viveu muitos anos nesse tipo de serviço, até ser realocado como motorista, o que em seu ponto de vista foi melhor. Rememorando suas experiências conta que muitos policiais vivem numa paranóia em relação a perseguição e o medo de perder a vida, conta que tem diversos amigos que “não largam a arma nem para ir ao banheiro”.

Interessante notar que suas narrativas são voltadas para elencar os pontos negativos da profissão. Muitas de suas falas, quando exigida a criar critérios de seleção ou quando iriam imputar em julgamentos morais, eram interrompidas como se ambos, eu e ele compartilhássemos o entendimento. Eram falas que precisavam ser retomadas para que ele expressasse seu julgamento sobre o que comentava. Fato que imputou em minhas intromissões para retomar a narrativa por diversas vezes.

Em tom de avaliação e crítica o policial recupera os diferentes casos que foram computados no seu histórico profissional e que impediram que suas promoções se efetivassem, sobretudo por questões de comportamento, considerando um período anterior à lei de promoções do atual governo. Relata que o percurso da mudança de graduação também perpassa a questão comportamental. Caso o PM recebesse uma punição, ocasionava um atraso em sua promoção. Os fatores mais comuns no que se refere às punições foram elencadas por Lopes, como falta ao serviço, postura e o questionamento das ordens dos superiores. Para o policial, as punições estavam relacionadas ao descumprimento de regras institucionais, vinculadas ao militarismo, do que por arbitrariedades cometidas.

Essa questão apresentada por Lopes, é comum em diversas narrativas de policiais militares nas instituições brasileiras. O fato de a polícia militar ser pautada pela hierarquia e a disciplina ainda se constitui o principal alvo de controvérsias e reclamações internas, ainda que seja uma questão inerente ao próprio fazer policial

no Brasil, é sobre este ponto em que repousam as narrativas de humilhação, desconsideração e falta de reconhecimento (SALES, 2013). Em seu ponto de vista, o policial destaca que é difícil haver casos de enfrentamento entre *oficiais* e *praças*, não que deixem de existir, mas que muitas nas práticas comumente observadas o autoritarismo é o que prevalece.

Lopes conta que durante esses 25 anos de trabalho alcançou duas promoções, chegando ao posto atual de Sargento. Acredita que essa demora nas promoções incentivou muitos policiais a exercerem outras atividades remuneradas, a maioria delas extra oficiais, através de bicos informais, sobretudo fazendo segurança armada de políticos e empresários. Tal prática foi usada por muito tempo como forma de complementação da renda de policiais militares, a crítica que se coloca diante desse tipo de atividade é que os policiais acabam por correr risco de vida também fora do serviço institucional, dando margem para envolvimento em crimes, e em alguns casos, se envolvendo em práticas ilegais. A questão das atividades extra oficiais foi objeto de estudo de Antonio Marcos Silva (2011), o autor problematizou a recorrência desse tipo operação na medida em que observa:

Uma das variáveis mais conhecidas do bico policial é o trabalho de segurança particular de uma pessoa, ou o chamado “guarda-costas”. Na cultura policial, essa atividade extra é mais conhecida como segurança de vip, ou seja, de pessoas importantes e influentes na política ou na economia local. Empresários, políticos e autoridades em geral utilizam os serviços de guarda-costas policiais, uma vez que essa atividade exige um alto grau de aprimoramento das técnicas de defesa e de ação, visto que lida diretamente com a vida de outrem. Nas palavras de um policial: “você dá segurança e ele lhe dá segurança. Ele prefere botar policial porque ele sabe que o policial é capaz de dar a vida por aquele cara. Chegar junto, porque se acontecer alguma coisa com ele, ele responde, entendeu?” Esse tipo de bico é considerado extremamente rentável para os policiais devido aos melhores pagamentos por hora trabalhada na atividade. Muitos policiais ganham mais no bico de vip do que na polícia e, geralmente, possuem melhores condições de trabalho. Nesse sentido, o policial que se insere nessa atividade precisa não só ser bastante competente como profissional de segurança (SILVA, 2011, p.4)

O interlocutor comenta que sua última promoção teria sido conquistada por conta da leva de promoções advindas da nova lei. Outro ponto que aparece de modo recorrente nas falas dos sujeitos militares e que foi enfática na narrativa de Lopes, é o papel da mídia e das redes sociais no serviço policial. Ele destaca que hoje em dia, qualquer pessoa tem um celular para filmar as ações policiais. Conta que qualquer relato de terceiros, mesmo que sejam inventados, levam muito tempo até serem apurados de fato, e que a maior facilidade está no policial “se enrolar” do

que sair ileso. Destaca ainda a problemática que a questão compartilhada de *ser policial 24h por dia*, relembra que:

Por exemplo, se um policial tem algum erro, um policial estar num bar bebendo? Não tem, todo mundo pode ir pra um bar. Eu não bebo, eu não uso bebidas alcoólicas, mas muitos amigos meus podem estar num bar bebendo, acontecer um problema lá e como nós somos policiais 24 horas por dia, nós estamos com nossa arma, né? Aí um policial puxa a arma pra resolver um problema, uma piada com uma mulher, acontece demais isso, né. E pra você explicar isso, que você estava num bar bebendo armado, mas não tem culpa nessa história? Sem estar em serviço, mas um policial ele é 24 horas por dia policial. (Entrevista com Sargento Lopes da PMCE, realizada em 18 de janeiro de 2016)

A postura de Lopes entra em contraposição a de Sousa, nessa perspectiva. Todos os vizinhos, amigos e conhecidos de Lopes sabem que ele é policial militar. Muitas vezes o Sargento é acionado para intervir em resolução de conflitos entre vizinhos e amigos, principalmente por influência dos exemplos que via em casa, sobretudo sobre as atitudes de seus tios, ao qual se espelhava bastante. Lopes conta que “a gente ouvia essas coisas e sentia aquela vontade de justiça, de fazer as coisas certas, né. Eu, graças a Deus, meu pai e meu tio eram muito justos, eram muito decentes com as coisas deles, com as atitudes deles. Então a gente tem isso dentro da gente, fazer justiça, né?”

O policial expõe que há diferenças entre a vida civil e militar, em que muitas vezes o policial é obrigado a ter uma postura sempre alerta, baseada no bom senso, para não manchar a imagem moralizadora que a instituição quer passar para a sociedade, embora essa pressão incida principalmente entre os praças. Como problematizado anteriormente, há que constar que a imagem desgastada que a Corporação possui, frente às diversas crises que a Segurança Pública tem passado ao longo de sua história. Lopes expõe a diferença entre a vida civil e militar a partir do seguinte relato:

Se.. é porque ele teria a obrigação de saber lidar com isso, o civil não tem obrigação de lidar com isso, o militar tem a obrigação de saber. Uma arma por exemplo, se eu deixar uma arma cair e pegar em alguém, eu tenho a obrigação de saber disso que fui negligente com a arma. Fui negligente, talvez o civil responda o crime por tê-la, por apenas possuir uma arma ilegal, mas o militar tem a obrigação de saber que ela dispara. Então é... o fato é esse. Na justiça comum, quando você vai, vai ser muito difícil você provar. Eu não tenho a experiência da justiça comum porque eu nunca fui, mas o que a gente ouve é que é difícil você provar. Agora você pode ser punido até 2 anos, não sei se mudou alguma coisa, mas até 2 anos se eu

for punido dentro da polícia por um crime militar, meu eu permaneço na polícia. Eu vou cumprir essa punição, prisão, até 2 anos eu permaneço. Agora se eu for punido por 2 anos e 1 dia, passou de 2 anos, dizem que a população não tem obrigação de me pagar pra que eu fique preso, então eu sou expulso e vou responder na justiça comum. (Entrevista com Sargento Lopes da PMCE, realizada em 18 de janeiro de 2016)

Lopes conta que trabalhou na ativa por longos anos, mas que quando se envolveu em um caso de arbitrariedade, onde, em uma ocorrência ele e outros policiais agiram energicamente batendo nos sujeitos que seriam presos, o caso ganhou certa comoção e se tornou um processo judicial, fazendo com que fossem trabalhar em alas burocráticas da corporação, ou exercendo serviço de motorista. Quando entramos no assunto da greve de 1997, o policial recorda que no dia do movimento ele faltou ao serviço, não foi para a passeata, mas também se recusou a trabalhar. Por este motivo recebeu uma sanção de seu superior, sendo detido pelo período de 15 dias, em que ia trabalhar em sua escala normal e depois retornava ao presídio militar.

O Sargento explorou de forma aprofundada os problemas psicológicos sofridos pelos seus companheiros de farda, relembra que diante de sua trajetória profissional, acompanhou inúmeros colegas em fase de tratamento, sobre o qual elenca que alguns médicos psiquiatras (que exerciam suas funções em instituições da PM) sofriam pressões sutis de integrantes do comando da polícia para que revissem seus laudos médicos, a intenção era que pudessem punir aqueles que já estavam com problemas internos com o comando. Isto fica claro nesta narrativa:

Teve muito problema lá porque às vezes o comando-geral, por exemplo, o comando-geral tá doido pra me punir, mas eu tô numa licença psiquiátrica. O comando-geral pedia pro médico liberar da licença pra pegar o cara, Acontece assim, muitos policia, ele contava que recebia muito essa pressão. O XXXX nos contava que havia essa pressão sobre eles, digamos que você tinha certeza que aquele policial era um suposto vagabundo, desonesto e tal, mas ele tava no tratamento psiquiatrico, alcoolismo, droga, alguma coisa desse tipo, então ele tava sob licença e havia uma pressão do comando para que tentasse que o médico fosse mais coerente nos seus laudos aí, que era pra dar chance pra eles pegarem o cara fora dá... Pra punir, excluir, ele não podia ser excluído sendo... tinha muito isso lá. (Entrevista com Sargento Lopes da PMCE, realizada em 18 de janeiro de 2016)

Comentando sobre a pressão experienciada ao longo dos anos de polícia Lopes comenta que nota certo descaso do governo e da própria instituição com o

sujeito militar que está no trabalho de rua. Expondo que há pouco investimento na qualidade psíquica e emocional dos profissionais da instituição, e muita cobrança desmedida, sem que ao menos possam se explicar, isso é o que fica claro em sua narrativa:

vivi! Muito tempo! A gente trabalhou, por exemplo, qualquer ocorrência que for mais séria, prender, usar a força física, talvez na concepção deles foi desnecessária essa prisão, aí vem a, deu na mídia, deu nos holofotes, aí tem que livrar o nome da polícia desse negócio, tem que livrar o nome da polícia. Por governo do estado é melhor morrer um policial do que você atirar numa pessoa indevidamente. Morreu um policial é só mais um na estatística, agora um policial, como agora essa ocorrência no morro que os policiais atirou e derrubou dois vagabundos, quando eles passaram eles ainda estavam com vida, ainda estavam se mexendo, eles tiveram que terminar, eles executaram pra continuar a operação, né, ou eles iam pra frente e esses vagabundos sem ter sido mortos ainda?! Aí a imprensa deu em cima, execução sumária, o Rio de Janeiro está em guerra! Aí os policiais passaram por eles, eles estavam baleados, aí terminaram de matar, né, executaram, está em guerra! Como é que eu vou subir o morro e deixar dois caras vivos ainda pra trás de mim? Deixar dois caras vivos nas minhas costas? Como é que vai ser isso? Ou eu vou parar a operação para socorrer eles aqui? Fazer umas compressões cardíacas? É difícil o trabalho de polícia, né? Para a operação, bota a arma nas costas aqui, vamos socorrer, é uma vida, né, pra população é uma vida, não importa o que seja, pra saúde também, para a ética é uma vida, um médico não vai atender mal num hospital, uma emergência, não vai atender mal um marginal não ou um policial um cidadão ele atende do mesmo jeito, né não? Ou são medicamentos diferentes ou tratamentos diferentes? Não são, né! Então quer dizer que pra polícia é muito difícil, a polícia num tiroteio, podendo ser morta, podia ser morta, mas não foi, consegui balear, aí quando passar por ele tenho que massagear, socorrer ele. Difícil o trabalho de polícia, então a gente recebe muito essa pressão, essa... eu fui pra um show do Planet Hemp, a tradução é planeta maconha, né, aí era o mundo se acabando, era um fim de mundo, eu tenho certeza que um país em guerra não era igual a esse show do Planet Hemp na beira da praia. Eles quebrando tudo, destruindo toda a barraca, sabe? A avalanche de vagabundo, quando é fé lá vem a multidão destruindo tudo, tudo, tudo. Que a gente pega na arma assim, aí o oficial grita “não atire não” não atire não”, “então nós vamos morrer aqui mesmo?! Eles vão passar por cima da gente, nós vamos morrer aqui”, aí quando eles se aproximaram mesmo o primeiro a puxar a arma foi o policial e atirar, o primeiro. Quer dizer, é difícil o trabalho de polícia. Aí você fica naquilo, quando dá fé vai responder, depois do ocorrido pra você explicar como é que foi, que jogaram pedra e depois disso aí, falando em jogar pedra, a gente socorreu um bocado de cara lá, talvez cidadão não sei, com o rosto arrebatado de pedrada deles, um segurança, a gente via os dentes do segurança por aqui, ó, de uma pedrada. (Entrevista com Sargento Lopes da PMCE, realizada em 18 de janeiro de 2016)

A questão do adoecimento psíquico advindo da prática cotidiana foi objeto de análise da minha dissertação de mestrado (2013). A experiência de Lopes me faz retomar uma problemática real na instituição: a de que a experiência de rua envolvendo o medo de perder a vida, somada às questões arbitrárias

experimentadas a partir das relações hierárquicas e o sentimento de desvalorização social repercutem como fatores de adoecimento para os profissionais da área. Ao mesmo passo que há pouco investimento interno em acompanhamento psicológico institucional. Relembrando o contexto daquela pesquisa, o cenário corporativo apresentava uma demanda de atendimento superior do que a capacidade de atendimento, fato exposto no seguinte trecho:

A polícia militar conta hoje com duas psicólogas e três assistentes sociais distribuídas no Centro Biopsicossocial, no Colégio da Polícia Militar e no Esquadrão de Polícia Montada. Tais profissionais estão à disposição do estado para receber os policiais e seus familiares para tratamento. Em uma conversa informal com uma tenente, psicóloga, ex integrante do Centro Biopsicossocial, ela aponta que a Polícia conta com um efetivo de cerca de 15.000 integrantes e aproximadamente 45.000 familiares dependentes, e informa que a demanda por serviços tem se mostrado superior do que a capacidade de atendimento da própria instituição, gerando insatisfação e reivindicações por parte dos servidores militares. (SALES, 2013, p.14)

Outro elemento que aparece nessa narrativa, é a arbitrariedade empregada nas atuações policiais. Em certa medida há entremeada a prática policial aquilo que chamam de discricionariedade da atuação, relativa à margem de manobra que o policial tem para tomar decisões sobre o curso da ação e determinar sua forma de agir. No ponto de vista dos militares, “no calor” dos acontecimentos, é difícil decidir corretamente como proceder, uma vez que está em jogo sua vida, a vida de outros, premissas básicas dos direitos humanos. Porém, ainda assim, vigora a necessidade de abater o inimigo, levantando na argumentação a necessidade de “derrotar” o inimigo para prosseguir a ocorrência, e na explanação isso aparece como algo corriqueiro, sob o qual a preparação para a guerra urbana é a que prevalece. Entre os militares se compartilha a ideia de que não se pode perder tempo em salvar um “bandido”, pois “bandido bom é bandido morto”.

O policial conta que já foi detido inúmeras vezes por usar a força física de forma desmedida. Justificando sua atuação, considera que é extremamente difícil e incompreendido o trabalho de operador de segurança, sobretudo quando se é exigido a atuar de um jeito e a cobrança vem de outro, de forma mais acentuada. Abordando os dilemas da carreira, em tom de avaliação, o Sargento expõe que no momento em que há necessidade, não tem amparo da sociedade, da instituição e nem do governo, deixando o policial com toda responsabilidade e culpa. Essa não é

uma fala isolada, está presente no discurso policial, sobretudo nas narrativas dos mais antigos, aqueles com mais de 20 anos de carreira.

Em determinado momento sua esposa nos convida a tomar um café. Maria se sente à vontade para falar como percebe a prática policial, sem que eu precise perguntar. Nesse momento o gravador estava desligado. Desse modo, as narrativas ficaram registradas apenas no diário de campo. A Senhora conta que assim que Lopes entrou na instituição policial, ele se sentia herói, queria resolver todo problema que encontrasse a sua frente, e isso a deixava insegura e com medo. Lembra um período de sua vida em que estavam esperando o primeiro filho, quando em uma briga de trânsito, Lopes perseguiu um carro que provocou a baderna. No carro do policial, vários civis o acompanhavam, incluindo sua mulher grávida, que passou mal durante a ocorrência. Lopes ainda conseguiu parar o carro, sacar a arma e prendeu um homem que dirigia embriagado. O policial segue a narrativa de sua esposa com a seguinte colocação: "É muito chata a minha esposa às vezes percebe que a gente não tá legal, não tá bem. O stress quando ela vê um stress ela sabe que é a atividade. A esposa da gente precisa ser muito esperta, ela percebe a pressão, e você está respondendo".

A trajetória de Oliveira, inicia ao retomar suas percepções em torno do que considera sobre o que é ser policial. Remonta sua formação, seu período de instrução, menciona que foi ali que começou aprender o que era ser militar. Foi naquele momento que passou a incorporar os preceitos, passou a fazer exercícios físicos diários, aprendendo a marchar, conhecendo os gestos, novas formas de tratamento, hierarquia e disciplina. Diante do que estava apreendendo, o entrevistado avaliou que "tinha toda instrução e pra mim foi muito difícil porque eu não tinha sido militar". Em suas subjetivações o fato de não ter sido militar do exército se constituía como uma desvantagem diante dos colegas de formação, pois não tinha experiência com os códigos de conduta, com os rituais e formalidades. Em referência a formação destaca que: "Eu me atrapalhei muito, mas aí comecei aos pouquinhos com 2 meses ou 3 meses comecei a melhorar mais". Alguns de seus colegas de formação pretendiam compor as fileiras do Batalhão de Choque, Oliveira

não, desejava um posto de trabalho mais tranquilo, sobre essa questão ele conta que:

o objetivo pra mim era um canto mais calmo, que fosse mais brando e tal. Inclusive lá no dia da convocação eles: “Quem quer ir pro Choque?”, aí eu fiquei ali... O Choque é rigorosíssimo, sabe? aquela exigência toda até no recrutamento. O pessoal dizia já na época, “Ah o Choque só tem recrutamento, você vai passar a vida todinha no recrutamento”, aí eu pensava: “Não, num quero isso pra mim não”, aí eu peguei e optei pelo interior, aí um colega meu: “Eu quero ir pro Choque”, levantou o braço, ora, com uns 5 minutos depois, 10 minutos, lá se vem ele voltando. Falamos: “O quê que houve? Tu num queria ir pro Choque?”, ele disse: “Não, num dá pra mim não”. O instrutor lá, o major, o segundo major disse assim: “Rapaz, ó, vocês num fiquem escolhendo lugar não porque ninguém sabe quando é que vai, quando é que vão chamar a próxima turma não, vocês ficam aí querendo escolher canto, querendo botar banca e de repente passa a vez e você vai perder, se passar mais tempo é pior.” (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05 em agosto de 2019)

Narrando o processo de formação, Oliveira destaca a improvisação como palavra que define aquele período. 46 homens foram encaminhados para um batalhão de uma cidade do interior do estado, há mais de 300km da capital. Chegando lá, encontraram os alojamentos sujos, pois há mais de 10 anos aquela unidade não recebia pessoas para recrutamento. Porém, a surpresa teria sido no momento em que os representantes do Batalhão declararam que não tinham ciência que receberiam uma turma para a formação. O interlocutor relata que:

Era o seguinte, era tudo de improviso, improviso até porque quando nós chegamos [na cidade] eles nem estavam nos esperando... Foi uma surpresa [...] quando a gente chegou lá eles num sabiam de nada, aí um deles perguntou: “O que é que vocês tão fazendo aqui?”, eu respondi, “o recrutamento”. Tinha um alojamento, só que o alojamento tava cheio de poeira. Aí, muito empoeirado, nós nos submetemos à poeira dos colchões, batia os colchões lá cheios de poeira e dormimos até na quadra, Não, num era sofrimento não porque, [...] uns ficaram insatisfeitos, começaram a criticar e eu também, eu ignorei isso aí, eu disse: “Rapaz, é o seguinte, eu num vou desistir porque eu já investi tudo que eu tinha”, na época eu gastei... eu tava morando de aluguel eu comecei a pegar cursos e mais cursos, minhas economias eu usei todinha pra poder ingressar na polícia, né, com alimentação, com tudo, aí eu tava zero de caixa, né, aí disse: “Não, eu num posso...” minhas contas da firma eu gastei, porque eu num queria viver assim, um pouco regrado ali, sempre gostei de viver mais à vontade, aí eu usei todas as minhas economias pra poder realmente tá lá, né?! Aí, resultado, eu disse: “Não, num posso, num posso desistir não” tinha uns que queriam desistir, aí acabou, entre esses 46, 4 saíram. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05 em agosto de 2019)

De acordo com o relato do entrevistado, os próprios recém chegados tiveram que criar artifícios para melhorar a condição de moradia. Para uns aquela situação

representava sofrimento, estes optaram por abandonar a formação. No caso dele não, ele tinha que aguentar a situação, uma vez que tinha investido todo recurso financeiro que tinha. Avaliando o que aprendeu, Oliveira retoma uma questão que é amplamente compartilhada entre os militares: a prática, a experiência laboral, é muito diferente da teoria, do que aprenderam durante o período de recrutamento. Destaca que a atividade final lida com o imprevisível, pois depende do comportamento do outro no processo de interação. Diante disso, aponta que viu muito descompasso entre o que eles ensinavam na formação e como agiam nas ruas, explora que: “eu via era uma coisa que eles diziam e tavam fazendo outra coisa. Tinha um bebendo de serviço, [...] mas eu ficava calado”.

Oliveira conta que muitas vezes optou calar do que entrar em confronto com um “antigão”. Este era modo como se referia a um policial mais antigo e de graduação superior, de acordo com a disposição hierárquica já citada. Para ele, entrar em confronto, correspondia em perseguições por toda sua carreira profissional. A construção de sua autoimagem enquanto policial, assim como o de muitos entrevistados, passa pela pelo fascínio em torno do que chamam de poder de polícia, o policial conta que:

Nós nos considerávamos, quase que super heróis, é fascinante. O mundo da polícia em si, ele é fascinante, eu me fascino até hoje inclusive, poder portar uma arma, poder defender uma vida, poder socorrer, poder ser útil, cumprir com o dever legal, não pra matar ninguém, mas pra socorrer, pra defender né, com interesse e se for possível até com a própria vida, isso [...] me deixa assim anestesiado até. [...] São vários fatores, vamos dizer, poder de polícia, poder de tipo ação do fato de discricção, discricional, esse poder de você pode interpretar realmente, poder definir uma ocorrência, de poder traçar o rumo da via de uma pessoa ou pra pior ou pra melhor, então tem que haver discernimento policial e eu acho assim, uma capacidade, uma responsabilidade muito grande, o policial ele pode muito bem interpretar errado e levar a pessoa à derrota total, né?, à penalidade, então é muito difícil isso aí, mas que me fascina assim, [...] pela responsabilidade, porque é muito importante o policial. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05 em agosto de 2019)

O posicionamento de Oliveira traz para a discussão o processo de autorreconhecimento social. É possível verificar em um conjunto de entrevistas o esforço recorrente em tornar explícito, percepções e experiências que idealizam um certo valor social a carreira e a importância de ser policial. Experiências pautadas na demonstração de certo prestígio social. Ainda que a prática seja permeada por situações de deslegitimação e perda de Status. Sobre o cotidiano de trabalho, o

policial explora em sua narrativa o modo como o abuso da hierarquia tem sido percebido por ele e os demais colegas de farda, relembra o efeito que as mudanças de comandantes produziam na tropa:

tinha uns que eram operacional demais, que sobrecarregava o grupo, isso desmotivava o pessoal do batalhão, desmotivava o pessoal a querer ser transferido, porque ele exigia além da razão, por exemplo, ele pegava um Choque, ele trabalhava no batalhão de Choque, o Choque é aquela coisa... aí ia pra uma companhia do interior, massacrava os policiais que num tinham aquela condição física, que num tinham toda aquela estrutura que o Choque tinha, ou que uma companhia mais moderna. [...] Então chegava lá dava nas paredes né? Ia de um extremo a outro extremo. Aquele que realmente num sabia fazer nada, entre aspas, em relação à operacionalidade, que num tinha noção, ia se impor, realmente no militarismo, na condição de ser capitão. “Não, eu quero assim e acabou” e nós sabia que isso tava errado, que não era aquilo ali, mas ninguém podia dizer nada porque era capitão, porque era major, porque era coronel. Ninguém podia realmente dizer nada. Eu falava: “Mas, sargento, essa ordem que ele deu” e ele respondia: “Faz o seguinte, ó, ele é oficial, nós somos praças, nós temos que obedecer e acabou”. E a gente ficava assim, isso me indignava também, essa parte me deixava chateado porque era necessário. [...]Pra muitos era decepcionante porque haviam contradições de ordem, às vezes um oficial não queria descumprir a ordem do outro, porque havia um certo corporativismo entre eles, certo?! Ele dava uma ordem absurda ali e pra desfazer daquela ordem absurda. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05 em agosto de 2019)

No ponto de vista de Oliveira o que imperava era a lei do mais forte, e esse mais forte era o que tinha a maior patente ou graduação. Essa é uma das questões que são recorrentes nas narrativas dos militares. Para aqueles que entraram na instituição na década de 90, outras questões também compunham o quadro de insatisfação sobre a atividade. Desde a formação ao próprio trabalho de rua, os policiais se depararam com condições laborais insalubres. Oliveira relatou que além da estrutura do Batalhão que sediou sua formação ser precária, a alimentação era ruim. Seu recrutamento foi baseado no improvisado, ao qual o comandante teve que comprar com recursos particulares munição para o treinamento prático de tiro. Sobre o patrulhamento dessa época, o policial conta que não havia sequer viaturas disponíveis, costumavam trabalhar mais 10 horas em pé, andando pelas ruas da cidade.

Devido ao número reduzido do efetivo, até o começo dos anos 2000, havia uma sobrecarga de trabalho. Retomando este ponto, Oliveira refletia que os superiores ficavam com raiva daqueles policiais que requeriam férias. Naquela época eles só conseguiam folgar em torno de 1/3 do período de direito, devido a

demanda de trabalho (MINAYO; SOUZA, 2003; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Esses fatores sobrecarregavam não só o corpo dos policiais mas fadigava a mente, influenciando em episódios de alcoolismo, depressão, ansiedade e em casos mais graves o suicídio (MIRANDA e GUIMARÃES, 2016).

O interlocutor conta que as licenças para tratamento de saúde, sobretudo de cunho psicológico passaram a ser mais recorrentes, esses são percebidos devido a constância nas publicações do Diário Oficial do estado. O policial explicou que muitas das relações entre oficiais e praças eram balizadas por humilhação e autoritarismo, sobre a qual sua condição de humanos era reprimida (SALES, 2013; SALES; SÁ, 2016). Entre os militares dessa época, início da década de 2000, em diferentes entrevistas, é recorrente a manifestação das expressões “robô” e “animal” como formas de tratamento usadas pelos oficiais para se referirem aos soldados e cabos. Oliveira expõe que “que a maioria dos oficiais parece que engrossa mesmo, tratava a gente como robô, como pessoas à prova de fragilidades, com toda uma estrutura para ser fortes”.

Oliveira observa que atravessou por bastantes problemas dentro da corporação, já teria sido punido por faltar ao trabalho, todas as faltas por motivo de doença. Já teria cumprido prisão também por conta desse motivo. Em determinado momento passou por problemas de saúde grave, relativos a uma doença cerebral que sofrera. O comandante de sua companhia se recusou a ajudá-lo, informou que ele teria que conversar com um coronel sobre o caso, julgando o caso de Oliveira como “enrolação” para com o serviço. Sobre essa questão expõe:

“Você pediu permissão pra vir falar comigo?”, aí eu disse: “Coronel, é o seguinte, sinceramente não, mas o capitão me deu liberdade de que eu pudesse fazer isso, ele disse assim, que se eu falasse com um coronel podia ser que pudesse me ajudar, né, então eu vim falar com o senhor”, ele me deu liberdade, lógico ele tinha dado uma liberdade, né, mas mesmo assim, mesmo essa liberdade, eu tinha que formalizar isso. O capitão me perguntou “rapaz, se você falar com o coronel”, como o oficialato era muito superior a nós, ele num queria assim, se rebaixar, infelizmente era essa a realidade, ele num queria se rebaixar. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05 em agosto de 2019)

A experiência relatada por Oliveira torna explícito de que maneira os ditames militares estão expressos nas relações, na medida em que se reafirma seu poder por meio da legitimação hierárquica baseada na escala de graduações e patentes. Para alguns entrevistados as experiências com relação a hierarquia não são

percebidas como problema e sim como parte constituinte da realidade policial, ao mesmo passo que para outros (a maioria dos entrevistados), é percebida através de narrativas marcadas pela carga negativa do abuso de autoridade, provocando efeitos sobre as memórias com relação à profissão policial, como veremos no capítulo a seguir.

As narrativas dos sujeitos expressam diferentes processos formativos, o que marca uma realidade experimentada pelas discontinuidades dos comandos e ausência de critérios básicos que igualam os processos de instrução, em termos de tratamentos, relações e estruturas. As diferentes entrevistas consentidas convergem para o entendimento de que a AESP, ainda que com relativas críticas, cumpriu o papel de unificar os processos formativos. Na medida em que o curso de formação se torna um componente ainda eliminatório no ingresso à carreira. Antigamente, o aluno do curso de formação já era considerado recruta e por isso já compunha as fileiras da corporação. Hoje, o curso de formação comporta diferentes etapas eliminatórias.

Aqui, compreende-se que política governamental exerce uma influência substancial no modo como as instituições atuam com relação a segurança no estado, uma vez que sua atuação está baseada de sobremaneira em programas políticos. Os efeitos da ação política dentro da instituição impactam e recriam modos de agir e pensar que vão além de uma escala corporativa, influenciando as práticas policiais cotidianas, fato que quase sempre dá a tônica das narrativas policiais. Assim, não há como falar do trabalho da polícia militar sem compreender a influência da política na concepção da segurança pública.

4.2. “Antigões” e “Modernos”: Novas percepções sobre a carreira profissional do policial militar

As percepções sobre a carreira policial variam de acordo com as experiências vivenciadas por cada sujeito. Refletem experiências biográficas, relações de parentesco, idealizações em torno da profissão, necessidades básicas atendidas, ascensão familiar e de vida, escolaridade, e o tempo histórico onde as narrativas estão situadas. Entretanto, há uma linha notória em processos de identificação e possíveis generalidades encontradas nos fios narrativos de policiais que são percebidas no momento em que eles usam categorizações que identificam e distinguem grupos relacionais dentro da instituição.

Essas categorizações, têm ganhado contornos e percepções diferentes, sobretudo, a partir do ingresso de novos perfis de candidatos à carreira de polícia. Para mim, essa se apresentou como uma questão nova no campo. Foi percebida principalmente nas narrativas dos recém ingressos, policiais com menos de 5 anos de carreira. Para eles, esta é uma questão que está vinculada muito mais ao tempo de ingresso na corporação, e ao que os entrevistados consideram como perfil de mentalidade que aquele grupo representa, do que necessariamente o posto de comando no nível hierárquico, muito embora isso ainda reflita um peso na análise. Ampliando o campo semântico em relação a percepção do que sejam os “antigões” e os “modernos”.

Para os interlocutores mais jovens na carreira, os antigões são os policiais que enfrentaram “tempos difíceis na corporação”, em que o espaço para o diálogo era mínimo, e as ordens absurdas faziam parte das suas relações cotidianas, permeadas por processos de humilhação e subordinação, evidenciados pelo peso da hierarquia. Naquele contexto, as retaliações pessoais ou meras resistências representavam punições veladas ou detenções disciplinares. Um dos entrevistados conta que no seu tempo “o sujeito criava marra de qualquer jeito”, ou seja, aprendia a ser polícia durante o fazer cotidiano, baseados em suas experiências concretas do que era hierarquia e disciplina na “essência da palavra” (frase dita pelo próprio PM).

Nas narrativas, a figura dos antigões está associada a idealizações sobre bravura, pessoas destemidas e aguerridas, que aguentavam a pressão e eram mais preparados para lidar com situações de crise. Essas análises estão pautadas nas comparações de realidade políticas e nas condições materiais e estruturais da PM ao longo dos anos. Essa categorização estaria alocada principalmente aqueles policiais com mais de 20 anos de carreira profissional. Esse relato exemplifica o que seria a atitude de um antigão frente às condições profissionais a qual estava submetido:

Eu confesso pra você, pronto, que eu por exemplo, e nesse tempo que eu trabalhei lá de 97 a 2003, eu respondi mais de 43 procedimentos na corregedoria. Não penso que era nada que me envergonhasse não, era pau, bala, invasão de domicílio. Porque eu não baixava a cabeça pra o crime, eles me desafiavam e eu ia pra cima deles. Entendeu? Respondia, eu tenho cópias de ofícios, lá em casa eu tenho muito material ainda, mas de contrapartida eu tinha o respeito da população, eu tinha respeito dentro

da unidade que eu trabalhava dos oficiais porque eu era um cara honesto das coisas, eu não fazia nada de errado, nada em benefício próprio, eu fazia pelo bem do serviço. Eu acho que hoje falta um pouco disso, do policial ter conteúdo, sabe. A liberdade de trabalhar. Hoje tá tão difícil que a própria população às vezes atrapalha, a gente tá cometendo uma ação ali necessária e o celular aqui filma uma situação às vezes causa uma interpretação diferente e a gente tá prejudicado, entendeu? (Subtenente da PMCE entrevistado em 20 de agosto de 2019)

Na avaliação do interlocutor, o relato expressa o modo como os policiais operavam comumente até metade da década de 2000, onde seu poder de ação era impulsionado pela força do momento, com ações mais enérgicas (e até ilegais) para conter determinadas situações. Receber procedimentos na corregedoria não significava um problema na carreira, mas sim a coragem e resolver o problema a qualquer custo. Olhando para os modernos, em tom de reprovação, o PM os considera uma turma de jovens rapazes que não tem o “pulso firme para lidar com algumas situações”, sobre as quais a interferência dos mais experientes é acionada.

Aos modernos recai as subjetivações de um novo tempo institucional, onde a capacidade de ação policial está regulada constantemente, com um engessamento da função. A regulação não parte só dos monitoramentos via câmera de vídeo nas viaturas, mas pela lei, pelos direitos humanos e pela população que filma ações da polícia, gerando conflitualidade nas narrativas em torno das ações concretas. Em continuação o relato desse interlocutor reproduz essas questões:

Então hoje a própria tecnologia atrapalha a gente. Naquela época você tinha o poder de resolver as coisas, hoje não dá mais não. Hoje eu trabalho, eu prendo bandido, eu não toco um dedo nele se precisar. Ou eu dou um tiro se ele tiver armado pra matar logo, que eu não tenho esse negócio, ou então negócio de bater, de enforcar, eu não faço nada disso. Não toco por que? Porque eu sei que mudou, a polícia hoje é outra, a forma de trabalhar tem que ser outra também. E muitas vezes também a base de conhecimento que a gente tem em relação à lei ela te dá, como que eu posso dizer... Ela te dá uma base pra tu ter certos cuidados em relação ao teu modo de agir. Eu me atrapalhava muito, eu era muito denunciado porque eu arriscava muito, em nome da instituição, em nome da paz, em nome das pessoas de bem, né, eu infernizava a vida dos bandidos, mas eu sofria consequências. As denúncias de familiares, do próprio bandido, e eu vivia, eu passei minha vida inteira de polícia respondendo esse tipo de processo. (Subtenente da PMCE entrevistado em 20 de agosto de 2019)

Para ele, a imagem dos policiais modernos reflete as mudanças institucionais ocorridas a partir do ingresso das turmas do Programa Ronda do Quarteirão (em 2007), buscando aproximar a figura policial para com as comunidades. Nas

narrativas aparecem questões interessantes sobre relativização com relação a uma mudança de paradigma institucional onde os “antigos foram obrigados a se qualificar e aprender sobre direito para não complicar sua vida”, fato que aparece como questão central na narrativa desse Subtenente. Ainda estabelecendo um paralelo entre as duas posições, os modernos estariam em condições de trabalho muito melhores, com armamentos modernos, proteções de uso pessoais, qualificações permanentes, junto com treinamentos técnicos avançados. Contudo, nas percepções dos antigos, os mais “novos são mais frágeis emocionalmente e muitas vezes não aguentam a pressão sem desabar”.

Compartilha-se a ideia de que o policial antigo buscava a carreira policial por conta do prestígio, como demonstração de autoridade, essas eram narrativas recorrentes há 10 anos atrás. Entretanto, com a recorrência de concursos para o ingresso de novos soldados à corporação, novas mentalidades também fazem parte do novo contexto da profissão, onde muitos procuram esconder suas identidades profissionais. No ponto de vista de Freitas, a polícia não representava somente um emprego, mas um estilo de vida:

Meu nome até hoje é famoso ainda por conta do que eu construí até hoje como história como policial, sempre fui linha-dura, não nego isso, até hoje sou. Não baixo a cabeça pra bandido, não tenho medo de bandido, não tenho. Gosto da operacionalidade, pra mim quanto mais perigoso o cara mais vontade eu tenho de ir pra cima dele. Não tenho esse negócio de “ah, perigoso”, perigoso nada, rapaz, não existe essa não. Gosto de ser policial, gosto do que eu faço, eu amo ser policial hoje. Talvez na época que eu entrei foi por uma necessidade de um trabalho. (FREITAS, Sargento da PMCE entrevistado em 12 de agosto de 2019)

Claro que essas análises não podem ser transportadas diretamente para o contexto global da instituição, que hoje abrange cerca de 21 mil policiais militares, as narrativas fazem parte das categorizações dos policiais entrevistados e suas redes de sociabilidade dentro da corporação. Trazem um olhar interessante para os processos de transformação institucional, não só vinculada a aquisição de materiais e novos treinamentos, mas vinculadas a novas mentalidades e simbolismos, reflexo das intervenções políticas, das lutas por direitos e das noções básicas de direitos individuais compartilhadas socialmente. Essa foi uma questão pouco explorada em campo, mas considero que abre margem para novos empreendimentos analíticos em que esse tema se configura como foco central.

5. HIERARQUIA E DISCIPLINA COMO BASES CONSTITUINTES DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

Santiago veio das camadas populares do interior de Fortaleza, ainda pequeno sua família migrou para o interior do Piauí, em uma cidade com menos de 10 mil habitantes, o que para ele e seus irmão representava poucas oportunidades na vida que não fosse na enxada ou em cargos públicos conseguidos por intermédio político. Como sua família não tinha influência, no que Santiago categoriza como pessoas “muito simples”, que não detinham capital político nesse campo, sobreviviam do que colhiam e comercializavam. Santiago era o mais novo de três irmãos, quando completou a maioridade e seguindo os passos de seus outros irmãos, ele decidiu retornar à capital cearense em busca de melhores oportunidades para a família.

Chegou em Fortaleza no início da década de 1990. Santiago tinha 18 anos, em termos de estudo, até aquela data só havia completado o primeiro grau. O entrevistado conta que neste mesmo período, em Fortaleza, havia uma intensa onda de desemprego, por isso decidiu retomar os estudos para buscar melhores condições. Ocorre que também teria que trabalhar para ajudar no sustento de casa. Na capital cearense, Santiago foi ajudado por suas tias, residindo na casa de seus parentes até que pudesse se sustentar sozinho, essa era a contribuição que a família poderia oferecer naquele momento. Conta que chegou na cidade “sem sonhar muito alto porque a gente vinha de uma realidade muito difícil então qual era a perspectiva da gente? De arranjar um trabalho e ajudar a mãe, que tinha ficado lá na época”, essa era sua pretensão inicial, trabalhar e ter recursos para ajudar sua mãe.

Quando estava no segundo ano do ensino médio, surgiu o concurso da PMCE, como era de nível fundamental, ele teria chances de concorrer. Embora tivesse tirado uma nota baixa, foi o suficiente para entrar entre as 350 vagas disponíveis no concurso. O curso de formação aconteceu no antigo CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Por conta de sua altura, Santiago teria sido escalado para fazer parte do Batalhão de Choque da PMCE, assim, ao final do curso de formação foi entregue fardamento camuflado e a boina vermelha. Naquela época a altura teria sido o critério para selecionar 50 pessoas para fazer parte do BPCHOQUE. Segundo o relato, chegar ao fim do curso de formação não foi uma

tarefa fácil. Para Santiago os principais entraves para sua conclusão seria se adaptar ao regime militarizado, por meio da disciplina, seguindo ordens sem poder questionar e sendo punido pelo que ele chama de “coisas banais”.

Em suas categorizações o fato de não ter experimentado o serviço no exército lhe colocava em uma posição de atraso em relação aos demais colegas de farda, pois para ele era difícil aceitar ordens e humilhações sem questionar, pensando muitas vezes em desistir da carreira. Santiago considera que o que o fez continuar foi o incentivo do seu instrutor na época, que lhe ensinou o funcionamento das relações hierárquicas dentro da PM. Nesse trecho do relato ele identifica sua falta de conhecimento sobre o mundo militar como um aspecto de desvantagem:

Eu particularmente eu sofri muito no curso por um motivo especial, eu vinha do interior, eu era um menino ainda de 20 anos de idade quando entrei na PM, eu nunca tinha sido militar, eu tinha me apresentado no interior e tinha sido dispensado por excesso de contingente. E quando eu cheguei que eu fui escolhido no meio desses policiais mais altos e tal, 95% deles já eram militares das Forças Armadas, aí eram do Exército, Marinha e Aeronáutica, e vieram pra PM, fizeram o concurso. Então o Pelotão de todo mundo era bom em tudo relacionado ao militarismo, eu entendia de enxada, de roça, eu não tinha o conhecimento que eles tinham do militarismo, então eu tive uma dificuldade imensa de me adaptar a ser militar, porque eles já chegaram sabendo, eles já tinha uma vivência, e pra mim tudo aquilo era muito novo. Então pra mim foi muito difícil eu aceitar a ideia de ser militar, de obedecer a ordem, sabe, e muita coisa que tinha que pra mim era muito novo e eu sofri muito no começo. (Entrevista com Tenente Santiago realizada em agosto de 2019)

Santiago foi punido de diferentes formas em relação ao descumprimento das regras hierárquicas de mando, sobretudo no treinamento para o Batalhão de Choque. Em seu relato, sua formação se comparava ao treinamento do BOPE, o policial comparou as cenas de instrução vivenciadas, às que apareceram no filme Tropa de Elite. Para o PM “era mais ou menos aquele contexto ali da formação da gente. Muito sofrimento, ralação na época, não tinha moleza de jeito nenhum”. O relato exemplifica o contexto de formação e as situações as quais o policial elenca como ensinamento sobre como ele aprendeu na prática o que era disciplina e hierarquia. Na primeira parte do relato, Santiago conta que tinha um primo que havia passado no concurso um ano antes, ele achava que podia contar com o primo para seguir “protegido” dentro da PM, ocorre que na primeira oportunidade ao se

cruzarem no CFAP, seu primo teria armado uma brincadeira que teve desdobramentos por anos consecutivos:

Ele [primo] era na época aluno [...] quando eu cheguei lá ele era da turma de 91 só que a turma dele não terminou em dezembro, quando eu cheguei em janeiro eles estavam nos últimos dias de curso até a formatura deles, então tava de bobeira dentro do CFAP naquela época, eles como alunos do curso de sargento pegavam os recrutas e era [estala os dedos] relação com a gente “paga 10 apoio de frente pra mim, tu paga 50 e tal, tu não fez continência, tu num me viu aqui não?” Então eles se divertiam pra gente porque eles já tavam formados, né. Meu primo, eu cheguei lá e digo “ó, tem meu primo lá pra me proteger”, Eu cheguei lá e ele “vamo ali comigo”, eu saí com ele, o recruta ele aluno, ele me levou lá pro alojamento dos alunos do curso de formação de sargento, chegou lá e ele disse assim “pessoal, ó aqui o meu primo que eu coloquei ali na polícia”. Ele dá uma facada no meu coração, tinha sofrido pra passar, né, [ri], aí eu disse um nome desse tamanho com ele na frente dos amigos dele, aí virei peixe de todo mundo, “o cara não respeita os alunos não”, tudo militar, mandei ele pra aquele lugar na frente de todo mundo [...] onde eu passava “olha ali o primo do [Fulano], acocha ele, paga 10 pra mim”, e eu ficava puto com aquele negócio porque eu fiquei em evidência pelo meu comportamento, eu poderia muito bem ter saído sem falar nada, mas eu não tinha essa experiência eu fiquei irritado porque eu não precisei dele pra passar não, né. E eu quis tomar satisfação com ele depois, ele até hoje ele ri dessa história que ele fez essa brincadeira comigo lá. E uma vez ele mandou eu pagar apoio de frente, o cara manda você descer e fazer a quantidade, né, e eu mandei novamente ele pra aquele lugar na frente de todo mundo e isso gerou... (Entrevista com Tenente Santiago realizada em agosto de 2019)

Seguido desse trecho, o PM reflete que aquela ação de seu primo, hoje percebida e compreendida como brincadeira, gerou pequenas revoltas na época, pois quando cruzava com os amigos de seu primo, Santiago era, em suas palavras, “acochado”. Ou seja, o policial recebia chamadas pelos seus superiores em desdobramento pelo o que acontecera, a intenção era reafirmar as relações de hierarquia. Na análise do PM, “parecia brincadeira, mas não era... sofri muito na época”. De forma semelhante, o policial relembra outra experiência do seu período de formação, considerado mais crítico, fazendo-o até pensar em desistir da vida militar:

E teve outras situações, por exemplo, eu numa aula de defesa pessoal tinha um aspirante, que hoje ele é coronel da PM, aspirante é o primeiro posto antes do tenente, termina o curso e fica um período aspirante, hoje não existe mais aspirantado, mas naquela época o cara passava tipo uns 6 meses como aspirante e depois vira tenente, então o aspirante era o coordenador do nosso pelotão e ele foi dar aula de defesa pessoal pra nós, e eu discordei de algo que ele tava fazendo lá e ele disse assim “pois venha aqui e me pegue, faça”, eu “o senhor não consegue fazer isso aí comigo

porque eu tiro a sua base do chão porque eu sou maior do que o senhor”, aí ele “pois pegue aqui” eu peguei ele e dei uma queda, arrebentei com os aspirantes. Acostumado com briga de rua, de interior. É isso aí ele ficou com uma raiva tão grande de mim que ele mandou eu pagar uma completa, na época era dar 20 voltas ao redor do campo, era pagar não sei quantos apoios de frente, 50 abdominais, 50 polichinelos. Quando eu terminei eu tava morrendo de cansaço. Isso foi como punição por eu ter feito a bobagem lá, né, e tipo meio que desmoralizou ele na frente, ele como instrutor, na frente da tropa. Aí quando terminou ele disse assim “voluntário pra lutar 2 minutos livre, só não pode”, aí ele tinha uma regra “só não podia bater de mão fechada no rosto, mas mão aberta podia”. Aí apareceu, a turma querendo ganhar ponto com ele, apareceu o primeiro, aí pá pá pá pá pá, eu fui lá e eu me saí bem, aí veio o segundo “mais um”, aí não se conformou porque eu me saí bem, eu era muito magrinho, tinha 58kg. Pra quem tem hoje 110 né. Mais uma, aí eu já não fui também, aí veio os caras que sabiam lutar, tinha uns que lutavam karatê e eu levei mais do que bati. Quarto, quando foi no quinto, eu disse “não vou lutar mais, tô cansado” e ele disse assim “vai”, vou não, aí chega o tenente que era coordenador de pelotão, “ele tá mandando você terminar” e eu “não vou, tô cansado”. Esse treinamento era no campo de futebol, campo Tiradentes, e eles fizeram um círculo ao meu redor, os braços aqui, o isolamento, um braço no outro aqui e eu sentei no chão, e eu com raiva, porque eu era um menino né, aí eu sentei no chão e disse assim “pode bater em mim quem quiser, vou lutar mais não”. Aí os caras querendo ganhar ponto com o tenente, com o aspirante né, aí me chutava assim “deixa de ser frouxo, macho, tá com medo, luta”. Eu puto da vida, né, aí eu olhei pra dois displicentes assim tinha um espaço entre um e outro, quando eu virei aqui assim, TUM, passei no meio. Eu acho que eu dei trabalho uns 10 minutos, a turma correndo atrás de mim dentro do quartel e um pedaço, quando pegaram tome tapa na cara, tome mão na barriga, aí me levaram lá pro final do campo, ali onde é o Colégio da Polícia, tem o “Para-bala”, um muro alto, onde a gente treinava tiro, e por trás dele tem umas baias, capim com lama, que vem ali da Faculdade de Medicina, podre, aí me pegaram pelas pernas e pelos braços aqui, balançaram, me jogaram lá no meio da lama, eu fiquei com lama assim em cima da cintura, todo sujo de lama. Aí o tenente chegou e eu fiquei lá, jogado eu fiquei lá, puto da vida, irado de raiva, né, aí o tenente “bora, Teles, pode sair”, não, agora eu não vou sair não, vou ficar aqui. “Tô mandando você sair”, eu digo “venha me tirar”. Eu tava bravo já, né, eu pensando em sair, em abandonar o curso de raiva que eu tava. Aí ele disse assim “eu tô mandando” e eu “vou não”, aí eu sei que o tenente se preocupou e ficou por lá, mandou todo mundo ir embora e ficou lá “venha cá conversar comigo” e eu “vou não”, demorou mas eu terminei saindo. “Venha cá”, aí ele foi me explicar, “olha, você tá passando por tudo isso porque você não tem comportamento de militar, no militarismo não existe ‘eu não quero’, ‘eu não vou’, ‘eu não faço’, o que todo mundo faz você tem que fazer e acabou”. Sei que ele me deu aquela lição de moral e tal, eu disse “não, vou ficar não, quero ir pra minha casa, eu quero ir embora, vou fazer outra coisa” e ele “não, você vai ficar, você vai aprender você não é melhor que ninguém aqui” aí fez minha cabeça, me acalmou e isso marcou na minha vida. (Entrevista com Tenente Santiago realizada em agosto de 2019)

A entrevista de Santiago foi marcada por relatos de experiências envolvendo diferentes episódios de punição institucional, ao que parece o policial não compactua com a gestão baseada em arbitrariedades alimentada por interesses pessoais, nesse sentido, já teria sido detido inúmeras vezes ao longo de sua carreira profissional. O relato acima expressa nitidamente o efeito das relações hierárquicas

quando usadas de forma a constranger outra pessoa. Em sua avaliação, Santiago havia tentado argumentar com seu instrutor sobre o treinamento, mas este não aceitou “estar errado”, o episódio desencadeado reafirmou as colocações do aluno, deixando seu superior em uma posição de constrangimento mediante o embate simbólico e físico experimentado. Para não se sentir desmoralizado, o instrutor reagiu de forma punitiva e “humilhante”. Nas subjetivações de Santiago, a ação promovia desgaste físico e psíquico, fazendo-o pensar em abandonar a carreira “por conta da ignorância”. Muito embora apresente identificação com a profissão, o PM destaca que têm dificuldades em introjetar os ditames militares e esse teria sido seu principal obstáculo na corporação. Santiago possui mais de 30 anos de profissão, entrou na PMCE como soldado e depois prestou concurso interno para o cargo de Sargento. Com a regularização das promoções ocorridas no governo de Camilo Santana, o policial chegou ao posto do oficialato, e chegará a Major aos 45 anos.

Nos estudos sobre a instituição policial militar, a questão da hierarquia e da disciplina é sempre retomada, não só por compor as bases que estruturam as relações e a dinâmica institucional, mas por se tornarem elementos controversos cujos efeitos impactam nos desdobramentos da atividade de rua, também gerando sofrimentos para os agentes (SALES, 2013). Nos relatos policiais é comum perceber que a lógica institucional que prevalece está pautada no cumprimento de regras e ordenamentos, estes se efetivam a partir de dispositivos institucionais e morais que devem ser cumpridos, pois uma ordem do comando é difícil de questionar e “sair ileso”, sem punições no histórico disciplinar. Essa questão já fez parte de minhas pesquisas anteriores em parceria com Leonardo Sá (2016). Em um de nossos artigos destacamos que a lógica hierárquica incomoda quando os policiais são confrontados com situações de humilhação, é a partir dessa problematização que ela é contestada:

Na prática, os policiais militares lidam diretamente com essas relações, melhor dizendo, assimétricas de poder. A hierarquia e a doutrina militar são representações significativas dessas relações. Seguir o padrão rígido de patentes não é problema para o policial. Ele só se torna prejudicial na medida em que há uma série de fatores que contribuem para a humilhação e a desvalorização do indivíduo. Pode-se tomar a situação em que os superiores utilizam o seu cargo para constranger e oprimir aqueles em posição hierárquica relativamente inferior, munidos de um caráter político e autorizado, e fortalecendo estados de baixa autoestima e desvalorização profissional. (SALES; SÁ, 2016, p. 188)

As categorias *hierarquia* e *disciplina* aparecem como inscrições marcadas nas dinâmicas narrativas dos interlocutores deste estudo. São mobilizadas em diferentes contextos para explicar suas experiências profissionais. De modo geral essas categorias têm significância para os interlocutores na medida em que os relatos cotidianos são expressados, do mesmo modo que fica difícil desvinculá-las dos discursos em torno da polícia, pois se inscrevem não só nos discursos, mas nas corporalidades e nas práticas. Nos relatos, aparecem de forma essencializada com relação ao fazer policial, ainda que também sejam percebidas através de crises de representação, ao passo que também aparece como problemática a ser enfrentada institucionalmente.

Essa questão é explorada por Azevedo (2017). Ao elaborar uma análise institucional do discurso de policiais militares sobre seu cotidiano laboral, a autora explora de que modo os efeitos de reconhecimento e desconhecimento das relações com o trabalho permeiam as narrativas. E sobre essa questão a autora empresta sentido a ideia para qual busco compreender, destacando a partir da fala de seus interlocutores, como a hierarquia é mobilizada no cotidiano desses sujeitos, ultrapassando a profissão e se apresentando de modo incorporado.

a primeira marca da hierarquia, posicionando o policial militar como regulado, normatizado, corrigido – mecanicamente como um relógio – para ficar igual aos outros. O mais importante era chegar na hora, era a única cobrança, repetida e enfatizada, chegar na hora, farda em ordem, barba feita, como os outros, para então seguir com as ordens do dia. No ritual pessoal, de preparo para ir ao trabalho, a marca institucional atravessa o policial militar que aqui vestiu a farda mesmo antes de chegar ao trabalho, quando esta ainda estava escondida na mala. O peso desta regra era tal que soava como se fosse a única que houvesse e com caráter exclusivo para os policiais. De fato, ao longo dos relatos, regras e procedimentos emergiam, porém de maneira difusa, como se o próprio policial se fundisse com eles. Procedimentos que eram sempre contra ou a favor do policial, nunca só procedimento. Era como se se repetisse com a instituição a posição que os policiais atribuíam à clientela, o lugar de ser corrigido e de ser punido. (AZEVEDO, 2017, p. 562)

A autora traz a hierarquia como elemento primeiro do processo de padronização de corpos regulados, normatizados e corrigidos com a intenção de docilizar aqueles indivíduos (FOUCAULT, 2002). Quando digo que essas questões muitas vezes aparecem de forma essencializada sobre a profissão, é entendendo que estão inscritas em uma dimensão espontânea, de maneira difusa, permeando e

construindo moralidades em relação a ser e estar no mundo. Através da repetição diária dos processos rituais (TURNER, 1974), atrelado a procedimentos e regras é que essas categorias são incorporadas. Os rituais estabelecem performatividades que reforçam essas questões, sejam nas formas de apresentação e cumprimento, das passagens de instrução, nos rituais de comensalidade no rancho e até em situações informais onde os privilégios de hierarquia são acionados, como o posicionamento preferencial dos mais antigos (em frente ao espelho) no momento de fazer a barba, no banheiro coletivo, exemplo extraído do livro *Os Filhos do Estado* de Leonardo Sá (2002)

É reproduzido um discurso interno onde o questionamento de ordens, dentro da lógica hierárquica soassem como subversão, imputando em punições, prisões, deslegitimação, desconsideração, entre outros tipos de sanções. É sempre oportuno relembrar o fato de que a formação dos policiais, sobretudo no início dos anos 1990, era marcada por processos de desumanização, sobre o qual os comandantes faziam questão de informar que o policial era um sujeito sem direito. O paradigma que se coloca está na cobrança de atuação policial atenta aos direitos enquanto que a eles é imputada a condição de sujeito sem direitos, fato que aparece com pesar em suas narrativas. Problematizando essa questão em outro momento, Leonardo e eu destacamos:

A estruturação da vida diária, segundo princípios da “caserna”, da vida hierarquizada militarizada, como expressa José em seu relato, levava-os a se sentirem tratados pelos superiores como se não fossem humanos. Combate, guerra e obediência eram expectativas coletivas da caserna que os faziam se sentir como se fossem “robôs”, não humanos. José, como indivíduo socializado pelo coletivo militarizado, fala em nome de um “nós” que padece das mesmas dificuldades. O eixo principal dessa formação qualificada por José como “não humana”, além da atitude combatente permanentemente exigida, era a prática constante de ações de “desprezo” e “humilhação” por parte de superiores hierárquicos contra os “subordinados”. José tinha que aprender a “obedecer e ficar calado”. Interessante notar que o ato de nomeação central dessa relação de poder passava pela categorização simbólica dos recrutas pelo uso do termo “monstro”. Os recrutas eram nomeados pelos instrutores como “monstros”, “bichos” e, na avaliação retrospectiva desse policial, e de todos os demais entrevistados, “isso aí já se tornava uma humilhação de modo geral”. (SALES; SÁ, 2016, p. 192 - 193)

Ademias, um aspecto da atuação policial que deve ser considerado é que sua atuação se inscreve no limiar entre a legitimidade e o abuso, entre a autoridade

outorgada e o excesso em tratamentos operados por arbitrariedade, entre a discricionariedade e o uso da violência, em meio ao legal e o ilegal (ARAÚJO, 2013; SILVA, 2015). Segundo os relatos dos militares, a atividade de polícia é tolhida a todo instante, onde o sujeito é obrigado a lidar com a pressão da profissão, com o iminente risco de morte em meio às situações de confronto, lidar com a confusa cobrança social, com as ordens de comando, a influência da política, a cobrança social por meio da mídia, enfim, é um sujeito que se percebe obrigado a não errar. No ponto de vista dos militares, há muito controle sobre suas atuações práticas e pouca disposição institucional e dos governos em possibilitar a plena realização do trabalho cotidiano.

Nos estudos sobre vitimização policial, o dilema sobre a atuação cotidiana dá a tônica dos relatos sobre o dia a dia da atividade policial⁶⁰. Acompanhado das mudanças políticas, houve também a mudança na percepção policial como relação a se passa a questionar e reafirmar sua condição de sujeito de direitos. Essa mudança no paradigma institucional reverberou no modo como os policiais percebiam o direito dos outros e seus próprios direitos, assim, dentro da estrutura institucional novas percepções mobilizadas pelos policiais ampliam o campo semântico em torno de diferentes moralidades sobre o trabalho.

Os relatos mobilizados, apresentam como o cotidiano militar é permeado por situações em que os processos de desumanização e frustração formulam as dinâmicas experimentadas. De modo subjacente são exploradas as questões que também produziram e produzem impacto em suas atuações, como as escalas de trabalho, as condições dos equipamentos, estrutura de trabalho, o risco de acidentes, o risco de vida, intervenções políticas e efeito nas mudanças de comando. É como se experimentassem dois tipos de pressão, um de ordem física e outro de ordem psicológica.

Além das questões estruturais, está presente nas narrativas os processos que direcionam a um descontentamento com a profissão, a frustração, o mal-estar e o sofrimento social. Para os militares entrevistados, os processos de humilhação e perda de status, impactam ainda mais a vida dos sujeitos, provocando adoecimentos físicos e psíquicos, podendo reverberar em tentativas de suicídio. A falta de

⁶⁰ Sobre essa questão, ver a pesquisa coordenada por Jacqueline Muniz e Barbara Musumeci Soares, intitulada: Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro.

valorização profissional tem impactado de sobremaneira as narrativas. Esses são fatores impulsionadores dos movimentos reivindicatórios, que em um contexto mais amplo, giram em torno da luta por reconhecimento social. Além de provocar micro resistências expressas no modo como se comportam no trabalho e criam estratégias de legitimação.

Para evidenciar essa questão trago a narrativa de Freitas. O policial nasceu no litoral leste do Ceará. Seus pais vieram para Fortaleza em busca de trabalho, pois as condições não estavam favoráveis onde moravam. O policial conta que havia muito desemprego e eles tinham a ideia de que a capital do Estado oferecia outras possibilidades. Seu pai conseguiu um emprego na construção civil, primeiro foi servente de pedreiro, até adquirir experiência que o garantisse como mestre de obras, o que levou um tempo considerável. Sua mãe era dona de casa e dedicou sua vida em cuidar dos 5 filhos. Incentivava os estudos de seus filhos, dizia que “só é alguém na vida quando se termina os estudos, enquanto isso fica igual a gente, ralando duro pra ter alguma coisa”. Freitas conta que sua mãe dizia isso para estimular ele e seus irmãos a terminarem o segundo grau. O entrevistado relata que “nesse tempo tinha aquelas pessoas que ensinavam próximo de casa, e a minha mãe fazia aquele esforço pra ensinar a gente”.

Freitas não queria trabalhar na construção civil, mas fazia bico de servente de pedreiro para poder conseguir algum trocado para sair com a namorada. Ao lembrar do trabalho de seu pai, Freitas diz sentir orgulho pois lembra dele com saudosismo, como quem lhe ensinou a trabalhar e conquistar sua dignidade, relata que: “sempre gostei assim de trabalhar, né? Porque eu aprendi e vi o meu pai trabalhando sempre dignamente, com bom exemplo e pros filhos.”

Perto de completar 21 anos, dois de seus tios o incentivaram a entrar na carreira militar, eles conseguiram uma vaga na polícia enquanto ainda trabalhavam no exército. Queria fazer o mesmo com Freitas, o entrevistado relata que quando estava próximo do tempo de dar baixa do serviço no exército, por intermédio de seus familiares, seu comandante teria entrado em contato com o Quartel Geral da PMCE e o indicou para ser incorporado à instituição, mas não conseguiu. Nessa época, Freitas ainda não tinha despertado o interesse na área, o que só foi acontecer anos depois.

Quando efetivamente decidiu por tentar a carreira de polícia, a entrada na PM havia mudado, necessitava de aprovação por concurso público e exigia o ensino

primário completo. O interlocutor conta que “passei a ter o interesse de ingressar na polícia até por conta de você ter um, um, salário, né? Um emprego fixo.” Freitas, em meio a expressões de saudosismo, relata que seus tios tinham uma reputação impecável na polícia, nunca tinham “se metido em confusão”, fato que o motivava.

Outro fator que despertara seu interesse pela polícia estava na estabilidade econômica. Freitas casou cedo e desejava, juntamente com sua esposa, comprar uma casa. Foi então que no início da década de 1990 prestou concurso e obteve aprovação. Pouco tempo depois, juntando cada centavo que possuía, também somando a renda de sua esposa, conseguiu comprar uma casa, próximo a residência de seus pais, na periferia de Fortaleza, em um bairro que considera “discriminado”. Considera o lugar onde reside bastante estigmatizado pela mídia e pela própria polícia, que diz ser um local que “só tem vagabundo”. No primeiro ano de casado Freitas teve seu primeiro filho, o que para ele foi um grande sucesso, ter sua família constituída, um emprego e um lar para morar.

Quando perguntado sobre como avalia o cotidiano de trabalho, o policial retoma os diferentes procedimentos regulatórios que estão inscritos na prática institucional. Primeiro destaca que o comportamento do policial é monitorado frequentemente, na medida em que quem comete um ato de insubordinação, passível de punição, marca o seu comportamento impactando em diferentes dimensões laborais. Além de sua ficha comportar o registro da ação, alterando seu comportamento de “bom” para “regular”, também reverbera nas relações institucionais, o policial passa a ser mal visto, influenciado seu processo de ascensão profissional. O policial relata que:

Se você passar tanto tempo sem punição... você quando entra na polícia você entra no bom, quando termina o recrutamento você não pode ter tido punições ali dentro senão você vai cair o comportamento pro insuficiente ou pro mau. Assim que você entra subentende-se que você está no bom, né. Então lá dentro desse curso, seis meses ou um ano, dependendo de como seja, [...] se você levar punições lá dentro, se for indisciplinado, você cai seu comportamento, você vai pra insuficiente e cai pra mau. Por exemplo, quando terminasse o curso que ia formar esses aqui teriam que ficar até o comportamento subir novamente, porque é tempo. Com um ano, que o comportamento melhorasse, aí que ele iria pra rua, que ele seria passado a pronto. Aí quando você já está na rua trabalhando, eu acho que eram 4 anos, 8 anos você vai pro ótimo, em 8 anos. Aí mais... As punições são caracterizadas assim: repreensão, detenção e prisão. Repreensão você é apenas verbalmente advertido. Uma falta de serviço, uma falta não, um atraso, alguns atrasos pra chamada, porque a gente tem uma chamada na hora de assumir o serviço, então se a gente atrasou pra essa chamada, se está relaxado no posto de serviço, postura e compostura que eles querem, né, no serviço, postura. Hábitos, você faltar com a verdade ou

insubordinação, insubordinação é crime, já é crime. É, automaticamente você recebe uma detenção, dependendo da avaliação do seu comandante você vai pra uma detenção e como é crime você vai responder isso aí. Você responde criminalmente que insubordinação é crime, porque a polícia, por ser militar, é pautada na disciplina e hierarquia, né?. Então a hierarquia você tem que... Por exemplo, um não cumprimento de uma ordem, a insubordinação é você não cumprir uma ordem, ou você... existe uma falácia da polícia que é “sim, senhor” e “não, senhor”, que é a única coisa que você pode dizer pra um policial. É verdade! Tudo é verdade! Você não pode debater e trocar palavras com o oficial, não dá (Entrevista com Cabo FREITAS realizada em março de 2016)

A questão do “sim, senhor” aparece em diferentes narrativas, Freitas diz que essa premissa é compartilhada por uma parte considerável da tropa. Destaca que há possibilidades de questionar uma ordem superior, sempre há. Porém aquele que o faz, carrega consigo uma má fama nos corredores do quartel e que “provavelmente será perseguido por muito tempo”. No ponto de vista dos sujeitos, as perseguições acontecem de modo velado, de maneira que pareça ser totalmente legítima. Pode ser através de mudança de escalas, impedindo que um policial universitário frequente as aulas, por exemplo, ou quando há transferência para zonas distantes do posto de trabalho atual. O policial avalia que em meio a rotina da corporação militar há a possibilidade de questionar uma ordem superior, sobretudo ao que ele configura como “ordem absurda”, ocorre que se torna difícil essa prática pois quando um oficial acha que está certo, não há margem para diálogo. Sua força hierárquica se sobrepõe até que o policial consiga provar que a “ordem é absurda”. Freitas conta que:

Existe a questão da ordem absurda que eles dizem. O oficial lhe dá uma ordem, mas se ela for absurda você não cumpra. Mas aí pra você provar que é uma ordem absurda, né, vai haver a palavra do oficial também quando você for pra uma instância maior, quando você for responder isso aí, pra você provar alguém vai negar, alguém vai exagerar, né, aí vai ficar naquilo e geralmente a voz do oficial é superior. Oficial não tem comportamento, quem tem comportamento é praça... (Entrevista com Cabo FREITAS realizada em março de 2016)

Freitas retoma em sua narrativa uma certa incompreensão na interação hierárquica, que por muito tempo esteve pautada apenas no mando e no pouco diálogo. Crítica a questão da avaliação de comportamento que é computada apenas aos *praças*. Sobre os oficiais, o interlocutor avalia que “ eles seguem trabalhando mais tranquilos, sem essa pressão”, uma vez que não possuem avaliação de comportamento. Na observação de Freitas, o policial considera que era comum que

policiais questionadores fossem presos e somente após cumprirem a detenção é que seriam perguntados sobre o ocorrido. Para o PM, muitos oficiais tinham o “costume” de acreditar em fofocas e denúncias falsas, em oposição aos próprios policiais com os quais trabalham rotineiramente, com o fácil acesso às câmeras de celulares, ficou mais fácil comprar os fatos, destaca o policial. Freitas conta que:

Foi direto, dependendo da avaliação do comandante da companhia ele pode punir direto. Antigamente eu confesso que não alcancei essa época, mas muitos diziam assim que os oficiais diziam assim, qualquer fofoca, qualquer comunicado, “rapaz o policial tava bebendo e botando boneco aculá”, comandante prenda, depois a gente escuta, prenda logo. Certo? Eu realmente não alcancei essa época, todos os antigões diziam isso, “prende, prende, depois a gente escuta”. O cara ficava preso dez dias, quinze dias. Às vezes xadrez mesmo, detenção é no quartel que você fica trabalhando interno lá. Ficava preso pra depois ouvir, bem dez dias ficava pra ouvir a pessoa na hora. Ele deu a parte, o comandante da companhia chamou, ouviu, nós não justificamos. Explicou mas justificou, eles dizem “explica mas não justifica”, aí a gente foi punido. Então acontece muito esses fatos e essas coincidências acontecem, mas eles não acreditam nunca que foi uma coincidência. (Entrevista com Cabo FREITAS realizada em março de 2016)

A narrativa de Freitas perpassa diferentes dinâmicas do fazer policial, no qual inscreve as normas que ultrapassam a carreira profissional e que determina aquilo que o policial pode ou não fazer fora do quartel. Levanta duas questões importantes: uma relacionada ao lazer, e outra ao fato de se perceber policial militar 24 horas. Uma ambiguidade se coloca nesse relato, ao mesmo tempo em que o policial reivindica poder beber em um bar (portando uma arma), reafirma que pode intervir em situações de confronto a qualquer tempo, pois sua profissão é sua própria vida.

Freitas narra um episódio ao qual coloca a incompreensão do comando em evidência. Destaca que o diálogo, sobretudo antigamente (se referindo a década de 1990), era difícil de se efetivar. Considera que os processos de deslegitimação eram constantes. Na avaliação do PM:

É muito difícil e no meio de tudo isso tem a política, né... aí é muito complicado. Agente foi punido na época lá trabalhando na Beira Mar, eu tava acabando de chegar, mas esse policial que tava trabalhando comigo já tinha mais tempo, né, vimos umas amigas lá e passavam lá e deram uma merenda pra gente, trouxeram numa tupperware uma merenda e tal. Acho que era um bolo, a gente ia pra um restaurante assim e merendava, tinha o horário, a gente passava pelo rádio que ia se ausentar um pouco pra essa merenda, aí a outra cabine fica fazendo as duas por enquanto e quando a gente volta dava noção que tinha voltado. Aí quando a gente merendou e tal, coincidentemente um oficial passou e viu a gente conversando com essas meninas, a gente foi merendar, quando voltou, lá pela meia-noite as meninas passaram pra pegar as vasilhas, aí a gente entregou o oficial passou e viu as meninas de novo [riu]. Aí ele foi dar parte pro capitão que

era o comandante da companhia. Aí o capitão através de um ofício chama a gente, a gente vai lá. No primeiro ano. Fomos logo punidos disso aí, pra gente explicar... Por merecimento já vai caindo o comportamento, aí a gente foi explicar, “capitão, não foi bem assim”, “quer dizer que o oficial tá mentindo?!”, aí a gente diz “não posso dizer que o oficial tá mentindo, só tô dizendo o que aconteceu e foi isso e foi assim” [ri] “coincidentemente, quando as meninas estavam passando de volta pra pegar”, “mas eu determinei que eu não quero nenhum contato de vocês, já tem o contato certo da merenda, da janta”, a gente tinha os lugares certos, sabe? Aí ele disse “eu não quero contato nenhum assim, de antemão vocês estão punidos”, bateu o ofício, puniu. (Entrevista com Cabo FREITAS realizada em março de 2016)

Freitas traz para o relato uma dimensão de sofrimento, experimentada pela incompreensão dos superiores hierárquicos e da sociedade. Para ele teria sido fácil explicar o acontecimento se os seus superiores tivessem oportunizado o diálogo. Assim, não teria sido punido e cumprido detenção por algo que poderia ser resolvido amigavelmente. Para o interlocutor essa incompreensão incide em forma de pressão social experimentada no fazer cotidiano, gerando adoecimentos para aqueles que não sabem lidar com esse tipo de pressão. É diante desses relatos que hierarquia e disciplina se configuram como questões que ainda precisam ser problematizadas no debate acadêmico e político. Se configuram como disposições estruturantes que incidem sobre as experiências e subjetivações dos sujeitos, a ponto de marcarem negativamente suas trajetórias profissionais.

5.1. Uma possível crise institucional ou crise do militarismo?

Quando se fala sobre uma possível crise do militarismo diferentes questões são postas em debate. Questões que vêm sendo discutidas no âmbito acadêmico, mas que dentro da instituição militar é um terreno ainda árido. Desde o processo de redemocratização e as primeiras reivindicações por direitos o código disciplinar das polícias militares está entre as pautas de negociação. Os códigos de ética e disciplina funcionam como instrumentos base para as relações cotidianas dentro da instituição.

Os regimentos ditam as regras do jogo moral e hierárquico dentro da corporação, sobre a qual a rigidez em seu cumprimento é a premissa evidenciada. Ocorre que a realidade vivida é imponderável, abrindo espaço para incontáveis possibilidades de situações, ultrapassando qualquer regra estabelecida. Regras que

são avaliadas e validadas sob os critérios fixos, às vezes limitadas ao confrontar a experiência concreta, gerando descompassos na medida em que são distorcidas, sendo usadas para respaldar práticas que não condizem com as políticas democráticas e muitas vezes legitimam autoritarismo.

As relações hierárquicas são identificadas por insígnias alocadas nos fardamentos dos militares, a exemplo do que acontece nas Forças Armadas. Barbosa (2018) faz uma leitura pormenorizada sobre essa identificação e, a partir de suas pesquisas explora que “os fardamentos vestiam não só os corpos, mas também costuravam as relações de poder entre oficiais e praças” (p. 128).

A maioria dos policiais que pude conversar de modo mais profundo ao longo desses anos de pesquisa, analisam a questão do militarismo pela seguinte ótica: há uma, a necessidade de reestruturação dos códigos por conta que na prática eles são usados para abrandar práticas ilegais cometidas por superiores hierárquicos, em que, quase sempre, o mais prejudicado é quem tem menor peso institucional validado (estando certo ou não). Para eles o problema não está em ser militar e em seguir uma disciplina rígida. A questão que causa indignação é não ter voz ativa, é a falta de reconhecimento e a rigidez nos tratos pessoais, também o impacto dos interesses pessoais dos superiores hierárquicos, com avaliação e critérios discricionários que incidem em suas trajetórias dentro da corporação, influenciando as ascensões na carreira. outro ponto crítico seriam a retaliações por descumprimento de ordens, usadas por meio de detenções disciplinares ou transferências para locais bem distantes de suas estruturas familiares.

Os policiais entrevistados por Barbosa (2018), ao relatarem como ocorrem os processos de denúncia e sindicância, informam que “os oficiais costumam se preservar desses processos, usando de outros meios informais de controle sem a produção de uma documentação interna” (P. 131). Ao mesmo passo que, por exemplo, quando há uma situação de denúncia por abuso de autoridade, o inferior hierárquico quase sempre irá pagar pela denúncia, estando errado ou não. Esse fragmento detalha como os militares são orientados pelas associações ao entrarem em um processo de sindicância:

Em conversa com o presidente de uma dessas associações, ele confidenciou que a principal estratégia nessas ocasiões é desarmar o caráter hierárquico que essas investigações assumem, destinando o subalterno ao peso punitivo dos códigos, sem presunção de inocência ou

reconhecimento pelo que ele chama de “bons serviços prestados”. Ao invés de categorizar o policial como alguém que merece ser punido por suas falhas, a associação orienta os advogados a explorar a história do policial na instituição, expondo detalhes de suas fichas, mencionando seu comportamento, suas notas, seus elogios, “seus bons serviços prestados” para reconstruir seu valor profissional. Além disso, os processos mostram regularmente testemunhos de defesa prestados por amigos, familiares, colegas de profissão e “civis” já assistidos pelos policiais. Dependendo da gravidade do delito e da “materialidade” da denúncia, a penalidade poderá ser mais severa ou mais branda. (BARBOSA, 2018. P. 132)

Em entrevista, um dos policiais avaliou que quando é instaurada uma sindicância ou quando se abre um processo sobre um fato ocorrido com o policial, antes mesmo de apurar os fatos e de haver julgamento sobre o ato cometido as punições já iniciam. Isso acontece para denúncias internas ou externas à corporação, mas sempre relacionadas ao trabalho cotidiano da PM. Na prática, ao ser transferido do trabalho de rua para o administrativo, já é compartilhada a ideia de que aquele policial está passando por processos. Sobre essa perspectiva Santiago avalia que é a favor de que policiais que cometam crimes sejam punidos, porém há uma necessidade de avaliar cada caso de forma detalhada, pois as chances de acontecerem injustiças com policiais de forma precipitada são elevadas. Na relato o interlocutor expõe:

Então, ainda acontecem situações, na questão da Controladoria, no meu ver, que o policial ele é punido preventivamente. Muitas vezes sem ter a certeza, ainda existe ali uma presunção da inocência, e a maioria das vezes é, e o policial já tá sofrendo consequências, já é afastado da rua. Você já sofre uma discriminação a partir do momento que lhe tiram da rua e colocam no administrativo porque você supostamente cometeu alguma coisa. Não foi nem apurado ainda e o cara já é afastado, então ali você já está sofrendo uma punição. Aí o cara passa a ter, perde o direito de tirar uma [ISO], que é um serviço remunerado, e vários outros benefícios. Então algumas questões aí ainda têm que se rever. Tem que olhar o que realmente é pra ser apurado e o que é o fuxico, que alguém chega e faz uma denúncia infundada e prejudica a carreira do profissional bom, muitas vezes, e a sociedade perde porque o policial não tá lá na rua combatendo o crime. A Controladoria é ótima em alguns sentidos, que eu acho que o policial bandido tem que sofrer a consequência, que pra mim não existe policial bandido, pra mim polícia é polícia, bandido é bandido, quando o cara comete desvio de conduta que pode ser considerado um bandido ele não é mais policial, ele é bandido. Então pra mim esse aí ele tem que ser tirado do nosso meio. Concordo plenamente e apoio. Mas a gente tem que proteger os bons policiais que sofrem injustiças, e eu sempre tô antenado nisso, sempre que eu posso ajudar, acompanhar de perto eu acompanho, pra que essa injustiça não aconteça. (Relato de Tenente Santiago, entrevista realizada em agosto 2019)

A carreira do profissional militar é registrada e avaliada em histórico que inicia desde o seu ingresso na corporação. Para os *praças*, o histórico comporta uma “biografia disciplinar e moral” desde o fim do seu curso de formação e percorre toda sua jornada laboral, sendo registrados comportamentos positivos e negativos e que influenciam diretamente nas promoções, requerimentos, reivindicações pessoais e etc. No histórico estão registradas premiações, elogios por parte dos comandantes, bons comportamentos e também transgressões, má conduta, arbitrariedades passíveis de punições⁶¹ (BARBOSA; 2018).

Desde o curso de formação os candidatos aos policiais são ensinados novos modos de se portar no mundo, as relações passam a serem reconfiguradas para atender às expectativas institucionais, sobretudo se o sujeito tem pretensões de permanecer na profissão por longos anos. Desse modo, passam a se tornarem práticas normalizadas manter o uniforme impecável, barba feita e cabelos cortados, o descumprimento de pequenos detalhes como o de engraxar o coturno podem desencadear prisões disciplinares:

Porque a bem da disciplina, que eles diziam, existia a dolorosa que eles chamavam, você cometia qualquer ato que eles consideravam infração, desvio de conduta, você era punido, você ficava o final de semana lá. Vai ficar sexta e sábado, vai ficar sexta, sábado e domingo, tira sexta, sábado e domingo, então qualquer bobagem você ficava. (Relato de Tenente Santiago)

Nesse processo de apreensão dos códigos e conduta militares há uma docilização dos corpos, que tem por função social o adestramento do corpo e da vida, como observado no relato de Santiago, que mesmo prestes a desistir do trabalho na PM, por conta da humilhação que teria passado ainda no período de formação, ele foi convencido pelo seu superior que ele deveria aceitar ordens sem questionar, que aquela prática era própria do trabalho de polícia e, comparando-o com os demais colegas de farda o superior disse que ele deveria compreender a regra pois “ele não era melhor do que ninguém para descumprir”. O efeito produzido por qualquer processo de docilização é percebido pelo poder que é disciplinado

⁶¹ As punições podem expirar dependendo do grau classificatório: As “advertências” verbal e escrita são canceladas após dois anos; a “repreensão” dura três anos até sua expiração; a “permanência disciplinar”, antes da legislação atual tratada como “detenção”, sete anos; e, por fim, a custódia disciplinar ou, anteriormente, “prisão administrativa”, que expira no prazo de dez anos. Cada punição poderá ocasionar uma regressão no comportamento (Págs, 136 e 37)

exercido sobre os indivíduos, ao mesmo passo que os transforma em instrumentos de seus próprios exercícios.

Essa questão da crítica ao militarismo é mais facilmente identificada nos relatos de policiais que estão nos primeiros postos na escala de graduações, ou nas narrativas de praças com mais de 25 anos de carreira, alguns entrevistados do oficialato consideram que para fazer a máquina institucional funcionar é preciso manter a hierarquia e disciplina, uma vez que haveria uma dedicação, experiência e grau de instrução que poderia favorecer as relações hierárquicas. Tanto em termos de responsabilização de atos, como de ensinamento para os mais novos devido a experiência.

A hierarquia é estabelecida pelo critério de antiguidade é posto de comando na carreira profissional, ademais há fatores morais que fortalecem a imagem de comando, principalmente como fatores de coragem, prestígio, autoritarismo ou carisma, além das influências institucionais e políticas. Essas últimas têm um peso notório que impacta diretamente no modo como as ordens são impostas e cumpridas pelos liderados. O descumprimento de ordens de oficiais com poder político pode impactar não só em punição, mas manchar a carreira do policial. As relações de poder são estruturadas não só institucionalmente, mas a partir de um valor simbólico que percorre a fama dentro da instituição.

As experiências de humilhações nas relações dentro da caserna, as punições indevidas, as perseguições e as arbitrariedades das relações de poder hierárquicas, para além do cotidiano pautado no stress da atividade cotidiana de risco, são as principais questões apontadas como fatores de adoecimento mental entre os policiais militares (SALES, 2013). Quando comecei minhas pesquisas para o mestrado há 10 anos atrás, antes dos últimos movimentos reivindicatórios, o militarismo aparecia nas conversas com os militares como principal vilão dos casos de adoecimentos relacionados à atividade cotidiana, importante frisar que os contextos de adoecimentos são múltiplos, muito embora o militarismo ganhasse força narrativa.

Nesses 10 anos o efetivo aumentou 1/3 do que era em 2011, chegando a mais de 21 mil policiais militares. O grau mínimo de entrada na PM é de nível médio e muitos já possuem curso superior e estão em busca de estabilidade. Esse novo

perfil de policiais militares dá uma nova tônica às percepções sobre a polícia, não aceitam mais ordens absurdas e estão mais aproximados a linguagens jurídicas, alguns demonstram habilidades em elaborar argumentos jurídicos para respaldar uma série de ações. Por isso, ao falar sobre os impactos do militarismo, embora se mantenha como uma situação de crise interna, esse assunto aparece relativizado.

5.2. Humilhação, sofrimento e adoecimento psicológico e os efeitos da prática policial

Silva relembra sua carreira profissional ao contar parte da sua história familiar diante da construção narrativa, em que a figura de seu pai está destacada como referência para a escolha da carreira. Ele teria sido seu principal influenciador ao entrar na polícia, também era militar e nutria em seus filhos o peso e o reconhecimento em torno da instituição. Seu pai era nascido no interior do estado, assim como Silva e seus irmãos. Vieram para a capital cearense ainda garotos, antes dos 10 anos de idade. Seu pai havia entrado na polícia a partir da indicação de um empresário cearense, na época não havia concurso. Moraram na periferia de Fortaleza, em um bairro que julga como simples. Local onde adquiriram uma casa, na medida das economias que possuíam na época. Seus pais decidiram mudar para a capital para que Silva e seus irmãos pudessem estudar e terem melhores oportunidades laborais. Antes de ingressar na polícia seu pai teria sido agricultor e capataz da fazenda daquele empresário que o indicou para a PM.

Seu pai construiu uma reputação de autoridade no bairro, baseado na carreira policial, todos sabiam que ele era PM, ainda que fosse envolvido em episódios de bebedeira. Sua mãe era dona de casa. Silva tem um irmão, que também é policial militar. O interlocutor conta que tiveram uma infância e adolescência regrada e não tinham luxo. Estudaram em escola pública, apenas suas 3 irmãs mulheres tiveram a oportunidade de estudar em uma escola particular do bairro, com desconto, pois o salário do pai não dava para bancar toda a despesa de casa.

Antes de entrar na polícia, Silva e seu irmão tiveram empregos informais, trabalhavam como vendedores, mas também fazendo pequenos serviços burocráticos para as empresas do homem que havia arrumado o emprego do pai. Silva e seu irmão admiravam a figura paterna, tinham nele a imagem de autoridade

e respeito, coisa que foi se perdendo com o tempo, pois no fim de sua carreira profissional teria virado um alcoólatra. Por muito tempo seu pai trabalhou como patrulheiro e guarda de rua. Silva, em uma fala comovida, conta que nos últimos anos de carreira, seu pai foi detido muitas vezes no quartel militar por conta de falta ao serviço e embriaguez.

Seu pai não costumava falar dos problemas do trabalho em casa, muito embora fosse um homem retraído, fechado. Após entrar na polícia, Silva diz ter entendido o que significava aquele silêncio. O entrevistado conta que entrou na polícia em um tempo diferente de hoje, em 1994, em que as relações eram muito mais rígidas e hierarquizadas. Em avaliação, o interlocutor comenta que teve muitos obstáculos ainda no curso de formação, antes de entrar na PM só tinha ouvido falar de ser uma carreira de prestígio, sabia do que teria que enfrentar em rua, mas não tinha ideia sobre como eram as relações institucionais e como “essas coisas poderiam afetar a mente da gente”.

O policial considera que muita coisa mudou na polícia desde que a controladoria e a ouvidoria passaram a funcionar. Mas que, até então, os *praças* tinham vivido tempos difíceis tendo que aceitar ordens absurdas sem poder questionar, com medo de “pegar detenção ou ser transferido para o outro lado do estado, lá para um fim de mundo”. Conta que seu irmão sofreu menos que ele, porque sabe aceitar ordens calado. Como Silva tinha uma postura de enfrentamento, em geral, costumava “se dar mal” com os superiores, e que por conta de não aguentar desaforo, teve várias situações em que foi detido nos fins de semana.

Assim como no relato de Silva, situações como essa ainda permeiam as narrativas de policiais militares, sobretudo daqueles com mais de 15 anos de serviço. Alguns, podem não terem experimentado situações de humilhação diretamente, porém sempre comentam que esse tipo de situação era corriqueira. Há aqueles que dizem que, durante o treinamento, apanhar e ser humilhado eram coisas normais, a fim de prepará-los para o enfrentamento na rua, que em comparação era muito pior. Porém, em sua avaliação somente os policiais tinham a dimensão dos efeitos desse tipo de ocorrência em suas vidas pessoais. Brito, outro policial entrevistado considera que vivia uma situação de constante “desumanização”.

Os relatos de Brito, trazem para o debate exemplos de como as situações hierárquicas impactam diretamente na vida dos militares, às vezes se sobrepondo à

experiência profissional e por conta de desentendimentos, e reverberando em suas vidas pessoais, gerando sofrimento. Um dos casos emblemáticos de sua carreira está relacionado a uma experiência conflituosa que tivera com um policial que considerava seu amigo. Um desentendimento ocorrido em um terminal de ônibus. Por não cumprimentar adequadamente o seu colega de farda, que era seu superior hierárquico, sem prestar continência de forma “comprometida”, teria sofrido perseguições por bastante tempo em sua carreira.

No dia do ocorrido, Brito se dirigia ao estádio Castelão para realizar a prova de um concurso interno que o habilitaria no curso de Sargento, ao chegar no terminal de ônibus situado no bairro Parangaba, o desentendimento ocorrera. Na pressa, Brito teria prestado continência com a mão errada e isso desencadeou uma discussão, o superior havia se sentido humilhado pelo desdém e pela resposta de Brito, que dizia estar apressado para não perder a prova. Brito entrou no ônibus contrariando a ordem do superior que queria dar parte de sua atitude “desrespeitosa”. Ao chegar no estádio o policial já estava à espera de Brito, que só conseguiu fazer a prova por intervenção de um comandante, como podemos identificar em seu relato:

E eu, numa situação específica, tive um desentendimento com um aluno, na época eu fiz a prova da PM e se programou muito, no dia da prova eu me desentendi com um aluno do curso de sargento, era um soldado do Choque, dentro do terminal da Parangaba. Esse cara tinha sido meu amigo, soldado do 1º Batalhão de Choque e ele me tratou mal dentro do terminal, cobrando uma continência e tal, e eu discuti com ele, uma discussão rápida, rendeu muito, cheguei no Castelão tive outro problema, fiz a primeira fase da prova sob pressão lá. Ele era meu amigo, da gente brincar quando foi pro Batalhão de Choque, eu soldado e ele soldado, só que ele tinha mais tempo de PM do que eu. Mais antigo. Aí ele fez concurso pra sargento em 92, foi pra o curso em 93, perdi o contato com ele. No dia que eu estava indo fazer a prova no Castelão, o concurso que era dentro do Castelão, eu me deparei com ele dentro do Terminal. E eu com um pedaço de papelão embaixo pra forrar a prova porque era sentado no cimento, não tinha aquelas cadeiras, né [...]. E eu ia descontraído, conversando, eu passei por ele, ele fardado e eu fardado, aí como eu estava, a continência você faz com a mão direita, como eu estava com o papelão do lado direito eu não tive a ideia de trocar de lado aqui pra falar com ele e fazer a continência, aí eu só falei “bom dia, senhor aluno, tudo bem?”. Chamei de senhor aluno, né, era a forma que a gente trata dentro da unidade um aluno, um subordinado trata um aluno superior. Aí passei por ele, ele não respondeu, disse “ei, psiu psiu, retorne aqui”. Isso no meio da multidão, no terminal, as pessoas vendo, os meus amigos do lado. “Lá o Batalhão de Choque não ensina a fazer continência pra aluno não?”, aí eu fiquei sem graça na frente dos amigos, aí eu disse “ensina sim, é porque eu tava com papelão aqui e tal” tentei dar uma desculpa, né. “Justifica não, venha aqui, me dê o seu nome completo. Qual a companhia que você tá no Batalhão de Choque? Qual seu número? Matrícula? Qual o nome do seu comandante?” Aí anotou tudo. Pronto, terminou, com licença, você não deu meia volta pra sair da

minha frente. Já vai dar parte? Pode dar, pode dar. Aí eu com raiva, fui embora. Aí quando eu subi no ônibus ele subiu atrás e disse “vai ver, eu vou dar uma parte sua”, eu desci do ônibus, peguei outro, cheguei no Castelão ele tava me aguardando no portão. Aí tomou meu cartão de inscrição do concurso da minha mão, “me acompanhe”. Aí me levou até um dos coronéis mais caxias da PM [...] que hoje ele tá na reserva, ele na época era major, um cara muito rígido. Aí levou até lá e eu disse “faça isso comigo não, rapaz, eu estudei tanto pra esse concurso, vai atrapalhar a minha vida”. “Quero conversa não, se depender de mim você vai ficar é preso aqui no Castelão, você não faz nem a prova. O seu desrespeito comigo na frente das pessoas e tal”. E eu tentando me resgatar pra ele e nada. Aí ele me levou até a presença do major, que era o coordenador do concurso. Chegou lá ele contou a história dele do jeito que quis, enfeitou o pavão. Quando ele terminou eu disse assim “major”, me apresentei pro major, “o senhor permite eu me justificar?”. Aí ele disse assim “vá fazer a sua prova, quando terminar retorne os dois pra falar comigo”. Aí eu fui pro meu setor, cheguei, ele me acompanhou, aí era eu com um papel na mão aqui, de cabeça baixa e ele do meu lado, “eu vou tomar a sua prova”. “Eu vou dizer que você tava pescando e vou tomar sua prova, você não vai passar nesse concurso”. E ele no meu juízo aqui. Só que eu na época fui bobo, né, ele falou alto aí o pessoal do lado ouvindo no setor, “vocês tão ouvindo aqui né o que ele tá dizendo? Nem começou a prova e ele tá dizendo que vai tomar minha prova. Então, se ele tomar todo mundo já sabe porquê é.” Aí eu olho pra trás e tinha um aluno do curso dos oficiais lá em cima. “Permissão pra falar com o senhor”. “Diga”. Eu fui até ele e olhe “o senhor tá vendo aquele aluno do curso de sargento? Tive um problema com ele” aí eu contei, né, tal e tal. Ele me levou até o comandante, “ele tá dizendo que vai tomar minha prova e a prova nem começou ainda, todo mundo ouviu, né verdade pessoal?” “É, é verdade”. Aí tiraram ele de perto de mim. Aí ficou os amigos dele me infernizar, “tô de olho em você”, os caras com o mesmo juízo mesmo. O resumo dessa história é que eu fiz a prova, tirei uma nota boa, né, quando cheguei, isso foi, a prova foi num sábado, quando foi na segunda-feira eu cheguei no quartel, procurei o meu comandante eu contei pra ele o que tinha acontecido. Contei os fatos assim, chave, eu errei nesse ponto, não foi a intenção. Aí ele brincou assim, não, isso é coisa de aluno mesmo, se preocupe com isso não, a gente resolve, se chegar essa parte aqui eu rasgo. Agora se você ficar reprovado nessa prova depois dessa confusão toda eu lhe deixo preso. Assim aconteceu: chegou a parte, não deu em nada e tal. Fiz a segunda fase, tirei outra nota boa, fiquei classificado no curso e quando eu cheguei pra fazer o curso lá no CEFAP, era pra ele ser sargento já, né. Ele teve um problema de justiça e não foi promovido. (Entrevista com Major Brito, realizada em agosto de 2019)

Relembrando o caso, Brito não considera imprudente ter recebido punição pelo que ocorreu, mas avalia de forma negativa a pressão psicológica que sofreu antes da prova, em que ficava sob ameaças de perder o concurso e adiar a chance de ser promovido a sargento. As pressões aumentavam na medida em que os policiais falavam constantemente “tô de olho em você”, “eu vou tomar a sua prova”, “eu vou dizer que você tava pescando e vou tomar sua prova, você não vai passar nesse concurso”. O interlocutor avalia que sua sorte era que estava preparado para a prova e por isso passou no teste, caso contrário as consequências seriam piores.

O superior que interveio em seu favor havia dito que ele só sairia impune da situação se passasse no concurso.

Na prática, as perseguições permaneceram. No curso de formação para sargentos o conflito se intensificou, Brito considera que foi bastante humilhado e o respaldo para isso advinha dos regulamentos institucionais que permitiam “esse tipo de abuso de autoridade”. O policial conta que foi um tempo difícil na PM, a formação havia sido dura por conta do que sofrera psicologicamente, uma vez que queriam a todo custo que ele desistisse:

Sofri muita humilhação, de eu estar de madrugada num plantão de alojamento, por exemplo, e ele me colocar na posição de sentido e ficar gritando no meu ouvido lá dizendo que eu não tinha capacidade de estar ali, que ele ia provar que eu não terminava o curso e eu tendo que fazer que não tava ouvindo. O cara querendo fazer eu desistir. Eu passei por tudo isso e eu tive muito trauma dessa época aí, sabe. Eu passei um período que eu não conseguia olhar pro Colégio da Polícia ali quando era o CEFAP. Por causa desse cara, especificamente, ele infernizou a minha vida. Isso foi em 1994.(Entrevista com Major Brito, realizada em agosto de 2019)

Outros relatos de Brito também refletem a questão das experiências extremas vivenciadas na atividade cotidiana. Apesar da perseguição no tempo do curso de sargento, o episódio teria sido vencido. Hoje lembra da história com menos pesar. Somadas a essas questões, o policial comenta que o estresse da atividade provocava danos psicológicos ainda maiores, e que às vezes se dirigia a um confronto esperando morrer, de forma a escapar da realidade. Em seu relato conta que buscava situações críticas torcendo para morrer e se livrar dos problemas:

Você tem noção de você ir pra uma ocorrência de assalto, tá um bandido dentro duma casa, um monte de viatura e eu pegar “me dá um colete”, o cara me dava, eu vou buscar lá dentro. Eu torcendo pro cara dar um tiro em mim, eu digo porque eu não tinha coragem de fazer comigo e se o cara fizesse ia ser um pouco melhor. E eu ia. E eu dizia “cara, eu vou entrar, só vai sair um de nós dois”. Aí o cara se entregava. Mas eu fazia isso não era querendo aparecer não, era estresse mesmo ali, às vezes eu torcia pra acontecer algo errado comigo numa situação dessa pra eu não ter que me matar. Mas eu passei por isso, sabe? Você “rapaz, se acontecer eu tô no lucro, eu vou”. E eu fiz isso durante muito tempo, até eu conseguir... Só que essas minhas loucuras que eu fiz na época, situações impensadas, a turma, os meus colegas me chamavam de louco na época, que eu fazia. (Entrevista com Major Brito, realizada em agosto de 2019)

Essa não foi a primeira vez que ouvi relatos dessa ordem. Quando ainda estava em campo para a pesquisa sobre sofrimento e humilhação entre policiais em situação de atendimento clínico, lembro de um policial que me contou que já esteve prestes a cometer suicídio. Na ocasião, pegou sua arma e apontou para a cabeça, mas não teve coragem. Uma reportagem da revista Exame, datada do dia 19 de setembro de 2019, traz esse assunto à tona. Revela que o número de policiais que cometeram suicídio, no ano de 2018, foi superior ao número de policiais que morreram em situações de confronto.

Ainda que a reportagem foque nas polícias civil e militar de São Paulo, por reflexo, espelha as situações que acontecem nas corporações de várias instituições do Brasil, trazendo à tona para o debate político e acadêmico o adoecimento na instituição. A ouvidoria da Polícia de São Paulo, produziu, em 2019, um relatório sobre essa questão e elencou: "O estresse inerente à função policial e conflitos institucionais, como assédio moral [...]em conjunto com outros, podem contribuir para essas mortes." Baseado em dados obtidos a partir do Fórum Brasileiro de Segurança Pública relatam que a taxa de suicídio entre policiais "é de 23,9, enquanto no total da população o número é de 5,8 por 100 mil habitantes".

O estudo elenca oito causas como principais fatores que propiciam atos suicidas, todos eles associados ao adoecimento psíquico que poderiam ser evitados com tratamentos institucionais preventivos, entre os fatores associados estão: estresse associado ao trabalho policial, depressão, falta de tratamentos preventivos e serviços de suporte institucionais, conflitos familiares e financeiros, conflitos institucionais, acesso a armamentos, isolamento social e introspecção e outras notificações de tentativas de suicídios.

De acordo com o estudo realizado pela ouvidoria de São Paulo, lançado em 2019, mas relativos a informações obtidas nos anos 2017 e 2018, o maior número de casos de suicídios foram efetivados por policiais que estão ativos na profissão. Entre militares e civis, o primeiro grupo possui 68% dos registros, enquanto o outro grupo registrou 32% das mortes. Entre as sugestões do relatório está o estabelecimento de um piso salarial mínimo de R\$4.323. A medida reflete sobre o impacto da situação financeira dos policiais frente aos processos de adoecimento mental. Os baixos salários e as punições que impactam diretamente no corte das gratificações estimulam os policiais a praticarem o trabalho de segurança armada

nos períodos de folga, também conhecidos como bico (SILVA, 2010). É nesse sentido que durante as reivindicações por direitos há sempre um pedido de incorporação das gratificações. De acordo com o relatório:

Policiais fazem o chamado bico por necessidade, para complemento salarial. É na atividade extra que eles são mais vitimados. Portanto aumento salarial irá implicar na diminuição da vitimização policial e influenciara direta ou indiretamente na sua saúde mental dos policiais. (2019, p.81)

Nessa perspectiva, a pesquisa de Minayo, Souza e Constantino (2008), aborda as condições de vida, saúde e trabalho as quais os policiais militares do Rio de Janeiro estão envolvidos. As autoras problematizam os aspectos do cotidiano familiar, bem como as dinâmicas laborais que impactam diretamente nas percepções sobre a profissão e que também são causadoras de desgastes físicos e mentais. Ao mesmo passo que abrem espaço para a discussão que até aquele momento eram pouco exploradas:

Expor as condições de trabalho do 'universo' dos policiais militares é descortinar uma realidade até então ignorada. Os aspectos organizacionais, o processo de seleção e formação das pessoas que adentram este mundo, a carreira, a interação entre os membros da corporação, a jornada de trabalho, as condições materiais, técnicas e ambientais e a imagem construída na interação com a sociedade apresentam-se como elementos essenciais ao processo de construção do conhecimento, que é ver com o olhar da alteridade. Conhecer as condições de saúde física e de risco dos 'trabalhadores policiais' significa poder avaliar as consequências das condições de trabalho impostas a estes operadores de segurança das pessoas. Avaliar os problemas de saúde, as lesões e incapacitações, o estresse e o sofrimento mental em razão do trabalho, referenciados com outras categorias de trabalhadores, por pesquisas e autores reconhecidos, permitirá ao leitor mensurar o nível de pressão física e psicológica a que nossos 'guardiões' estão sujeitos. Pesquisar e relatar as condições e a qualidade da vida dos policiais militares é reconhecer sua condição de trabalhador brasileiro. Analisar as interações entre o trabalho policial e as pessoas em sociedade, as condições socioeconômicas e ambientais dos policiais, a moradia, o acesso à saúde e à educação, bem como os hábitos alimentares e culturais, é reconhecer sua real condição para o pleno exercício do mandato do uso da força para a preservação da ordem pública. (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO. 2008, p. 10)

Na polícia militar do Ceará não é diferente, os mesmos problemas descritos no relatório e em pesquisas relacionadas a processos de vitimização policial, são identificados também a partir das narrativas de militares da corporação cearense

(SALES, 2013; SALES; SÁ, 2015; MOURA; 2015). Em pesquisas anteriores, pude acompanhar de forma rotinizada policiais em licença para tratamento psicológico e as questões observadas em campo seguiam as mesmas lógicas e cenários parecidos com os quais pude ver em pesquisas sobre as polícias do sudeste e sul do Brasil (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO 2003; MUSUMECI, MIRANDA, 2011).

. Os relatos sobre o processo de adoecimento muitas das vezes se baseavam na perda de status e na desvalorização profissional, somados a desgastes físicos e emocionais advindos das rotinas extenuantes sob stress e os poucos recursos financeiros. Alguns policiais buscavam o álcool e as drogas como medidas de satisfação e prazer momentâneos e se afundavam ainda mais nos problemas psicoemocionais (SALES, 2013). Embora muitas informações sobre dependência química e suicídio sejam compartilhadas nos corredores da corporação, na época da pesquisa, não havia divulgação de números institucionais relacionados a essas questões, para não impactar negativamente a imagem que já estava desgastada.

Para alguns entrevistados dessa pesquisa, essas questões aparecem de forma amenizada, traçando um paralelo com as mudanças institucionais percebidas nos últimos anos, isso não quer dizer que as histórias de humilhação e sofrimento não fossem recorrentes, ocorre que elas tinham um tempo narrativo localizado e, para este grupo, em específico se referiam a experiências vivenciadas em tempos passados (até o final da década de 2000). A questão do sofrimento social e do adoecimento foram discutidas de forma pormenorizada em pesquisas anteriores (SALES, 2013; SALES; SÁ, 2016).

5.3. A morte como uma válvula de escape: o risco de vida e as sequelas do trabalho

Lima é natural de Fortaleza, nasceu e se criou entre a Vila Peri e Mondubim. Seu pai foi pedreiro e, por conta de uma vida de alcoolismo, foi a óbito. Sua mãe ficou com uma renda de aposentadoria do pai, mas não era suficiente para sustentar a casa. Por esse motivo teria se tornado lavadeira em casas de família. Lima e seus dois irmãos assumiram o trabalho de casa, para que quando sua mãe chegasse pudesse descansar. Sua mãe não queria que eles trabalhassem fora de casa, dizia que iria atrapalhar os estudos, o policial conta que:

Minha mãe, pra aumentar a renda da família, passou a lavar roupa na casa de família, principalmente da família dela, no caso, os irmãos, que eram bem sucedidos naquela época, que tinham certo poder aquisitivo. Nós, os filhos, ficávamos em casa, cada um com as suas responsabilidades. Só que minha mãe não queria que a gente trabalhasse fora. Ela só falava em uma coisa, e por toda a vida, estudar, estudar. (Entrevista com Subtenente Lima, realizada em março de 2016)

Próximo de completar a maioridade, Lima disse para a mãe que iria trabalhar, pois não gostava de pedir seu dinheiro para sair, sabia que se pedisse faltaria para alguma conta de casa. Na adolescência, Lima costumava sair com os amigos para festas, geralmente na casa de outros conhecidos. Lima conta que seu desejo era ser professor, gostava muito de ensinar seus amigos no colégio, principalmente matemática e Biologia. Entretanto, não conseguiu passar no ensino superior, o que acabou se tornando um fardo.

Conta que resolveu “encarar” a vida de polícia, pois teria condições de ajudar sua mãe em casa e um emprego fixo, sem o risco de ser demitido. Foi então que prestou concurso para a polícia e passou. Em sua família não havia incentivo a profissão, todos julgavam com algo perigoso. Também não tinha parentes na corporação, apenas boa vontade para trabalhar e dedicação. Ao entrar na corporação, Lima tinha uma ideia do trabalho de polícia, porém ao se deparar com a prática de rua, por vezes foi surpreendido por embates cujo risco de perder a vida era iminente. Acredita que Deus tenha dado outras oportunidades de estar vivo, diante dos conflitos que já presenciara e as consequências físicas desencadeadas dos confrontos.

O policial conta que teve um choque de realidade ao se deparar com uma troca de tiros que, mesmo com toda a preparação para situações desse tipo, após o confronto as cenas ficaram reverberando em seu pensamento, Nas palavras de Lima, o policial conta que “me deparei com a realidade que eu nunca tinha visto[...] troca de tiro com bandido, nunca imaginava aquela situação, você de repente numa ocorrência vê um companheiro matou um bandido e tal, e você ficava, eu chegava assustado em casa.” Em sua perspectiva eventos como esse causam sequelas reais na vida dos envolvidos, em seus modos de encarar a vida e na forma como reagem a situações.

Os efeitos podiam ser percebidos em sua corporalidade e em suas ações inconscientes inesperadas. O policial conta que seus familiares tinham cuidado ao abordá-lo, por conta de suas reações abruptas e inesperadas:

Quando ela ia me acordar, ela batia na rede, ela não tocava em mim porque se alguém tocasse em mim eu já era assustado eu era dando pancada pra todo lado aqui. Até hoje eu sou assim, alguém for me acordar eu já vou logo pegando a pessoa aqui perto do pescoço. Mas é instinto mesmo, de tanto você viver essas situações, porque você vai adquirindo algumas sequelas da vida de policial da operacionalidade. Os sonhos é alguém tentando te matar, a tua arma que não dispara, entendeu, não tem munição, coisas assim. Pesadelos, na verdade. E tudo isso te deixa alerta o tempo todo. (Entrevista com Subtenente Lima, realizada em março de 2016)

Lima possui mais de 20 anos de carreira profissional, e está como Subtenente. Nos primeiros anos de polícia, havia servido na companhia que compreende o bairro Conjunto Ceará. O policial passou muitos anos servindo nessa companhia e considera que teve experiências de toda ordem. Relatou que viu “muita coisa que não vale a pena contar”, entre atos de legalidade e ilegalidade, muitas experiências marcaram sua carreira profissional. Para Lima, a vida de polícia se compara a uma panela de pressão, sob a qual você está sempre em seu limite máximo, o stress mental e físico passa a fazer parte em de sua rotina de serviço:

Eu costumo dizer que em você se tornar policial e você trabalhar na operacionalidade nunca mais você vai ser a mesma pessoa mesmo que você saia, nunca mais. Porque é uma vida que você trabalha no seu limite de estresse, né, o tempo todo. Aí eu estando ali entre a vida e a morte o tempo todo, você se depara com muitas situações, assaltos, troca de tiros, não é fácil. (Entrevista com Subtenente Lima, realizada em março de 2016)

Ampliando o debate conceitual sobre risco, Adorno e Minayo (2013), resgatam diferentes percepções teóricas para o entendimento de como esse conceito pode ser analisado no contexto profissional da polícia militar de forma coerente, uma vez que nesse debate há linhas analíticas que consideram esse um campo ainda em desenvolvimento, percebido como um campo acadêmico que cresce na medida em que as lacunas conceituais coerentes viram palco reflexivo, desenhando linhas concretas de análise (HAYES, 1992). Ao mesmo tempo, que há debates que vinculam o fenômeno como uma reação natural da vivência humana, como parte do seu processo de progresso e desenvolvimento. As reflexões mais recorrentes trazem o risco para o debate analítico numa perspectiva reativa a processos de insegurança e situações negativas de enfrentamento (BECK, 1992).

Para Minayo (2008) o risco é percebido como um conceito estruturante da própria profissão, para além do conceito teórico. É nesse sentido que nas reflexões

de Adorno e Minayo (2013) o conceito de risco aparece como elo de ligação entre as sociedades modernas e o trabalho de polícia, não só como pela profissão, mas com efeitos concretos sobre a prática. Também pode ser percebido através de sua instrumentalização no campo da saúde, no sentido de responder à proteção à vida por meio de estratégias de intervenção legítimas (MACHADO, 1997). De forma mais ampla a combinação da visão sociológica e da epidemiológica completam o sentido que explica como essa relação ocorre na prática policial, em que o risco está relacionado a perspectiva profissional e ao mesmo tempo envolve a vida dos sujeitos e suas práticas. Minayo e Adorno desdobram essa relação:

Desta forma, o sentido de risco, adequado para descrever a situação intrínseca à profissão de policial, combina a visão epidemiológica e a visão sociológica. A primeira lhe dá parâmetros quanto à magnitude dos perigos, dos tempos e dos locais de maior ocorrência das fatalidades. A segunda compreende a convergência entre duas dimensões de sua ação: uma objetiva, representada tanto pelas características de estrutura e funcionamento das agências policiais, que incluem condições de trabalho, regras de orientação da conduta profissional e definição de metas de ação (MINAYO; ADORNO, 2013, P. 589)

Nas subjetivações sobre o risco, os PMs avaliam como fator diretamente relacionado à questão corporal, diante das consequências da prática cotidiana, onde o risco de perder a vida em combate é algo concreto ou por lesões que podem surgir pelo próprio treinamento ou ato falho. Entre os entrevistados, há relatos de ferimentos a bala e quedas de motos em treinamentos, as lesões físicas impactaram diretamente em suas carreiras profissionais, uma vez que as consequências físicas dos acidentes impediram a progressão profissional. Um dos interlocutores relata que foi eliminado de um treinamento para incorporação em um grupamento especializado, por conta de um acidente de moto que trouxe sequelas físicas, tornando suas chances de pertencer a esse grupo e de alcançar gratificações melhores mais distantes.

Em entrevista com policiais do Rio de Janeiro, Minayo (2008) se deparou com informações semelhantes, em que policiais lesionados em ação passam a serem transferidos para atividades administrativas impactando diretamente em seus salários e ascensão profissional, pois dificulta o processo de promoção. Lima conta que por conta de uma lesão a bala, que perfurou sua perna, ficou dois anos sem receber a gratificação e sem contar o tempo de serviço para sua próxima promoção.

Geralmente, os que ficam incapacitados de forma temporária ou permanente para as atividades típicas são encaminhados para atuação interna e administrativa, muitas vezes com prejuízo de promoções e aumento do soldo. Esse temor tem fundamento em dados concretos. Na citada pesquisa, Souza e Minayo encontraram acelerado crescimento de incapacitados físicos permanentes e temporários no período de 2000 a 2004 no Rio de Janeiro. Em 2000, foram 1.118 praças e 79 oficiais e, em 2004, 3.450 praças e 211 oficiais nessa situação. (MINAYO 2008, P. 2204)

Rodrigues, policial militar há 28 anos, na época da entrevista encontrava-se no posto de sargento da PM, relata uma experiência que ficou gravada em sua trajetória, destacada pelo maior risco de vida que já enfrentou. Durante uma ocorrência de assalto a banco, envolvendo perseguição com troca de tiros, Rodrigues teria sido atingido na perna. A exemplo de Lima, o policial considera que teve “uma nova chance de Deus” e está vivo para contar a história. Mas essa não teria sido a primeira vez que Rodrigues foi atingido em serviço. Ele relembra esse caso pois esteve próximo de perder a vida.

Sim, eu levei um tiro em cima da artéria femoral. Cheguei desacordado no hospital. Fui reanimado, né, pra poder ser transferido pro Frotão. Eu tenho a cirurgia na perna do tamanho da minha coxa pra poder reconstituir a artéria. Perdi 3 cm da artéria femoral. Normalmente quem leva um tiro aqui não escapa, né, Deus me deu a oportunidade foi em 2003. Troca de tiro com um bandido, de frente. Acertei ele nessa aqui, e quase que eu morro. Eu perdi muito sangue. Passei alguns dias internado no Frotão, mas tô aqui contando a história. (Entrevista realizada com Sargento Rodrigues, realizada em agosto de 2019)

O risco de vida é algo latente na profissão, por isso situações que envolvem eventos trágicos provocam impactos significativos em suas existências. Passando a relativizar questões como espiritualidade, a família e o valor da vida, fato expresso nas narrativas. Desta feita, ainda há que se considerar, que sobre essa área, ainda há uma necessidade urgente de investimentos, que atualmente estão alocados tão somente para o combate ao crime.

5.4. As mudanças institucionais e as novas percepções sobre a Polícia Militar

Ao realizar as entrevistas em 2019, pude perceber uma mudança com relação a percepção das punições e execução de ordens absurdas. Os mais antigos sempre se referem à polícia de antigamente como mais dura, humilhante e arbitrária.

Consideram que nos últimos governos houve uma mínima abertura ao diálogo, o que já consideram um avanço. Essa questão é compartilhada entre os mais novos, aqueles com menos de 10 anos de serviço. Estas percepções nos dão pistas para se pensar a ampliação do campo semântico em torno da profissão e dos novos pertencimentos, questões que parecem despontar como novos desdobramentos do campo.

Um dos entrevistados contou que em seis anos em atividade no mesmo batalhão, só presenciou uma punição disciplinar, fato que seria recorrente anos atrás, em referência a um período anterior a 2010. Para a maioria dos entrevistados, ainda sob percalços e influência de interesses e jogos de poder, hoje o militar acusado, tem o direito de ser ouvido, o fato é investigado até que se processe a punição efetiva, ao contrário das punições que eram experimentadas sumariamente, como vimos anteriormente. Um dos interlocutores expõe:

Diminuiu porque hoje nós somos muito regulamento, lei. Naquela época a turma usava um termo popular de “r-quero”, que é o regulamento que o cara queria. Hoje você realmente tem que ser regido pelo código penal militar, processo penal militar, regulamento de continência, tudo. Hoje você tem direito de ampla defesa ao contraditório, antigamente chegava e denunciava o policial aqui, chamava o policial e se eu não acreditava nele, eu dizia “você tá detido a partir de hoje, você vai passar 4 dias”, “não, comandante, eu não fiz”, “8! Vai dizer mais alguma coisa?”, e o cara se calava e aceitava. Era assim que faziam comigo. Hoje alguém denuncia aqui o policial cometeu um desvio de conduta, tem uma ouvidoria a PM, a pessoa liga, conta a história, digita um e-mail, manda, alguma coisa do tipo, pra ouvidoria da PM. De lá, o policial do BPRE, eles mandam pra mim aqui, quando chega aqui eu leio, vejo que fundamento tem aquela denúncia, né, aí se eu achar que é plausível, eu vou ali, pego a escala de serviço do policial em outro setor, se ele tava realmente de serviço no dia e tal, chamo o policial pra eu ouvir, aí o policial tem a oportunidade de se defender “não, foi assim não e tal”. O que ele me disser aqui eu faço uma avaliação se tem fundamento o que ele tá falando também ou se não, e dou seguimento ou eu respondo por ele aqui, um texto dele e mando pra ouvidoria geral e que não encontrei indícios de cometimento de transgressão. (Relato de Tenente Santiago, entrevista realizada em agosto 2019)

Ao retomar as carreiras profissionais, o processo de formação policial é um dos pontos que sempre é retomado pelos entrevistados, com todos os seus dispositivos disciplinares, essa é uma questão que impacta diretamente no modo como criam pontos de parâmetro para perceber os estágios de transformações institucionais vivenciadas por eles. Os mais antigos lembram os estágios de escassez como quem sobrevive a uma travessia no deserto, com poucos recursos, muito estresse e pouco diálogo. É recorrente lembrar de executar tarefas de

interesse particular para comandantes ou serem tratados com desumanização e humilhação. Ao falar de hoje demonstram mais satisfação, em ter conseguido chegar nos últimos anos da carreira com a ascensão profissional desejada.

A Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP aparece representada nas narrativas como um novo tempo no processo de formação, com mais qualidade e inovação em comparação ao antigo centro de treinamento, sobretudo quando aconteciam nos próprios quartéis ou nas estruturas do que hoje é o Colégio da Polícia Militar, alguns apontados como sem estrutura para tal. Em uma das gestões do Governo Cid Gomes, o sociólogo Cesar Barreira, estudioso do contexto de Segurança pública do Ceará, foi convidado para dirigir a AESP. Com o intuito de trazer uma inovação no contexto de formação dos PMs, com um viés mais humano e com um olhar plural, contexto que pude experimentar e vivências de forma aproximada.

Foi nesta época em que eu pude participar do Curso de formação de soldados da PMCE, em 2012. Na oportunidade ministrei aulas em diferentes turmas do concurso. Alguns alunos demonstravam interesse pelos conteúdos, outros animados com o discurso dos instrutores já militares consideravam os conteúdos como de menor valor. Uma das intenções das instruções era fazer os policiais perceberem que o discurso “Direitos Humanos é para bandido” é uma narrativa simplista, e que há muitas mais questões em jogo na hora de uma intervenção policial. Ademais buscava ensinar os policiais sobre seus próprios direitos, questão colocada como diferencial em comparação com relatos de experiências anteriores de formação.

Um dos entrevistados deste estudo, avaliando a mudança na estrutura de formação e nas mudanças que ocorreram nas grades de ensinamento, considera que houve uma um crescimento substancial em conteúdos teóricos, sobretudo em questões relativas aos direitos dos policiais. Outro interlocutores avalia que, hoje os policiais estão muito mais preparados legalmente, principalmente em saber como agir em diferentes casos, ao passo que aquele que comete ato inflacionário, no curso da ação, o faz não por falta de conhecimento, mas por má conduta:

Apesar de que hoje a polícia te prepara melhor, até na questão da base de conhecimento, existiu essa necessidade de você aprender o que pode e o que não pode fazer. Se alguém cometer hoje algum desvio de conduta não é por falta de conhecimento, a formação é bem melhor, é diferenciada, a

nossa formação naquela época era carente em algumas coisas de base de conhecimento. E hoje a base de conhecimento que eles têm ela é muito melhor. Por exemplo, na época que eu entrei treinamento de tiro era uma coisa muito rara, não tinha munição suficiente pra isso. Hoje o policial ele entra ele não dá menos que 200 tiros numa aula de prática de tiro. (Relato de Tenente Santiago, entrevista realizada em agosto 2019)

Do ponto de vista de preparação física e de técnicas sobre abordagem e tiro, o policial também se considera mais preparado. Antigamente, por conta da pouca verba e materiais escassos, alguns policiais finalizaram o curso de formação sem sequer ter treinamento de tiro e ou aprender como portar uma arma. Um dos entrevistados contou que no início da carreira, fez muito patrulhamento de rua com um companheiro de farda, ambos numa comunidade sobre a qual não conheciam os espaços, sem armas e sem colete aprova de balas, portavam apenas cassetetes, o que, em suas avaliações, gerava insegurança e risco.

Nas entrevistas, a questão que se coloca como um ponto a ser melhorado na PM está no processo de seleção dos candidatos. Apareceu entre as narrativas uma crítica sobre o engajamento de alguns policiais “modernos”. Os entrevistados avaliam que como há uma crescente no número de interessados em emprego na polícia, por uma questão de estabilidade financeira, há uma leva de novos policiais que não possuem aptidão para o trabalho de polícia, onde o impacto efetivo será reconhecido mais a frente:

Então o policial hoje ele é melhor preparado. Agora tem gente que está aqui que não tem a menor aptidão, a gente sabe disso. A gente percebe, é muito visível. Eu torço pra que um dia encontrem uma forma de selecionar as pessoas que realmente querem ser polícia. Pra que não seja um emprego pra todo mundo. Eu tenho isso comigo, eu penso que pra mudar a gente tem que pensar em alguma forma de selecionar realmente quem tem aptidão, porque quem paga o preço disso aí quando dá errado é a própria sociedade, que fica com a falsa sensação de segurança por pessoas que não têm a menor vontade de fazer o que faz, não é verdade? (Relato de Tenente Santiago, entrevista realizada em agosto 2019)

Esses relatos abrem margem para novas problematizações. Entre as construções simbólicas sobre o trabalho, a adesão de novos policiais sem aptidão refletirá em impactos institucionais significativos, principalmente com relação ao adoecimento da tropa, questões que, entre as avaliações, serão percebidas anos à frente. O que abre caminho para novos contextos de pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas da Segurança Pública no Brasil ganharam contornos mais evidentes após o período da ditadura militar, tanto pelos crescentes estudos acadêmicos na área, como com a emergência de grupos de discussões coletivas e fóruns com o objetivo de identificar os problemas e traçar estratégias de resolução de conflitos institucionais e sociais. Também houve um crescente investimento com o intuito de aparelhar o sistema de segurança pública que há anos estava defasado, o que no ponto de vista dos interlocutores deixava a vida dos operadores em risco, questão também observada em diferentes estudos. Nas narrativas desta pesquisa, relativas aos contextos policiais experimentados entre 1985-2005 destacou-se que havia pouco treinamento e escassez de recursos para tal, ao mesmo passo que a criminalidade que ganhava força e estava à frente, em tecnologia bélica, em comparação ao sistema público, fato reiterado em diversas conversas com policiais militares.

No Ceará, houve uma crescente significativa nos investimentos nesse campo desde 1996, entretanto a Segurança Pública vem atravessando constantes crises. Reformulações estruturais, reorganização institucional, melhorias nos centros de formação, treinamentos iniciais aprimorados, constantes reciclagens, viaturas modernas, monitoramento de abordagens policiais, ampliação de corregedorias e ouvidorias setoriais, compra de equipamentos de segurança pessoais, armamentos novos e aumento considerável no efetivo. São parte das transformações que de fato ocorreram na PMCE e se intensificaram sobretudo nos últimos 20 anos. De 2010 até 2021, o efetivo da PMCE aumentou em mais de um terço. Quando iniciei minhas pesquisas ainda na graduação, o número de policiais chegava a quase 15 mil, agora são mais de 21,5 mil policiais militares. Há notícias que destacam o crescimento robusto nesse campo, em comparação ao campo da Educação e o da Saúde⁶².

⁶² Os valores destinados à segurança pública cresceram, em média, 8,1% no Estado, enquanto em saúde aumentaram 3,1% e em educação 3,7%. Neste ano, a segurança pública, conforme previsto no orçamento, deve receber R\$2,7 bilhões, a educação, R\$3,3 bilhões e a saúde R\$3,6 bilhões. No entanto, de acordo com o levantamento, de janeiro a abril de 2019, o Ceará gastou R\$910,4 milhões com saúde e R\$818,6 milhões com segurança pública. Os valores executados pelo Governo já superam os R\$795,7 milhões aplicados na educação nos primeiros quatro meses do ano. Diário do Nordeste Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/gastos-com-seguranca-no-ce-podem-superar-educacao-e-saude-em-2025-1.2115202>

Na mesma direção, observa-se esforços de mudanças de mentalidade de uma polícia obtusa para inserção de conceitos democráticos em suas práticas, isso tem acontecido, muito embora se processe de forma muito mais lenta. Não se pode negar que houve investimentos em uma mudança de paradigma interno sobretudo em investimentos conceituais em tornar a polícia mais próxima a comunidade, participativa, abrindo alguns espaços para diálogo, contratando consultorias especializadas, investindo em treinamentos e formações voltados para os direitos humanos, efetivação de controladorias e corregedorias a fim de punir casos de corrupção e ilegalidade. Ocorre que uma mudança simbólica de efeitos práticos depende de muito mais fatores do que o mero investimento financeiro.

Tais investimentos não produzem o efeito esperado se as práticas institucionais, as relações hierárquicas arbitrárias, incentivos morais a práticas truculentas são reiterados corriqueiramente em suas relações interpessoais, somados também aos discursos moralizadores em relação aos direitos humanos que em alguns momentos aparecem superficiais. Há uma barreira moral compartilhada entre muitos policiais de que a prática é diferente da teoria. Claro que as dinâmicas sociais estão além dos escritos teóricos, são muito mais fluidas e imponderáveis. Entretanto, isso tem sido usado por alguns policiais como uma barreira para a apropriação de novos modos de agir.

Outros fatores que impactam diretamente nas construções simbólicas e que se relacionam com as bases estruturais que envolvem idealizações, estão nas ações práticas de valorização e reconhecimento. Como observado a partir das narrativas de regularização das promoções atrasadas, o que mostrou ter tido um efeito positivo para os interlocutores da pesquisa. Há uma série de fatores que estruturam esse campo e também precisam ser considerados, para além dos investimentos financeiros. Para os interlocutores há outras necessidades que precisam de atenção dentre as quais estão: o tratamento institucional humanizado para com os servidores, com suporte de atenção psicológica e assistencial, a minimização da interferência política nas práticas policiais, o reconhecimento por mérito e não baseado em interesses pessoais, a fim de desencadear promoções, a proximidade e interação com a comunidade, e a coparticipação e no que se refere a ação comunitária no enfrentamento ao crime.

Fazendo uma reflexão sobre esses dez anos pesquisando a Polícia Militar do Ceará, busquei trazer para o debate a reconstrução de episódios que produziram

efeitos nas subjetivações dos policiais com os quais tive oportunidade de dialogar. Considerando o entrelaçamento de suas experiências pessoais aos processos experimentados com as mudanças de governos e os processos reivindicatórios, cujos impactos incidiram sobre o modo como percebem e objetivam suas rotinas de trabalho, fato observado ao elaborarem o enredo de suas trajetórias profissionais.

Em suas perspectivas, as reivindicações de 1997 e 2011 foram pontos de rupturas importantes, momentos em que os policiais passaram ampliar os debates em torno de direitos profissionais e de reconhecimento, provocando um efeito simbólico bastante significativo entre os entrevistados, uma vez que eles passaram a repudiar práticas com as quais se sentiam humilhados e desumanizados como antigamente. Em linhas gerais, esses fatos são observados e relativizados nas narrativas dos militares que, ao reviverem esses processos em suas memórias, criam elementos de ruptura e estabelecem uma polícia de antigamente em oposição à polícia de hoje. Claro que não há generalizações absolutas e que casos arbitrários e perseguições institucionais ainda ocorrem, no entanto, entre os entrevistados para esta pesquisa tais fatos eram recorrentes antigamente, o que dá indícios para se pensar em uma possível mudança de mentalidade.

Considerando as narrativas, há um certo ressentimento em relação a necessidade de reconhecimento da posição de sujeito, uma vez que suas condições, desejos e necessidades não eram ouvidas dentro da instituição. Diante dos relatos que ouvi nesses anos de pesquisa, a Instituição Policial Militar era uma das vilãs com relação aos adoecimentos psicológicos, desgastes físicos e sofrimentos sociais advindos das relações hierárquicas e das práticas cotidianas. A humilhação foi a tônica das relações por bastante tempo e isso impacta diretamente em como os sujeitos passam a encarar o mundo e suas relações.

Ainda nesse sentido, os relatos apontam para uma carência de acompanhamento aprofundado permanente com relação à saúde mental dos profissionais de segurança pública, fato que é observado como um ponto positivo em referência a outras corporações no país como na PMMG e na PMSP. Com o aumento do número de usuários no Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC, os atendimentos ficaram mais precarizados, não em termos de qualidade, mas em tempo de espera e regulação no número de consultas.

A ação do Governador Camilo Santana de colocar as promoções em dia provocou um efeito positivo nas avaliações dos interlocutores. Muitos policiais

experimentaram uma defasagem financeira prolongada e uma perda de status por conta dos atrasos na ascensão profissional. Ademais, expressam negatividade em decorrência das conquistas de novos postos por intervenção política ou institucional, baseadas em interesses ou troca de favores, o que minimiza as esperanças de alcançar novos postos para quem não tinha influências nesse sentido. Houve também uma mudança nos tratamentos entre os militares dentro da instituição, ainda em bases hierárquicas rígidas, porém não são mais toleradas práticas humilhantes de forma recorrente, sobretudo porque há instâncias de fiscalização e denúncia dessas práticas.

Um fato interessante é que alguns entrevistados refletem sobre uma mudança nos perfis dos policiais que se candidatam a carreira militar. Em suas análises, como o salário de um soldado militar gira em torno de R\$4500, com possibilidade de progressão na carreira (ainda que demore) e assegura estabilidade financeira, este tem sido um concurso amplamente procurado, sobretudo pelo nível de ingresso que ainda é de nível médio. Especula-se mudar para nível superior. Essa mudança de motivação de ingresso tem ocasionado impacto no modo como os policiais pensam a profissão. Uns consideram que isso tem dado margem para que sujeitos sem aptidão para o serviço integrem a carreira, outros consideram que esse concurso é apenas um trampolim para o alcance de concursos melhores.

Continuando nessa linha, foi percebida uma relativização nas percepções dos militares com relação às noções de sacrifício e abnegação que envolviam a profissão. Em tempos anteriores era mais comum ouvir relatos de intervenção de policiais militares em situações de resolução de conflitos em bairros onde residiam, narrativas em que o policial deveria estar preparado para ação 24h. Nas subjetivações dos entrevistados, ainda que os policiais devam estar em alerta constante, as narrativas dos mais jovens expõem um processo de deslocamento com a profissão nos horários fora do serviço. Há policiais que escondem suas identidades militares nos cursos universitários, ou até da vizinhança. Com o objetivo não só de segurança, mas de terem espaço para o que eles consideram significativo como “relaxar e evitar problemas”.

No ponto de vista dos interlocutores uma necessidade latente em revisar os códigos de ética e de disciplina na polícia militar, a questão que se levanta é porque esse é um fator de reivindicação dos *praças* da PMCE desde 1997, esteve presente nas pautas de 2011 e 2020 e ainda assim não é uma pauta em consideração? Quais

questões institucionais e políticas impedem esse tipo de formulação? Ademais, outra questão que aparece nos relatos é a intervenção política diante do serviço da polícia, essas práticas são mais intensivas nos interiores do estado. Também os impactos dessas intervenções, a exemplo do que ocorreu com Cid Gomes, ao dirigir um trator em direção aos manifestantes, que provocou um efeito controverso deslegitimando o movimento reivindicatório de 2020.

Por fim, há que se considerar os problemas institucionais que recaem sobre a instituição, marcando de forma negativa a imagem da corporação. Não se pode deixar esquecer os casos de corrupção institucional e arbitrariedades cometidas no fazer profissional, que precisam ser combatidas constantemente e com punições adequadas para que esses casos se tornem cada vez mais escassos. Nesse passo, finalizo acreditando que as políticas voltadas para a Segurança Pública têm se mostrado um campo com múltiplos desdobramentos e tensões, um campo em permanente alteração, o que abre espaço para uma construção conjunta com diferentes setores da sociedade. Ademais, é um espaço cujas possibilidades acadêmicas se expandem, gerando muitas perguntas de partidas que direcionam a novos olhares sobre essa temática central. Enfim, um campo em construção permanente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D.; ALMEIDA, R. O. As entidades dos direitos humanos e a política de segurança pública: entre a crítica e a parceria. *In: BARREIRA, C. (org.). **Questão de segurança**: políticas governamentais e práticas policiais.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 91-111.
- ADORNO, Sérgio. Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. *In: **Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX.*** Local: Editora Bagaço, 1998.
- ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. *In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002).*** São Paulo: Anpocs, 2001. v. 4, p. 167-207.
- ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos – entre a lei e a ordem. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 11, n. 2, 2000.
- ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 585-593, 2013.
- ALMEIDA, J. R. **Tropas em protesto**: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. 2010. 472f. Tese (Doutorado em História Social). - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; FREITAS, Geovani Jacó de; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Por uma produção sociológica: entre a narrativa histórica e o saber racional. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 158-168.
- ALVES, J. C. C. **Memória Dividida**: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. 2013. 144f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1729.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.
- ARAÚJO, L. de S. **Entre vigilâncias e ilegalismos**: As práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará. 2013. 120p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- ARCHANJO, G. **A massa da tropa**: greve na polícia militar da Bahia, 1981. Salvador: Solisluna Design, 2008.
- AZEVEDO, E. F. **A polícia e suas polícias**: clientela, hierarquia, soldado e bandido. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 553-564, 2017.
- BALESTRERI, R. **Direitos humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo: Capec, 2003.

BARBOSA, W. F. Os sentidos da crise do militarismo na força pública cearense: notas sobre gestão da hierarquia e das falhas profissionais na PMCE. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 4, número especial 3, p.122-146, nov. 2018

BARBOSA, W. F. **Nas fronteiras do mundo militar: Hierarquias, conflitos e subjetivação nas crise do militarismo da PMCE.** 2017. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

BARBOSA, W. F. **A Polícia da Boa Vizinhança?:** As ações da polícia em contextos de conflito e a produção intersubjetiva de práticas policiais locais. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2014.

BARBOSA, W. F.; SÁ, L. D. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial e as suas consequências nas relações entre polícia e população. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 639-656, 2015.

BARBOZA, A. D. **Segurança Biopolítica e Educação:** o empresariamento da segurança pública como dispositivo pedagógico. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza-CE, 2018.

BARBOZA, A. D. **Policiamento comunitário e educação:** discursos de produção de uma "nova polícia". 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2013.

BARREIRA. Cesar. Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. *In:* Joelina Menezes. (Org.). **Segurança Pública: gestão, formação e valores.** 1 ed. São Cristovão: Editora UFS, 2012, v. 1, p. 1-382.

BARREIRA. Cesar. O Controle Democrático das Práticas Policiais. **Travessias (UNIOESTE. Online)**, v. 1, p. 107-132, 2008.

BARREIRA. Cesar. **Questão de segurança:** políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2004.

BARREIRA. Cesar. **Questão de segurança:** políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.

BARREIRA. Cesar. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 77-86, 2004b.

BARREIRA. Cesar. Em nome da lei e da ordem a propósito da política de segurança pública. **São Paulo Em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 77-86, 2004.

BARREIRA. Cesar. Questão de Polícia: a segurança pública no Ceará. **O Público e o privado**, Fortaleza, n.4, jul/dez, 2004.

BARREIRA, Cesar. Lugar de policial é na política? Estratégias simbólicas de afirmação e negação. *In*: BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (org.). **Candidatos e candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Anna Blume Editora, 1998b (o “b” SÓ SE TIVESSE O 1998a – referência do mesmo autor, no mesmo ano).

BARREIRA, Cesar. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 40, p. 31-50, 1996.

BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. *In*: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (org.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Barcarolla, 2010. v. 1, p. 303-374.

BARREIRA, C.; BRASIL, M. G. M. **Academias de polícia e universidade**: parcerias e resistências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 151-164.

BARREIRA, C.; RUSSO, M. . O Ronda do Quarteirão - relatos de uma experiência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, p. 282-297, 2012.

BARREIRA, Irllys. A cidade do medo. *In*: AUTOR, SOBRENOME. (In) **Segurança e Sociedade**. São Paulo: Pontes, 2011. P. 87-103.

BARROS, C. Formação da PM é baseada em abusos, dizem policiais. **Revista Exame**, 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BAYLEY, D.H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. Tradução Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. H. **Policiamento comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: EDUSP, 2002.

BECK U. **Risk Society**: Towards a New Modernity. Londres: Editorial Sage; 1992.

BECKER, H. S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3 ed. Sao Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: A pesquisa e seus métodos. Natal, RN: EDUFRRN, São Paulo, SP: Paulus, 2010.

BRASIL, Glaucéria Mota. Formação e inteligência policial: desafios à política pública de segurança. **O público e o privado (UECE)**, Fortaleza, v. 1, n.4, p. 141-163, 2004

BRASIL, Glaucéria Mota. A segurança pública e os direitos humanos no Governo das Mudanças. **O público e o privado (UECE)**, Fortaleza, v. 1, p. 197-220, 2003a.

BRASIL, Glaucéria Mota. Crises na segurança pública: mudanças e permanências. *Políticas Públicas e Sociedade*, Fortaleza, v. 1, n.6, p. 89-106, 2003b.

BRASIL, Glaucéria Mota. **Polícia**: instrumento panóptico da sociedade moderna, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 1989.

BRASIL, Glaucéria; ALMEIDA, R. O. (org.); FREITAS, G. J. de (org.). **Dilemas da ?nova? formação policial**: experiências e práticas de policiamento. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. v. 1. 232p.

BRASIL, Glaucéria Mota; SOUSA, E.B.L. de ; Miranda, A.K.P.C. . Direitos humanos e formação policial: reflexões sobre limites e possibilidades. **O Público e o Privado (UECE)**, v. 18, p. 111-127, 2011.

BRASIL, Glaucéria Mota; ABREU, D. S. Uma experiência de integração das polícias civil e militar: os Distritos-Modelo em Fortaleza. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 1, p. 318-355, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, p.162-173, jan./ jul., 2013.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional: Ministério da Justiça, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Ambivalência e medo: faces dos riscos na Modernidade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 20-47.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: les économies de la grandeur Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Algés/PT:DIFEL, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. *In*: M. A. Ferreira; J. Amado. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003

BUENO, S. *et al.* **As mulheres nas instituições policiais**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Relatório de pesquisa. Local: Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAIRE, Raymond. **A mulher militar: das origens aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002

CANESQUI, Ana Maria. Notas sobre a produção acadêmica de antropologia e saúde na década de 80. *In*: ALVES. P. C.; M. C. de S (org.) **Saúde e Doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 13-32 (Coleção Antropologia & Saúde).

CANO, Ignacio; DUARTE, T. **A mensuração da Impunidade no Sistema de Justiça Criminal do Rio de Janeiro**. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, v. 2, p. 9-44, 2010.

CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Tempo Social**; São Paulo, v. 9, n. 1, p. 249-265, maio, 1997.

CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Sujeito, sofrimento psíquico e contemporaneidade: uma posição. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 277- 295, set. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482004000200005&script=sci_abstract#:~:text=Sujeito%2C%20sofrimento%20psiquico%20e%20contemporaneidade%3A%20uma%20posi%C3%A7%C3%A3o.,Mal%2DEstar%20Subj.&text=Entre%20elas%2C%20o%20discurso%20da,do%20mal%2Destar%20na%20cultura. Acesso em: 15 nov. 2016.

CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e de hoje: notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. **Civitas** (Porto Alegre), v. 15, p. 66, 2015.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CAVALCANTE, I; FIRMO, E. Há seis anos, greve de policiais parou Fortaleza. **O Povo On Line**, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/6anosdagrevedapm/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CAVALCANTE, M. J. M. **O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional**. 2002. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CAVALCANTE, R. M B. **Confiança, conhecimento e poder**: análise das atividades de inteligência da polícia militar no Ceará. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, Ceará, 2016.

CEM novas viaturas reforçam a frota da Polícia Militar. **O Povo**, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/03/cem-novas-viaturas-reforcam-frota-da-policia-militar.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

CERQUEIRA, C. M. N. (Org.). **O futuro de uma ilusão**: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CORIOLOANO. I. Crise na segurança pública: é preciso admitir a realidade para retomar o controle. **O Povo On Line**, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/crise-na-seguranca-e-preciso-admitir-os-erros-para-retomar-o-controle.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CRUZ, L. A. ; BRASIL, Glauécia Mota . Limites da formação profissional policial militar: o caso Ronda do Quarteirão. **Opsis**, v. 12, n. 2, p. 326-344, 2012. doi: 10.5216/o.v12i2.18338.

DAS, V. Language and body: transactions in the construction of pain. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Ed.). **Social suffering Berkeley**: University of California Press, 1997. p. 67-91.

DIÓGENES, J. L. S. **Ethos policial militar**: entre a estrutura da PM e a ação de seus agentes. 2011. X Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

Diogenes, Jose Lenho Silva. *Ethos Policial Militar: Entre a Estrutura Da Pm E a Acao De Seus Agentes*. 2011.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

EM um dia de greve da PM no Ceará, 300 ocorrências não foram atendidas. **G1**, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/01/em-um-dia-de->

greve-da-pm-no-ceara-300-ocorrencias-nao-foram-atendidas.html. Acesso em: 10jan. 2021.

FALA do secretário de Segurança sobre massacre em Cajazeiras rende memes nas redes sociais. **O povo**, 2018. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/fala-do-secretario-de-seguranca-sobre-massacre-em-cajazeiras-rende-mem.html>. Acesso em: 4 fev.2021.

FREITAS, C. Greve da PMCE de 1997. **Diário do Nordeste**, 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/quebra-de-autoridade-militar-iniciou-com-motim-de-97-diz-sociologa-1.2215342>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FEITOSA, G. R. P. Doutrina militar e a defesa de direitos: dilemas para redefinição do papel das polícias na nova ordem constitucional brasileira. **Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

FEITOSA, M. 76 PMs demitidos e expulsos em dois anos. **Diário do Nordeste**, 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/76-pms-demitidos-e-expulsos-em-dois-anos-1.846731> Acesso em: 08 Set. 2016.

FEITOSA, M.; FREITAS, L. Diário do Nordeste - Série de rebeliões em penitenciárias cearenses já contabiliza 15 mortes. **Diário do Nordeste**, 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/serie-de-rebelioes-em-penitenciarias-cearenses-ja-contabiliza-15-mortes-1.1554556> Acesso em: 11 set. 2018.

FRANÇA, F. G. Hierarquia da invisibilidade: preconceito e homofobia na formação policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 154-170, 2016.

FREITAS, G; MELLO, P. D. A.; ALMEIDA, R. O. **Organizações policiais em revista**. Pontes, Fortaleza, 2009.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. *In*: SCHUCH, P.; VIEIRA, M. S.; PETERS, R. (Org.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 205-227.

FORMAÇÃO policial em xeque. **O Povo**, Fortaleza, 26 jul. 2010. Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2010/07/26/interna_fortaleza,2023969/formacao-policial-em-xeque.shtml. Acesso em: 28 jul. 2010.

FORTALEZA tem o maior número de homicídios entre as capitais do País. **Diário do Nordeste**, 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/fortaleza-tem-o-maior-numero-de-homicidios-entre-as-capitais-do-pais-1.1398839>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASTOS com segurança no CE podem superar educação e saúde em 2025. **Diário do Nordeste**, 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/gastos-com-seguranca-no-ce-podem-superar-educacao-e-saude-em-2025-1.2115202>. Acesso em: 16 mar. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

GOVERNO anuncia ampliação do BPRaio para 13 cidades do Ceará. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/governo-anuncia-ampliacao-do-bpraio-para-13-cidades-do-ceara.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2018.

GOVERNO assina lei que promove quase 9 mil militares no Ceará. **G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/governo-assina-lei-que-promove-quase-9-mil-militares-no-ceara.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. 2020. Disponível em: <http://www.gabgov.ce.gov.br/2017/12/20/conheca-os-estudos-do-pacto-por-um-ceara-pacifico/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GREVE da PMCE. **O Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/03/01/pms-aceitam-nova-proposta-do-governo-e-motim-termina.html>. Acesso em: 4 fev. 2021.

GUERRA de facções, ataque com data marcada e onda de violência: o que se sabe sobre a maior chacina da história do Ceará. **G1**, 2018. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/guerra-de-faccoes-ataque-com-data-marcada-e-onda-de-violencia-o-que-se-sabe-sobre-a-maior-chacina-da-historia-do-ceara.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Hayes M. On the epistemology of risk: Language, logic and social science. **Social Science and Medicine**, v. 35, n. 4, p. 401-407, 1992.

HEITOR Férrer denuncia “sumiço” de veículos do Ronda do Quarteirão e critica ineficiência do programa. **Tribuna do Ceará**. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/heitor-ferrer-denuncia-sumico-de-veiculos-do-ronda-do-quarteirao-e-critica-ineficiencia-do-programa/>. Acesso em: 10 ago.2018.

HONNETH, Axel. **Mecanismos psíquicos del poder**: teorías sobre la sujeción. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.

HONNETH, Axel. **Dar cuenta de si mismo**: violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Mutaciones, 2009a.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 2009b.

KANT DE LIMA, R. Direitos civis, Estado de Direito e 'Cultura Policial': a formação do policial em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v.11, n. 41, p. 241-256, 2003.

KANT DE LIMA, R. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 23-34, 1997.

KANT DE LIMA, R. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, R. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial", **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, v. 4, n. 10, p. 65-84, 1989.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 50, p. 45-123, 2000.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Introdução de Giuseppe Cocco. Tradução de Monica de Jesus Cesa. 2. ed. s/l: Lamparina, 2013.

LEMGRUBER, J.; MUSUMESCI, L.; CANO, I. **Quem vigia os vigias: um estudo sobre o controle externo da atividade policial no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, E. Quem mais investiu em segurança no Ceará? **O Povo On Line**, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/eliomardelima/2018/02/quem-mais-investiu-em-seguranca-no-ceara.html> Acesso em: 10 ago. 2018.

LIMA, M. A. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

LIMA, R.; BUENO, S.; SANTOS, T. **Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública**. Relatório de pesquisa, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. XXXp.

BUENO, S. *et al.* **As mulheres nas instituições policiais**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Relatório de pesquisa. Local: Editora, 2015. XXXp.

LIMA, R. *et al.* **Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre os profissionais do sistema de segurança pública**. Relatório de pesquisa, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. XXXp.

LIMA, S. L.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MACHADO, CARLY BARBOZA. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-) bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. **Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso)**, v. 20, p. 153-180, 2014.

MACHADO, CARLY BARBOZA. Morte, perdão e esperança de vida eterna: ?ex-bandidos?, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. *In*: Birman, Patricia; Leite, Marcia; Machado, Carly; Carneiro, Sandra. (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. 1ed., Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 451-472.

MANICA, Daniela; KOFES, Suely. 2015. **Vida e grafias**: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Lamparina. 412 p.

MATOS JUNIOR, Clodomir Cordeiro de. Vítimas da violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-05032015-110548.

MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória dos sentimentos**: rituais orais funerários australianos. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

MINAYO, C. S.; SOUZA, E. R. **Missão Investigar**: Entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Missão Prevenir e Proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo e BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, Gansos e Trutas**: cotidiano e reforma na polícia civil. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MIRANDA, Ana Karine P. C. **Segurança pública, formação e mediação de conflitos**: novas orientações para a atuação de uma polícia cidadã? 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MIRANDA, D. A.; Guimaraes, Tatiana. O suicídio policial: O que sabemos? **Dilemas**, v. 9, p. 1-18, 2016.

MIRANDA, D. A. **O Que Quer a Polícia: Poder ou Competência**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2013.

MIRANDA, D. A.; VICENTE, A.; SA, B.; FURTADO, C. C.; CRUZ, F. N.; RAPOSO, L. P.; REIS, M. S.; QUINTELLA, R. A.; ASSUNCAO, T.; GUIMARAES, T.; NUNES, P. **Por que Policiais se Matam?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MISSE, M. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil. **Sociedade e Estado (UnB. Impresso)**, v. 26, p. 15-27, 2011.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2003.

MORALES, Luciana Pinho. **Cenários da violência: análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada**. 2014. 185f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2014.

MOREIRA, M.; PICOLO, T. PMs sofrem com suicídios e transtornos mentais sem apoio da corporação. **Revista Exame**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MORTE do adolescente Bruce teve repercussão. **Diário do Nordeste**, 2010. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/morte-do-adolescente-bruce-teve-repercussao-1.396862?page=2>. Acesso: em 15 maio 2017.

MOURA. R. O Raio é o novo Ronda. **O Povo On Line**, 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/segurancapublica/2014/09/01/noticiassegurancapublica,3307172/o-raio-e-o-novo-ronda.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MOURA, T M. S. **Percepções sobre adoecimento e risco no trabalho dos policiais militares do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

MUNIZ, Jaqueline. **O fim da inocência: um ensaio sobre os atributos do saber policial de rua**. Marília: Oficina Universitária, 2012b. p. 13-41.

MUNIZ, Jaqueline. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, Washington, DC, v. 10, n. 1, p. 177-198, 2001

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo uma razão de ser: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. 289f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. “Administração Estratégica da ordem Pública”. **Lei e Liberdade**. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, 1997.

MUNIZ, J; CARUSO, H. e FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), p. 148-187.

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Bárbara Musumeci – **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, Unesco, jul. 1998.

MUSUMECI, L.; SOARES, B. **Mulheres Policiais: Presença Feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Col. Segurança e Cidadania. 2005.

NO Brasil, mais policiais se suicidam do que morrem em confrontos. **Estadão**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/no-brasil-mais-policiais-se-suicidam-do-que-morrem-em-confrontos/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NOBREGA JÚNIOR, J. M. P. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Rev. Sociol. Polit.** v. 18, n. 35, fev., 2010.

OLIVEIRA, H. A. *Et al.* Sofrimento psíquico e trabalho policial no estado do Rio de Janeiro. In: **Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 2, 2006, São Paulo. Caderno de Resumos. Rio de Janeiro, 2006.

PAIVA, Luiz Fábio S. A Miséria Da Segurança Pública No Estado Do Ceará. **Carta Capital**, 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/author/luiz-fabio-paiva/>. Acesso em: 5 maio 2018.

PAIVA, T. Camilo quer regulamentar trabalho de policiais de folga no Ceará. **O Povo On Line**, 2015 Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/04/05/noticiasjornalcotidiano,3598233/camilo-quer-regulamentar-trabalho-de-policiais-de-folga-no-ceara.shtml>. Acesso em: 11 set. 2018.

PAIXÃO, A. L. A organização policial em uma área metropolitana. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 56-62, 1982.

PINHEIRO, A. S. A Polícia Corrupta e Violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. **Sociedade e Estado (UnB. Impresso)**, v. 28, p. 326-349, 2013.

PINHEIRO, A. S.; César Barreira. Os Direitos Humanos como "coisa e caso de polícia" - entre rupturas e continuidades. **O Público e o Privado (UECE)**, v. 15, p. 7-XX, 2010.

PEIXOTO, M. O sofrimento dos PMs doentes. **Diário do Nordeste**, 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/o-sofrimento-dos-pms-doentes-1.493277>. Acesso em: 20 abr. 2010.

PEREIRA, F. PMs aceitam nova proposta da comissão e motim termina. **O Povo On Line**, 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/03/01/pms-aceitam-nova-proposta-do-governo-e-motim-termina.html>. Acesso em: 16 mar. 2021.

POLICIAIS apagam pichações de facções e secretário diz que guerra de territórios ajudou inteligência. **O Povo On Line**, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/04/secretaria-apaga-pichacoes-de-faccoes-e-secretario-diz-que-guerra-de-t.html>. Acesso em: 4 fev. 2021.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Polícia e Violência**: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22235.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PORTO, M. S. G. **Polícia e a violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 132-141, 2004.

RANGEL, R. M. 1,5 mil licenças concedidas a PMs por problemas psíquicos. **Diário do Nordeste**, 2014. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/1-5-mil-licencas-concedidas-a-pms-por-problemas-psiquicos-1.973084>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RIBEIRO, Fernando. PMs que dormiram podem ser expulsos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=852591>. Acesso em: 17 set. 2010.

RIBEIRO, B. Após selfies trator de Cid Gomes volta para obra em Sobral. **Estadão**, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-selfies-trator-de-cid-gomes-volta-para-obra-em-sobral,70003206660>. Acesso em: 20 fev. 2021.

RIBEIRO, L. M. L.; MONTANDON, A. M. A. Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 62-81, 2015.

SÁ, Leonardo. Ordem, silêncio e autoritarismo: incorporação e subjetivação da ditadura na história do presente. *In*: Nildo Avelino; Telma Dias Fernandes; Ana Montoia(Org.). *In: Ditaduras: a desmesura do poder*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES, 2015.

SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. *In*: Manoel Mendonça Filho; Maria Teresa Nobre. (org.). **Política e afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 289-310.

SÁ, Leonardo. **Os filhos do estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SÁ, Leonardo; SILVA NETO; Sales, Larissa. Entre frouxos e moleques: disputas morais, socialidade masculina e política de reputação entre políticos cearenses. *In*: Marcos O. Bezerra, John Comerford; Moacir Palmeira. (org.). **Questões e Dimensões da Política**. 1ed. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, v. 1, p. 30-47.

SÁ, L.; SNTIAGO NETO, J. P. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o Privado**, n. 18, jul./dez, 2011.

SÁBADO vermelho: grande caminhada pela valorização dos policiais e bombeiros militares do Ceará. Confira fotos e vídeos. **PEC 300 - UNIÃO POLICIAL**, 2011. Disponível em: <http://pec300uniaopolicial.blogspot.com/2011/12/camocim-policia24hs-sabado-vermelho.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SALES, L. J. M. **Medo e Sofrimento Social**: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SALES, L. J. M. **Os Boínas Vermelhas**: Um estudo do trabalho. Policial Militar do Comando Tático Motorizado do Ceará. 2010. XXf. Monografia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SALES, Larissa; SÁ, Leonardo. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo. **Revista Pós Ciências Sociais**. Maranhã. v. 13, p. 181-206, 2016.

SANTANA, M. **Sou policial, mas sou mulher**: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo. 2015. 463 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

SARTI, C. A. Saúde e sofrimento. *In*: Martins, Carlos Benedito (coord. geral); Duarte, Luiz Fernando Dias (coord. de área). (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**: Antropologia. 1 ed. São Paulo: Anpocs/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010, v. 1, p. 197- 223.

SILVA, A. M. S. A Inversão da ordem na vida policial: sociabilidade prisional e práticas ilegais no fazer policial militar. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

SILVA, A. M. S. Agentes públicos na segurança privada: a configuração do "bico" em Fortaleza. 2010. XXf. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2010.

SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

SILVA NETO. A. S. **Disputa pelo troféu da segurança pública**: uma análise sobre os policiais militares nas eleições de 2014 no Ceará. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

SOUZA, M. S. **“Sou policial, mas sou mulher”**: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas, 2015.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. Tradução: Lúcia Haddad, Revisão Técnica: Marina Maluf. **Porj. História**. São Paulo, v. 16, fev., 1998.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e Desgaste Mental**: O direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SENNETT, R. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do "pato"- Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: EDUFF, 2011. 270 p.

SISNANDO, J. Em 5 anos, PM teve 23 mil licenças para tratamento psicológico. O Povo On Line, 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/05/em-5-anos-pm-teve-23-mil-licencas-para-tratamento-psicologico.html>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SISNANDO, J. Governo lança "Novo Ronda" e tenta salvar programa. **O Povo On Line**, 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/04/09/noticiasjornalcotidiano,3419926/governo-lanca-novo-ronda-e-tenta-salvar-programa.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, L. E.; ROLIM, M.; RAMOS, S. **O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2009.

SOBRE essa questão ver: PMs expulsos voltam à corporação. **Diário do Nordeste**, 2002. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/pms-expulsos-voltam-a-corporacao-1.154951>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SOUZA, J. Pressão salarial de policiais se propaga pelo país. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/02/20/pressao-salarial-de-policias-se-propaga-pelo-pais.htm>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SCHUTZ, Alfred. **The phenomenology of the social world**. Trad.: G. Walsh e F. Lehnert. Illinois: Northwestern University Press, 1972.

SCHUTZ, Alfred. On multiple realities, em 1945. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 5, n. 4, p. 533-576, jun. 1945.

SCHÜTZ, Alfred. Sobre múltiplas realidades. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, p. 13- 47, abr., 2019.

SCKOLNICK, J. H. **Justice with Trial**: Law enforcement in democratic society. New York: McMillianEditions, 1966.

STORANI, P. **Vitória sobre a morte**: a glória prometida. O “rito de passagem” na construção da identidade das operações especiais do BOPE/PMERJ. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2008.

STRATHERN, MARILYN. Sem limite de Uma Certa linguagem. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 157-175, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, SP, v. 9, n. 1, p. 155-167, maio 1997.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *et al.* **Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil**. Relatório de pesquisa, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. XXXp.

THOMAZI, Robson Luis Marques. A hierarquia e a disciplina aplicadas às instituições militares: controle e garantias no regulamento disciplinar da Brigada Militar. 2008. 13 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TURNER, V. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974

ÚLTIMO segundo: Com greve de policiais, Fortaleza entra em pânico e lojas fecham. **IG**, 2020 Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/com-greve-de-policiais-fortaleza-entra-em-panico-e-lojas-fecham/n1597509577516.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VIOLÊNCIA no Ceará: Ciro admite fracasso do Ronda e chama Imprensa de “superficial”. **CN7**, 2017. Disponível em: <https://cn7.com.br/violencia-no-ceara-ciro-admite-fracasso-ronda-e-chama-imprensa-de-superficial/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

XAVIER, Antônio Roberto. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA. **Perspectivas contemporâneas**, Campo Mourão, v. 3, n. 2, p. 39-72, ago./dez. 2008a.

ZALUAR, A. M. **Da Revolta ao Crime** S.A. Moderna, 1996.

ZALUAR, A. M. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

ZALUAR, Alba; CONCEICAO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias: que paz? **São Paulo em Perspectiva (Impresso)**, v. 21, p. 89-101, 2007.

WERLANG, Rosangela e MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2013.

10 VEZES em que o Secretário da Segurança do Ceará abalou a internet. **Tibruna do Ceará**, 2018. Disponível em:
<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/10-vezes-em-que-o-secretario-da-seguranca-do-ceara-abalou-a-internet/>. Acesso em: 20 jan. 2021.